

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
SOCIAL

**A dúvida mais persistente:** as formas de governo do  
desaparecimento de pessoas no Brasil

EDUARDO MARTINELLI LEAL

Orientadora: Patrice Schuch

PORTO ALEGRE

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
SOCIAL

EDUARDO MARTINELLI LEAL

**A dúvida mais persistente:** as formas de governo do  
desaparecimento de pessoas no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em Antropologia Social da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito para a obtenção do título de  
doutor em Antropologia Social

Orientadora: Patrice Schuch

PORTO ALEGRE

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Leal, Eduardo Martinelli

A Dúvida mais Persistente: as formas de governo do desaparecimento de pessoas no Brasil / Eduardo Martinelli Leal. -- 2017.

291 f.

Orientadora: Patrice Schuch.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. desaparecimento de pessoas. 2. governamentalidade. 3. família. 4. regimes de verdade. I. Schuch, Patrice, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Patrice Schuch, pela orientação, autonomia e confiança depositada em meu trabalho.

Às componentes da banca Claudia Lee Williams Fonseca, Virginia Vecchioli, Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira e Fernanda Bittencourt Ribeiro.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Programa de Antropologia Social e seus professores, responsáveis por minha formação acadêmica. Ao projeto de educação pública, gratuita e de qualidade que a universidade federal representa, em tempos de ataque à educação, à democracia, no qual se instaurou uma grande farsa à luz do dia, com cinismo, com tudo.

Aos colegas Paula Jardim, Rojane Nunes, Tiago Lemões e Pamela Jorquera, pela amizade e pelos debates pouco ortodoxos.

À Letícia, pelo companheirismo, apoio, afeto, diálogo e ajuda nas dificuldades jurídicas. Pelo nosso Ben, que encheu nossa vida de família, amigos e estranhos e pela alegria que eu não conhecia. Meu amor, “eu sei quem és para mim”.

A minha família, especialmente minha mãe, que sempre lutou para que eu tivesse oportunidades, no final das contas, os meus sonhos sempre foram nossos.

Aos colegas de trabalho e amigos que sempre foram próximos da minha pesquisa, sempre dispostos a conhecer e comemorar comigo: Samir, Roberto, Charles, Daniela e o querido Antônio (*in memoriam*).

Agradeço especialmente a Anelise Buzzi, Aldaleia Conceição e Marcus Claudino pela amizade e contribuição na pesquisa.

Aos familiares de pessoas desaparecidas, funcionários públicos, voluntários que fizeram parte da pesquisa. Espero contribuir minimamente pela confiança em compartilhar comigo suas práticas e histórias de vida.

Dedico este trabalho a todos os familiares de pessoas desaparecidas representados nas figuras de Vera Ranu, Arlete Caramês, Ivanise Esperidião, Sandra Moreno, Amanda Boldeke e Ivanir Ramos Garcia (*in memoriam*). A

permanência dos seus nomes é uma forma de reconhecimento de suas trajetórias de luta.

## Difícil fotografar o silêncio

Difícil fotografar o silêncio.  
Entretanto tentei. Eu conto:  
Madrugada, a minha aldeia estava morta.  
Não se via ou ouvia um barulho, ninguém passava entre as casas.  
Eu estava saindo de uma festa.  
Eram quase quatro da manhã.  
Ia o silêncio pela rua carregando um bêbado.  
Preparei minha máquina.  
O silêncio era um carregador?  
Estava carregando o bêbado.  
Fotografei esse carregador.  
Tive outras visões naquela madrugada.  
Preparei minha máquina de novo.  
Tinha um perfume de jasmim no beiral do sobrado.  
Fotografei o perfume.  
Vi uma lesma pregada na existência mais do que na pedra.  
Fotografei a existência dela.  
Vi ainda um azul-perdão no olho de um mendigo.  
Fotografei o perdão.  
Olhei uma paisagem velha a desabar sobre uma casa.  
Fotografei o sobre.  
Foi difícil fotografar o sobre.  
Por fim eu enxerguei a nuvem de calça.  
Representou pra mim que ela andava na aldeia de braços com Maiakoviski – seu criador.  
Fotografei a nuvem de calça e o poeta. Ninguém outro poeta no mundo faria uma roupa  
Mais justa para cobrir sua noiva.  
A foto saiu legal.

Manoel de Barros

## RESUMO

O desaparecimento de pessoas é um fenômeno complexo e polissêmico que pode estar conectado a diferentes condições históricas, saberes, tecnologias, expertises. Através de uma etnografia multissituada nos propomos a compreender as relações de poder investidas nas formas de governo (Foucault, 2008) do desaparecimento, através da emergência da militância de familiares, dos modos de subjetivação da experiência, de casos de desaparecimento, dos regimes de verdade e das expertises dos mediadores. Para tanto, fazemos uso da observação participante em eventos sobre o tema, entrevistas semiestruturadas com familiares e mediadores e de pesquisa bibliográfica e documental. A militância de familiares de pessoas desaparecidas emergiu a partir da mobilização contra a violência no Rio de Janeiro, nos anos de 1990, mas foi transformada pela imagem do sofrimento materno no espaço público. A família é fundamental na construção de marcos sociais a partir dos quais o desaparecimento é vivido como uma experiência social que envolve o tempo, o sofrimento, as relações de gênero e de classe e a busca à verdade. Embora a militância e o trabalho das instituições do Estado sejam fundamentais para o estabelecimento das relações de governo do desaparecimento, outros atores humanos e não-humanos são potencialmente aptos a se engajar e definir novos sentidos, táticas ou problematizações. A expertise se constitui como uma tecnologia de governo para os mediadores e funcionários do Estado, produzindo o desaparecido por meios de associações com familiares, técnicas e saberes.

Palavras chave: desaparecimento de pessoas, governamentalidade, família, regimes de verdade.

## ABSTRACT

The disappearance of people is a complex and polysemic phenomenon that can be connected to different historical conditions, knowledge, technologies and expertise. Through a multisituated ethnography, we propose to understand the power relations invested in the forms of government (Foucault, 2008) of disappearance, through the emergence of family militancy, modes of subjectification of experience, cases of disappearance, truth regimes and of the mediators' expertises. To do so, we use participant observation on events on the topic, semi-structured interviews with family and mediators, and bibliographical and documentary research. The militancy of relatives of disappeared persons emerged from the mobilization against violence in Rio de Janeiro in the 1990s, but was transformed by the image of maternal suffering in the public space. The family is fundamental in building social milestones from which disappearance is experienced as a social experience that involves time, suffering, gender and class relations and the search for truth. Although militancy and the work of state institutions are fundamental to the establishment of governance relations of disappearance, other human and nonhuman actors are potentially apt to engage and define new meanings, tactics or problematizations. The expertise constitutes as a technology of government for the mediators and officials of the State, producing the disappeared by means of associations with relatives, techniques and knowledge.

Keywords: disappearance of people, governmentality, family, regimes of truth.

## QUADROS

QUADRO 1: Comparação entre os desfechos para o corpo encontrado em Guaratuba, em 1992	239
QUADRO 2: Crianças desaparecidas no Paraná, 1982 a 1997	240

## FIGURAS

FIGURA 1: Semana Nacional de Mobilização pela Criança Desaparecida, São Paulo-SP, março de 2014	41
FIGURA 2: Quadro desaparecidos, abril de 2017	53
FIGURA 3: Quadro desaparecidos, abril de 2017	54
FIGURA 4: Desenhos realizados a partir da foto de Édson Gilmar Garcia Schaffer	59
FIGURA 5: Cena da novela “Explode Coração”	63
FIGURA 6: Mobilização no julgamento do caso Daniela Perez	66
FIGURA 7: Arquivos dos documentos e materiais de divulgação do CRIDESPAR, guardados na antiga residência de Arlete	83
FIGURA 8: Arquivos e painel de fotos de pessoas desaparecidas na ONG Mães da Sé	89
FIGURA 9: Intervenção realizada por Gabriella Ribeiro em um evento organizado pelo Instituto Ímpar, em Carapicuíba-SP, em junho de 2016	130
FIGURA 10: página da Comunidade “Todos Juntos por João Rafael Kovalski”	173
FIGURA 11: montagem de fotos de divulgação feita pela comunidade “Todos Juntos por João Rafael Kovalski”	175
FIGURA 12: Montagem de fotos de divulgação feita pela comunidade “Todos Juntos por João Rafael Kovalski”	175
FIGURA 13: Comparação entre as imagens da criança do comercial da Ford e de João Rafael Kovalski	180
FIGURA 14: Montagem com as peças da investigação publicada pelos voluntários na comunidade “Todos Juntos por João Rafael Kovalski”	187
FIGURA 15: Mapa do tráfico internacional de crianças, da série “Órfãos do Brasil”	224
FIGURA 16: Reportagem sobre o retorno de Bruna, Jornal do Brasil	228

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
<b>PARTE I: DESAPARECIMENTO</b>	
<b>CAPÍTULO I: AS FORMAS DE GOVERNO DO DESAPARECIMENTO DE PESSOAS</b>	20
1.1 Práticas de legibilidade	21
1.2 As (in)definições do desaparecimento de pessoas	28
1.3 Com quantos dados e documentos se faz um desaparecido?	34
1.4 A construção do problema desde a mobilização social	39
1.5 Tecnologias, táticas e saberes	50
1.6. Considerações finais	56
<b>PARTE II: FAMÍLIA</b>	
<b>CAPÍTULO II: A EMERGÊNCIA DA FAMÍLIA NA MILITÂNCIA DO DESAPARECIMENTO</b>	62
2.1 Militância e condição de classe	66
2.2 A construção do desaparecimento pelo movimento de familiares: a política, a missão e o destino	77
2.2.1 Poder, maternidade e gênero	96
2.2.2 As vítimas do desaparecimento	100
2.3 Considerações finais	110
<b>CAPÍTULO III: DESAPARECIMENTO DE PESSOAS E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO</b>	112
3.1 Sofrimento, tempo e família	115
3.2 A busca pela verdade	133
3.2.1 Regimes de verdade nos encontros burocráticos	141
3.3 Considerações finais	165
<b>PARTE III: MEDIADORES</b>	
<b>CAPÍTULO IV: RUMORES DO CASO JOÃO RAFAEL</b>	168
4.1 Adrianópolis	170
4.2 O movimento “Todos Juntos por João Rafael Kovalski	171
4.3 João Rafael caiu no rio	177
4.4 João Rafael foi raptado	180
4.5 João Rafael foi raptado: a babá e o empresário	183
4.6 Indícios de um caso	190
4.7 Verdade e sigilo	194
4.8 Considerações finais	200
<b>CAPÍTULO V: O ESTATUTO DA VERDADE NO GOVERNO DAS CRIANÇAS DESAPARECIDAS</b>	203
5.1 O detetive	204
5.2 As “quadrilhas” de adoção internacional	208

5.3 A intermediária	213
5.4 O caso Bruna	226
5.5 As bruxas de Guaratuba	229
5.6 Considerações finais	241
CAPÍTULO VI: TECNOLOGIAS DE BUSCA E IDENTIFICAÇÃO: EXPERTISE COMO TECNOLOGIA DE GOVERNO	243
6.1 Expertise nas margens do Estado	246
6.1.1 Pela promessa e pela ajuda	248
6.1.2 Anônimos que dão o sangue	254
6.2 Nas tramas do Estado	259
6.2.1 Fazendo mais do que a função	260
6.2.2 Preenchendo as lacunas e os espaços vazios	263
6.2.3 Um banco sem dados	270
6.3 Considerações finais	276
CAPÍTULO VII: CONCLUSÃO	277
REFERÊNCIAS	281
ANEXOS	
1. Roteiro de entrevista	291

## INTRODUÇÃO

Compreender o desaparecimento, definir com precisão, fixar, generalizar, estabelecer fronteiras, limites seria como fotografar o silêncio, aquele breve instante em que uma máquina captura uma cena que irá permanecer imóvel. Seria essa imagem a verdade sobre a realidade ou nela se esboçaria apenas um contorno daquilo que pode ser real para quem fotografa ou é capturado pela intenção desse gesto? Fotografar o silêncio é tarefa tão ingrata quanto traduzir em palavras um sofrimento, uma incerteza, uma dúvida. Isso porque essas coisas todas talvez não sejam traduzíveis pela matéria fria das palavras, caso fossem, como saber a diferença entre a realidade e todas as suas outras formas?

A minha escolha pelo tema do desaparecimento de pessoas no Brasil nasceu a partir de uma curiosidade pessoal sobre o enigma representado pela figura do desaparecido. O que teria acontecido com eles, quem eram e, obviamente, onde eles poderiam estar. Essas indagações eram potencializadas pelas fotos de desaparecidos no espaço público, em e-mails, em redes sociais, nos apelos que os descreviam como boas pessoas pelos seus familiares, pela exploração do imaginário sobre o desaparecimento para outros fins ou causas sociais, na exploração dos reencontros na televisão. Por ser um território pouco explorado pelo olhar antropológico, parecia-me muito pertinente para falar não apenas sobre os desaparecidos, mas também sobre o que eles produzem socialmente com sua ausência, quais os significados atribuídos a esse evento e, quiçá, produzir caminhos para compreender essa experiência.

Meus primeiros contatos em campo foram familiares de desaparecidos que problematizavam o tema por meio de sua própria experiência pessoal. Foi a partir das experiências dos próprios sujeitos que busquei conformar

teoricamente a dinâmica, a complexidade e a multiplicidade de causas do desaparecimento de pessoas.

Na exposição do sofrimento dos familiares senti-me rapidamente envolvido e afetado, a ponto de ingenuamente acreditar que poderia ser uma peça importante na busca dessas pessoas. Quando os obstáculos antecipados por esses sujeitos foram ficando mais evidentes também no curso de minha pesquisa comecei a perceber como a dimensão histórica pode nos fornecer pistas para a conformação da realidade social. Percebi então que eu não poderia abordar apenas desaparecidos, uma vez que não era só deles que as narrativas tratavam, mas sobre a experiência do desaparecimento como um fenômeno eminentemente social.

Partindo da militância, ou de casos individuais generalizados no espaço público, pude conhecer a heterogeneidade das relações estabelecidas pelos sujeitos em campo, procurando ampliar o enquadramento do fenômeno, sem, contudo, deixar de estabelecer algumas escolhas no emaranhado de tantos temas possíveis.

Entendo o desaparecimento como um fenômeno complexo, multifacetado e polissêmico, no qual o Estado é apenas um dos atores no seu reconhecimento e governo, uma vez que outros atores humanos e não-humanos emergem nessa disputa por meio de suas definições e suas correspondentes prescrições sobre a realidade social. Nesse sentido, entendo desaparecimento não apenas em relação àquilo que está relacionado às definições do Estado ou da militância, mas também a todas as práticas que estão associadas a ele.

Para entender como o desaparecimento é construído socialmente questiono: quais são as formas de governo do desaparecimento de pessoas? Partindo da premissa de que as relações de poder são onipresentes, móveis, se dão em diferentes níveis<sup>1</sup>, formas (Foucault, 2004), a escolha pelas ideias de governamentalidade (Foucault, 2008), margens do Estado (Das e Poole, 2008) foram operacionais para dar conta das relações de poder que vão além do Estado como uma entidade centralizada, mas também porque eles

---

<sup>1</sup> Foucault (2004) distingue três níveis na análise do poder: as relações estratégicas, as técnicas de governo e os estados de dominação e caracteriza as técnicas de governo como tão amplas que englobam desde o governo de um filho ao de uma instituição.

permitem escapar e por vezes suplantar a construção de uma causa ou problema pela militância coletiva ou individual, pois podem ser compreendidos desde um campo aberto de disputas como casos, rumores ou através da formação de subjetividades. Nesse sentido, indago: onde se localiza o poder de definição do desaparecimento de pessoas?

A maleabilidade que esses conceitos evocam me parecem adequados para compreender o multifacetado, heterogêneo e complexo mundo social do desaparecimento de pessoas no Brasil. Assim como já constatava Ferreira (2015), na construção do problema do desaparecimento no Brasil existem divergências entre as causas do desaparecimento, a forma de combater o problema e as relações ideais entre os agentes envolvidos para a resolução do mesmo.

Meu primeiro recorte de pesquisa foi estabelecer um contato com familiares de pessoas desaparecidas, inicialmente através de uma pesquisa exploratória na rede social da internet, o Facebook, e posteriormente por meio de entrevistas semiestruturadas. Essa estratégia permitiu um contato não somente com os sujeitos atuantes na causa, mas também com os saberes, os interesses, o universo das famílias afetadas pela experiência do desaparecimento.

Estabeleço como um recorte para pensar a militância iniciativas como as cartas<sup>2</sup> produzidas em encontros nacionais sobre o tema, um projeto de iniciativa popular reiteradamente divulgado em eventos públicos e a configuração de um movimento circunstancial formado por atores heterogêneos. Desde 2013 venho acompanhando um movimento nacional com atores como familiares, funcionários públicos e militantes da causa que enunciavam, entre suas principais agendas, a demanda por uma política integrada de identificação, a criação de uma categoria jurídica acerca do desaparecido e um maior investimento na investigação dos casos. No fluxo das distintas mobilizações ocorridas no Brasil em 2013, o movimento se denominou “movimento em prol das pessoas desaparecidas”.

Essa estratégia foi se tornando limitada na medida em que não dava conta das experiências daqueles sujeitos que não tinham um vínculo mais

---

<sup>2</sup> Carta de Brasília (2006) e Carta de Roraima (2010).

estrito com a militância. Mesmo nesses casos a rede social também foi uma ferramenta mediadora do contato com os interlocutores, a partir da qual pude conhecer diferentes histórias pessoais, casos e estabelecer um primeiro contato com sujeitos que participariam da minha pesquisa.

Nessa etapa da pesquisa as dificuldades de contato com os familiares foram maiores e envolviam, na maior parte das vezes, a negociação por meio de documentos oficiais de identificação, uma vez que eu não desejava que esse contato fosse intermediado por instituições como a polícia. Seguindo diferentes redes, entrevistei familiares de pessoas desaparecidas no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais. Além das entrevistas, realizei observação participante em eventos relacionados à causa<sup>3</sup> e estabeleci contato com o cotidiano de organizações não governamentais, associações, programas, serviços e delegacias especializadas em pessoas desaparecidas.

A escolha pelos sujeitos foi motivada não somente pela diversificação de suas trajetórias, mas também pelas redes das quais eles faziam parte. Pela atuação de determinados sujeitos em campo também incorporei outros atores sociais como servidores públicos (psicólogos, assistentes sociais, um deputado, uma promotora pública, pesquisadores, investigadores de polícia, delegados) “voluntários”, “investigadores”, detetives particulares.

Através de uma etnografia multissituada em diferentes espaços e períodos, busco remontar a historicidade de determinados casos e trajetórias através de entrevistas semiestruturadas, observações de eventos, fazendo uso de material bibliográfico (referência bibliográfica do tema, biografias, literatura ficcional, documentos pessoais) e de pesquisa documental em jornais, sobretudo no “Jornal do Brasil”<sup>4</sup>, dada a amplitude temporal e a abrangência do material disponível. Através desse esforço pretendo

Apesar da referência genérica ao desaparecimento de pessoas no Brasil, minha intenção não é que esse recorte ou rede de pessoas represente a totalidade do universo ou esgote as questões que podem ser levantadas sobre

---

<sup>3</sup> Os quais destaco e faço referência no texto como o “Fórum Mundial de Direitos Humanos”, em Brasília-DF, em 2013, e a “Semana de mobilização nacional pela criança desaparecida”, em São Paulo-SP, em março de 2014.

<sup>4</sup> Os jornais digitalizados estão disponíveis no site da Fundação da Biblioteca Nacional, setor “Hemeroteca Digital Brasileira”, no endereço: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

o tema, mas que elas possam produzir outros enfoques ou campos de interesse para a pesquisa social.

Os objetivos dessa pesquisa são: compreender as diferentes relações de força que atuam na emergência do desaparecimento de pessoas como um problema social a partir da militância na causa, as diferentes formas de subjetivação do desaparecimento e a multiplicidade de atores e saberes que atuam desde as margens do Estado (Das, Poole, 2008).

A pergunta que nos propomos responder não é definir o que é o desaparecimento, mas como o desaparecimento é vivido como experiência social e governado como um problema moral e político por diferentes atores. Não nos referimos especificamente à gestão do problema pelo Estado, por meio de suas rotinas burocráticas (Ferreira, 2015), mas através da visibilidade política às suas causas, midiática aos seus casos e suas redes, de suas problematizações ou experiências individuais. Mais do que estabelecer definições sobre a abrangência do fenômeno, nos propomos a seguir os sujeitos e suas formas de construção e definição do desaparecimento.

Como uma maneira de demonstrar a conexão entre as redes formadas pelos sujeitos da pesquisa, os capítulos do texto foram construídos em um diálogo entre seus personagens, histórias e problematizações, que serão devidamente referenciadas entre si no desenvolvimento da tese.

Nas Ciências Sociais é comum a ocultação dos nomes dos sujeitos pesquisados para preservar suas identidades. Utilizei dessa estratégia em um número significativo de casos que, ao serem mencionados, estarão destacados em uma nota de rodapé. E em outros casos fiz questão de não manter o sigilo dos nomes de alguns familiares como forma de reconhecimento pela sua militância, entendendo que todas as falas desses interlocutores também já são de conhecimento público. De acordo com a relação estabelecida com esses sujeitos, da expectativa para com a divulgação de suas histórias e casos, percebi que, ao contrário, não seria ético que se ocultasse seus nomes.

Da mesma maneira, mantive as falas dos sujeitos nas redes sociais, na imprensa ou nos casos de grande repercussão, uma vez que o ocultamento não iria garantir a preservação da identidade dos mesmos e ainda afetaria o processo de contextualização de cada sujeito. As falas de funcionários públicos

também foram mantidas, sobretudo porque não extrapolam sua função, além de serem, por vezes, subsidiadas por publicações referenciadas no texto.

Os capítulos da tese foram organizados em três eixos: no primeiro eixo exploro a polissemia e complexidade da construção da categoria desaparecimento em suas múltiplas dimensões: jurídica, política, científica e como uma experiência social. O primeiro capítulo seria uma forma de introduzir teoricamente as discussões que serão tratadas no decorrer da tese. No segundo eixo, trato das formas de governo do desaparecimento desde a experiência de familiares de pessoas desaparecidas, seja através da militância (capítulo II) ou dos marcos de formação da subjetividade desses sujeitos a partir da experiência do desaparecimento (capítulo III). O terceiro eixo explora a iniciativa dos mediadores e suas relações com as formas de governo do desaparecimento, seja a partir de rumores e acusações (capítulo IV), jogos de verdade (capítulo V) ou de saberes e expertises (capítulo VI). Todas essas dimensões do desaparecimento foram articuladas através do esforço de conformação teórica e se constituem em um produto - situado espacial e temporalmente - de minha trajetória de pesquisa.

**PARTE I:**  
**DESAPARECIMENTO**

## CAPÍTULO I

### AS FORMAS DE GOVERNO DO DESAPARECIMENTO DE PESSOAS

Neste capítulo, atentaremos para as disputas inerentes à definição do conceito de desaparecimento, seja como uma construção acadêmica, jurídica, política ou como um nível da experiência, destacando como elas são instituidoras das formas de governo do desaparecimento de pessoas, pois associam definições e causas às formas de visualizar e combater o fenômeno, descrevendo o que ele é e ao mesmo tempo prescrevendo as formas de ação para resolvê-lo. Busco demonstrar que as disputas pela definição do desaparecimento não se inscrevem em uma tentativa de controle centralizado efetuado pelo poder do Estado, mas que as próprias práticas produzem o Estado e são demandantes de seu poder de reconhecimento.

Esboço aqui alguns dos caminhos teóricos para a compreensão do desaparecimento de pessoas no Brasil que serão desenvolvidos nos demais capítulos da tese. Busquei demonstrar que o desaparecimento é um efeito de distintas formas de construção e um fenômeno *em disputa*, especialmente pelas tentativas de reconhecimento do problema, por demandas de legibilidade, uma vez que os saberes necessários para a construção do fenômeno se encontram dispersos e empoderam os mais distintos atores sociais em suas práticas.

## 1.1 Práticas de legibilidade

A historiadora Natalie Davis (1987) nos apresenta um curioso caso de disputa de identidade na Idade Média, a história de um homem que se fez passar por Martin Guerre, um camponês de origem familiar basca de Artigat, comuna francesa. Ao casar com Bertrande de Rols, ambos com idades entre 10 e 14 anos, a impotência sexual de Martin fora um empecilho à consumação<sup>5</sup> da relação durante os primeiros oito anos, motivo pelo qual a pressão da família de Bertrande pela separação era constante. A pressão sobre Martin só acabaria tempos depois, quando ele finalmente consumou seu casamento e sua mulher engravidou de seu primeiro filho. Mas os problemas de Martin perdurariam, somados aos conflitos e pressões da sucessão (já que era o único filho homem da família) e o temor pela severidade do pai quando Martin lhe furta parte de seu trigo e foge, no ano de 1548, prestes a completar 24 anos. Martin deixa seu patrimônio, pais, filho e mulher, sem que se ouvisse mais falar dele em Artigat.

Os pais de Martin Guerre morrem e seu tio Pierre Guerre passa a ser tutor de suas irmãs, casando-se com a mãe de Bertrande, que ficara viúva. Bertrande, na condição de não ser nem esposa, nem viúva, passou a viver na casa da mãe, pois a lei não permitia que ela se casasse novamente, a menos que tivesse provas seguras da morte do marido.

Em 1556, Arnaud du Tilh se apresenta como Martin Guerre e forja sua identidade. Conhecido como um trapaceiro em sua aldeia, Arnaud chega em Artigat depois de defender o rei da França na guerra e se passar por Martin utilizando sua capacidade de representação e de sua memória sobre os acontecimentos da vida deste com as pessoas da aldeia. Quando os aldeões não o reconheciam pela sua aparência ele os convencia pelas suas lembranças. A autora explica que no século XVI os aldeões não tinham como formar uma imagem de sua fisionomia, pois os espelhos não eram presentes nas casas camponesas, além de não existir nenhum retrato de Martin para comparação. As trocas de nome e modos de vida eram comuns, bem como a

---

<sup>5</sup> Caso não houvesse a consumação do casamento ele poderia ser desfeito até os 3 primeiros anos.

escolha de uma alcunha, que poderia ser associada à propriedade ou à personalidade, por exemplo.

Nos três anos em que viveram felizes em um casamento “inventado”, Bertrande e o suposto Martin tiveram uma filha. Natalie Davis supõe que o sonho de viver os ideais de “paz, amizade e paixão” levaram Bertrande a não contestar a identidade do novo marido, quiçá uma tática para conciliar os rituais populares à lei católica, uma vez que havia consentimento mútuo pela relação.

A identidade de Arnaud passa a ser contestada quando ele solicita a Pierre Guerre, tio de Martin, que prestasse contas a respeito dos bens [de Martin] administrados por ele, o que resultaria em um processo civil em 1559. A disputa passou a dividir a família e a aldeia: Pierre acusava-o de impostor, dizendo que não seria possível que ele tivesse esquecido de expressões da língua basca (seu idioma familiar) ou que não poderia vender parte de suas terras a outros, o sapateiro de Martin inquiria como o seu pé poderia ter diminuído três números, seus genros tinham a mesma opinião, enquanto as irmãs e a mulher garantiam que ele era o verdadeiro Martin Guerre.

Em 1559, um soldado que passava por Artigat comentou que o homem que assumira o lugar de Martin era um impostor, uma vez que ele estivera com o verdadeiro Martin Guerre em Flandres, o qual havia perdido uma perna em uma batalha, passando a usar uma perna de pau. Surgiam cada vez mais provas para que o tio de Martin levasse o impostor para a corte. Quando da prisão dele, Bertrande muda sua versão e alega que ele não era o verdadeiro Martin e que ela fora enganada.

O crime de falsa alegação de identidade era considerado crime grave, podendo ser punido com castigos físicos ou até com a morte. A prova para essa acusação deveria ser inquestionável, porém não existiam fotografias, os retratos eram raros, os registros paroquiais eram irregulares e ainda não havia a técnica da impressão digital. Um exame grafológico foi descartado, uma vez que ambos – Martin e Arnaud - não sabiam escrever. Então, a única maneira de estabelecer precisamente a identidade de alguém era o testemunho de outras pessoas sobre o seu passado e por meio de suas características físicas.

Passaram pela corte de Rieux 150 pessoas, membros de Artigat, parentes e membros da aldeia de Arnaud du Tihl para os quais Arnaud conduziu de maneira impecável sua defesa. Na acareação com sua mulher a

mesma afirmou ser honrada (para não ser acusada de adúltera) ao dar provas da veracidade dos relatos apresentados pelo marido, e admitiu que foi forçada pelo seu tio a mentir, reafirmando que o acusado era o verdadeiro Martin. Ao final do julgamento o juiz o condenou pela usurpação da identidade de Martin Guerre e abuso da confiança da mulher<sup>6</sup>. O condenado alegou inocência e apelou ao Supremo Tribunal de Toulouse. O juiz<sup>7</sup> demonstrava grande perplexidade diante da dificuldade de provar ou não a identidade do mesmo e quando estava disposto a alegar a sua inocência<sup>8</sup>, devido à fragilidade das provas, eis que surge um homem de perna de pau dizendo ser o verdadeiro Martin Guerre.

Até o final do julgamento Arnaud continuou defendendo sua identidade<sup>9</sup>, curiosamente lembrando mais dos acontecimentos da vida de Martin do que ele próprio. Entretanto, Martin foi reconhecido imediatamente por suas irmãs e sua mulher. Bertrande pediu perdão a seu marido por ter sido enganada pelo impostor. Arnaud foi condenado a reconhecer publicamente sua culpa e a pagar multa, além da morte por enforcamento e a queima de seu corpo. Bertrande não foi condenada por adultério e sua filha foi considerada legítima. Em sua confissão pública, Arnaud disse que obteve informações a partir de duas pessoas, provavelmente amigos de Martin que o confundiram e eximiu Bertrande de qualquer possibilidade de culpa. Em sua ausência, o verdadeiro Martin Guerre defendera o rei da Espanha na guerra.

A história anedótica e trágica de Arnaud du Tilh, propõe um distanciamento a respeito do lugar do Estado no controle de suas populações e nos faz refletir acerca do progressivo alcance e eficácia de suas práticas de legibilidade ao longo da história do ocidente e das distintas maneiras pelas quais a ausência de uma pessoa pode ser construída. Trouillot (2011) argumenta que o Estado sempre foi concebido como um contenedor social e

---

<sup>6</sup> Em “O Retorno de Martin Guerre”, primeira adaptação da história para o cinema, de 1982, o acusado é inocentado, sendo considerado culpado somente depois do retorno do verdadeiro Martin Guerre.

<sup>7</sup> O fascínio exercido pela atuação de Arnaud e pela história do julgamento são traduzidos pelos livros de Jean de Coras, juiz de Toulouse e também de Guillaume Le Sueur, que ajudaram a tornar a história uma lenda popular (Davis, 1987).

<sup>8</sup> Caso fosse considerado inocente, o tio de Martin, Pierre Guerre, poderia ser julgado.

<sup>9</sup> Em “Sommersby- o retorno de um estranho”, adaptação americana para o cinema, de 1993, o acusado continua afirmando sua inocência mesmo durante sua execução, como se o mesmo tivesse se convencido da nova identidade. A adaptação ressalta que o falso Martin seria melhor para com suas relações do que o verdadeiro.

cultural das populações e das práticas, sobretudo por meio da fusão entre o Estado e a nação, que obteve maior sucesso entre os governos burgueses do século XIX, tornando-se uma das ficções mais poderosas e persuasivas da modernidade. Entretanto, para além dessa ficção, o Estado-nação nunca foi um contenedor fechado e inevitável em termos econômicos, políticos ou culturais.

Michel Foucault (2008) contextualiza a emergência das artes de governar, sobretudo no século XVIII, período de maior expansão agrícola, monetária e populacional do Estado. As artes de governar se baseiam na pluralidade, na imanência e na continuidade das formas de governo em relação ao Estado. A teoria da arte de governar vincula-se: ao desenvolvimento do aparelho administrativo das monarquias territoriais no século XVI; a um conjunto de saberes a partir do século XVI e XVII, através dos quais uma razão de Estado irá se desenvolver; ao papel da estatística como ciência do Estado, na medição das regularidades da população; ao mercantilismo e ao cameralismo.

Enquanto a soberania é circular, limitando-se ao seu exercício, o governo está relacionado a uma “pluralidade de fins específicos”, utilizando-se mais de uma diversidade de táticas do que leis ou as leis como táticas. O que constitui a era da governamentalidade é que as técnicas de governo se tornaram o terreno da luta política, permitindo a sobrevivência do Estado. É a governamentalidade que permite definir o Estado, o seu lugar, seus limites, o que está dentro e o que está fora e que tem como alvo a população, valendo-se do saber econômico e do controle através dos dispositivos de segurança. Por governamentalidade Foucault compreende:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo,

viu-se pouco a pouco "governamentalizado". (Foucault, 2008, p. 143-144).

A emergência do problema da população como um nível de realidade e um modelo para a economia vai reduzir a família a um instrumento pelo qual se dá o governo da população (como as campanhas de mortalidade, casamento, e vacinação no século XVIII).

A noção de governamentalidade é adequada para analisar a produção do problema do desaparecimento no Brasil, pois permite dar conta de como o fazer Estado não passa necessariamente pelos sujeitos que representam suas instituições, mas na demanda de práticas de legibilidade (Scott, 1998) inerentes à formação do Estado. Ferreira (2015) argumenta que a identificação e a sedentarização implicam em prescrições de ordem moral, uma vez que são constitutivos da racionalidade estatal e elementos de gestão dos casos de desaparecimento no Brasil.

Para Trouillot (2011), o Estado é um conjunto de processos e seu poder não tem uma permanência institucional do ponto de vista teórico ou histórico, desse modo, seus efeitos não existem apenas através de instituições nacionais ou dos lugares governamentais, sobretudo a partir da globalização, que é um fenômeno inconcebível sem a intervenção do Estado. Os efeitos de Estado, das suas práticas e processos, incluem o isolamento, a individualização dos sujeitos moldados como indiferenciados e específicos; a identificação, produzida pelo reconhecimento de tais indivíduos como iguais; a legibilidade, a produção de ferramentas teóricas e empíricas de produção, classificação e regulação de coletividades; espacialização, por meio da produção de fronteiras dos territórios. Asad (2008) assevera que o Estado é uma abstração fundamental no discurso político moderno, o que explica o lugar da linguagem estatística nas formas modernas de governo.

Scott (1998) destaca que a preocupação com a legibilidade é intrínseca à constituição do Estado e consiste em tentativas de tornar legível a população de modo a simplificar, padronizar, instituir métricas, padrões ou mapas abreviados sobre o território e sua população. A legibilidade trata-se de um processo de padronização de práticas sociais complexas, ilegíveis e locais para

fins de registro e monitoramento centralizado, instituindo a própria realidade que pretende conformar. Herzfeld (2016) destaca que o Estado tende a perceber os indivíduos como uma quantidade “reconhecida”, reduzindo-os, quase literalmente, a cifras, produzindo “um desenho altamente previsível para o imaginário a respeito dos outros membros de uma comunidade nacional” (Herzfeld, 2016, p.101-102).

Essas demandas por legibilidade, entretanto, não se dão por intermédio apenas de representantes do Estado, mas pelo agenciamento dos mais diversos atores que o produzem por meio de lutas, táticas ou modos retóricos (Herzfeld, 2016) de inscrição política, *a partir e contra* o Estado (Schuch, 2015).

As demandas pela legibilidade são vistas como necessárias para a resolução do problema do desaparecimento. A mobilização coletiva pela busca de desaparecidos não é apenas um diagnóstico da ausência do Estado nessa área, nos termos do próprio movimento, mas é, sobretudo, outra forma de fazer esse Estado, através da eleição de novas prioridades, sensibilidades, autoridades. É na suposta ausência ou crise do Estado que o governo do desaparecimento de pessoas emerge: na mobilização e investigação de familiares, voluntários, agentes do Estado que atuam “além de suas funções”, na repercussão dos casos nos meios de comunicação e nas redes sociais, além da ação de detetives ou investigadores particulares.

As formas de governo nos permitem pensar as distintas formas de envolvimento de agentes como familiares, voluntários, funcionários públicos. A legitimidade desses atores não são as mesmas em cada caso de desaparecimento, nem tampouco são eficazes no alcance do reconhecimento do Estado, embora muitas vezes os efeitos da mobilização de suas redes são traduzidos de maneira indireta nessa forma de reconhecimento.

Diante da “ausência” do Estado podemos pensar como o desaparecimento é governado através de suas margens, ampliando a noção de Estado tanto em suas margens territoriais como conceituais, conforme a proposta de Das e Poole (2008). Nesse sentido, podemos dizer que a “ausência” é a cooptação da retórica oficial para seus próprios interesses (Herzfeld, 2016). Assim, podemos olhar para as formas de governo desde suas margens, evidenciando os sujeitos que compõem esse Estado e que produzem

novos sentidos e expectativas sobre o mesmo, tanto a partir de suas demandas, quanto de suas práticas.

Dessa forma, percebemos o Estado não como uma forma administrativa racional de organização política que se encontra debilitada ou ausente em suas margens, mas as margens na construção do próprio Estado. A despeito das tentativas de consolidação de um controle sobre as populações, territórios e vidas, as autoras (Das e Poole, 2008) destacam a ilegibilidade das próprias práticas e documentos do Estado, como a falsificação e a interpretação envolvidas na circulação e nos usos de documentos de identidade.

Analisando a trajetória dos familiares de pessoas desaparecidas percebemos que é bastante incomum o vínculo anterior com a política institucional ou o pertencimento a movimentos sociais, por isso eles apresentam-se como sujeitos que foram implicados pelo desaparecimento a lutar por uma causa como uma consequência de seu sofrimento e da omissão do Estado.

É sobre a ausência do Estado como uma forma de organização administrativa, racional e centralizada que os familiares problematizam, buscando sanar as consequências do fenômeno do desaparecimento. Embora o Estado não seja visto necessariamente como responsável pelo desaparecimento, ele o seria pela prevenção ou resolução das consequências do mesmo, contrariamente ao que argumenta Gatti (2011) a respeito da prática do desaparecimento forçado na América Latina. Para o autor, o desaparecimento forçado emerge dos mesmos processos que constituíram a civilização, o Estado-nação e o indivíduo-cidadão. Se o Estado moderno seria aquele que ordena e governa a subjetividade de cidadãos racionais, então o desaparecimento forçado significa o recrudescimento das prerrogativas de controle do Estado, a exacerbação da racionalidade.

Emblemática é a decepção de Sandra Moreno, mãe de Ana Paula, desaparecida em 2009, por exemplo, com os inúmeros documentos e proposições, promessas políticas advindas de reuniões e encontros sobre o tema, nos quais boa parte das decisões jamais havia sido implementada. Sandra alegou que o único caminho para resolver o problema do desaparecimento seria a lei de iniciativa popular proposta por ela, uma vez que “é o povo que tá pedindo” e que “só existe uma chance”. Entre as suas distintas

formas de atuação na causa, Sandra também criou, durante o trabalho de campo, o “Instituto Ímpar<sup>10</sup>” e articulava o apoio de profissionais do Direito para a formulação de uma denúncia internacional à Corte Interamericana de Direitos Humanos, em decorrência do descaso com que o desaparecimento de sua filha foi tratado.

A fala de Sandra atenta para a dimensão representacional do Estado, produzindo a crença em uma coesão legítima, como a referência ao seu projeto de lei. Esse discurso também implica uma tática, uma performance que, ao produzir o Estado, também produz suas formas de administração (Vianna, 2013).

Ao invés de atentar para um ideal de Estado que contrasta com incivildades, ilegalidades ou atrasos, partimos do cotidiano para evidenciar que fazer o Estado não é uma tarefa determinada apenas pelas instituições ou agentes que o representam, mas sim pelas distintas formas de regulação social, nas quais a própria margem pode ser um efeito dessas instituições e agentes. Essas distintas formas de regulação emergem em sua legitimidade a partir de outros vínculos com a realidade social que concorrem com as funções do Estado, estendendo-o e transformando-o. Dado o caráter indeterminado e móvel do Estado, Das e Poole (2008) evidenciam a “pluralização das autoridades reguladoras” (Das e Poole, 2008, p.23).

Consideramos que ao demandar práticas de legibilidade para o tema do desaparecimento são os próprios atores que passam a tornar legíveis, através do estabelecimento de estatísticas, diagnósticos, métricas as próprias condições sobre as quais essa legibilidade estará assentada.

## 1.2 As (in)definições do desaparecimento de pessoas

Do ponto de vista político e jurídico, o uso do termo “desaparecimento” no Brasil tem sido associado, nas últimas décadas, à busca de familiares pelos seus familiares desaparecidos por meio da perseguição perpetrada pelo Estado

---

<sup>10</sup> Em referência a sua dor ímpar.

durante o período da ditadura militar (1964-1985). É assim que a definição “desaparecimento forçado” emerge como um fenômeno autônomo, fruto da preocupação internacional com as violações dos direitos humanos e da mobilização de organizações de vítimas e familiares (Perusso, 2010).

Tratados internacionais são instituídos a partir da aprovação, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1992, da “Declaração Internacional para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado”. No caso brasileiro, em 2006 foi adotada e em 2010 entrou em vigor a “Convenção Internacional para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado”, aprovada pelo Congresso Nacional no mesmo ano, mas ainda não ratificada pelo Brasil.

O Brasil também assinou, em 1994, a “Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas”, da Organização dos Estados Americanos. O documento foi ratificado em 2013 e definia, em seu artigo 2º, como “desaparecimento forçado”:

[...] a privação de liberdade de uma pessoa ou mais pessoas, seja de que forma for, praticada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com autorização, apoio ou consentimento do Estado, seguida de falta de informação ou da recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa, impedindo assim o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes.

Destaco o trecho “seguida da falta de informação ou da recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa”, que trata da especificidade do tipo de desaparecimento em questão, pois há uma recusa deliberada do Estado no esclarecimento de suas ações. Corroborando as orientações da Convenção, o Projeto de Lei 6240/13 que tramita na Câmara dos Deputados e que tipifica o crime de “desaparecimento forçado<sup>11</sup>”, alterando o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40).

---

<sup>11</sup> O Brasil reconheceu o “Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional”, de 1998, através de uma lei de 2002. O “Estatuto” tipifica o “desaparecimento forçado” como crime contra a humanidade. Pelo Código Penal, o “desaparecimento forçado” pode corresponder tanto ao sequestro, dado o caráter permanente do desaparecimento, como ao homicídio, sendo a morte presumida. Sendo homicídio, na maioria dos casos o crime já está prescrito. Entretanto, pode-se interpretar que o homicídio é, permanecendo a condição do desaparecimento, uma

O termo “desaparecimento forçado” virou sinônimo, no Brasil, de “desaparecimento político” uma vez que tem sido relacionado à lei 9.140, de dezembro de 1995, que define como *mortas*, para fins de localização, reconhecimento e reparação,

[...] as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, art. 1º. Redação dada pela Lei nº 10.536, de 2002.

Portanto, a lei que define o conceito de “desaparecidos políticos” é uma maneira indireta de atestar a morte destes. Os crimes são interpretados como políticos em decorrência da lei da anistia (lei nº 6.683, de 1979) que engloba o período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Embora bastante controversa, a lei da anistia confere status de crime político aos desaparecimentos durante o período da ditadura, contrariando o enquadramento do “desaparecimento forçado”, no qual o crime é permanente e imprescritível, pois viola os direitos humanos. Tanto a Lei nº 9.140/95 e a Lei nº 10.559/02 não tratam da responsabilização criminal pelos desaparecimentos, tomando como referência a lei da anistia<sup>12</sup> (Ayres, 2015). A lei que cria a Comissão Nacional da Verdade (12.528, de 2011) emerge da necessidade de esclarecimento acerca das violações de direitos humanos ocorridas no período entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Entretanto, a definição jurídica do termo “desaparecimento forçado” ampliou as possibilidades de enquadramento conceitual para outras dinâmicas como as chacinas e mortes de cidadãos cometidas por agentes do Estado durante o período democrático. Araújo (2014) faz alusão à “era das chacinas”, período que inicia nos anos 1990, potencializada por uma cultura do medo acerca do recrudescimento da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro-

---

ocultação de cadáver e, sendo permanente –pela ausência da materialidade– pode ser criminalizado. A meu ver, esta interpretação pode favorecer o encontro da pessoa desaparecida, pois incentiva os autores do desaparecimento, caso se enquadrem na lei da anistia, a apresentar a localização do mesmo.

<sup>12</sup> Ayres (2015) defende que a lei da anistia não deveria ser um obstáculo à responsabilização criminal dos agentes do Estado pelos crimes cometidos durante o período.

RJ, perpetrado por agentes do Estado, milícias ou traficantes<sup>13</sup>. Araújo (2014) mapeia as “técnicas” de fazer desaparecer corpos e identidades implícitas no desaparecimento forçado no Rio de Janeiro e nas intrincadas relações entre policiais, milícias e traficantes no protagonismo da violência urbana. Entre os episódios envolvendo a participação de policiais podemos citar o desaparecimento dos 11 jovens da favela de Acari-RJ, em 1990 (Araújo, 2009) ou o caso do pedreiro Amarildo, desaparecido depois de ter sido levado por policiais militares em uma operação na favela da Rocinha-RJ, em 2013.

Mesmo que pressuposto, frequentemente se cogita que esses e uma infinidade de outros casos de desaparecimento, dados os seus indícios/rumores, possam estar relacionados a homicídios. Mesmo com a diminuição das megaoperações nas comunidades e a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP esses casos ainda seriam recorrentes. Araújo (2014, 2016) argumenta que a diminuição dos atos de resistência e o aumento do registro de pessoas desaparecidas levantaram uma dúvida razoável a respeito da relação entre homicídios e a ocultação desses corpos.

As definições acadêmicas também têm um papel relevante na definição do problema, uma vez que permitem visualizar a realidade e subsidiar o debate sobre as políticas públicas na área. Para definir seu objeto de estudo, Oliveira e Geraldes (1999) e Oliveira (2012) definem os desaparecimentos causados pela repressão política do Estado no período ditatorial como desaparecimento “político” e, por exclusão, definem “desaparecido civil” como:

[...] uma pessoa que saiu de um ambiente de convivência familiar, ou de algum grupo de referência emocional – afetiva - como uma roda de amigos, para realizar qualquer atividade cotidiana, não anunciou sua intenção de partir daquele lugar e jamais retornou. Sem motivo aparente, sumiu sem deixar vestígios” (Oliveira, 2012: p.11).

Entre os diagnósticos propostos na Carta de Brasília (2006), fruto do primeiro encontro da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos- REDESAP, na capital federal, em 2005, já havia

---

<sup>13</sup> “Polícia, milícia e “traficantes” se aproximam ou se afastam, se combatem ou cooperam entre si, em nome de algo como o território, a autoridade, o lucro do comércio de drogas e serviços e uma diversidade de ilicitudes” (Araújo, 2016, p.60).

a menção à necessidade de uma definição conceitual e jurídica dos “desaparecidos civis”, demonstrando como as definições acadêmicas circulam entre os próprios atores sociais. Oliveira e Geraldles (1999) distinguem o desaparecido de outros termos muitas vezes associados como o “perseguido”, o “fugitivo”, o “foragido”, o “sequestrado”, o “raptado”, o “indigente” e o “migrante”, diferenciando as experiências que dão corpo a essas definições. Oliveira (2012) menciona ainda a condição daqueles que sofreram acidentes ou catástrofes naturais.

Oliveira (2012) argumenta que, do ponto de vista jurídico, o “desaparecido civil”<sup>14</sup> não existe, pois, as categorias jurídicas existentes no Código Civil até 1991 são as figuras do “ausente” e do “desaparecido”. O “ausente” é uma categoria utilizada quando não se tem certeza da morte ou informação alguma sobre a pessoa, este se destina a resolver basicamente a gerência dos bens da pessoa desaparecida, minimizando as situações de risco que a pessoa possa estar envolvida. Já o “desaparecido” atesta uma presunção de morte e está relacionada não só a gerência como a transferência dos bens da pessoa. Entretanto, essa categoria evidentemente fere as expectativas familiares, pois presume a morte do desaparecido. Isso significa que o problema se situa em um “limbo” jurídico, que produz sofrimento e prejudica o andamento da vida dos familiares.

Vecchioli (2005) menciona que a dimensão jurídica foi um obstáculo a ser enfrentado na luta política dos familiares de desaparecidos na Argentina. A ausência prévia da figura jurídica do desaparecimento – tanto no direito civil, quanto penal - fez com que os responsáveis pelo desaparecimento não pudessem ser julgados por “sequestro seguido de desaparecimento” e que esses casos não indicassem responsabilidade e se equivalessem a outros desaparecimentos não relacionados à ditadura ou ausência por presunção de morte.

A categoria jurídica do desaparecimento na Argentina construiu o seu reconhecimento por meio da sua ligação aos familiares de vítimas, que

---

<sup>14</sup> Oliveira (2012) argumenta que no direito internacional os desaparecidos políticos têm um estatuto jurídico e a nível nacional uma lei que regula as reparações às violações, além de organizações e instrumentos legais. No caso das catástrofes ou acidentes existem organizações de ajuda humanitárias. No caso do ausente, existem soluções para a transmissão dos bens. Mas no caso do desaparecido, quando não há provas sobre a existência de um crime não há como lidar com a situação, não há nada a fazer.

passaram a ser referência nessa demanda com a reparação econômica e social. A lei também especificou o que se entende por familiar que sofreu o dano, produzindo uma nova vítima através da prova confiável de um vínculo. Dessa forma, o reconhecimento de familiar de vítima de desaparecimento não será apenas um atributo de uma relação de parentesco, mas sim de uma relação jurídica especificada dentro de parâmetros técnicos daqueles que denunciam diante de órgãos oficiais, o que demonstra o caráter construído dessas noções jurídicas, na medida em que as definições das políticas de reparação traçam fronteiras de inclusão e exclusão de grupos.

Ferreira (2011) destaca que, no Brasil, os casos de desaparecimento não considerados “políticos” comumente são definidos por desconhecimento e exclusão: “[...] o termo é utilizado quando não se sabe onde uma pessoa está, não se pode assegurar se ela foi vítima de crime, se optou por deixar o local e o círculo social em que habitualmente se encontrava ou se sofreu algum acidente” (Ferreira, 2011, p.4).

Entretanto, devemos admitir que estas distinções não excluem a possibilidade de que um desaparecimento “civil” seja mais tarde, quando identificadas as suas causas, categorizado como um desaparecimento “político” ou “forçado”, como as próprias famílias supõem em alguns casos<sup>15</sup>. Podemos afirmar que a discussão acadêmica e a mobilização social acerca do desaparecimento “civil” não estão identificadas necessariamente àquelas dos desaparecidos “políticos” e “forçados”, embora possamos advertir quanto ao uso polissêmico em que a categoria desaparecimento é acionada.

Araújo (2014, 2016) observa que mesmo nos casos em que há indícios de crimes envolvendo agentes do Estado eles são cercados por uma série de rumores, o que não é o suficiente para garantir o seu esclarecimento. O autor destaca que a ausência da materialidade e do corpo da vítima, apenas pressuposto como morte através de rumores, constitui-se em um dispositivo de governo-gestão fundada no terror no Rio de Janeiro. Araújo acrescenta que nos casos envolvendo a denúncia contra policiais, a racionalidade burocrática atua no sentido de impedir, forjar ou destruir a construção de provas por parte

---

<sup>15</sup> Conheci em 2014 o caso de um jovem desaparecido em Santa Catarina, através de um familiar que atuava em um movimento de familiares. O corpo do jovem desaparecido foi encontrado recentemente e uma das suspeitas é que teria sido um desaparecimento forçado, pois o jovem teria sido supostamente morto pela polícia.

dos familiares de vítimas. Uma das dificuldades na investigação desses casos é que a primeira versão produzida é do próprio acusado e não da vítima que está fazendo a acusação. Outra dificuldade diz respeito à ausência de cruzamentos de dados de pessoas desaparecidas com os de encontro de ossadas e cadáveres, realidade denunciada tanto no Rio de Janeiro (Araújo, 2014) como em São Paulo.

Assim como para Araújo (2014) essa informação foi fornecida por um membro do Ministério Público, mas também foi alvo de denúncias em jornais e na televisão. Em São Paulo descobriu-se que até mesmo as pessoas que portavam documentos de identificação eram enterradas como indigentes (Gennari; Carneiro, 2016a, 2016b).

O desaparecimento de pessoas é uma consequência de ações, táticas, estratégias, saberes que produzem definições que tem por objetivo conter as dinâmicas da realidade social. Nesse sentido, não me concentrarei em definir o que é o desaparecimento ou explicar suas causas, mas explorar suas formas de construção e suas diferentes *associações* com outras causas, casos, indícios, rumores, saberes, etc. Para tanto, minha proposta de pesquisa seria a de considerar diferentes atores e suas diferentes estratégias de construção, sem privilegiar os atores que representam o Estado ou a militância.

### 1.3 Com quantos dados e documentos se faz um desaparecido?

Oliveira e Geraldles (1999) destacam que o trabalho policial no que concerne ao desaparecimento de pessoas não é padronizado, pois cada estado utiliza de procedimentos distintos no que se refere à “[...] coleta, checagem, investigação e tabulação” (Oliveira e Geraldles, 1999, p. 42), dada a ausência de indícios de crime. Outros autores já haviam chamado a atenção para o fenômeno da subnotificação devido à indefinição no registro de ocorrências de desaparecimento em delegacias de polícia, por vezes enquadrado como “fato em tese atípico” (Oliveira, 2012; Ferreira, 2015).

Nas entrevistas realizadas com profissionais de delegacias especializadas em Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre esses

problemas eram levantados como um empecilho à realização de seu trabalho, uma vez que esses casos eram repassados a eles por outras delegacias do interior.

Araújo (2016) caracteriza a ilegitimidade como uma prática de gestão do desaparecimento de pessoas no Rio de Janeiro, na qual o próprio Estado constrói as categorias e classificações de acordo com suas regras e interesses ou veda o acesso às estatísticas criminais.

Considerando a imprecisão dos dados sobre pessoas desaparecidas, pode-se objetar não apenas sobre a utilização de dados quantitativos na compreensão do problema, uma vez que transforma o sofrimento das famílias em uma medida abstrata quantificável e comparável, mas no que essa métrica do sofrimento (Fassin, 2009) produz a respeito da resolução do problema? Esses dados também servem como argumento político de secretarias de segurança. Sendo que uma parte representativa dos desaparecidos retorne por conta própria, nem sempre os índices de resolução das delegacias estão intimamente relacionados à prioridade dada às investigações.

Por isso Ferreira (2015) argumenta que a dinâmica da investigação para os casos de desaparecimento muitas vezes é retratada como um “sucesso”, apesar de ser uma “ilusão”, dado que o trabalho por vezes se resume ao retorno espontâneo do desaparecido ou do contato telefônico com o familiar para “dar baixa”, ou seja, arquivar o registro de desaparecimento (Ferreira, 2015<sup>16</sup>). Ao atestar que terceiros como vizinhos ou conhecidos possam servir para o encerramento dos casos, Ferreira (2015) argumenta sobre o risco da oficialização de opiniões, rumores ou ficções, flexibilizando os processos administrativos do campo burocrático, como a exigência de documentos de identificação, o que atesta o desinteresse, desimportância e a inferioridade dos desaparecidos e de seus casos.

No Rio Grande do Sul ocorre o oposto nas delegacias que investigam pessoas desaparecidas, pois parte dos sujeitos divulgados como desaparecidos poderiam ter retornado<sup>17</sup>, mas permaneciam nessa condição,

---

<sup>16</sup> A autora argumenta que de acordo com os relatos dos policiais o retorno espontâneo ocorre em pelo menos 70% dos casos.

<sup>17</sup> Ao entrar em contato com familiares de pessoas desaparecidas no Rio Grande do Sul pude verificar que uma porcentagem significativa dos retratos divulgados exclusivamente nas redes

uma vez que a mudança do seu status depende da verificação presencial do mesmo e de seus documentos na delegacia para “dar baixa”. No setor de desaparecidos da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa de Porto Alegre, uma das histórias contadas para justificar o procedimento trata-se de um caso de um homem que registrou o desaparecimento de sua mãe e depois retornou à delegacia para registrar o retorno da mesma. A desconfiança sobre o caso fez com que a polícia fosse até a residência da família e verificasse que a mulher em questão havia sido assassinada pelo filho que registrou o desaparecimento.

Como contraste, uma delegacia especializada de Santa Catarina realiza o procedimento de “baixa” através dos dados oficiais que tem acesso, sem necessariamente comunicar o familiar que registrou a ocorrência ou estabelecer qualquer contato com o desaparecido. Pode-se indagar, nesse caso, não só como se constrói um desaparecido, mas que o sujeito assim enquadrado é um desaparecido para quem? Para a família, para a sociedade, para o Estado?

Admitindo que um desaparecido adulto tenha o direito de não ser encontrado, algumas delegacias costumam apenas avisar a família sobre as condições da pessoa desaparecida, preservando o sigilo sobre a localização. Do ponto de vista legal, não há um imperativo para que as relações familiares sejam retomadas quando do encontro do desaparecido, a não ser nos casos de crianças e adolescentes, com a ressalva para os casos de fuga por violência doméstica, nos quais a criança deveria ser protegida do convívio familiar pelo Estado.

Entretanto, o que mais me chamou a atenção foi o limite tênue da definição do desaparecimento em relação aos casos de crianças que estão sob a guarda dos pais e a divergência entre diferentes funcionários públicos. Quando uma criança é levada por um de seus responsáveis que tem sua guarda ela não é considerada desaparecida, mesmo que o responsável ou os responsáveis sejam enquadrados como desaparecidos. Se um dos responsáveis levar a criança sem o consentimento daquele que tem a guarda,

---

sociais por voluntários também já havia sido encontrado, fenômeno bastante comum em todo o Brasil.

o primeiro deverá responder judicialmente por “descumprimento de medida judicial”, “desobediência”, “subtração de incapaz”, “alienação parental”.

Estes casos geralmente não estão situados na esfera do trabalho policial, pois implicam em disputas judiciais pela guarda da criança. Eliane, promotora do Ministério Público de São Paulo, argumentou que esse enquadramento depende de como o inquérito policial vai ser produzido. Caso nenhum dos dois pais tenha a guarda estabelecida, ambos têm poder familiar, logo não se trata de um crime, mas de um “problema de família”.

A ampliação dos limites acerca da produção do desaparecimento nos permite não só captar a complexidade do fenômeno para além de uma definição jurídica ou policial, quanto reconhecer a importância de agentes que atuam no governo do desaparecimento, informando a causa através de seus saberes. Ferreira (2015), por exemplo, apresenta a associação feita entre desaparecimentos e homicídios, em protestos realizados pela ONG “Rio da Paz”, como uma maneira de denunciar a violência policial no Rio de Janeiro e, por outro lado, destaca a associação entre o desaparecimento e as “fugas do lar” feitas por um gestor da REDESAP, como um diagnóstico de um “problema de família” no Brasil.

Entre as dinâmicas reconhecidas em campo por familiares e outros sujeitos a partir da categoria “desaparecimento” podemos citar a condição dos filhos adotados ilegalmente no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 e “traficados” para países como Israel, França, Itália, Estados Unidos. A busca destes sujeitos aos seus parentes biológicos pode emergir como sinônimo tanto de “tráfico de crianças”, como “adoções ilegais”, “raptos” ou “desaparecimentos”. Ou ainda a investigação do paradeiro de familiares que nunca se conheceram ou que perderam o contato, os “desencontrados”, como me disse uma mãe de uma pessoa desaparecida, ao caracterizar a atuação de uma voluntária como não sendo necessariamente uma busca a pessoas desaparecidas.

Admitindo a multicausalidade do fenômeno, bem como a imprecisão dos levantamentos existentes acerca dos casos, alguns autores já destacaram algumas dinâmicas explicativas sobre o fenômeno do desaparecimento. Oliveira e Geraldles (1999) colocam a família entre as principais causas de desaparecimentos, especialmente em decorrência da violência intrafamiliar ou

doméstica que produzem as fugas do lar. Espinheira (1999) argumenta que entre as causas do desaparecimento destaca-se a violência urbana. Oliveira (2012) coloca novamente a família como o principal *locus* do desaparecimento ou a “estrutura de relações patriarcais e sexistas” (Oliveira, 2012, p. 213), dando destaque para os conflitos geracionais e de gênero existentes na organização familiar.

Embora a distinções sobre os tipos de desaparecimento sejam pertinentes, a adjetivação do desaparecimento seria um recurso para distinguir causalidades, apontando a distinção entre aqueles desaparecimentos com uma causalidade pressuposta, embora ainda não provada, e os desaparecimentos sem indícios de causalidade. Admitindo a dificuldade em delimitar as dinâmicas ou causas associadas ao desaparecimento e a sua especificidade histórica e espacial, recuso a estratégia de descrição de uma verdade a respeito dos tipos de desaparecimento para buscar as formas pelas quais os sujeitos o definem, entendendo essas causas como formas de agenciamento e governo do desaparecimento.

Mais do que depurar a linguagem a respeito de um fenômeno social, o objetivo deste trabalho é iluminar a experiência daqueles que sofrem com a ausência de indícios ou provas acerca do desaparecimento de seus familiares. Ao comparar as categorias jurídicas de “ausente”, “desaparecido”, ou “desaparecido político” percebemos que todas elas se referem a uma presunção de morte, enquanto a mobilização dos familiares, nas situações em que há uma ausência de indícios sobre o paradeiro da pessoa, propõe-se a tratar mais de uma expectativa de encontrar a pessoa viva, ou uma “presunção de vida”.

Embora essas dinâmicas nem sempre se refiram a um enquadramento formal do desaparecimento (que demande um conhecimento prévio entre os sujeitos ou um registro de ocorrência policial), elas fazem parte de um repertório de ação mobilizado por distintos agentes. Antes de definir o que é o desaparecimento, evoco a multiplicidade das dinâmicas produzidas pelas disputas entre diferentes atores.

## 1.4 A construção do problema desde a mobilização social

Se o fenômeno do desaparecimento é multicausal, a admissão da suspeita sobre determinadas causas torna ainda mais ininteligíveis casos como de mães como Sandra Moreno, criadora do “projeto de lei de iniciativa popular pela pessoa desaparecida no Brasil”. Sandra é mãe de Ana Paula Moreno, desaparecida em 2009, aos 23 anos. Ela descreve o seu “projeto de lei de iniciativa popular pela pessoa desaparecida no Brasil<sup>18</sup>” como um apanhado “das portas que eu encontrei fechadas”, pois seria um conjunto de ações que ela empreendeu a partir do desaparecimento da filha e que lhe foram negadas. O projeto de lei<sup>19</sup> é um exemplo do tipo de demanda que tem sido apresentado nos eventos organizados por familiares, no qual a busca ao desaparecido – investigação- emerge como uma categoria central:

Nós, abaixo-assinados, indignados com o descaso do poder público constituído, no que refere-se às demandas investigatórias, vimos solicitar providências quanto ao assunto “Pessoas Desaparecidas” requer, visando assim amenizar a dor e angústia das famílias que após os registros das ocorrências nesse sentido, permanecem à margem de qualquer resposta. Ainda vimos pedir atenção na questão pessoas desaparecidas, onde: Não contamos com estatísticas confiáveis e/ou atualizadas. Não temos um Cadastro nacional de pessoas desaparecidas atualizado e/ou confiável. Não temos Delegacias especializadas (exclusivas) de pessoas desaparecidas principalmente em grandes centros urbanos (capitais), com estrutura para atendimento psicológico e apoio junto à estrutura pública (conselhos tutelares, hospitais, abrigos, IML e etc.). Divulgação em massa em todas as mídias (TV, rádio, internet, locais de grande circulação de público). Trabalhos de prevenção junto com a sociedade civil e sociedade civil organizada (Ongs, associações, etc.). Projeto de lei pela pessoa desaparecida (Projeto de Lei de Iniciativa Popular pela Pessoa Desaparecida)

Sandra alega que o seu projeto tem legitimidade porque “você não passou [pela dor], eu sou vítima, eu sou a pessoa mais indicada”. Além disso, o

---

<sup>18</sup> Segundo a Constituição, para que um projeto de lei de iniciativa popular seja apresentado à Câmara dos Deputados, seria necessário a assinatura de 1% do eleitorado nacional válido, distribuído entre cinco estados, sendo que cada um deles deveria contar com três décimos dos eleitores de cada um deles. Esse número corresponderia a mais de 1.400.000 eleitores, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral. Segundo os dados do site do projeto, até o presente (23/08/2017) foram colhidas 18.675 assinaturas.

<sup>19</sup> O projeto completo pode ser acessado e assinado no seguinte endereço: <<http://www.abaixoassinadoBrasil.com.br/site/assine/>>

projeto não teria “interesse político”, pois serviria para “saraar ou amenizar a dor” dos familiares. Na primeira vez que conversamos pessoalmente sua história me deixou muito comovido. As datas<sup>20</sup>, os acontecimentos, hipóteses sobre as causas, informações sobre o caso fazem parte da complexa construção da memória da filha e das rupturas e transformações do laço familiar decorrentes deste evento. Sandra mora em um bairro de classe baixa, próximo do centro da cidade de Carapicuíba, interior de São Paulo, em uma casa alugada.

Sandra narra seu interesse pela internet quando a filha desapareceu, pois via o apelo das redes sociais como o “Orkut”: “eu comecei por desespero”, mas “não sabia nem ligar o computador”. Ela disse que passava as madrugadas no computador, depois participou de programas de televisão e também estudou leis e projetos durante dois anos, além do itinerário recorrente das mães pelos espaços públicos e lugares inóspitos da cidade<sup>21</sup>. Depois que a filha desapareceu, ela se desligou do emprego para procurá-la. Sandra conta hoje com muitos voluntários que ela mobiliza e que aderem à causa confeccionando materiais de divulgação para conscientizar as pessoas, coletando assinaturas para o seu abaixo-assinado, promovendo eventos e pressionando os órgãos públicos a dar respostas sobre o tema. Os eventos promovidos sobre o desaparecimento de pessoas são também ocasião para a divulgação do projeto de lei de iniciativa popular e do recolhimento de assinaturas, conforme a figura 1:

---

<sup>20</sup> A data, as circunstâncias e as hipóteses sobre a causa do desaparecimento são requisitos básicos na narrativa do desaparecimento.

<sup>21</sup> As narrativas de mães incluem praças, viadutos, regiões violentas da cidade, matas fechadas nos mais diversos horários do dia. Muitas dessas iniciativas são suscitadas por informações ou pistas falsas sobre o paradeiro dos filhos.



Figura 1: Semana Nacional de Mobilização pela Criança Desaparecida, São Paulo-SP, março de 2014.

Sandra conta a história de sua filha por meio de uma narrativa articulada e frequentemente reforçada em programas de televisão, entrevistas, relatos e depoimentos em redes sociais que participa e na interlocução com políticos, órgãos e servidores públicos. A pessoa que “pegou” a filha, teria feito isso no portão de sua casa, ao sair para o trabalho, em um sábado às 5:30h da manhã, pois ela tinha sempre a mesma rotina há um ano. Por iniciativa própria, Sandra teve acesso às imagens das câmeras de segurança da região. Pelas câmeras é possível saber que sua filha “não desceu do ônibus” que pegava todos os dias e que ela não usou o transporte público naquele dia. Chegando na delegacia o policial lhe disse: “90% do trabalho da polícia a senhora já fez”. Ela complementa: “Todos os lugares que você vai eles não sabem te responder [...] um bando de gente entra no IML [Instituto Médico Legal] como indigente”.

Sandra alegou que fez uma queixa no DHPP (Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa- DHPP de São Paulo) no domingo e na segunda-feira foi a uma delegacia em Barueri e o investigador teria perguntado “Do que que a senhora tá falando? [...] tem que ver lá [onde fez a queixa]”. Portanto, não havia nenhuma forma de saber sobre um caso que estivesse registrado em outra delegacia, muito menos o DHPP tinha informação de

outros estados. O investigador disse: “O Paraná nem sabe do desaparecimento de sua filha, nem a cidade ao lado”.

Sandra disse que as mães de desaparecidos seriam como “órfãos de pai e mãe [do Estado]”, mencionando o tratamento nas delegacias. Ela complementa: “você senta na calçada e chora”, “quem tá fora se recusa a entender”. Sandra elenca o seu itinerário institucional, a dificuldade para fazer o boletim de ocorrência, a negativa para a quebra de sigilo telefônico (como não havia indícios de crime, não seria possível ter acesso à quebra de sigilo telefônico) e para o exame de material genético, pois o banco disponível é somente para desaparecidos até 13 anos<sup>22</sup>. Além disso, nem o acesso à movimentação financeira da conta bancária da filha foi possível pelos meios disponíveis. Sandra disse que a filha acabou sendo “dispensada por justa causa” em decorrência do suposto “abandono do emprego”.

Uma das iniciativas de Sandra era tentar comprovar que o caso de Ana Paula fosse considerado um acidente de trabalho, pois ocorreu durante o deslocamento ao mesmo. Entretanto, ela não conseguiu esse direito porque a declaração de “ausente” demora dois anos e a de morte presumida (“desaparecimento”) demora três anos, enquanto o direito ao acidente de trabalho perde a validade em dois anos. Uma de suas críticas se refere à priorização de casos de desaparecimentos de crianças e adolescentes em detrimento do esquecimento sobre os casos de adultos, bem como dos casos de tráfico de pessoas em detrimento de outras causas.

O desaparecimento tem-se evidenciado nos últimos anos a partir do enfoque em causas específicas, como o tráfico de pessoas, que pode emergir como uma causalidade intrínseca ao desaparecimento, a exemplo dos depoimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico de Pessoas (Brasil, 2014) que investigou crimes de tráfico de pessoas entre os anos de 2003 a 2011 e que colheu provas sobre supostas relações entre alguns casos de desaparecimento e o tráfico de pessoas. Além disso, se considerarmos que o tráfico de pessoas tem distintas finalidades que podem ser relacionadas ao desaparecimento como a exploração sexual, a adoção ilegal ou a extração de órgãos, veremos que a criação de frentes de atuação a

---

<sup>22</sup> Isso significa que “Toda vez que encontram um corpo, fazem o DNA de novo [...] não tem banco para acondicionar [o material genético]”.

partir de algumas causas dos desaparecimentos parece ter-se evidenciado com muito mais relevância no debate público, embora nem sempre essas dinâmicas sejam bem definidas ou compreendidas, produzindo uma distância entre o conceito e a realidade que buscam descrever/intervir.

Piscitelli (2013), por exemplo, demonstra que as diferentes interpretações sobre o tráfico de pessoas, baseadas ora na Convenção de Palermo, ora no Código Penal fazem com que a sua definição possa tanto desproteger as trabalhadoras do sexo quanto criminalizar a prostituição. Enquanto outras dinâmicas como o trabalho escravo ou o tráfico de órgãos emergem dessa definição, muitas vezes o tráfico de pessoas é visto como sinônimo de exploração das trabalhadoras do sexo, mesmo sem coerção, como ocorre quando a interpretação é baseada no Código Penal.

Piscitelli e Lowenkron (2015) analisam os regimes discursivos e legais a respeito do tráfico de pessoas no Brasil e na Espanha a partir do Protocolo de Palermo, atentando para o fato de que os sujeitos que são identificados como vítimas acabam se transformando em migrantes irregulares a serem deportados ou criminalizados. Na Espanha, nos anos 2000, o aumento do contingente migratório deu lugar a uma política repressiva de deportação de migrantes, excetuando-se as vítimas do tráfico de pessoas que colaborassem com as autoridades. No mesmo período, no Brasil, as ações antitráfico se concentravam na tentativa de conter o fluxo de migrantes que saíam do país para outras nações “ricas”, mas também, no final da década de 2010, na contenção de populações vindas de países pobres, a partir da ideia de defesa dos direitos das vítimas.

Diferentemente da Espanha, as vítimas do tráfico de pessoas no Brasil poderiam optar pela permanência no país independentemente da colaboração em processos judiciais. Na Espanha, a despeito da retórica acerca da proteção dos direitos humanos das vítimas do tráfico de pessoas, o reconhecimento destas se dava de maneira restritiva, apenas na condição de “denunciante” ou testemunhas. No Brasil, na visão dos policiais que atuavam na linha de frente, a vítima era definida mais do ponto de vista criminal do que pela violação dos direitos humanos, guiados menos por parâmetros legais do que por “narrativas midiáticas e construções políticas estereotipadas” (Piscitelli; Lowenkron, 2015, p.37), demonstrando uma discrepância entre as leis nacionais sobre o tráfico

de pessoas, o Protocolo de Palermo, as orientações sobre a implementação da política e as ações policiais.

Nos dois países, as políticas antitráfico operam entre categorias como a “vítima humanitária” ou a “vítima criminal”, ineficazes administrativa e criminalmente, pois não produzem a identificação por parte das vítimas, especialmente porque a vitimização emerge como um instrumento recorrente de violação dos direitos humanos.

A definição do tráfico de pessoas muitas vezes cria uma identificação direta entre este e o desaparecimento de pessoas. Em junho de 2014, entrevistei um deputado estadual do Rio Grande do Sul, membro da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas Desaparecidas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A frente parlamentar nasceu no contexto de preparação para os grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, da Campanha da Fraternidade lançada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 2014, com o tema “Fraternidade e tráfico humano<sup>23</sup>” e até mesmo da novela “Salve Jorge”, da diretora Glória Perez, exibida entre 2012 e 2013 e que retratava o tráfico de mulheres brasileiras para a Turquia<sup>24</sup>.

A frente parlamentar teve início em 2013, tendo como principal foco de atuação as cidades consideradas rotas de tráfico de pessoas no país. Segundo ele, nos últimos dez anos mais de 80 mil pessoas desapareceram no RS, sendo que entre 20 a 25 mil delas não haviam sido encontradas. A comissão havia identificado 28 rotas de tráfico nas seguintes regiões do estado: Porto Alegre, Grande Porto Alegre, Serra e Fronteira. Por meio desse levantamento, a Frente começou a realizar audiências públicas nessas regiões em caráter de prevenção, discutindo o tema e distribuindo cartilhas aos pais, atuando na redução da violência familiar e orientação sobre como proceder nos casos de desaparecimento<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Que tinha como objetivo debater e conscientizar a sociedade a respeito dos crimes de tráfico para a exploração do trabalho, exploração sexual, extração de órgãos e tráfico de crianças e adolescentes.

<sup>24</sup> As mulheres eram atraídas por aliciadores com ofertas de emprego no exterior, mas ao chegar eram forçadas a se prostituir. Paralelamente, a personagem Aisha, de uma família turca, descobre que foi adotada ilegalmente e busca suas origens no Brasil. Durante a novela, a personagem se corresponde por vídeo com adultos adotados ilegalmente no Brasil, são casos reais de pessoas que buscam seus pais biológicos.

<sup>25</sup> Entre as ações da frente parlamentar estão a criação de comitês estaduais de prevenção e acompanhamento nessas regiões, parceria com empresas de telefonia privadas para a divulgação das ações da frente parlamentar, assim como um projeto de lei para uma política

Ao falar dos casos de desaparecimento, o deputado faz a seguinte análise:

O que mais me chamou a atenção foi na fronteira, principalmente em Uruguaiana [...] onde essas meninas, de número maior, deve tá sabendo [...] elas operam ali com os caminhoneiros, com as pessoas que têm, vamos dizer assim, uma prática de exploração sexual, então isso é muito delicado, em função do conflito familiar, onde esses adolescentes acabam fugindo de casa.

[...]

Como teve a sensibilidade do governo do estado em criar as delegacias especializadas para combater a violência contra a mulher, que não tinha, por que não pode ter delegacias específicas para o tráfico de pessoas se o número de pessoas desaparecidas é muito grande, ele é muito significativo?

No primeiro trecho, o deputado faz referência às rotas de tráfico de pessoas e utiliza como exemplo meninas que fogem de casa e são exploradas sexualmente. No segundo trecho, há uma relação direta entre o tráfico de pessoas e os casos de desaparecimento no estado<sup>26</sup>. Embora o tráfico de pessoas envolva uma série de crimes, a ênfase na exploração sexual se deve à ausência de tipificação do crime de tráfico de pessoas, prevista apenas no Código Penal (artigos 231, 231-A) para o tráfico interno e internacional para fins de exploração sexual.

Com a promulgação da lei 13.344/2016 (06/10/2016), a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil do Senado, entre 2011 e 2012, estabelece-se um marco legal para o combate ao tráfico de pessoas, sintonizando o Código Penal ao Protocolo de Palermo. O texto legal inclui entre as condutas tipificadas como crime de tráfico de pessoas: “Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso” para a remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo;

---

estadual para o combate ao desaparecimento de pessoas (14.682, aprovado em janeiro de 2015).

<sup>26</sup> Levando em consideração as diferentes definições legais explicitadas por Piscitelli (2013) um traficado nem sempre será um desaparecido, a exemplo da prostituição de mulheres adultas, uma vez que na ausência de coerção a família não interpretaria a migração como desaparecimento, dado que conheceria sua causa, o que poderia criminalizar a prostituição. E, dependendo da causa do desaparecimento, que não é sabida, e levando em consideração as estatísticas policiais, um desaparecido nem sempre é um traficado, uma vez que existem muitas causas para o desaparecimento.

trabalho em condições análogas à de escravo; servidão; adoção ilegal e exploração sexual. (art. 149-A do Código Penal, lei 2.848, 7/12/1940).

Alguns eventos relacionados à discussão de especialistas ou representantes da causa do desaparecimento de pessoas costumam relacionar entre suas causas principais o tráfico de pessoas. Ao sublinhar apenas uma causa, essas ações acabam por se concentrar em determinados tipos de desaparecimento e também reduzir o universo do desaparecimento de pessoas no Brasil.

Nesse sentido, a grande visibilidade do tráfico de pessoas faz dele uma das formas de governo do desaparecimento de pessoas, pois através da entrada em vigor da Convenção de Palermo<sup>27</sup>, em 2004, o tema do tráfico de pessoas emerge com maior relevância no debate público no Brasil. Ao se referir à repercussão da novela “Salve Jorge<sup>28</sup>”, que abordava o tema do tráfico de pessoas, Sandra resumia o modo como a população adere às causas sociais: “a gente vai conseguir lutar, vai vender pelo rótulo e não pelo conteúdo”, ou seja, a imagem acaba sendo mais importante do que a causa.

Mesmo apoiando algo que não traduz exatamente a causa, Sandra acreditava que indiretamente poderia auxiliar na proposição de alternativas à resolução do problema, na medida em que ela atua em todos os eventos relacionados, o que explicita os agenciamentos que esses sujeitos fazem a respeito do governo da causa do desaparecimento. As causas dos desaparecimentos são, portanto, formas de governo sobre o desaparecimento de pessoas, uma vez que elas implicam em definições, diagnósticos e estratégias de ação diante de uma realidade construída como um de seus efeitos.

A utilização no projeto de lei de Sandra do termo “pessoas desaparecidas” é também uma maneira de enquadrar casos de desaparecimentos de adultos, uma vez que a preocupação do Estado com o desaparecimento no Brasil tem sido associada à condição das crianças e adolescentes desaparecidos. Essa preocupação inicia em 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que faz alusão à necessidade de serviços

---

<sup>27</sup> A Convenção de Palermo dá uma especial atenção aos crimes praticados contra crianças e mulheres.

<sup>28</sup> A novela foi dirigida por Glória Perez e foi exibida entre os anos 2012 e 2013.

de identificação e localização de responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos.

Ressalta-se que a visibilidade da atenção à infância associa-se à noção de indivíduo ou “sujeito de direitos” que pauta a gestão da infância no Brasil, investindo inúmeros agentes de autoridade e responsabilidades legais, como o Estado, a família e a comunidade, assentada na proteção integral e na prioridade no atendimento a crianças e adolescentes (Schuch, 2009). Nesse sentido, Ribeiro (2014) analisa o processo de tramitação de um projeto de lei conhecido popularmente como a “lei da palmada” (PL 7672/10) para a proibição legal de qualquer forma de violência contra crianças, destacando a mudança na sensibilidade em relação à infância e o alargamento do campo semântico da violência praticada contra crianças. Apelando à associação entre violência familiar à violência na escola e na sociedade brasileira, os defensores do projeto propunham a promoção de uma cultura de paz. Para tanto, legitimavam a autoridade de especialistas da área da pediatria e da neurociência, fazendo referência à criança como uma categoria universal e situando a violência como produto de um fenômeno com raízes no cérebro e não no contexto social.

Essa preocupação se expressa também na criação da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos-REDESAP, através da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) do Ministério da Justiça. A REDESAP, mediante o esforço conjunto de uma série de órgãos e instituições, tem por objetivo agilizar a localização dos desaparecidos por meio da divulgação das fotos e das circunstâncias do desaparecimento. Entre os seus representantes também consta a participação de familiares de crianças e adolescentes desaparecidos.

Entretanto, apesar da existência dessa rede e da formulação de diagnósticos relevantes para as políticas na área, como a “Carta de Brasília (2006)<sup>29</sup>” e a “Carta de Roraima (2010)<sup>30</sup>”, muito pouco foi concretizado no

---

<sup>29</sup> A Carta de Brasília é um documento produzido por representantes de instituições acadêmicas, de organizações da sociedade civil e de órgãos públicos de todo o Brasil no “I Encontro da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos –ReDESAP”, em novembro de 2005, em Brasília-DF. Entre as principais medidas propostas no que tange ao desaparecimento de crianças e adolescentes: definição

sentido de uma política nacional integrada, visando o reconhecimento e políticas de identificação e localização de pessoas desaparecidas, mesmo considerando apenas os casos de crianças e adolescentes.

Entre as principais iniciativas em relação a crianças e adolescentes desaparecidos estão a inclusão da lei 11.259 ao Estatuto da Criança e do Adolescente, em 2005, que trata da busca imediata a crianças e adolescentes e, em 2009, a criação do cadastro nacional de crianças e adolescentes desaparecidos (lei 12.127).

No projeto de lei de Sandra Moreno consideram-se demandas mais abrangentes que refletem a condição dos familiares de pessoas desaparecidas no país na consideração da especificidade dos tipos de causas associadas ao desaparecimento (se foram fugas, se desapareceram por conta própria, se foram fruto de crimes, etc.) e da condição dos sujeitos desaparecidos (geração, classe, gênero). Sandra possui uma competência argumentativa para transformar sua dor em uma denúncia pública (BOLTANSKI, Luc; DARRÉ, Yann, SCHILTZ, 1984), através de um efeito de dessingularização do seu caso, universalizando categorias particulares.

Essas demandas abrangentes presentes no projeto de lei congregam tanto uma política pública de prevenção e de apoio às famílias, como a

---

conceitual e jurídica sobre o desaparecimento e de um sistema nacional de identificação e localização; boletim de ocorrência padronizado para o registro do desaparecimento; estatísticas anuais; criação de sistemas instantâneos de alertas de desaparecimento; criação de serviços de identificação e localização; centralização de casos não solucionados em órgãos especializados em cada estado; cadastro nacional com consulta restrita de corpos e de crianças não identificadas; capacitação de profissionais na investigação dos casos e na abordagem e acolhimento aos familiares de desaparecidos; permanência de delegados e equipes especializadas em desaparecidos; tecnologias de identificação e localização como envelhecimento digital, reconstrução facial e banco de dados de DNA; articulação com banco de dados de IML's; acesso aos cadastros nacionais de pessoas físicas (cadastro de pessoa física, eleitorais, saúde, previdência e assistência social, etc.); universalização da identificação e registro civil; articulação e integração entre as políticas públicas; campanhas de sensibilização, mobilização e prevenção do desaparecimento e, pesquisas e encontros sobre o tema.

<sup>30</sup> A Carta de Roraima foi produzida no “III Encontro Nacional da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos – REDESAP”, em 2010, em Boa Vista-RR. As ações propostas são uma síntese dos encontros anteriores (Brasília, 2005 e Rio de Janeiro, 2008) especificadas com metas e responsáveis, tendo como um dos eixos o direito à convivência familiar e comunitária, também fazendo menção à condição de adultos e idosos desaparecidos. Levando em conta o caráter não criminal do desaparecimento, as principais recomendações para as autoridades seria a criação de um cadastro nacional de desaparecidos, bem como uma secretaria ou núcleo de atendimento ou assistência em cada estado, formado por quadro multidisciplinar e especializado responsável em atender familiares (ouvir, acolher) e centralizar e atualizar dados sobre pessoas desaparecidas.

produção de dados sobre o fenômeno, a difusão dos casos e a investigação especializada. A multiplicidade de causas que podem traduzir o desaparecimento de pessoas produz um terreno propício à especulação, acusações de ordem moral e rumores que, mais do que expressões de formas de mobilização social, constituem-se também em formas de governo sobre o desaparecimento.

As múltiplas ausências (Ferreira, 2013) são constitutivas de algumas bandeiras dos movimentos de familiares, assim como o são o engajamento nas buscas, o levantamento de hipóteses que cercam os casos de grande repercussão. Ferreira (2011) argumenta que é justamente pelo modo como o “problema social” do desaparecimento é gerido ou construído como irrelevante no Brasil que as práticas policiais alimentam o caráter enigmático dos casos. A ausência e a imprecisão dos dados e o modo como a maioria dos casos são tratados perpetuam a imagem da impossibilidade da resolução de alguns desaparecimentos.

Ferreira (2013) situa os diferentes discursos acerca do problema do desaparecimento de pessoas no Brasil por meio de múltiplas ausências: gestores responsabilizam as famílias pela proteção de seus membros; as mães de desaparecidos responsabilizam o Estado pela ausência na prevenção e solução dos casos, e os policiais reclamam da ausência de estrutura – treinamento e estrutura material- para lidar com os casos de desaparecimento.

Ferreira (2015) caracteriza como o desaparecimento de pessoas é gestado e gerido no Brasil contemporâneo, tanto por meio das ocorrências policiais e da administração dos casos de desaparecimento, quanto como problema social. A autora analisa a gestão de casos em uma delegacia especializada no Rio de Janeiro, especificamente as “[...] formas cotidianas, regulares e rotinizadas por meio das quais casos que não gozam de notoriedade pública são geridos em nossas instituições, em especial as repartições policiais” (Ferreira, 2015, p. 23). O fenômeno do desaparecimento é permeado por dúvidas e imprecisões, nos quais casos muito heterogêneos são reunidos e geridos através de um processo de produção social da indiferença.

As comunicações de desaparecimentos apresentam-se como incógnitas ou mistérios que na rotina burocrática são convertidos em ocorrências perfeitamente decifráveis, a partir de um leque de hipóteses muito restrito.

Reforça-se a ideia de que o desaparecido é encontrado pela própria família, seja através das informações sobre o desaparecido, mas também por meio da comunicação de retorno do mesmo: “[...] cabe à polícia preencher papel e devolver às famílias seus problemas na forma de conselhos e compromissos, reputações e relações de dependência nos registros de ocorrências, termos de declarações, ofícios, relatórios e outros documentos. (Ferreira, 2015, p.269).

Segundo Oliveira (2012), entre as queixas dos familiares está a cultura policial tradicional<sup>31</sup> como entrave para a busca pelo desaparecido, pois estes profissionais encaram o desaparecimento como uma questão menor por não ser tipificado como crime. Na visão dos policiais, os desaparecimentos são causados por conflitos familiares, são, portanto, responsabilidade da família (Ferreira, 2013).

As narrativas suscitadas pela mobilização dos familiares de pessoas desaparecidas sugerem que o sofrimento das famílias é parte integrante, senão central, do problema do desaparecimento. Esse sofrimento é evidenciado quando se supõe causas para os desaparecimentos ou se definem prioridades de investigação, como nos supostos casos de fuga, quando se pressupõe que o desaparecimento foi produzido por escolha do desaparecido (Oliveira, 2012).

## 1.5 Tecnologias, táticas e saberes

Fui pela manhã até a ONG “Mães da Sé” para fazer algumas fotos e acabamos presenciando um reencontro entre Silvia<sup>32</sup>, de 43 anos, e seu filho, Bernardo\*, separados há aproximadamente 28 anos, quando ele tinha dois anos e meio. Enquanto aguardava o filho em uma sala, Silvia me contou que veio da Bahia para São Paulo quando tinha sete anos, trazida por uma tia. Essa tia costumava bater muito nela, mas como ela era criança e não conhecia ninguém, dependia dela. Aos 13 anos ela já trabalhava como empregada em casa de família apenas para comer e ter onde morar, período em que ela ficou

---

<sup>31</sup> Existem exceções, especialmente nas delegacias e serviços especializados em que podemos encontrar geralmente uma escuta sensível às demandas dos familiares e uma boa compreensão sobre o problema, o que reflete na sua capacidade de resolução dos casos. Uma delegacia especializada em Belo Horizonte, por exemplo, utiliza em suas capacitações para as delegacias do interior do estado o artigo de Ferreira (2013a), que tece críticas ao trabalho de gestão de documentos de pessoas desaparecidas em uma delegacia no Rio de Janeiro, na qual um dos efeitos é a delegação da responsabilidade da gestão dos casos às próprias famílias dos desaparecidos.

<sup>32</sup> \* - Nomes fictícios.

grávida. Durante um período de três meses em que ficou desempregada e sem condições de sustentar o filho ela o deixou com um casal conhecido por intermédio de suas relações. Nesse período ela ajudava o filho enviando dinheiro apenas esporadicamente. Em um dado momento, uma amiga que intermediava a relação com o casal não conseguiu mais contato e ela foi procurá-los pessoalmente. O casal disse então que o filho havia morrido. Quando a filha mais nova de Silvia buscava informações de sua mãe na internet para um processo trabalhista, 20 anos depois, encontrou o nome do filho vinculado ao de sua mãe. Já havia se passado um tempo quando Silvia soube que o filho estava vivo, mas só conseguiu efetivar sua busca pela ajuda e insistência do atual companheiro, que também tinha um filho que não conhecia (ele contou que casou e separou no mesmo dia). Com a nova informação, o companheiro procurou as Mães da Sé nas escadarias da Praça da Sé e foi orientado a buscar informações sobre Bernardo no cartório onde o mesmo havia casado, próximo do endereço de Silvia. No entanto, como ele não era o pai de Bernardo ele não poderia ter acesso ao seu endereço. Foi então que ele fez um escândalo explicando a situação, solicitando a presença do “presidente” do cartório. Os seguranças até lhe disseram que se ele fosse mais jovem o teriam agredido e expulsado. Mas, por fim, um funcionário resolveu dar o endereço ao mesmo. Ele então voltou à ONG, pois não se sentia à vontade para procurar Bernardo em sua casa. A ONG então intermediou o reencontro que aconteceria naquele dia. Silvia trouxe a foto do filho quando criança e estava muito nervosa: “tá demorando”. Quando o filho chega, ela está de costas para a porta. Ela se vira e então se demora olhando para o rosto dele. Os dois se abraçam e choram. Silvia estava com o seu companheiro e mais tarde chegariam a filha e seu neto. Bernardo trouxe a mulher, a mãe adotiva e sua irmã. Na sala também estavam eu, Ivanise, Letícia, minha namorada e atual esposa, e a psicóloga da ONG. Todos choravam e a psicóloga solicita que eu continue gravando. Depois eles sentam e falam sobre suas afinidades, preenchendo os espaços vazios da memória: “Eu sabia que eles não me contaram a verdade”, disse Bernardo sobre a família que o criou até os 15 anos. Ele diz que sua vida teve duas fases, a primeira até os 15 anos, e a segunda, a partir dos 15 anos quando fora adotado contra sua vontade, embora estivesse feliz com a nova família. Mãe e filho falam sobre afinidades, a diversidade dos times por quem torciam, a aptidão mútua pela cozinha. Ivanise chora e diz que é de felicidade, pois se imagina vivenciando a mesma situação. Diário de campo, São Paulo, 29/07/2013.

Ao sublinhar o caráter estratégico e prescritivo do conhecimento, Foucault (2015) destaca que os domínios de saber emergem como produtos de relações de força ou políticas, já que a verdade não é universal e tampouco anterior ao sujeito. Por isso podemos indagar como as condições da experiência passam a se tornar objeto de conhecimento, uma vez que a relação entre eles é de descontinuidade e heterogeneidade. Ao tratar do que ele define como uma história política do conhecimento, o autor vai destacar, por exemplo, que na filosofia ocidental era deus quem harmonizava os

interesses entre o conhecimento e as coisas a serem conhecidas, ou que as práticas judiciais oferecem os principais modelos de verdade em nossa sociedade.

A experiência do desaparecimento difere das condições em que o conhecimento sobre o fenômeno é produzido socialmente. Todo conhecimento precisa ser “inventado” (Foucault, 2005). A constatação dos familiares militantes na causa sobre o fato de que no passado o desaparecimento nem existia, não se refere à experiência vivida, mas à construção de um campo de saberes sobre o fenômeno, no qual os mediadores também têm um papel relevante.

Embora o desaparecimento exista como experiência individual, a produção de um domínio de saber sobre ele depende de determinadas relações políticas que tornem experiências tão díspares em um domínio comum e inteligível. Isso não significa descartar ou negar a especificidade da experiência individual, mas destacar as estratégias empreendidas para que essa experiência possa ser compartilhada.

Destaco a importância das tecnologias de governo na construção de experiências comuns de familiares que sofrem, mas também na possibilidade de construção do desaparecimento como um problema político. Espaços como a organização não governamental descrita no início deste subcapítulo, associações de familiares, programas de televisão se constituem como tecnologias de poder na medida em que conformam um campo de relações, de sujeitos e processos de subjetivação, nos quais esses personagens produzem modos de atuação. Esses espaços podem ser entendidos como tecnologias de governo na medida em que esses sujeitos produzem a si mesmos, constituem uma verdade a respeito de sua experiência, através de atividades práticas locais de grupos coletivos heterogêneos (Fonseca et al., 2017).

A articulação entre as experiências individuais e a produção de conhecimento sobre o fenômeno do desaparecimento ficam evidentes no surgimento e consolidação de um grupo de familiares de pessoas desaparecidas e voluntários em Florianópolis, que venho acompanhando há três anos. Esse grupo é formado especialmente por familiares e voluntários como Aldaleia, de 59 anos, aposentada como técnica judiciária da justiça federal e mãe de três filhos adultos. O primeiro contato com o tema do

desaparecimento se deu quando ela conheceu Dolores<sup>33</sup>, a mãe do menino Willian<sup>34</sup>, que morava em sua rua há dez anos. Sabendo de sua proximidade com jornalistas de uma emissora de um canal aberto, Dolores a procurou para que a ajudasse na divulgação de seu caso.

Afetada pela compreensão da experiência da amiga, Aldaleia escreveu durante dois anos para uma emissora de televisão de grande audiência, até que a mesma produziu um quadro que vai ao ar uma vez na semana, desde 2014, durante a exibição de um programa jornalístico ao meio dia. O quadro consiste na divulgação de cartazes de pessoas desaparecidas, tanto pelos próprios familiares dos desaparecidos quanto através dos familiares e voluntários membros do GAFAD, conforme as figuras 2 e 3.



Figura 2: Quadro desaparecidos, abril de 2017

---

<sup>33</sup> Nome fictício.

<sup>34</sup> Nome fictício.



Figura 3: Quadro desaparecidos, abril de 2017

O quadro teria alavancado outras iniciativas, como a criação do Grupo de Apoio aos Familiares de Desaparecidos de Santa Catarina- GAFAD, a aproximação de um policial militar<sup>35</sup> nos primeiros programas, que resultou em um serviço de divulgação e “pesquisa” (ao invés de investigação, atribuição da polícia civil) denominado “SOS Desaparecidos” e a criação de uma delegacia especializada em desaparecidos.

“Antes não se ouvia falar em desaparecimento”, disse Aldaleia, que participou do primeiro quadro para acompanhar Dolores, mas ambas não esperavam que esse tivesse uma sequência. O quadro criou as condições para que os familiares e voluntários se encontrassem, compartilhando suas experiências comuns, segundo ela, especialmente o descaso com que os familiares eram tratados.

O grupo buscou apoio para alavancar suas ações, mas esbarrou na ausência de um registro formal do grupo, o que foi sendo construído com a criação de um estatuto para a associação e uma sede na rodoviária de Florianópolis, conquistada pelo apoio e resultados exitosos na localização de desaparecidos do “SOS desaparecidos”, muito próximos desde a constituição

---

<sup>35</sup> Um dos motivos seria um trabalho de especialização e a proximidade com o pai de um desaparecido.

do grupo. Antes a sede do grupo era a casa de Aldaleia, o que gerava um distanciamento em relação aos familiares. Hoje a sede é um ponto de encontro, auxílio e orientação aos familiares.

A atuação do grupo consiste na participação em projetos com captação de recursos, divulgação de fotos de pessoas desaparecidas, promoção de atos públicos. O GADAF é conduzido, sobretudo, por voluntários e familiares e os gastos são divididos entre os membros do grupo que podem contribuir. Sua percepção é que existem vários fatores associados ao desaparecimento e compara sua relação com a causa: “Não é a mesma dor, mas a gente sofre junto”.

Laureci, de 61 anos, conheceu o grupo quando assistiu por acaso a exibição do jornal ao meio dia. Antes, sua restrição à exposição sensacionalista dos programas que divulgavam casos de desaparecidos não lhe atraía. Laureci tem nove filhos e estudou até a 5ª série do ensino fundamental, tendo se aposentado há três anos, depois de trabalhar quase 30 anos em uma casa de família. Ao conhecer o quadro pela televisão passou a frequentar e a conhecer outros familiares e voluntários. Sua filha Andréia desapareceu há dez anos, quando tinha 27 anos. Ela começou já no início da formação do grupo, sobretudo pela falta de orientação sobre o problema do desaparecimento:

A gente não tinha informação nenhuma sobre desaparecimento, e já existia muitos e a gente não tem informação de nada porque a gente nem sabia onde chegar. Quando foi feito o B.O. (boletim de ocorrência) da minha filha, foi lá na Trindade. A minha filha que foi fazer, simplesmente o rapaz que nos atendeu, o policial que atendeu ela, atendeu super mal. Na verdade não deu a mínima importância. Portanto, depois que o SOS (serviço de divulgação de pessoas desaparecidas, da polícia militar) foi formado com o major Marcus é que a gente foi descobrir que a minha filha não estava registrada como desaparecida. Então ela tinha acesso livre de ir e voltar para qualquer canto que ela não estava sendo procurada (Entrevista, Florianópolis-SC, 04/2017)

Entre as primeiras atividades do grupo estava a coleta de assinaturas para um projeto de iniciativa popular sobre o tema (projeto de Sandra Moreno). Como já vive seu drama há dez anos, ela acredita que pode dar apoio aos outros familiares, uma vez que estaria mais “calejada”. Sobre a necessidade de um grupo de apoio, ela resume por meio da narrativa de sua busca à filha:

Eu carreguei essa dor por muito tempo, eu procurava minha filha na multidão (emocionada), para ver se eu achava. Cada pessoa que passava eu olhava para o rosto da pessoa. Cada pessoa que eu achava assim mais ou menos, de costas, com o corpo dela, sem a pessoa perceber e a pessoa se virava e não era minha filha. Porque realmente, a gente é desamparada [...] Aí foi que houve a necessidade de formar o grupo para que outras pessoas não passassem pelos caminhos que a gente passou ou pelo menos a gente aqui a gente apóia, a gente vai em busca de melhoria pro grupo.

[...]

Eu buscava em lugares que tinha movimento de pessoas. Tinha uma hora que eu me sentava (emocionada), para ver as pessoas passar, na esperança que ela passasse por mim e eu a chamasse, mas nunca aconteceu isso. Ainda dói muito. Dez anos e a dor continua a mesma. A gente só vai calejando mais, mas a ferida continua a mesma. (Entrevista, Florianópolis-SC, 04/2017)

As tecnologias, técnicas, saberes são ferramentas fundamentais na construção do desaparecimento como um problema social, mais ainda, elas podem enquadrar a experiência dos familiares de desaparecidos como um novo tipo, conforme Hacking (2013), uma vez que as experiências do passado podem ser enquadradas e revividas sob uma nova perspectiva em um espaço de construção e disputa, no qual as fronteiras entre as concepções científicas, jurídicas, subjetivas se confundem.

## 1.6 Considerações finais

O último levantamento nacional<sup>36</sup> acerca do número de pessoas desaparecidas no Brasil, há mais de 15 anos, estimava que aproximadamente 200 mil pessoas desapareciam por ano no país. Esse dado é muitas vezes utilizado como bandeira de ações coletivas, o que demonstra a dificuldade em separar aqueles que buscam seus familiares desaparecidos da expertise proporcionada pelos inúmeros obstáculos que vivenciam. O caso de Sandra

---

<sup>36</sup> A pesquisa foi encomendada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos e apoiada pelo Ministério da Justiça, em 1999 (Oliveira; Geraldês, 1999).

Moreno demonstra que o conhecimento acerca do desaparecimento é um campo aberto de disputa acerca do papel do Estado.

Para os familiares seria necessário aceitar uma eterna dúvida a respeito das causas do desaparecimento para lidar efetivamente com este. Na prática policial, nem sempre há o reconhecimento de que a fuga ou qualquer desaparecimento que tenha sido realizado por iniciativa própria seja realmente um caso de desaparecimento (Oliveira, 2012), sobretudo a partir da fala de alguns familiares de desaparecidos, mas também de delegados de polícia. Segundo a perspectiva da família, o que significa ter consciência quando o desaparecido está exposto a riscos (como crimes, no caso de crianças e adolescentes) ou deixa responsabilidades com relações sociais (como pais, filhos, cônjuges)? Nesse sentido, independente da consciência do desaparecido sobre sua ação, a busca familiar reivindica o encontro com a pessoa desaparecida ou mesmo o esclarecimento sobre o desaparecimento.

Muitas vezes a avaliação sobre as causas inviabiliza a tipificação do desaparecimento, uma vez que casos de desaparecimentos podem ser registrados como “fato em tese atípico”, o que inviabiliza a própria investigação.

O caso de Ivanir Ramos Garcia é emblemático. Ivanir, de 69 anos, moradora de Viamão-RS, região metropolitana de Porto Alegre, procurava seu filho desaparecido Édson há mais de 25 anos. Conversei com ela há três anos, em uma casa muito simples. Funcionária pública aposentada, mãe de cinco filhos, ela contou que a primeira fuga do filho Édson ocorreu aos 12 anos, quando foi buscá-lo em uma cidade do interior do estado. O pai de Édson já era separado da mãe, e segundo ela, “nunca se preocupou em achar”. Entre as primeiras justificativas de fugas, segundo a mãe e o irmão, estava a revolta do filho com a família pela não aceitação do seu envolvimento com um homem mais velho. A mãe lembra bem, pois a última fuga ocorreu quando o mesmo tinha 17 anos, na véspera do ano de 1990.

Um investigador de polícia do Rio de Janeiro se empenhou na investigação, dando retorno e vindo até o Rio Grande do Sul para conhecer a família. A família escreveu e recebeu retorno do Ministério da Justiça e da Cruz Vermelha. Ivanir se ressentia por não ter nenhuma resposta da investigação no Rio Grande do Sul, tendo sido chamada novamente em 1992 para fazer um novo boletim de ocorrência. A família espalhou cartazes em rodoviárias,

divulgou o caso em programas de televisão e jornais, buscou ajuda de vereadores e deputados na confecção de materiais de divulgação. Ao relatar o caso, o irmão cogitou que se ele não estivesse morto poderia estar envolvido com alguma situação em que não pudesse se identificar.

A família compreende que o caso se trata de uma fuga. As últimas informações dão conta de que um antigo patrão de Édson, do Rio de Janeiro, para quem ela havia ligado, disse que o filho teria passado lá há cinco anos atrás e dito que não queria voltar para casa. De São Paulo, há uma informação de um carro comprado em seu nome em 2013, ao qual ela teve acesso em decorrência de uma ordem de busca e apreensão pelo não pagamento, mas não havia como saber se o carro foi comprado por ele ou por alguém que se utilizou de seus documentos. No endereço indicado morava um “Elias” e não um Édson de mesmo sobrenome.

Édson sumiu na véspera de ano novo e a mãe lembra dele todos os anos na mesma data e se retira da festa familiar para chorar: “enquanto solta o foguete eu choro”, disse ela. Uma psicóloga teria lhe dito que ela deveria aceitar o desaparecimento como se fosse uma morte, o que a deixou indignada:

A dor não era dela para ela ter dito aquilo, porque se tivesse morrido eu sabia, tá ali, morreu, seja lá o que for é o caminho de todos, agora assim tu não sabe se tá doente, se tá vivo, se tá morto, se tá passando trabalho, se precisa de ajuda, tu não sabe nada. Entrevista, Viamão-RS, 10/2014.

Enquanto mostrava as fotos da infância em família, Ivanir também apresentava retratos desenhados com as supostas feições atuais do rosto do filho, que teria hoje 44 anos (figura 4). Ela comentou que a divulgação fez com que o confundissem com o irmão mais velho na cidade de Montenegro. Espontaneamente, pelo menos dois detetives particulares apareceram para ajudar. Há dois anos atrás, mesmo com poucos recursos a mãe decidiu refazer sozinha todos os passos de Édson desde 1989, viajando com a irmã ao Rio de Janeiro e planejando, de acordo com suas possibilidades financeiras, uma viagem a São Paulo.



Figura 4: Desenhos realizados a partir da foto de Édson Gilmar Garcia Schaffer.

Mesmo pressupondo uma fuga, não há como ter certeza sobre o paradeiro do filho, nem se as pistas da família se tratam efetivamente da mesma pessoa. Nas fotos e imagens em que a mãe divulga o caso, os cabelos brancos narram a dor e a urgência de uma resposta sobre o filho<sup>37</sup>, mesmo que seja uma ligação telefônica. Édson agora é um adulto e tem o direito de permanecer “desaparecido”, entretanto, diante do cenário apresentado não temos como saber sobre sua condição atual.

<sup>37</sup> Na divulgação da foto do filho, Ivone faz um apelo a partir de um poema escrito por ela, intitulado “Meu filho... meu pedaço...” : “10 de abril de...72 / Nasceu um lindo menino./ Sendo mãe dei o nome / A este pequenino./ Foi crescendo...crescendo / 17 anos completou / Pensando que era homem / Meus conselhos desprezou. / 31 de dezembro de...89 / Data muito marcada / Meu filho fugiu de casa / Me deixando desesperada./ Passava noite...chegava dia / Esperando eu não dormia / Chorando muito rezava / Com esperança no outro dia / Passavam dias e dias / Muitos anos se tornou / Uma esperança perdida / De um dia que não chegou. / Cansada...envelhecida / Sentindo o final da vida / Continuo a procurar / Olhando de face em face / Esperando nela achar / Os traços de meu filho / Que partiu sem retornar. / Cabelos embranquecidos / Olhos umedecidos / No rosto lágrimas caindo / Não consigo encontrar / Não sou uma mãe completa / Procuro mas não acho... / Édson Gilmar Garcia Schaffer / Meu filho, meu pedaço.”

O que a mobilização da mãe a partir da família rompida destaca, nesses mais de 25 anos, é que o sofrimento familiar é um imperativo na busca ao desaparecido. Infelizmente, Ivanir acabou falecendo sem rever o filho desaparecido. Mais do que resumir esses casos a “fugas”, trata-se de pensar em como são construídas as vítimas do desaparecimento de pessoas e como elas são parte do processo de instituição das formas de governo do desaparecimento, através da definição do problema e de suas formas de resolução, da mobilização social, do reconhecimento pelo Estado e, sobretudo, da busca ao desaparecido.

## **PARTE II: FAMÍLIA**

## CAPÍTULO II

### A EMERGÊNCIA DA FAMÍLIA NA MILITÂNCIA DO DESAPARECIMENTO

Entre os anos de 1995 e 1996, depoimentos de familiares empunhando cartazes de pessoas desaparecidos nas escadarias da Igreja da Candelária eram apresentados em cadeia nacional, no Rio de Janeiro, destacando o sofrimento e as circunstâncias dos desaparecimentos que envolviam seus familiares. Tratava-se da novela “Explode Coração”, da Rede Globo, na qual a personagem Odaísa (Isadora Ribeiro) vivia o drama de ter seu filho Gugu (Luiz Cláudio Júnior) desaparecido.

O menino de cinco anos, que circulava livremente nas proximidades de sua residência é atraído para um carro preto com vidros escuros que rondava há dias na região. Gugu estava desaparecido. Ao registrar a ocorrência na delegacia, no mesmo dia, o policial ignora os apelos da mãe, recomendando que ela vá para a casa até que o filho retorne espontaneamente. Indignada com a negativa, ela discute com o policial que lhe cobra: “Onde a senhora estava quando ele desapareceu?”. O policial ignora a solicitação e alega que a queixa de desaparecimento só poderia ser registrada depois de 48 horas.

Em nove de março de 1996 foi ao ar o episódio em que as mães da Cinelândia são entrevistadas pela repórter Ione (Deborah Evelyn). Odaísa aparece em uma das cenas nas escadarias da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro-RJ (fig. 5), segurando um cartaz com a foto do filho, junto com outras mães que viviam o drama real à época. No mesmo dia, Odaísa descobre que o menino encontrado pelo delegado que investigava o caso não era seu filho.



Figura 5: Cena da novela "Explode Coração". Fonte: CEDOC/TV GLOBO<sup>38</sup>

Odaísa retorna à delegacia com a suspeita de um carro no qual o filho teria sido visto, mas o policial se recusa a investigar. Em outra oportunidade, o delegado indaga a mãe sobre novas notícias do caso, pois teria poucas pessoas para o trabalho policial e só poderia investigar com provas. Odaísa implora e o delegado explana sobre a dificuldade de resolver esse tipo de caso, seja no Rio de Janeiro ou no resto do Brasil, ao que um amigo da família cobra medidas pelo Estado para enfrentar o desaparecimento.

Odaísa organiza uma manifestação com seus vizinhos fechando a rua de sua casa, com a cobertura da imprensa. A foto da criança é publicada no jornal e cartazes são distribuídos. Todos passam a seguir a pista do carro preto, no qual uma mulher disse ter visto uma pessoa tirando fotos da criança. Gugu foi sequestrado. A mãe também lembra que o filho apareceu uma semana antes com um carrinho novo, mas que ele não sabia dizer quem lhe havia dado. Odaísa procura uma cigana para que a mesma leia as cartas, ela então confirma que o menino está vivo, mas que poderia estar correndo riscos e também que não sabia dizer se ele voltaria.

---

<sup>38</sup>Disponível em: <<http://gshow.globo.com/programas/video-show/Bau-TV/noticia/2012/10/clima-cigano-de-explode-coracao-de-1995-incendeia-o-novelao.html>>. Acesso em 10/8/2016.

Odaísa já não consegue trabalhar, tendo que pedir ajuda financeira para andar de ônibus atrás do filho. As cenas em que ela ou o filho aparecem são ambientadas com uma trilha sonora triste. Em uma das cenas, o menino aparece no aeroporto prestes a embarcar para o exterior, na companhia de um casal estrangeiro, mas Gugu foge e passa a vagar pelas ruas. Depois ele entra em um caminhão de mudança atrás de seu cachorro e é levado para o centro de São Paulo, onde começa a mendigar. Gugu é reconhecido por um homem, mas foge, assim como em outras oportunidades como, por exemplo, quando é explorado por uma mulher que o obriga a pedir dinheiro nas ruas passando-se por seu filho.

O envolvimento do companheiro Geraldo (Gracindo Júnior) e a cumplicidade da vizinha Soninha (Paula Lavigne), que temia em falar, vai sendo revelado no desenrolar da trama. Percebendo o temor de Soninha em revelar o que sabia sobre o caso, sua patroa busca a ajuda de um promotor e um investigador. Eles descobrem que o companheiro de Odaísa havia vendido o filho dela para uma quadrilha que comercializava crianças para a adoção internacional. Quando Geraldo é preso o mesmo afirma que Gugu foi vendido para “seu bem” a um casal alemão. Gugu é encontrado no último episódio.

A ficção não só reconhece a realidade, mas também a potencializa, em um período em que a televisão era um *lócus* privilegiado de produção de interpretações sobre o Brasil (Hamburger, 2011). A novela faz referência à participação das “Mães da Cinelândia”, do Rio de Janeiro, as principais motivadoras para a inserção do tema. Na cena da entrevista, ao fundo, cartazes como “o próximo poderá ser seu filho” ou “a ausência dói tanto quanto o descaso das autoridades” dão o tom da luta. Além dos movimentos de mães do Rio de Janeiro, nas cenas da novela vemos mães que se tornaram protagonistas na luta pelo reconhecimento do problema do desaparecimento nos últimos 20 anos. O final de cada episódio da novela era seguido de mais depoimentos reais sobre casos de desaparecimento.

Considerando que a televisão já alcançava, desde 1991, 99% do território nacional e 74% dos domicílios, a novela das nove horas teve uma audiência geral de 47%<sup>39</sup>. No final daquele mês (março de 1996), Célio de

---

<sup>39</sup> De acordo com o site: <https://tvibopenews.wordpress.com/2010/02/11/audiencia-detalhada-explode-coracao/>

Almeida Garcia Júnior, de 13 anos, foi localizado graças à novela. O menino teria sido levado pelo pai para o Mato Grosso, havia dez anos. A parceria da emissora com a organização não governamental do Rio de Janeiro, o Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente-CBDDCA, teve como resultado o encontro de mais de 60 pessoas desaparecidas, segundo dados da emissora.

A atuação da autora da novela, Glória Perez, foi fundamental para a representação do drama do desaparecimento. Glória Perez viveu o drama de ter sua filha, a atriz Daniella Perez, assassinada em 1992, pelo ator Guilherme de Pádua e sua mulher, Paula Thomaz. À época os dois atores trabalhavam na novela “De corpo e alma”, que havia sido escrita por Glória Perez. Depois do contato estreito entre Glória Perez e os movimentos de mães durante a novela “Explode Coração”, a autora passa a ter o apoio delas e de outros movimentos em sua própria luta: a condenação de Guilherme de Pádua por homicídio qualificado<sup>40</sup>, em julgamento ocorrido em 1997.

Entre as ações de protesto contra os assassinos da filha foram organizados, antes do julgamento, uma caminhada na Avenida Atlântica, uma missa, panfletagens e outdoors. A campanha de marketing trazia o rosto de Daniela estampado (figura 6), com os dizeres: “Esse fosse sua filha? Chega de impunidade” e foi coordenada pelo Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente- CBDDCA<sup>41</sup> e patrocinada por empresários. A caminhada contou com a participação das Mães da Cinelândia, Mães de Acari, Associação de Vítimas da Violência, Movimento pela vida, fãs e atores de novelas e entidades de Direitos Humanos<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Da mobilização de Glória Perez também resultou a inclusão do homicídio qualificado como crime hediondo no Código Penal (lei 8.930/1994), através de um projeto de lei de iniciativa popular (com o recolhimento de 1,3 milhão de assinaturas). A lei dos crimes hediondos (lei 8.072/90) tornava os crimes inafiançáveis e impediam o benefício da progressão da pena. Entretanto, uma decisão de 2006 do Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a vedação da progressão de regime para condenados por crimes hediondos.

<sup>41</sup> Cristina Leonardo, presidente do CBDDCA disse, em uma entrevista, que acreditava que a causa seria uma maneira de fortalecer o apoio da classe média às entidades de Direitos Humanos pela condenação dos policiais na Chacina de Vigário Geral. Cristina teria feito um curso de proteção às vítimas no FBI (Departamento Federal de Investigação dos Estados Unidos) e atuado como assistente de acusação no caso da Candelária. A advogada pretendia usar o que aprendeu para mobilizar a opinião pública. Ela também estaria à frente de um programa nacional de resgate à crianças de desaparecidas e alegava que era fundamental o apoio da classe média em uma causa única (Jornal do Brasil, 02/08/1996).

<sup>42</sup> Jornal do Brasil, 02/08/1996.



Figura 6: Mobilização no julgamento do caso Daniela Perez. 07/08/1996. Fonte: Jornal do Brasil.

## 2.1 Militância e condição de classe

Para compreender os movimentos que se utilizam da maternidade como elemento legítimo na denúncia da violência urbana e do desaparecimento, passo a refletir sobre as condições de possibilidade da emergência da militância acerca do problema do desaparecimento no Brasil.

A partir de uma abordagem histórica sobre a constituição de um campo de atuação protagonizado por familiares de pessoas desaparecidas, organizações não governamentais e de outros atores, tento reconstruir o contexto de tensões, alianças e oposições que vigoravam a partir dos anos 90 no Brasil, período fundamental para a constituição do desaparecimento como um fenômeno autônomo, não redutível a suas causas.

Na América Latina, organizações de mães como as “Mães da Praça de Maio”, na Argentina, já existiam desde o final dos anos 70, constituindo-se como um movimento legítimo no espaço público na enunciação do

desaparecimento praticado pelo Estado. Interpelando o Estado como mães, elas buscavam respostas sobre o desaparecimento forçado de seus filhos, rotulados como “subversivos”, devido sua oposição ao regime ditatorial, o que justificou a expropriação dos filhos das “mães más” que nasciam em cativeiro e eram encaminhados para adoção para sua “regeneração” através da educação pelos “bons pais” (Regueiro, 2015).

Segundo Maccafani (2007), no Brasil, os “novos movimentos sociais” surgem a partir dos anos 70, durante a ditadura, quando se aprofunda a industrialização, a intensa ocupação das cidades e os problemas que são característicos do aumento populacional. Esses movimentos se caracterizam como populares, heterogêneos e descentralizados e reivindicam mais a solução de carências do que mudanças estruturais. A ação e a participação passam a substituir gradualmente a discussão sobre as formas de superação do modelo econômico vigente, assumindo a função clássica de partidos políticos e sindicatos.

Gohn (2000) caracteriza os anos 1990 como uma consequência das experiências de mobilização das décadas de 70 e 80, mas chama a atenção para a diminuição da emergência de movimentos sociais em detrimento de novos modos de ação coletiva, o que teve como consequência a ampliação da esfera pública não governamental ou estatal. As formas de associação predominantes nos anos 90 não se baseavam mais em processos de mobilização em massa e em uma militância político-ideológica, mas em mobilizações pontuais que não implicavam obrigações e deveres permanentes e tampouco dependiam de laços de pertencimento preexistentes.

O Brasil havia se urbanizado e industrializado, mas ainda vivia sob a égide de uma cidadania tutelar das elites, restrita (definida a partir do trabalho) e regulada pelo Estado. A cultura política emergente vai se constituir na denúncia do cidadão acerca da violência estatal, definindo o papel do Estado em face dos cidadãos a partir da constituição de uma sociedade civil que luta pelo acesso a direitos.

Nos anos 90, o país passava por um período de intensa participação da sociedade civil na definição de novas formas de gestão da cidadania, seja a partir da luta por eleições diretas, seja na construção da nova Constituição, a chamada “Constituição Cidadã”, uma vez que esta expressava os anseios de

diferentes grupos da sociedade até então alijados da construção de um pacto democrático. Essas condições foram sendo construídas durante os anos 80, quando os movimentos sociais, articulados a organizações não-governamentais internacionais, atuavam contra o Estado, denunciando o caráter excludente de suas políticas.

Gohn (2000) argumenta que esses movimentos de oposição ao Estado foram fundamentais na criação da interlocução entre o Estado e a sociedade civil. As condições institucionais para a representação dessa mobilização ocorrem a partir da emergência de uma “jurisdição do social”, como os conselhos gestores, câmaras, etc., os quais funcionavam como formas de interlocução com o Estado através da criação de leis. O processo Constituinte, a promulgação da Constituição, o processo de construção do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS e o Sistema Único de Saúde- SUS são exemplos dessas emergentes concepções de participação organizada. A partir dos anos 90 vemos proliferar um conjunto de organizações, fundações, associações, movimentos que demandam o “direito a ter direitos”, sobretudo para aqueles grupos e nos espaços em que o Estado era menos atuante.

A mobilização familiar acerca do desaparecimento irá se alicerçar especialmente nas mobilizações de familiares de vítimas da violência em capitais como o Rio de Janeiro e São Paulo. Por trás da denúncia desses familiares estava a violência urbana, muitas vezes perpetrada pelo próprio Estado na figura de suas instituições de segurança.

Araújo (2014) caracteriza a década de 90 como a “era das chacinas”, ao se referir à repercussão nacional e internacional da mobilização social produzida especialmente a partir do desaparecimento de onze pessoas da favela de Acari-RJ, em 1990. Os corpos das vítimas nunca foram encontrados e as “Mães de Acari” passaram a tomar o cenário público a partir de “práticas de luto e reivindicativas de justiça”, dando visibilidade nacional e internacional acerca da universalidade dos direitos humanos no Brasil. Araújo (2008) argumenta que as “Mães de Acari” elaboraram “tecnologias de protesto” para dar visibilidade pública a sua causa e “tecnologias de defesa” no sentido de lidar com as desqualificações públicas de suas identidades, atentando para sua

tripla condição de gênero (mulher/mãe), classe (pobre) e socioespacial (faveladas).

As estratégias utilizadas pelas mães de Acari iniciam com os depoimentos-testemunhos, passam por práticas de luto e reivindicação de justiça, depois a denúncia internacional à Anistia Internacional<sup>43</sup> a partir das redes locais e posteriormente a denúncia nos meios de comunicação e o registro em livros. As mães de Acari realizaram cerimônias, missas, passeatas, homenagens, seminários e protestos, agregando cada vez mais outras vítimas da violência no Rio de Janeiro. Araújo (2008) argumenta que a denúncia foi se transformando progressivamente e o caso exemplar dos desaparecidos de Acari foi se generalizando em casos exemplares de violência policial, a exemplo da repercussão dos acontecimentos posteriores como as chacinas de Vigário Geral, com 21 assassinados, e da Candelária, com sete crianças e adolescentes assassinados, ambas em 1993.

Freitas (2002) argumenta que a organização “Mães da Cinelândia”, formada por mães de classe baixa, aliadas a outros movimentos como as “Mães de Acari” e as “Mães da Candelária”, atuavam no cenário do Rio de Janeiro na busca de justiça em decorrência de um acontecimento violento praticado contra seus filhos, construindo a imagem das mães que lutam e formando redes de solidariedade e reciprocidade. O sofrimento é então significado a partir de dores corporais e das imagens atreladas à maternidade, fonte de poder e identidade no contexto de mobilização.

As “Mães da Cinelândia” se unem à luta das “Mães de Acari”, a partir do desaparecimento de seus filhos. Embora a mobilização comece com a causa do desaparecimento, os dois movimentos aparecem diversas vezes associados a eventos relacionados ao combate à violência no Rio de Janeiro. As Mães de Acari se mobilizaram desde o desaparecimento dos seus filhos em ações de denúncia da violência policial, motivo pelo qual a líder do movimento, Edméia da Silva Euzébio, teria sido assassinada a tiros em 1993.

As mobilizações são engendradas não só pelos eventos violentos da polícia contra as populações marginalizadas das favelas, mas também por episódios envolvendo a população dos bairros nobres como a “Ação da

---

<sup>43</sup> O Centro de Articulação das Populações Marginalizadas-CEAP intermediou a denúncia junto à Anistia Internacional.

Cidadania contra a Violência”, criado por familiares de Sérgio Augusto de Figueiredo, vítima de um latrocínio no bairro do Leblon, em 1994. Além da mobilização dos familiares buscando justiça, algumas das ações apoiavam promotores e delegados na desarticulação de esquemas de corrupção envolvendo policiais com grupos de extermínio, jogo do bicho e traficantes de drogas.

Em maio de 1995, o *Jornal do Brasil*<sup>44</sup> publica uma reportagem de um protesto dos dois movimentos contra a paralisação das investigações sobre o desaparecimento de seus filhos. Elas distribuíram panfletos em frente a serviços públicos onde estavam instalados *outdoors* com a mensagem “a próxima pode ser a sua filha”, junto com o retrato de oito meninas desaparecidas havia dois anos. Em outra reportagem, a comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal expressa apoio, por meio de um manifesto, à ocupação da Praça da Cinelândia pelas “Mães da Cinelândia”, que naquela data completava oito meses de protesto pelo desaparecimento de 35 meninas no Grande Rio. Elas pediam empenho na investigação e “ampla reforma no Código Penal”.

Dois meses depois, o *Jornal do Brasil*<sup>45</sup> noticiava uma “Caminhada pela Vida<sup>46</sup>”, que trazia como lema a bandeira “queremos paz”. Foram distribuídos panfletos com fotos das filhas “sequestradas” das “Mães da Cinelândia”. Na reportagem, a mãe de Acari, Vera Lucia Flores Leite, então com 46 anos, mãe de Cristiane Leite de Souza, que completaria naquele mês cinco anos de desaparecimento disse: “Estou aqui para dar uma força para elas. O grupo (Mães da Cinelândia) ainda é muito frágil. Talvez porque essas mães ainda tenham no coração a esperança de reencontrar as filhas. ” A dissociação ou ambiguidade entre a força para a luta e a esperança do encontro são aspectos relevantes para pensar este contexto, no qual a luta era necessária, a despeito de seus resultados.

Apesar das alianças, o recorte de classe desses movimentos era evidente. Em dez de novembro de 1995, as mães de Acari e da Cinelândia e

---

<sup>44</sup> *Jornal do Brasil*. 15 e 30 de maio e 3 de julho de 1995, respectivamente.

<sup>45</sup> *Jornal do Brasil*. 3 de julho de 1995.

<sup>46</sup> O evento foi organizado pela Associação de Moradores e Amigos do Leme na Avenida Atlântica e contou com a participação de 100 pessoas e o apoio da Ação da Cidadania contra a Violência e vários políticos, como deputados, um ex-senador e um vereador, além das Mães de Acari, da Cinelândia e parentes de vítimas da violência.

outros movimentos aceitaram participar da caminhada organizada pelo movimento Reage Rio e de um amplo número de organizações em troca do apoio à intensificação da campanha pelo desarmamento e a criação urgente de delegacia para desaparecidos. Uma das mães da Cinelândia, Regina Lucia Peçanha Reis, mãe de Karen, desaparecida em agosto de 94 na Lapa, aos 11 anos, explicava as exigências do movimento nos seguintes termos: “Será que uma mãe rica é mais mãe que nós. Será que nossos filhos não valem nada? ”.

Regina alegava ainda que os casos de desaparecimento só dispunham de dois policiais do serviço reservado da Polícia Militar para investigar mais de dez meninas sumidas. A fala de Regina coloca em evidência as diferenças de classe e as demandas implícitas destas mobilizações. Leite (2004) descreve que ouvia com frequência a reclamação de mulheres pobres e moradoras de favelas sobre a diferença da repercussão de seus casos nos meios de comunicação em comparação aos de mães de camadas médias e moradoras das áreas nobres da cidade.

Uma semana depois, em uma caminhada entre duas favelas que contou com 300 moradores para denunciar a intensificação de tiroteios, o Jornal do Brasil descrevia assim o movimento da Cinelândia:

Formado por mães pobres, que precisam se contentar com o pouco ou quase nada de atenção dada pelas autoridades, o grupo ainda hoje reúne-se todas as segundas feiras em frente à Câmara de Vereadores, numa manifestação tão silenciosa quanto a atuação surda da polícia (Jornal do Brasil, 19/11/1995, p.38.)

O jornal complementou que havia 62 pessoas desaparecidas na cidade e que, a despeito do apoio recebido pelo movimento, nenhuma suspeita foi confirmada e nenhum de seus casos resolvido.

O anúncio de uma caminhada, em 26 de novembro de 1995, explora o ineditismo do acontecimento: “Depois disso, o Rio não será o mesmo” ou um “Sopro de solidariedade une a cidade partida”, pois os “Cariocas esquecem as diferenças para dar uma chance à paz”. A caminhada aconteceria dois dias depois e iria “parar o centro do Rio”, na qual se esperava a participação 1 milhão de pessoas para colocar um fim à violência:

Promete ser um dia de sonho real, para muitos até surreal. Sem as grades que emolduram seus prédios, a classe média verá de perto – com a distância de apenas algumas alas- moradores de favelas que buscam o direito de viver sem os sobressaltos das guerras do tráfico e das invasões da polícia. O empresariado cercado de seguranças para afastar a ameaça de sequestro – um crime que ganhou a marca de hediondo pela Justiça, mas não arrefeceu a sanha dos marginais- dividirá seu território com trabalhadores angustiados com a possibilidade do desemprego. (Jornal do Brasil, 26 nov. 1995, p. 34)

A alusão às “diferenças” coloca em jogo uma oposição implícita, que pode ser pensada em uma guerra, mesmo que simbólica, de hierarquias. Uma guerra que une a “cidade partida”, mas que também é reconhecida como consequência dessa divisão.

O Jornal destacava que a caminhada teria sido convocada por diversos movimentos e entidades e uniria em um mesmo espaço meninos de rua de uma fundação do Rio, estudantes, jovens trabalhadores e funkeiros<sup>47</sup>, assim como as mães da zona sul, do subúrbio e da zona norte que partilhariam seus sentimentos, desde a perda até o medo de perder seus filhos. A caminhada passaria pela Candelária e terminaria na Cinelândia, onde todas as diferenças se unificariam por uma causa em comum. Evidenciando os diversos contextos da violência participariam ainda o Movimento dos Sem-terra, patrões e empregados “que não tratariam de salários e nem de lucro”, numa alusão à interrupção de quaisquer conflitos que poderiam existir no cotidiano dessas relações.

O “SorRio”, movimento da zona norte, presidido por Helô Coelho, as “Mães de Acari”, do subúrbio, assim como as “Mães da Cinelândia” estariam presentes. A participação de moradores de favelas teve que ser negociada, já que eles solicitavam uma reunião das associações comunitárias com a polícia militar para discutir a atuação nas favelas. Mesmo com o adiamento do encontro, os moradores decidiram participar. Participariam ainda atletas amadores e profissionais, transformistas e gays, os últimos lutando contra o preconceito e a discriminação.

A referência implícita à existência de uma “cidade partida” remete à constatação do jornalista Zuenir Ventura (1994) sobre a divisão da cidade entre

---

<sup>47</sup> Os funkeiros pediam pela paz, pelo fim da interdição aos bailes funk, pela igualdade social e racial e inserção social a partir do emprego e do trabalho. Estigmatizados, os funkeiros também pediam segurança, mas sem repressão (Jornal do Brasil, 26 nov. 1995)

os moradores do asfalto e do morro. O livro “Cidade partida” narra a constituição do movimento “Viva Rio”, formado por “representações sociais heterogêneas, contraditórias e às vezes antagônicas: líderes empresariais e sindicais, jornais concorrentes, religiosos de várias crenças, executivos, operários” (Ventura, 1994, p.266), que propunham ações para pôr fim aos inúmeros episódios de violência, unindo, mas do que apartando as “duas cidades”. O livro também narra a incursão do jornalista na comunidade de Vigário Geral, as negociações para a criação da “Casa da Paz”, uma entrevista com o “dono do morro”, o traficante Flávio Negão, e a parceria ativa do sociólogo Caio Ferraz, morador da comunidade.

A cidade partida era uma “metáfora de guerra” (Leite, 2000) utilizada para evocar as disputas simbólicas entre o morro e o asfalto, no contexto do aumento da violência em razão do recrudescimento do tráfico de drogas e da incapacidade institucional de controle sobre as “classes perigosas”. Como fruto das políticas de segurança pública implementadas na cidade, fomentava a ideia de que a violência só poderia ser resolvida por meio do extermínio levado a cabo por agentes do estado. Essa política era apoiada, vale dizer, por parte da opinião pública que clamava por ordem e segurança e para os quais os direitos civis e os direitos humanos eram vistos como obstáculos a esse projeto (Leite, 2000).

Na segunda metade da década de 90 uma nova perspectiva irá se contrapor a essas ideias, compreendendo a cidadania de maneira mais ampla, através da pacificação da cidade por meio de estratégias democráticas, como a valorização da diversidade, do debate sobre a política de segurança pública e de ações cívicas e solidárias (Leite, 2000).

Birman (2004) descreve as manifestações que ocorreram desde os anos 90 no Rio de Janeiro em resposta à violência, que a autora vai se referir como um “movimento social de um novo tipo”, idealizado e interpretado por intelectuais e militantes no campo da esquerda, mas que se distinguiram das tradicionais formas de engajamento. Eles buscavam combater a política de segregação e extermínio que vigorava na “cidade partida” por meio da política de segurança implementada pelo Estado e apoiada por setores da população. Através de soluções pragmáticas gerenciadas sobretudo pela ONG “Viva Rio” e

apoiada pelos principais meios de comunicação, apelavam para uma cultura humanitária para além das divisões ideológicas no combate à violência urbana.

A aproximação dos valores dos movimentos sociais como a igualdade, cidadania e direitos às práticas da caridade e da filantropia, aspiravam uma cultura de intervenção social para além do Estado. Contrário a uma cultura de protesto na expressão dos conflitos, esse movimento não buscava traduzir as demandas específicas dos “moradores” da cidade, mas os enquadrava como membros de uma mesma humanidade, por meio de uma cultura humanista cristã, capaz de enfrentar o medo da violência por meio de uma cultura de “paz”, “amor” e “solidariedade”. Ao contrário da Europa e EUA, a cultura de paz no Brasil não teria se associado a uma cultura jurídico-política de direitos humanos, mas a uma perspectiva espiritualizada ou religiosa.

A aproximação com a esfera religiosa se deu através de um processo de unificação moral, através das “formas *zen* de participação” (Birman, 2004, p. 232) em rituais cívicos, como os dois minutos de silêncio e a prática conjunta de orações. A ação espiritual se constituía em uma forma de ação política ou a religião se constituía como uma ação contra a política.

Leite (2004) analisa esses movimentos provisórios, pontuais desde o ponto de vista das “mães de vítimas da violência”, que já se encontravam em movimento mesmo antes dos eventos organizados pela “Viva Rio”. Nos movimentos de mães, o sentimento de perda era capital simbólico que dava suporte e credibilidade à presença delas como “mães de vítimas da violência”. Segundo a autora, essa figura também evocaria uma associação simbólica à religião católica, através do vínculo afetivo entre mães e filhos diante do sofrimento da perda, representado no papel de Maria, mediadora que reclama ou doa o filho para uma causa maior.

A autora destaca dois importantes movimentos que estão no cerne da criação desse movimento: a Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, coordenado, a nível nacional, por Herbert de Souza e a defesa das populações pobres e marginalizadas, alvos da violência policial na Chacina de Vigário Geral e Candelária no Rio de Janeiro.

Embora as ações fossem públicas, sua gestão era orquestrada pela ONG “Viva Rio”, que assumiu o protagonismo do movimento. Leite (2004) argumenta que a cobertura jornalística dos eventos seguia as diretrizes da

“Viva Rio”, pautando seus discursos por meio de uma cultura política condizente com uma ética religiosa. Nos jornais os discursos de paz preponderavam sobre a violência, a justiça sobre a vingança, pois estes mesmos veículos de comunicação (O Globo, Jornal do Brasil, e o Dia) integravam o conselho da ONG.

A tentativa de conciliar “propósitos diferenciados e essencialmente antagônicos” (Birman, 2004, p. 255) não se fez sem silenciamentos, pois embora a subjetivação da paz tivesse como característica a despolitização ou neutralização dos contextos e demandas específicas dos atores, as contradições se faziam sentir nas manifestações locais. A autora argumenta que a defesa da paz poderia tanto se associar à limpeza moral da zona sul dos bandidos, quanto a uma política da segurança orientada à cidadania e à ajuda humanitária.

A autora também destaca outros eventos importantes como a reação à ação da polícia no episódio do sequestro do ônibus 174, o “Basta! Eu quero paz!” ou a produção do “mural para a Dor”. O partilhamento da dor das vítimas da violência na intervenção “Um Mural para a dor” ultrapassou as demandas dos organizadores e reavivaram os conflitos que buscava anular, sobretudo com a produção de um mural de mortos em serviço feita pelo comando da polícia militar:

No entanto, se criou no próprio mural uma indistinção entre vítimas e algozes, entre sociedade civil e Estado. O apagamento destas fronteiras neutralizava as queixas na medida em que dissolvia as interpelações: a quem apresentá-las se o próprio Estado se encontra no mural igualado aos indivíduos na condição de vítima? (Birman, 2004, p. 274).

Na interlocução com o estado e governo federal, as iniciativas como o “Mural” tiveram um caráter mais simbólico porque promoveram um apagamento de suas demandas, como a associação feita pelo movimento de mães aos direitos civis. Por fim, diante da representação da Viva Rio das demandas contraditórias das “duas cidades”, o chamado campo da paz efetivamente priorizou a zona sul e suas demandas por segurança. As mães não obtiveram nenhum retorno sobre suas reivindicações, uma vez que o mural tratou a

violência de um ponto de vista moral, não politizando as demonstrações das violências sofridas e o reconhecimento das vítimas (Leite, 2004). A autora conclui que a indiferenciação política teve como resultado o descomprometimento com demandas como o extermínio das populações marginalizadas e a cumplicidade diante da responsabilidade do Estado.

A luta das mães no espaço público, “fora de seus contextos habituais<sup>48</sup>”, tornou-se legítima independente das suspeitas que pesavam sobre a identidade delas e dos seus filhos, ganhando reconhecimento nacional e internacional através da participação ativa dos meios de comunicação e de organizações de direitos humanos. Suas demandas e sua atuação pública representavam uma transgressão às regras da política, por isso elas são designadas como precursoras de um novo tipo de discurso na cena pública ou como “mães históricas” (Brites e Fonseca, 2013<sup>49</sup>).

Assim como as madres da Plaza de Mayo, as mães de Acari (Araújo, 2008), o Coletivo Mães de Maio<sup>50</sup> (Gonçalves, 2012) a associação ao termo loucura expressa uma contradição entre a luta combativa e o papel tradicional de mães. O indizível da dor materna associa o sofrimento à “loucura” ou insanidade, como “corpos sempre abertos por causa da perda” (Vianna; Farias, 2011, p.111).

Quinze anos depois, as Mães de Acari se juntaram às Mães da Praça da Sé (SP), Mães de Sorocaba (SP), Mães de Londrina (PR), Mães da Cinelândia e Mães do Rio (RJ) e Mães contra a impunidade, entre outros movimentos para lutar contra a impunidade. Elas avaliavam que apesar da luta nada havia mudado, pois ocorreram novos desaparecimento e chacinas.

Em uma entrevista ao Jornal do Brasil<sup>51</sup>, Vera Lúcia Flores Leite, 57 anos, uma das fundadoras das Mães de Acari, mãe de Cristiane Leite de

---

<sup>48</sup> A novidade do fenômeno inicialmente fez com que as mães brasileiras fossem comparadas às Madres da Plaza de Mayo”. A inspiração do movimento brasileiro no argentino fica evidente em sua atuação: a exposição silenciosa nos espaços públicos das fotografias de seus filhos desaparecidos.

<sup>49</sup> Outros aliados importantes das mobilizações das mães eram a advogada de direitos humanos Cristina Leonardo, diretora da ONG Centro Brasileiro de Defesa da Criança e do Adolescente-CBDDCA e que atuou nos casos de Acari, Candelária e Vigário Geral e o policial militar coronel Brum, fundamental na investigação das chacinas e na acusação dos policiais militares envolvidos (Brites; Fonseca, 2013).

<sup>50</sup> Movimento decorrente das mais de 400 pessoas assassinadas pela polícia em 2006 em São Paulo.

<sup>51</sup> Jornal do Brasil, 07/05/2005

Souza, 16 anos, declarava: “Meu maior medo, hoje, é morrer sem saber o que aconteceu com a minha filha”. Marilene de Souza Santos, mãe de Rosana, 18 anos, dizia: “Temos a mesma expectativa daqueles dias. Nossa dor é a mesma; nossa dúvida é a mesma. Não sei o que é pior: saber que seu filho está morto ou não saber o que aconteceu com ele”.

Vera argumentava que a luta amenizava a dor, que o movimento era como uma grande família e que o trabalho social as mantinha ocupadas. Segundo ela, o dia das mães é o “dia de ficar mais triste”, mas que precisava continuar em decorrência dos outros filhos. Ela era sustentada pela família, enquanto Marilene fazia “bicos”. A filha mais nova de Vera, Aline, de 22 anos, citou a ausência da mãe, envolvida na busca da irmã desaparecida e disse que sabia que iria viver com a saudade pelo resto da vida, buscando na poesia uma forma de se expressar, ela tinha sete anos quando a irmã desapareceu. Elas falam em dor e vontade de fazer justiça. Marilene, dizia que elas tinham mais cinco anos até a prescrição do crime e acreditava em uma resposta.

## 2.2 A construção do desaparecimento pelo movimento de familiares: a política, a missão e o destino

Vimos que a luta que englobava os movimentos de mães no Rio de Janeiro associava-se, sobretudo, ao combate à violência urbana, sobretudo a que era praticada por agentes do Estado contra os moradores da periferia. As tensões ou contradições decorrentes da existência das duas cidades e dos diagnósticos que essas visões ofereciam para o problema da violência foram sendo neutralizados pelos movimentos “cívico religiosos”.

Entretanto, a produção do problema do desaparecimento terá diferentes contornos e se associará a diferentes causas na mobilização de familiares. Para tentar compreender esse processo me remeterei à narrativa de três mães que criaram três distintas organizações de familiares de pessoas desaparecidas, uma no Paraná e duas em São Paulo.

As formas de mobilização e organização da militância acompanham as transformações da sociedade brasileira. Gohn (2000) argumenta que os

movimentos sociais nos anos 90 passaram a ser menos reivindicativos e mais propositivos, menos críticos e mais adaptativos ao governo e às agências de financiamento, o que pode explicar sua desmobilização política. Os movimentos sociais passam a ser estratégicos para determinados grupos sociais (cultural-indígena, gênero, raça, trabalho, acesso à terra) e, ao mesmo tempo, constituem-se nas lutas pela construção de novas identidades (sociais, culturais e políticas) definida através da linguagem dos sujeitos coletivos de direito.

Novos atores emergem como representantes da sociedade civil como organizações, movimentos sociais, ONGs, associações comunitárias de vizinhança, fundações, entidade filantrópicas, empresas cidadãs que compõem o complexo, contraditório e diferenciado terceiro setor, como define Gohn (2000):

Por tudo isso o terceiro setor é um tipo "Frankenstein": grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras; abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais pautadas pela lógica do mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania (Gohn, 2000, p.22).

Maccafani (2007) define o terceiro setor como aquele que não se enquadra nem no Estado nem na iniciativa privada, são “organizações que utilizam meios privados para fins públicos” (Maccafani, 2007, p.25). O crescimento do terceiro setor estava associado a um fenômeno do mundo ocidental e dos Estados nacionais nos anos 90. As ONGs, atuando à margem do reconhecimento estatal, sem fins lucrativos, por meio do trabalho voluntário, também começam a ter relação com a economia formal por meio de parcerias com cooperativas terceirizadas, empresas privadas e programas apoiados por órgãos públicos. As ONGs se profissionalizam, impulsionadas pelas exigências de financiamento de organizações internacionais e ampliam sua esfera de atuação. Elas passam a ser gestoras de políticas públicas através de projetos e parcerias (Maccafani, 2007).

A mobilização do chamado terceiro setor se deu igualmente na esfera jurídica, ao criar um novo marco legal para o trabalho voluntário, com destaque para a criação da lei das organizações da sociedade civil de interesse público-OSC-IP, em 1999, que institui novas relações de trabalho, enquadrando o voluntariado e regulando as parcerias. Segue-se a isso um processo de desoneração de atividades do Estado para setores da iniciativa privada, por meio das políticas de cooperação e parceria com o mesmo, ampliando a participação da sociedade civil no espaço público.

As ONGs passam a se constituir como atores das políticas sociais, destacando-se por ações emergenciais, pontuais e de curta duração e dependentes de verbas e fundos advindos de parcerias com governos e outras entidades, que, por sua vez, dependem de verbas ou empréstimos de pacotes internacionais e se constituem como paliativos em relação aos problemas sociais.

O associativismo do terceiro setor seria pouco ou nada politizado e embora ocupe o espaço preenchido anteriormente por sindicatos e partidos políticos, frequentemente é avesso a ideologias e vinculado a políticas neoliberais. Entretanto, o novo associativismo auxiliaria a criar uma nova esfera pública não estatal, reconfigurando a cidadania através de uma nova ética e cultura política. Trata-se de políticas públicas fora do controle do Estado, mas com o poder de intervir e controlar o mesmo.

Além da ausência de qualquer experiência associativa ou militante anterior de seus membros, o novo associativismo do terceiro setor se destaca pela relação de seus repertórios discursivos com a mídia, que confere legitimidade e notabilidade às suas ações. Elas não são julgadas pelo que fazem, mas pelo que os outros falam delas.

Sorj (2008) define as ONGs como organizações que se legitimam mais pela força moral de seus argumentos do que pela sua representatividade, uma vez que “promovem causas sociais sem receber o mandato das pessoas que dizem representar” (Sorj, 2008, p.131). Suas ações são mais de cunho moral ou assistencial do que combativas politicamente. Essa forma de ativismo mais pontual, pragmático, profissionalizado, transitório difere do antigo perfil do militante sindical ou dos partidos políticos de esquerda e se desdobra em diferentes articulações com o público e o privado.

O movimento de familiares de pessoas desaparecidas não se reduz ou não é catalisado apenas pelas ONGs. No entanto, os três exemplos analisados a seguir dizem respeito a décadas de trajetórias de lutas nesses movimentos e são representativos de como essa causa pode se reverter em capital para a institucionalização de movimentos em ONGs ou do ingresso dessas militantes em uma carreira política. O que há em comum no tipo de ativismo realizado por essas mães é que nenhuma delas tinha uma carreira política ou participava ativamente de movimentos sociais antes do desaparecimento de seus filhos. Podemos supor, como elas próprias fazem, que um dos motores para a persistência em uma carreira militante é o não encontro do/a filho/a desaparecido/a. Embora a luta não esteja atrelada apenas ao caso particular, é dele que elas retiram a legitimidade para lutar pelos outros casos.

Arlete Caramês<sup>52</sup>, mãe de Guilherme, desaparecido em 1991 em Curitiba<sup>53</sup>, é pioneira na causa específica do desaparecimento no Brasil. Ela mora em Curitiba desde os seus 17 anos de idade, é formada em contabilidade e trabalhou como bancária durante boa parte de sua vida. Juntamente com outros familiares, Arlete criou o Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida- CRIDESPARG, em 1992, tornando-se oficial em 1995.

Arlete teria auxiliado e participado da gravação da novela “Explode Coração”, através do contato telefônico da diretora Glória Perez. A autora havia solicitado dados dos casos de crianças desaparecidas no Paraná que teriam servido como inspiração para a narrativa do desaparecimento na novela. Arlete lembra que um menino de dez anos foi encontrado através da divulgação realizada pela novela por meio de uma denúncia de um pediatra.

Durante o período de atuação no CRIDESPARG, Arlete participou de muitos eventos e distribuiu cartazes para todos os municípios do Brasil, graças ao patrocínio do banco em que trabalhava e que arcava com a confecção e o envio dos mesmos. O movimento também recebeu ajuda de empresários que colocavam fotos de crianças desaparecidas em produtos como latas de azeite, caixas de leite e caixas de sapato.

---

<sup>52</sup> As três mães são identificadas nesse capítulo como uma forma de reconhecer e valorizar suas trajetórias.

<sup>53</sup> No capítulo III, voltarei a analisar especificamente a emergência de uma problematização do desaparecimento de crianças no Paraná, a partir dos anos 80.

Arlete disse que o “seu” movimento e ela sempre foram uma referência: “Eu abri Fantástico, fechei Fantástico, Globo, Record, tudo eu apareci, SBT, matéria de jornal, eu tentei de tudo para achar nossas crianças [...] pelo menos conseguimos diminuir muito o número de crianças desaparecidas no Paraná”. Ao falar de outros movimentos à época ela destaca “Eu sou a pioneira”, ressentindo-se do uso do estatuto do CRIDESPARG por outra organização, além do uso de organizações para a projeção individual de algumas lideranças.

Segundo ela, os pais é que devem criar o movimento: “Eu cheguei à conclusão que o problema é nosso, não é da polícia, não é de autoridade nenhuma, problema é nosso, nós que temos que correr atrás”. Inicialmente o movimento divulgava apenas casos de crianças e adolescentes até os 15 anos de idade, mas depois passou também a divulgar casos de adultos desaparecidos. O CRIDESPARG buscou a ajuda da Assembleia Legislativa para a criação de um serviço de investigação, o que teria dado origem ao Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas- SICRIDE<sup>54</sup>.

Arlete foi eleita vereadora de Curitiba em 2000 pelo Partido Progressista Brasileiro –PPB e deputada estadual pelo Partido Progressista- PP em 2002, sendo responsável pela criação da lei estadual de busca imediata, a lei 14.493, aprovada em agosto de 2004, que determina que as autoridades policiais devem registrar e investigar imediatamente o desaparecimento de crianças, sem esperar 24 ou 48 horas. A referida lei estadual foi transformada na lei federal 11.259, de 2005, que tramitava desde 1999 e teve sua aprovação acelerada a partir da Carta de Brasília (2006). A lei também alterou o artigo 208 do Estatuto da Criança e do Adolescente que passa a enquadrar como crime de responsabilidade o policial ou a delegacia que não registrar e dar início à busca imediata de crianças e adolescentes. Arlete tentou concorrer como deputada estadual e, mais tarde, como vereadora, ambas as candidaturas sem sucesso.

As leis propostas por Arlete foram subsidiadas, segundo ela, por casos verídicos, como o roubo de uma criança em um hospital evangélico, que teria motivado a lei da certidão de nascimento (que deve ser apresentada na saída

---

<sup>54</sup> O serviço contabiliza uma taxa de resolução dos casos de 98,5%. Dos casos ainda não resolvidos, 12 são do período anterior à atuação do serviço e por isso não são considerados nas estatísticas oficiais.

do hospital); a lei da carteira de identidade no ingresso na escola, que permite a identificação por meio da impressão digital; a identificação obrigatória de crianças em hotéis e pousadas, além do convênio de divulgação de cartazes com empresas de pedágio.

Do movimento CRIDESPARG restaram apenas o material de divulgação e prevenção e os arquivos dos casos de familiares guardados em sua antiga casa. Como havia muitos familiares do interior que em geral não tinham como arcar com os deslocamentos, a mobilização foi diminuindo. Arlete fez uma promessa que se não estivesse mais na política quando chegasse aos 70 anos iria abandonar a luta, o que está fazendo agora também em decorrência do seu estado de saúde e de sua mãe, a quem cuida, mas com uma ressalva, “o meu filho eu não abandonei”.

Arlete acredita que sua mãe “só está esperando o Guilherme voltar”, ou seja, que a espera pelo neto prolonga ainda mais a vida de sua mãe: “Já me disseram que a minha mãe não morreu ainda por causa do Guilherme [...] Já me contaram história de gente que soube o que aconteceu e aí contaram e a pessoa morreu, descansou”.

Sobre a presença maciça das mães na mobilização, ela acredita que isso se deve ao fato dos pais trabalharem mais, por não poderem faltar ao trabalho, mas complementa: “Eu falei, meu marido não gostou [risos], filho é coisa de mãe, a mãe que acalenta nove meses sem saber se é perfeito, se não é, ama dentro da barriga e tal, mas filho é coisa de mãe [...] o homem parece que é mais durão, sabe? É claro que o pai sente”.

Em depoimento à CPI do desaparecimento de crianças e adolescentes, na Câmara dos Deputados, Arlete reflete sobre a condição dos pais diante do desaparecimento:

Uma vez, um delegado me questionou, ele olhou para mim e disse assim: *‘Para trabalhar com criança desaparecida precisa ser pai?’* Eu disse: *‘Precisa. Quem não é pai não sabe o valor de um filho. Só quem é pai sabe o valor de um filho.’* Ele ficou meio assim porque ele não era pai ainda. Mas é verdade. Eu digo de cadeira: enquanto eu não era mãe, eu sentia quando acontecia uma coisa com uma criança, mas, depois que eu fui mãe, é diferente - principalmente a mulher (BRASIL, 2009, p. 7-8).



Figura 7: Arquivos dos documentos e materiais de divulgação do CRIDESPAR, guardados na antiga residência de Arlete.

Para Ivanise Esperidião, fundadora da ONG “Mães da Sé”, a participação na novela “Explode Coração” foi um marco crucial no início de sua luta. Em duas entrevistas realizadas em 2013 e 2016, Ivanise contou que à época do desaparecimento da filha de 13 anos (1993) “não se falava em desaparecido”. Alguns anos depois, Ivanise conheceu o trabalho do Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente- CBDDCA, no Rio de Janeiro, e também uma das “Mães de Acari”, Vera Lucia Flores Leite, já falecida, que a teria incentivado a criar o movimento em São Paulo. Ela lembrava um conselho de Vera: “Não chora mãezinha, faz cinco anos que eu procuro minha filha”. Ivanise comentou que diante dessa fala não conseguia

imaginar ficar tanto tempo procurando sua filha, mas que agora já havia se passado mais de 20 anos.

A partir do contato com a CBDDCA, Ivanise foi chamada para participar da novela, uma vez que o Centro estava intermediando a relação das mães de desaparecidos com a direção da novela. Ela não imaginava a quantidade de mães que passavam por este drama, quando conheceu 70 mães na gravação da novela, nas escadarias da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Ivanise acreditava que através da repercussão da novela ela conseguiria encontrar a filha.

Para ela, a repercussão do tema veio graças à novela, que tinha muita audiência, com relatos de mães, com as fotos e cartazes de desaparecidos em um dos cenários e ao final de cada episódio. Foi nas gravações da novela no Rio de Janeiro que ela conheceu Arlete Caramês<sup>55</sup>, uma parceira ativa nos movimentos da época e Vera Lúcia Ranu, com quem criou a Associação Brasileira de Busca e Defesa a Crianças Desaparecidas –ABCD, em 1996, conhecida hoje como “Mães da Sé”.

Ivanise não recebeu nenhuma informação da filha na primeira semana em que participou da novela, mas duas jornalistas entraram em contato com ela para realizar uma reportagem. Nessa entrevista ela teria dito: “Eu gostaria que outras mães [que passassem pelo mesmo drama] me procurassem”. No outro dia “eu acordei com o telefone tocando e até hoje ele não para de tocar”, contou ela. Não apenas as mães, mas a própria imprensa passou a procurá-la seguidamente, ao contrário do que acontecia antes da novela.

Entendendo a Praça da Sé, em São Paulo-SP, como um espaço central nas ações de mobilização da sociedade civil em sua cidade, além do grande fluxo de pessoas, as mães escolheram as escadarias da Catedral da Sé para se reunir. Ivanise contou que quando chegou nas escadarias, a mesma estava “repleta de mães [...] era uma coisa bonita, mas muito triste”. Esse primeiro encontro teve uma ampla repercussão em canais de grande audiência, “Aí não paramos mais”, contou ela. As empresas começaram a entrar em contato com elas para colocar fotos de desaparecidos em seus produtos. Ela disse que foi a própria sociedade que nomeou o movimento como “Mães da Sé”. Elas

---

<sup>55</sup> Ivanise relatou que Arlete a acompanhou nos cinco dias de julgamento de Guilherme de Pádua, a convite de Glória Perez.

passaram a ir todos os domingos às escadarias da Catedral da Sé e, em oito meses de mobilização, 48 das 250 crianças cadastradas foram encontradas, segundo dados da ONG.

Ivanise tem 54 anos e é natural do interior de Alagoas. Depois do casamento, o marido veio para São Paulo e arrumou um emprego, ela viria três meses depois, na década de 80. Ela chegou a cursar até o oitavo semestre do curso de Direito, mas ainda não havia conseguido retornar em decorrência do aumento do trabalho.

Ivanise acredita que a separação do marido, sete anos depois do desaparecimento da filha, teve relação direta com a sua postura diante do acontecimento. A privacidade da família teria sido invadida, uma vez que a associação de familiares funcionou durante três anos e meio em sua casa. O telefone tocava o tempo todo, a sua sala estava repleta de cartazes de pessoas desaparecidas, suas saídas constantes e o não cumprimento do seu “papel de mulher” incomodavam seu ex-marido. O envolvimento com a causa crescia enquanto o casamento se desgastava e ambos se afastavam, por isso ela acredita que também foi responsável pelo fim do casamento. O marido cobrava: “eu só tenho uma filha desaparecida, eu não mandei você inventar de procurar os filhos dos outros”.

Do trabalho de caixa em uma loja de roupas ela se desligou logo depois do desaparecimento da filha. Hoje ela mora com a filha mais nova e alegou que o desaparecimento produziu rupturas em sua família: “Hoje eu moro com minha filha, só restou nós duas mesmo, até o dia 23 de dezembro eu tinha uma família completa. Eu tinha um marido, eu tinha duas filhas e hoje só restou eu e a [nome da filha], que é a caçula”

Assim como a maioria das mães, Ivanise não tinha nenhum vínculo associativo anterior, exceto a religião. Ela frequentava a religião evangélica desde criança, a Congregação Cristã do Brasil. Com o desaparecimento da filha, sua relação com a religião se intensificou:

A religião, a minha fé em Deus é o que tem me sustentado, me dado um suporte, entendeu? A própria palavra de Deus diz que o homem sem fé não pode agradar a Deus, mas eu já vi muitas mães que militam no movimento que não acreditam em Deus mais. Que falam que ‘Deus é esse que deixa nós passarmos por essa dor?’ E aí eu falo para elas, eu falo de Deus para nossas mães. Que na hora certa

Deus vai dar, se ele permitiu que isso acontecesse é porque ele tinha um propósito nas nossas vidas. Hoje eu vejo o desaparecimento da Fabiana [filha] como um propósito de Deus na minha vida, porque se eu não tivesse uma filha desaparecida, por que que eu iria me envolver numa causa onde temos o total abandono do poder público? Eu tinha uma vida certinha, eu tinha uma família, eu trabalhava, eu tinha começado a voltar a estudar. E, de repente, a minha vida mudou totalmente, virou do avesso. Eu tive uma mudança radical. Então, eu acredito que aquilo foi um propósito de Deus em minha vida. Esse trabalho foi uma missão que Deus me deu para eu poder ajudar outras pessoas. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

Ivanise narrou o ingresso na militância por meio da noção de missão, como se o seu drama individual estivesse determinado e fosse necessário para que ela pudesse representar e ajudar outras pessoas, além da sua própria experiência. Ivanise disse que inicialmente entrou em conflito com deus, pedindo que ele levasse ela e não a filha, mas que depois entendeu que deus usou sua filha para ajudar outras mães, pois a fez lutar para encontrar a sua filha e o/a de outras mães: “ela vive em cada uma das pessoas que eu encontrei”, afirma ela.

Pereira (2015) alude aos coletivos de familiares vítimas de violência no Rio de Janeiro que se relacionam com seus entes falecidos por meio de comunicações espirituais através de mensagens, sonhos, sinais. A missão e o trabalho de caridade são compreendidos como tarefas a que os pais estavam predestinados e que são renovados através das psicografias. Essas tarefas produzem sistemas de justiça e verdade e condicionam a subjetividade a práticas espíritas e pacificadas. O trabalho e a missão de pais e filhos constroem uma cultura da paz de caráter espírita, tecendo novas relações no plano terreno (entre pais) e entre este e o plano espiritual (entre pais vivos e seus filhos desencarnados). Também no contexto do Rio de Janeiro, Leite (2004) argumenta que as mães católicas e/ou espíritas recorrem à noção de missão para explicar a morte violenta e inesperada de seus filhos e a conexão estabelecida com eles.

Ivanise entende a sua permanência na luta em decorrência da continuidade do desaparecimento de sua filha, em detrimento de outros familiares que se afastaram da luta, mas que ela não atribui a uma desistência, mas sim ao próprio encontro dos filhos desaparecidos:

Não é que elas se afastaram, é que elas encontraram seus filhos. E quando elas encontram seus filhos, elas automaticamente se afastam, entendeu? A gente não pode exigir que uma mãe que encontre seu filho, continue com a gente [...] Das mães que ainda não encontraram seus filhos são muito poucas mães que ainda continuam com seus filhos desaparecidos. Você pode contar nos dedos quantas delas ainda estão sem seus filhos desaparecidos, porque o resto, todas encontraram seus filhos, porque não se tratava de um desaparecimento, se tratava de fuga do lar. Aquelas que encontraram seus filhos, até hoje quando encontram seus filhos, quando a gente precisa delas para gravar uma matéria elas inventam mil desculpas para não querer falar, porque elas não vão querer falar para imprensa que o filho fugiu de casa, porque já estava envolvido com as drogas, que o filho fugiu de casa por maus tratos, porque estava sofrendo violência doméstica. Nenhuma mãe chega na delegacia ou chega aqui e diz assim: 'o meu filho fugiu de casa'. Ela diz: 'o meu filho desapareceu'. A gente só sabe a causa do desaparecimento quando ele é encontrado. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

Em comparação a um discurso frequentemente associado aos policiais que atendem ocorrências de desaparecimento (Oliveira, 2012; Ferreira, 2016), no qual a “fuga do lar” emerge como um diagnóstico prévio da responsabilização familiar, a fala de Ivanise remete mais aos desfechos dos casos de desaparecimentos, em que a fuga do lar é uma consequência de um caso, não de sua pressuposição.

Ivanise também é representante dos familiares de pessoas desaparecidas na Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos - REDESAP, mas alega que atualmente a rede só funciona “no papel”, pois a última reunião foi realizada em maio de 2014, com a participação do Ministério da Justiça e outras mães, bem como de 12 delegados dos estados-sede da Copa do Mundo de 2014.

Entre os seus aliados, Ivanise cita nominalmente membros de instituições públicas que apóiam a causa, como o Ministério Público, que conta com um projeto de localização de pessoas, a Delegacia de Pessoas Desaparecidas para a qual encaminha os familiares que chegam até ela e os Conselhos Tutelares. Entre outros parceiros e amigos estão voluntários, familiares e associações de familiares que atuam na causa e a imprensa, que, segundo ela exerce o papel social de cobrar do poder público, denunciar e contribuir na localização de pessoas através da divulgação dos casos.

As principais formas de financiamento da ONG são doações. Entre os gastos fixos da ONG estão o aluguel, o condomínio e a linha telefônica da sua sede no centro de São Paulo. Alguns dos “parceiros” doam dinheiro e o restante vem de fundos municipais para captação de recursos e editais de projetos, nos quais a ONG pode realizar a contratação de recursos humanos, como psicólogos, além de doações de empresas privadas.

Além disso, o emprego do trabalho voluntário é corriqueiro, sobretudo com a participação de estudantes que pesquisam o tema através da ONG e passam a integrar a equipe. Ivanise também depende dos recursos da ONG para sua subsistência. A ONG contava com apenas um funcionário, mas havia a previsão de dois convênios com a Prefeitura em breve: um com duração de dois anos sobre prevenção ao desaparecimento nas escolas para crianças e adolescentes, e o outro que seria executado com crianças em situação de rua, através da abordagem de profissionais na rua, buscando “resgatar” essas crianças.

A ONG mantém todos os seus 5000 cadastros, aproximadamente, em papel, arquivados na instituição. A família se responsabiliza em ligar caso os seus familiares não se encontrem mais desaparecidos, mas é comum que ela só fique sabendo do retorno do desaparecido através do contato com a família, quando a ONG marca seus encontros quinzenais na Praça da Sé.

Ivanise reclama da sobrecarga de trabalho, das viagens, das reuniões e entrevistas, o que teria lhe causado o terceiro infarto no final de 2015, motivo pelo qual havia desistido de realizar a comemoração de 20 anos da ONG. Ivanise conta que jamais iria desistir de procurar a filha e que seguiria com o seu trabalho mesmo que a encontrasse.



Figura 8: Arquivos e painel de fotos de pessoas desaparecidas na ONG Mães da Sé.

Vera Lucia Ranu, presidente da ONG “Mães em luta” e também uma fundadora das Mães da Sé, narra sua entrada na luta a partir de uma “revelação” religiosa. Vera sempre frequentou a religião católica, mas comentou certa ocasião que o ingresso no espiritismo kardecista ocorreu em um momento de desespero. Convidada por uma amiga, Vera esperava obter informações como a causa do desaparecimento de sua filha em um centro

espírita. Quando chegou lá, a palestrante teria dito: “a pessoa que a gente estava esperando chegou”.

Vera narrou o que teria sido uma mensagem da filha, em que a mesma afirmava que havia sido raptada por um carro branco, que a seguia há alguns dias antes. A filha teria sido violentada, mas depois não lembrava o que aconteceu, pois sua avó –já falecida- a teria resgatado. A médium, segundo Vera, teria dito coisas que ninguém sabia sobre a dinâmica de sua vida familiar e recomendou que a mesma parasse de chorar porque ela tinha muito trabalho para encontrar os filhos dos outros.

Naquele momento, Vera teria ficado muito irritada, pois não acreditou no que ouviu. Três anos depois, ela soube que Glória Perez, autora da novela “Explode Coração” estava chamado parentes que viviam o mesmo drama para participar da gravação. Os desdobramentos dessa participação fizeram com que Ivanise e Vera iniciassem o trabalho da Mães da Sé: “Daí disseram que a gente tinha uma ONG”, comentou Vera.

Vera tem 55 anos e mora com seu filho, a nora e neta, com os quais vivem com uma renda de pouco mais de quatro salários mínimos. Vera é mãe de Fabiana Renata Gonçalves, desaparecida em São Paulo no ano de 1992, então com 13 anos de idade. A ONG “Mães em Luta” foi fundada depois que Vera saiu da “Mães da Sé”, em 2005. Vera cursou o magistério (ensino médio), atuando como professora, dama de companhia, cozinheira, faxineira, etc. A sede da instituição é uma sala com dois ambientes em um prédio no centro de São Paulo, na qual divide com a sua microempresa. Depois de sair de uma empresa de material hospitalar, ela decidiu montar o próprio negócio, o que lhe daria maior liberdade para as atividades da associação, viagens, eventos. Trata-se de uma distribuidora de uma fábrica de materiais hospitalares, que compra, esteriliza e entrega para clientes da área da saúde.

Na ONG ela conta com parceiros e voluntários na divulgação de pessoas desaparecidas e no atendimento psicológico e jurídico às famílias. A captação de recursos externos tem sido cada vez menor, mas ela ainda consegue alguma ajuda com material de divulgação<sup>56</sup>. Quando os eventos são realizados pelo poder público as suas despesas são custeadas pelo Estado, do

---

<sup>56</sup> Em 2015 ela participou do programa de televisão da “Eliana” e ganhou um computador e um carro como doações de empresas.

contrário ela mesma arca com os gastos. Entre suas alianças também estão parceiros do Estado e voluntários que ajudam na localização de pessoas, divulgação de perfis e no trabalho diário da ONG, como universitários em formação.

Vera nunca se engajou em movimentos sociais antes do desaparecimento da filha, o que ela atribui a sua condição financeira, da falta de tempo, dos filhos pequenos. Antes da novela ela “caminhava sozinha”, fazendo buscas por conta própria. Depois da novela iniciou sua articulação em São Paulo com as redes e associações locais e nacionais. Sua trajetória na militância não é uma regra e ela compreende tais diferenças do seguinte modo:

Tem famílias que fazem do desaparecimento uma militância, que nem eu fiz, tem família que talvez não consiga, por n razões que a gente também não sabe. Para mim o desaparecimento da minha filha e a ONG me alimenta, me dá força para sobreviver, agora tem famílias que não conseguem nem sobreviver ela mesma [...] mas eu também tive que ter muita ajuda para chegar nisso, não chegou do dia para a noite. Eu militei muito tempo sozinha e quando houve a possibilidade de juntar forças eu me atirei de cabeça, mas tem famílias que se sentem sozinhas, abandonadas, sem estrutura, o lugar que mora às vezes também é muito difícil o acesso. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

Vera argumenta que, a despeito da sua história de luta, o desaparecimento ainda continua invisível para o Estado:

Eu faço parte de uma comissão aberta em 2010 sobre desaparecimento [...] mas também não anda, porque depende de secretarias e eu sou única representante da sociedade civil, mas não encaminha, não ouve, fica perdendo tempo, você não ganha nada, não faz nada [...] mas faz com que você queira divulgar, aí você divulga um trabalho que na verdade não existe. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

Vera faz uma crítica à multiplicidade de atores que se utilizam das redes sociais para divulgar imagens sem critério, sem averiguar a veracidade dos casos, o que pode também colocar os supostos desaparecidos em risco, a exemplo dos jovens vitimados pela violência urbana. Ela mesma fazia o cadastro dos familiares quando chegavam à ONG, mas agora procura saber a história, conversar com a família “porque tinha muitos que não eram

desaparecidos, era fuga do lar, conflito familiar e não pode jogar isso aí como desaparecido, pois eles acabam voltando e a família não avisa”. Vera estabelece uma distinção entre fuga do lar e desaparecimento, salientando que os casos reiterados de fuga de casa não poderiam ser tratados da mesma maneira que as demais causas do desaparecimento.

A ONG realiza uma entrevista com a família para saber o perfil da criança e da família. Vera conta que não tem ficado muitos desaparecidos nesses cadastros e que o trabalho dela não se resume a alimentá-los, mas trabalhar com o atendimento às famílias. Ela disse que as famílias têm certa expectativa sobre a volta: “a gente quer que ele volte do jeito que saiu”, alegando que as famílias não estão preparadas para aceitar os filhos com “vícios”, “atitudes diferentes”.

Para ela, as estatísticas são fictícias e irreais, pois não há sistematização dos dados pelo Estado e pelas entidades que atuam na área. Ela percebe, no entanto, que, em decorrência das inúmeras audiências públicas, algumas prefeituras vêm elaborando cadastros municipais de desaparecidos, o que pode ser o primeiro passo para um cadastro estadual e nacional.

A militância é caracterizada por ela como desgastante: os políticos que buscam a causa para promoção de sua imagem, o poder público que é omissivo, as mães que acreditam que ela tem a obrigação de resolver o caso, mas que só aparecem quando há alguma cobertura televisiva. Ela compreende que muitas pessoas utilizam a causa em benefício próprio, cobrando pelo trabalho, o que acaba por desmotivá-las: “A gente faz por amor, mas se quiser ajudar, não vai impor [...] Como mãe eu não tenho coragem de pedir, eu conheço a situação delas”. Tendo como bandeira a defesa da causa, Vera concorreu nas eleições de 2016 como candidata a vereadora em São Paulo-SP, pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro- PRTB, mas não foi eleita.

Segundo ela, muitos dos familiares atendidos se aborrecem porque nas entrevistas para a imprensa desejam contar sua história, mas por vezes apenas os líderes dos movimentos acabam falando por elas. Ela, ao contrário, solicita que todas tenham oportunidade de falar, “Ela tem necessidade de contar a história dela, do jeito dela, não é a Vera contando a história do

desaparecimento do filho dela, é elas contando a história do sofrimento de vida delas”.

Vera destaca o sentimento de abandono que a família sente, da reclamação dos outros filhos, de como todos passam a se envolver no problema. Ela disse que o ex-marido ficou desnordeado com o desaparecimento da filha, que ele não reagiu da mesma maneira que ela. No início ele militava junto com ela, mas depois desistiu. Mais tarde veio a separação, causado pelo desgaste atribuído a ela pela falta de atenção à família, mas ela ainda convive com o marido.

Vera salienta que o seu trabalho se diferencia do das Mães da Sé especialmente porque suas ações estão mais concentradas na prevenção ao desaparecimento do que na divulgação dos casos. Para ela, uma lei federal não iria resolver o problema, uma vez que seria necessária uma cultura, uma demanda na resolução do problema, uma política pública de prevenção e esclarecimento, pois muitas famílias acreditam que estão imunes ao problema.

Vera acredita que o desaparecimento ainda precisa ser compreendido, pois sabe-se dele apenas algumas causas, que existe uma distância grande em relação à possibilidade de resolução, por isso seria necessário investir na conscientização da sociedade e no atendimento às famílias. A falta de compreensão sobre o desaparecimento só produziria perda de tempo e dinheiro, pois “uma mãe não chega na delegacia dizendo que o filho foi traficado”, mas sim que está desaparecido. Argumenta que, uma vez que se sabe que as principais causas são os conflitos familiares e a violência doméstica, poder-se-ia agir sobre essas, através da aproximação entre pais e filhos.

Vera considera que existem desaparecimentos enigmáticos, sem uma explicação lógica e que só poderiam ser resolvidos através da divulgação, leis de monitoramento das fronteiras, rodoviárias e aeroportos, com uma legislação mais rígida porque muitas leis não são efetivamente colocadas em prática. Ela acredita que o desaparecimento da filha tem relação com o tráfico de pessoas, que alguém a raptou.

Vera reitera que a crítica sobre a omissão do Estado se dá porque a polícia o representa, mas que, apesar de ter brigado muito com policiais e delegados, admite que não é culpa desses servidores, uma vez que eles não

são treinados para lidar com “ações sociais, conflitos familiares”, mas com a criminalidade. Segundo ela, o Estado deveria oferecer uma formação para o atendimento a pessoas desaparecidas, do contrário ele vai criar justificativas para não realizar o trabalho.

Ao mencionar o trabalho da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de São Paulo, ela argumenta que o registro do número de desaparecidos é superestimado, uma vez que parte considerável é de famílias que não avisaram o retorno do familiar desaparecido. Do mesmo modo, contesta a porcentagem de resolução dos casos apresentado pela delegacia, de 80 a 90%, uma vez que esses casos não seriam necessariamente frutos da investigação, mas do retorno espontâneo dos desaparecidos.

Sobre as vítimas do desaparecimento:

Eu acho que a maior vítima do desaparecimento. Será que tem vítima? Porque tem que ter uma história por trás dela, né? [...] Eu acho que quem mais sofre é a mãe, sempre a mãe, sabe? E por outro lado, o desaparecido também se torna uma vítima, porque a família começa a vivenciar aquilo e quando encontra, tudo o que aconteceu na família, foi por causa dele, do desaparecimento dele [...] De repente eu encontro minha filha Fabiana. Tudo o que eu sofri eu não vou perder a oportunidade de falar ‘você tá vendo, eu passei tudo isso porque você me largou aqui, porque aconteceu isso com você, os seus irmãos já não fazem parte da família, por isso, por aquilo. Eu acho que é sempre os dois [...] porque ela é vitimizada, não só pela sociedade. Por que sumiu? ‘Ah, vai ver que é usuário, era prostituta, era homossexual, ele também é vitimado de muitas formas, o preconceito é muito grande também. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

Vera acredita que só um trabalho coletivo entre diferentes atores como o poder público, entidades e profissionais pode tentar resolver o problema:

Tentar resolver, porque resolver você sabe que não vai. Mas tentar amenizar, buscar um atendimento, traçar políticas públicas que possam ajudar, entendeu? Caso contrário, não vai. A gente vai passar anos e anos do mesmo jeito que a gente tá, divulgando foto, tentando encontrar, fazendo evento, fazendo discussão que não chega a nada, fazendo esses [...] esses relatórios que os políticos fazem, que também não servem para nada, você entendeu? Mas [...] alguém tem que fazer, né? Vai chegar um dia que vai bater tanto na tecla que, a água tanto bate até que fura. Então vamos bater até furar. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

As falas de Ivanise e Vera são relevantes porque elas observam que a despeito do número de famílias atingidas pelo drama do desaparecimento, o fenômeno ainda não havia sido produzido/reconhecido publicamente. Tanto Vera como Ivanise destacam que se sentiam muito solitárias na vivência de seu sofrimento, o que mudou com o contato com outros familiares.

Suas falas também deixam explícito o papel de organizações não governamentais anteriores ao trabalho delas, da cobertura jornalística e televisiva na produção ou reconhecimento do fenômeno. Mesmo antes da novela, Ivanise já havia se reportado diretamente às emissoras, mas não obteve nem o reconhecimento do seu problema. Entre as justificativas para o afastamento de alguns familiares da militância, Vera destaca a mudança do foco dos meios de comunicação depois da novela, o que teria influenciado também a militância. Elas mesmas se dizem muitas vezes desmotivadas e pensam em desistir.

As ONGs presididas por familiares de pessoas desaparecidas se utilizam frequentemente do expediente da captação de recursos públicos para a manutenção de suas atividades, seja através de editais para a realização de políticas públicas ou através de transferência de recursos advindos de conselhos municipais ou de transferência de impostos de empresas privadas, que revertem o valor da causa social em publicidade. As despesas dessas ONGs vão desde o aluguel de uma sede até a contratação de pessoal especializado (advogados, psicólogos, educadores), material de divulgação, embora parte de suas ações sejam consolidadas a partir de parcerias com instituições públicas e privadas. Essas ONGs são extremamente dependentes do trabalho voluntário, que se confunde com a própria militância na causa. Como assinalou Maccafani (2007), os voluntários doam dinheiro, tempo e trabalho.

As organizações “Mães da Sé” e “Mães em Luta” ainda se situam como atores políticos importantes na busca por desaparecidos, no atendimento às famílias e na pressão por políticas públicas na área. Além da apresentação de fotografias no espaço público, muitas mães se utilizam das redes sociais para estreitar laços com outras pessoas que atuam na causa, divulgar casos de desaparecimento e expor seu sofrimento.

Impulsionadas pela repercussão da novela “Explode Coração” tanto em relação às suas lutas, mas também de um imaginário de reconhecimento do sofrimento projetado pelo desaparecimento de uma criança, essas mães irão construir suas próprias estratégias de militância. É importante perceber que os elementos de disputa e conflito inerentes à denúncia da violência urbana ou da condição de classe no Rio de Janeiro saem de cena e o desaparecimento se dissocia da violência policial para se universalizar através do sofrimento de mães que buscam seus filhos desaparecidos. São mães que sofrem em silêncio, sem a postura de enfrentamento característico dos movimentos sociais tradicionais. O desaparecimento se generaliza por meio da exposição pública das fotos de seus filhos, uma imagem que fica associada ao surgimento dessas organizações. Além das imagens, percebemos em suas narrativas o reforço de algumas categorias religiosas como a esperança, a missão e o destino.

### 2.2.1 Poder, maternidade e gênero

As ONGs fundadas por familiares de pessoas desaparecidas tiram sua legitimidade da experiência de sofrimento de uma mãe diante do desaparecimento de um (a) filho (a). Embora também sejam fruto de um processo de profissionalização, o poder dessas ONGs de mães é reforçado pelo lugar simbólico da maternidade e da família e pelo prestígio que elas vão construindo na interlocução com diferentes atores: funcionários públicos, representantes políticos, organizações públicas e privadas, meios de comunicação, etc. As demandas dessas organizações dependem da relação com o estado brasileiro, como mudanças legais, assessoria ou execução de políticas e serviços públicos aos familiares de pessoas desaparecidas. A atuação dessas organizações é, portanto, eminentemente local, sendo pouca ou indireta a relação com outras organizações internacionais.

Considerando a distância em relação à participação associativa, é possível supor que os familiares não entrariam para o cenário público da mesma maneira se não tivessem tantas barreiras na busca de seus familiares,

sendo a militância fruto do que consideram como ausência das prerrogativas do Estado moderno, e não pelo seu excesso, como argumenta Gatti (2011) a respeito dos desaparecimentos “forçados” na Argentina e na Espanha. A mobilização pela busca aos desaparecidos interpela toda a sociedade a se engajar na luta, fazendo seus interlocutores se posicionarem no lugar da vítima, ao se reconhecerem como mães, pais, irmãos, etc.

Entretanto, o argumento da “ausência” do Estado como um dos fatores do ingresso na cena pública não é uma afirmação de que a “presença” do Estado implicasse na ausência de mobilização, mas que as demandas que a mobilização encerra seriam distintas<sup>57</sup>. Nesse sentido, compartilho das ideias de Herzfeld (2016) que a constatação que não há Estado é uma declaração do desejo por essa fonte de justiça ou que atacar o “Estado” ou a “burocracia” é uma tática da vida social, uma vez que a burocracia é um terreno em disputa. Ao ser indagada a respeito dos rumos do movimento, caso o Estado cumprisse com suas “obrigações” para o problema do desaparecimento, uma das mães alega, por exemplo, que os movimentos persistiriam na confrontação e fiscalização do trabalho do Estado.

A militância através do vínculo familiar interrompido é por si mesma uma afirmação de poder, que não passa necessariamente pelo percurso institucional da política. A utilização da noção de poder na causa do desaparecimento não significa desprivilegiar a experiência daqueles familiares que não participam da mobilização pública na causa do desaparecimento, pois significaria distinguir a militância em níveis de envolvimento ou escalas progressivas – do movimento para a política, por exemplo- reduzindo o conjunto da militância ou da atuação diante de cada caso apenas a uma competência individual ou a determinações externas como as condições para uma carreira militante.

No capítulo III apresentarei a narrativa de familiares sem vínculo com a militância na causa, embora muitos deles também façam parte das mesmas redes de familiares que atuam na militância. Por isso falar apenas em denúncia pública ou da formação de laços associativos seria uma maneira muito estrita

---

<sup>57</sup> Argumento semelhante poderá ser vislumbrado no capítulo IV, no caso do desaparecimento de João Rafael, em que a mobilização como uma forma de governo emerge justamente em um contexto em que o Estado é um ator fundamental na gestão do desaparecimento de crianças.

de sintetizar as distintas formas de empoderamento no exercício das relações familiares, reduzindo a dimensão política apenas à esfera pública.

As formas de ação e legitimidade associada aos movimentos de familiares de pessoas desaparecidas, como já mencionado, difere das formas tradicionais de militância política dos movimentos sociais, pois ao invés de se remeterem ao futuro por meio de projetos de transformação, elas se remetem ao exercício e reforço de papéis tradicionais como a relação entre mães e filhos. Entretanto, essas formas de apresentação pública não tornam menos político o conteúdo dessas demandas.

Como destaca Mahmood (2006), ao propor uma separação entre as noções de agência e de resistência para pensar as formas de atuação política que não se enquadram nas formas liberais e seculares feministas<sup>58</sup>. A autora analisa um movimento feminino das mesquitas, que integra o revivalismo islâmico no Cairo, no Egito. Esse movimento é formado por mulheres que se reúnem nas mesquitas para ensinar sobre as escrituras sagradas e as práticas e comportamentos necessários ao cultivo do ser ideal virtuoso.

Nesse contexto, a autora argumenta que a agência não pode ser compreendida apenas como resistência a relações de dominação, subversão ou ressignificação de normas hegemônicas, mas também pela capacidade de agir propiciada em um contexto historicamente configurado por relações de subordinação, nas formas pelas quais as normas são incorporadas, pois “As normas não são apenas consolidadas e/ou subvertidas, mas também performadas, habitadas e experienciadas de várias maneiras<sup>59</sup>” (Mahmood, 2006, p. 136).

---

<sup>58</sup> Abu-Lughod (2003) discute o papel do melodrama egípcio na criação de sensibilidades modernas. Ao unir narrativa, emoção e subjetividade seus criadores propõem novos tipos de pessoa e sujeitos individualizados que a princípio afastariam a centralidade de aspectos tradicionais como o parentesco e a religião. Valorizando a emotividade e o mundo cotidiano, essas produções parecem apontar para a construção de sujeitos modernos ao tratar da construção de si como sujeito individual. Entretanto, a autora acredita que a temática tanto do parentesco e da religião muçulmana não só não desaparecem na recepção dessas produções como se constituem como os próprios canais da construção de sensibilidades modernas.

<sup>59</sup> Mahmood (2006) estabelece aproximações teóricas com Butler e Foucault, para os quais as condições para o exercício do poder/agência também são criadas por relações de subordinação específicas, como na reprodução das normas. Destacando o caráter formativo do poder para os sujeitos, a autora destaca que a gramática na qual o movimento de mulheres nas mesquitas ocupa os lugares antes exclusivos dos homens é a mesma que reforça sua subordinação.

A autora tece críticas ao feminismo pela sua premissa da universalidade do desejo de liberdade e libertação diante de relações de subordinação, em decorrência de seu caráter dual, “simultaneamente analítico e politicamente prescritivo” (Mahmood, 2006, p.128). Esse caráter historicamente localizado teria como raiz a definição de liberdade positiva como aquela direcionada por uma razão universal que se libera do costume e da tradição.

Compreendo as relações de poder a partir de Foucault (2004), para o qual as práticas de liberdade não envolvem necessariamente processos de liberação, uma vez que as relações de poder só podem ocorrer onde não há dominação. A prática da liberdade é política, pois se dá no terreno de formação de uma ética, na autoformação do sujeito por meio do controle ou domínio de si, uma prática refletida da liberdade. As relações de poder só podem existir onde há liberdade.

Ao se constituírem como mães no espaço público por meio de uma ética, novas relações de poder são produzidas, mesmo que sejam formadas a partir da reafirmação das normas sociais. As mulheres, ao reforçarem seus vínculos maternos com seus filhos desaparecidos, retiram sua legitimidade do seu papel de cuidado na vida privada. Elas falam desde esse lugar de mães que habitam, não para subvertê-lo, mas para reafirmá-lo como condição pressuposta para sua luta. A reafirmação desse poder não é sinônimo de resistência, mas um atributo de uma prática reflexiva, de trabalho de definição do sujeito que é ao mesmo tempo uma ética em relação aos outros.

O exercício da maternidade no espaço público a partir dos laços familiares produz poder e legitimidade, mas não um poder que se afirma em relação à liberação, mas um poder que se estabelece por meio da reprodução da tradição. A empatia gerada no outro pela tristeza de uma mãe por uma família rompida é o índice mais poderoso de afirmação da luta.

Scavone (2004) destaca que a teoria feminista contribuiu para a reflexão sobre as implicações políticas e sociais da maternidade, sobretudo nos anos 70 e 80, propondo desde a recusa à maternidade como fator central da “opressão das mulheres”, pelas correntes teóricas radicais, até a valorização da maternidade como símbolo de poder e identidade das mulheres, por correntes inspiradas pela psicanálise. De qualquer maneira, esses discursos contribuíram

para o entendimento da maternidade como uma construção social e como uma escolha reflexiva das mulheres.

A menor participação dos pais e de outros familiares no espaço público não significa que eles não tenham um papel fundamental na busca ao desaparecido, já que contribuem na manutenção da dinâmica da vida familiar, que inclusive corrobora a militância das mães, pois para participarem das atividades muitas delas demandam o auxílio de outros familiares na manutenção e sustento da casa ou no cuidado dos outros filhos. A experiência nos espaços públicos faz com que os demais familiares não queiram ser interlocutores do caso, como já ocorreu em tentativas frustradas para entrevistar pais ou parentes masculinos.

Por fim, longe de silenciar a presença masculina no campo, entendo que a responsabilização materna pelo cuidado dos filhos é produtiva no espaço público, o que torna as ações maternas mais legítimas nesse *lócus*. Entretanto, considerando outros sujeitos como os *experts*, que serão apresentados nos próximos capítulos, podemos perceber que existem distintos espaços de atuação no governo do desaparecimento.

### 2.2.2 As vítimas do desaparecimento

Cheguei à ONG Mães da Sé no começo da tarde, por volta das 15h. Havia várias mães, alguns pais e um irmão de desaparecido com fotos. Eles estavam aguardando para participar de uma entrevista para um canal de televisão. Ouvi Ivanise mencionar sobre o número de cadastros da ONG, que já estava em 9.222. Uma das mães chorava constantemente, as demais choravam nos momentos de lembrança ou quando alguma delas falava e as outras se identificavam. Lidia<sup>60</sup>, voluntária do Paraná, comentou que acompanhava as mães de desaparecidos há algum tempo e que guardava as fotos do rosto delas. Ela disse que percebia nestas fotos uma mudança muito grande, como se, com o tempo, o semblante delas mudasse. Chega o momento em que a repórter disse que queria entrevistar apenas três mães, mas todas elas argumentaram, ao seu modo, os critérios para tal seleção. Maria<sup>61</sup>, que estava com uma foto do filho, de aproximadamente 40 anos, disse que precisava encontrar o filho para cuidar dele, pois o mesmo já havia saído de casa outras vezes e ficava nas ruas, e também para que depois ele cuidasse dela, pois os outros filhos não a compreendiam. Além disso,

---

<sup>60</sup> Nome fictício.

<sup>61</sup> Nome fictício.

ela argumentou que havia perdido seu marido há pouco tempo, o que justificaria a urgência em divulgar seu caso. Sheila<sup>62</sup> argumentou que tinha vindo do Maranhão com seu outro filho, pois seu filho estava internado em uma clínica para dependentes químicos e teria fugido e depois foi visto em São Paulo, alegando que a distância seria um critério relevante para que o seu caso fosse divulgado. Cíntia<sup>63</sup>, que procurava seu marido, argumentou que o seu caso era o mais antigo. Percebendo que não se tratava de uma escolha fácil ou por respeito aos que se encontravam ali especialmente para participar do programa, a repórter optou por entrevistar todos os familiares em decorrência da urgência de todos os seus sofrimentos. Os familiares depositavam na reportagem a esperança de encontrar seus parentes desaparecidos através da divulgação das fotos. Mais tarde, um homem pergunta sobre o dia da criança desaparecida, ao que a secretária lhe dá a informação que havia a semana nacional, mas o mesmo insistia em saber sobre o dia da criança desaparecida. Depois ele começou a mencionar que fazia parte de uma ONG, até chegar no principal objetivo: dizer que tinha um grupo de investigadores privados, que combatia a “falta de respeito e a injustiça” e que tinha interesse pela causa. Depois, já conversando com Ivanise, ele tentou demonstrar conhecimento sobre as causas de desaparecimentos e, dirigindo-se para a mãe de uma criança desaparecida, explicava como os “traficantes” de órgãos retiravam os órgãos das crianças e faziam a desova do corpo. Os membros da ONG não viram com bons olhos a iniciativa. Aquela tarde foi marcada também pelos preparativos de um evento da ONG que seria realizado na Câmara de Vereadores. Ivanise comenta às mães que “a imprensa toda vai estar lá” e que seria importante organizar os cartazes com as fotos, algumas pessoas já tinham banners e camisetas prontas. Diário de Campo. 26/03/2014.

Em sua “antropologia das políticas da vida”, Fassin (2000) se debruça conjuntamente em questões de ordem política e moral. O autor traça um paralelo com o conceito de *biopoder* de Michel Foucault (2008), argumentando que não se trata do poder *sobre* a governamentalidade ou gestão da vida das populações, mas sim no poder *da* vida, como argumento político legítimo, compreendendo a relação estabelecida pela sociedade com o corpo que sofre ou está doente, o que ele chama de uma “biolegitimidade”. O autor analisa a “economia moral” que pode ser apreendida dos valores que amparam as escolhas sobre a vida física e social dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, tendo como enfoque a ação pública e privada que intenta prevenir ou acelerar a carência ou o sofrimento, uma “sanitarização do social” e uma “politização da saúde”.

---

<sup>62</sup> Nome fictício.

<sup>63</sup> Nome fictício.

Fassin (2000) utiliza o conceito de “biolegitimidade” em alusão às políticas da vida que se desenvolvem nas sociedades contemporâneas, demonstrando como o sofrimento passa a ter legitimidade a partir da invocação da “razão humanitária”. Fassin cita a “epidemia” de saturnismo na França ocorrida em 1999 em detrimento da mudança de concepção clínica acerca da doença, o que se fez a partir da mobilização de agentes na transformação dos indicadores até então adotados. O saturnismo infantil foi construído como um problema grave a partir do reconhecimento clínico de que níveis menos elevados de intoxicação por chumbo poderiam ter efeitos na capacidade intelectual das crianças. Os dois fenômenos políticos são pensados simultaneamente pelo autor: o papel dos agentes sociais na construção do problema de saúde e a demonstração do fenômeno a partir de instrumentos técnicos. Mesmo constatando que a contaminação por chumbo estava relacionada às precárias condições de moradia dos novos imigrantes africanos, em razão da ilegitimidade produzida pelas políticas restritivas de imigração, a partir dos anos 80 –negativas de visto de permanência- a mobilização de agentes não teve o efeito esperado.

Fassin (2000) demonstra então que será a invocação da razão humanitária, a partir da legitimidade do sofrimento do corpo acometido por uma doença grave, como a Aids ou o Câncer, que irá permitir uma transformação desse quadro, multiplicando em sete vezes o número de vistos de permanência concedidos. Se o asilo político não era mais um argumento legítimo, o apelo da condição de imigrante doente o será. Isso significa que a ameaça que incide sobre o corpo se tornou a “razão política de viver”.

A tarefa proposta por Fassin (2000) é a de analisar as novas formas de legitimidade sanitária e humanitária que se fazem impor contemporaneamente de modo quase natural em detrimento de outros arranjos possíveis. Trata-se de analisar a autoridade dos saberes e a utilização dos poderes, de pensar de maneira crítica sobre as violências estruturais e as desigualdades sociais implicadas nesse processo que por vezes envolvem escolhas arbitrárias e “decisões patéticas” (Fassin, 2005).

Vianna e Farias (2011) trabalhando com movimentos de familiares de vítimas da violência policial no Rio de Janeiro revelam que o acionamento da condição de mãe como ator político é fundamental para ação. A evocação da

condição de “mãe de uma vítima” é o que dá legitimidade para a fala em espaços de poder, sendo que mesmo quando outros familiares são mais atuantes na militância há uma referência simbólica à mãe que não pôde estar presente (Vianna, Farias, 2011).

Sobre o contexto argentino, Vecchioli (2005) argumenta que o Estado moderno não teria eliminado elementos tradicionais de sociabilidade como o parentesco. Ela argumenta que as organizações da sociedade civil na Argentina vão apelar para a imagem de uma comunidade de sangue, mediante o uso dos laços de consanguinidade e afiliação com as vítimas do terrorismo de Estado. Vecchioli mostra o papel central do Estado no reconhecimento dos direitos humanos como uma questão familiar. A autora argumenta que esse tipo de adesão coletiva continua sendo eficaz no movimento de direitos humanos, dado o surgimento de novos agrupamentos formados em torno de situações de violência que apelam ao vínculo de sangue. Vianna e Farias (2011) também destacam a legitimidade que o “ser mãe” de uma vítima da violência policial confere na denúncia pública da violência institucional no Rio de Janeiro.

Wieviorka (2003) questiona se o surgimento da vítima no espaço público significaria a dissolução da fronteira, nas sociedades modernas, entre o público e o privado ou a profanação do Estado ao dar maior relevância ao indivíduo e sua subjetividade. O autor reconhece que há uma mudança nas concepções de Estado e suas instituições, uma desinstitucionalização ou reinstitucionalização do Estado. Para Wieviorka (2003), a invenção da vítima atesta uma crise institucional do Estado em dar conta da ordem e da coesão social e uma tendência ao apelo à lei mais do que ao Estado, impulsionada pela grande visibilidade midiática às demandas dos novos movimentos sociais, potencializado pela geração de um clima de medo e risco, o que corrobora a perda da confiança no Estado e na classe política.

Wieviorka (2003) alega que a emergência das vítimas no espaço público significa o reconhecimento do sofrimento e a inscrição da experiência do sujeito no debate coletivo. Por vezes é apenas a restituição de sua normalidade que o reconhecimento inscreve, o da recuperação de sua capacidade de subjetivação. Além disso, esse reconhecimento amplia o debate sobre tema e tem um caráter formativo para as novas gerações.

Neves (2010) discorre acerca de processos de “vitimização” por direitos sociais a partir de uma entidade filantrópica de Niterói no Rio de Janeiro (RJ). A autora demonstra como determinados grupos constroem o seu reconhecimento enquanto portadores de direitos sociais na medida em se enquadrarem na categoria de usuários “carentes” ou em “situação de risco”. Tais categorias incidem, de um lado, na produção de engajamentos dos agentes de intervenção social e, de outro, no aprendizado e domínio da produção de índices de “vitimização” a partir do relato individual, por meio do qual exprimem seus sofrimentos individuais e coletivos. A publicidade do sofrimento atinge a um só tempo uma mobilização política e uma individualização dos usuários pela concorrência pelos recursos redistribuídos. É esse processo de diferenciação – entre si e para os agentes institucionais - que faz com que os mais “injustiçados” possam ser reconhecidos, merecedores e contemplados com direitos sociais.

Vecchioli (2005) argumenta que na Argentina o universo da militância pelos direitos humanos se organizou em torno da condição de vítima do terrorismo de Estado ou familiar de um desaparecido. A retórica abstrata e neutra que pauta a regulamentação do direito ao reconhecimento de vítima não é vista como uma formulação política, mas busca transcendê-la por meio de uma identidade familiar a partir da qual a história política do Estado-nação é narrada.

Vecchioli (2005) destaca que o silenciamento da militância sindical ou política anterior ao golpe de Estado de 1976, entre os integrantes dos grupos de familiares de desaparecidos, revela o papel estratégico da vinculação com o espaço doméstico diante do poder dos militares.

A autora destaca que o desaparecimento físico de um familiar não implica necessariamente a mobilização e essa relação de proximidade com as vítimas é “socialmente construída y objetivada por un grupo de militantes que se identifican en el espacio público a través del uso de categorías de parentesco” (Vecchioli, 2005, p.5), produzindo hierarquias na militância dos direitos humanos, dada a proeminência moral do sangue.

Ferreira (2016) argumenta que na produção do desaparecimento como um problema social, as mães de desaparecidos apresentam-se por meio de estratégias de distinção, produzindo credibilidade através do seu estilo emotivo

nos modos de se apresentarem-se publicamente, através da alteração dos tons de voz, de pronunciamentos chorosos, trêmulos e emocionados, o que ela designa como uma “manifestação modulada e socialmente prescrita” (Ferreira, 2016, p.222).

Podemos perceber que o choro é a expressão paradigmática do sofrimento das mães na causa do desaparecimento. A tristeza estampada no rosto de uma mãe é o capital simbólico do desaparecimento e aqui podemos nos reportar ao clássico trabalho de Mauss (1979) sobre a expressão obrigatória dos sentimentos.

Ferreira (2016) aponta que os termos vítima e denúncia eram raros nos registros dos desaparecimentos nas delegacias do Rio de Janeiro, dado o seu caráter não criminal, enquanto nos eventos públicos dedicados ao desaparecimento de pessoas a noção de vítima é formulada a partir do sofrimento causado aos familiares.

Em minha pesquisa, a despeito das críticas ao Estado, a avaliação sobre os efeitos da militância muitas vezes é medida por esses familiares através do reconhecimento dos casos pelo poder público (em audiências, comissões, reuniões). Por isso podemos concordar com o argumento da reinstitucionalização do movimento pelo Estado, pois a solução do problema também depende da capacidade do Estado em traduzir as demandas dos familiares.

Como já apontado anteriormente, ao se referir ao seu projeto de lei, Sandra Moreno alegava que a sua legitimidade (“você não passou [pela dor], eu sou vítima, eu sou a pessoa mais indicada”) estaria assentada na ausência de “interesse político”, pois serviria para “sara ou amenizar a dor” dos familiares. Como fica evidente nesse discurso, não há um consenso ou mesmo até uma desconfiança sobre o ingresso na política institucional como o melhor caminho para a condução da causa. A legitimidade do projeto de Sandra, segundo ela, reside no desinteresse político. O interesse político, repetidamente mencionado nas redes sociais quando os membros do grupo criticam a “ausência” do Estado, serve de mote para retratar os políticos e o Estado como agentes exteriores à sociedade.

Ivanise considera que a família seria a principal vítima do desaparecimento, em decorrência do descaso do próprio Estado ao não dar amparo a seu sofrimento:

Ela [a mãe] chega lá e fica esperando três horas para ser atendida, ela é tratada com discriminação, é assim que a coisa funciona. Aí ela vai na delegacia e o policial fala para ela 'não tem necessidade de você vir aqui, você não precisa vir aqui, se a gente tiver informação do seu filho nós ligamos para você'. Mentira, que ele não liga coisa nenhuma. Eu tô esperando uma ligação deles há 20 anos. Eles não me ligaram até hoje. Entrevista, 02/2016.

Os nossos filhos para o Estado, eles significam apenas um número, entendeu? Muda governo, sai governo e a coisa continua do mesmo jeito, não muda nada. Não se tem nenhum tipo de política pública voltada para o desaparecimento. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

É comum nas representações de familiares e voluntários da causa em eventos públicos e publicações em redes sociais uma noção de Estado como uma entidade que prioriza determinados problemas e os políticos como responsáveis diretos pela resolução destes. A política institucional ou formal nem sempre é bem vista em decorrência da experiência de (tentativas de) apropriação desses movimentos. Não há consenso sobre como estes agentes visualizam o movimento, as formas de lidar ou resolver o problema e tampouco as afinidades do movimento com outras causas.

Assim como na realidade argentina, onde Vecchioli (2005) argumenta que, no movimento de “Madres” pelos desaparecidos na Argentina, a opção moral pelos vínculos familiares é tão forte –ou mais legítima- que nos estatutos das organizações se veda a participação de seus membros em cargos públicos.

Zenobi (2011) problematiza as disputas e hierarquias criadas entre as diferentes vítimas do incêndio de Cromañón, na Argentina, em 2004, entre eles os pais, familiares, amigos e companheiros, sobreviventes, pais de sobreviventes. Zenobi (2011) argumenta que a disputa entre familiares na “Comisión de familiares de Cromañón” (CoFaCrom) se deu pela presença de familiares, movimentos e partidos de esquerda na comissão. Os militantes políticos e os familiares politizados eram vistos como tendo interesses puramente políticos, enquanto os familiares alegavam buscar apenas justiça e

temiam que a luta fosse utilizada para questões partidárias. Os descontentes fundaram a “Asociación de Padres de Hijos Asesinados en Cromañón” (APHAC), mas a participação dos militantes passou a ser vista mais tarde como natural e importante, dado que perceberam o caráter político da luta contra a corrupção do governo.

Zenobi (2011) reflete sobre os múltiplos sentidos do político nos movimentos de familiares e sobreviventes do massacre de Cromañón. O autor argumenta que o “político” emerge como um termo moral para se referir a outros grupos e separar ou aproximar indivíduos com posições diferentes ou iguais, a ponto de se constituírem alianças improváveis.

Em meu trabalho de campo pude perceber a presença dessas alianças improváveis, que vão desde o tema da proteção das crianças até a redução da maioria penal, da garantia de direitos até a eliminação dos direitos daqueles que cometem crimes. Chama a atenção que o discurso sobre os direitos humanos, que poderia englobar e especificar sua luta, muitas vezes é tido como um privilégio àqueles que “não merecem”. Em sua dissertação de mestrado com movimentos de familiares de vítimas da violência no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, Arosi (2013) também aponta certa identificação entre o discurso dos direitos humanos com a defesa de supostos algozes, reivindicando uma hierarquização entre as vidas que merecem ser vividas.

Em um evento ouvi a menção de uma das mães à política do governo brasileiro para os desaparecidos no período da ditadura (Comissão da Verdade), complementada pelo questionamento a respeito da ausência de políticas para aqueles que “não fizeram nada de errado”, atentando sobre a suposta moralidade daqueles desaparecidos, em detrimento dos demais desaparecidos. Como destacado no trecho do diário de campo que abre esse subcapítulo, esses direitos estão sendo disputados com esses possíveis “concorrentes”. É o que Chaumont (1997) designou como a “concorrência das vítimas”, aludindo às disputas pela memória advindas do reconhecimento dos sobreviventes do holocausto e da controversa afirmação da singularidade absoluta do holocausto. As estratégias de distinção perpassam ainda os diferentes graus de hierarquia de mães, pais, familiares, voluntários, e internamente, entre as próprias mães que já teriam um reconhecimento na

área, as que são chamadas a dialogar com a imprensa, as que são representantes no diálogo com o governo, etc.

Fassin (2005) discorre sobre a obrigatoriedade da expressão de sentimentos de justiça ou compaixão para os solicitantes desempregados ou imigrantes conseguirem uma ajuda financeira ou um título de residência. A exigência de testemunho objetivo dos solicitantes e a demanda de subjetividade pelos agentes institucionais envolveriam quatro tópicos: a necessidade, a compaixão, o mérito e a justiça. O testemunho autobiográfico do sofrimento ou de uma doença faz do corpo o último recurso de troca com o Estado. Não se trata de uma política da piedade (como sentimento abstrato colocado à distância), mas de compaixão com a degradação física do corpo ou mesmo de seu sofrimento.

As decisões dos agentes são baseadas na disponibilidade de recursos escassos, no confronto com o sofrimento alheio ou situação de vida ou morte. Não existem normas definidas, pois é a dimensão individual do sofrimento que funda o mérito da decisão. Fassin (2005) caracteriza essas decisões como “patéticas” porque banalizam o sofrimento, uma vez que se trata de uma questão arbitrária, pois os funcionários têm dificuldade em administrar sua própria sensibilidade diante da desgraça. O autor se pergunta sobre os fundamentos morais do governo desses “ilegítimos”, que sujeita os solicitantes em decorrência da obrigação de provar seu sofrimento e como vítimas diante do Estado para merecer a generosidade pública.

A mobilização de familiares de pessoas desaparecidas funda novas formas de poder não assentadas necessariamente nos mecanismos da política institucional, mas de estratégias legitimadas, pois fundadas no sofrimento, na empatia e no parentesco. Embora o uso do termo político sirva mais como um elemento de acusação e distinção, entendemos que é nesse embate de negação às estruturas de poder que se instituem novas formas de autoridade e legitimidade na esfera pública.

As alianças e oposições ficam evidentes nos eventos promovidos pelas mães, sendo a não participação e de seus familiares aliados, uma maneira de visualizá-las. O que não significa que essa aliança não possa ser situacional, como ocorre nos eventos promovidos por entidades públicas ou privadas que as convidam como palestrantes ou representantes, lembrando o sistema de

segmentação entre os Nuer, estudados por Evans-Pritchard (2007), esses grupos são vistos de fora como unidade e de dentro a partir do conflito.

As iniciativas e ações ocorrem em torno dessas lideranças, mães que compõem organizações, associações de familiares, servidores públicos ou instituições, ou mães que alcançam certo reconhecimento público através de sua luta e de suas ideias a respeito do desaparecimento. O recorte dessas alianças é situacional e se encontra em constante transformação. Entendo que a própria configuração de cada caso de desaparecimento e a multiplicidade de causas e condições sociais dos sujeitos desaparecidos produzem essas divisões em decorrência de suas especificidades. Como exemplo, Sandra Moreno solicitou o apoio de outra mãe que tem um reconhecimento público anterior ao desaparecimento de sua filha, ambas adultas, mas a mesma alegou que ela já havia conseguido seu objetivo a partir de seus contatos: o estabelecimento de uma delegacia especializada em seu estado e que não teria benefícios para seu caso apoiando sua luta.

Diferentemente da relação entre familiares vítimas de um evento traumático ou crítico, o processo de identificação entre esses familiares é mais difícil porque suas demandas não são necessariamente as mesmas, talvez por isso uma mobilização mais confluyente em suas pautas seja mais difícil. Em torno das lideranças também há uma disputa pela legitimidade da fala expressa tanto na experiência de ser mãe de um desaparecido quanto pelo reconhecimento de uma história de luta.

Institui-se um regime de verdade a partir da experiência, que não pode ser acessada pela condição de alguém que não tem filhos, que não tem filhos desaparecidos, que é apenas pesquisador, homem<sup>64</sup>, delegado, etc. Ele difere do saber científico, que pode ser acessado racionalmente, através de um distanciamento.

Em sua pesquisa, Lacerda (2015) caracteriza a participação das mulheres na luta por justiça como uma postura de enfrentamento e cobrança em relação à investigação policial. Ao falar da participação masculina, ela

---

<sup>64</sup> Na primeira vez que visitei uma ONG sobre desaparecidos, fui acompanhado de minha namorada, hoje minha esposa. Sentados, lado a lado, diante da presidente da mesma, esta apenas se dirigia a ela para explicar o seu sofrimento, como se buscasse um interlocutor que “realmente” compreendesse aquela experiência de ter um filho desaparecido.

argumenta que os homens jamais poderiam assumir tais posturas nesse cenário, uma vez que poderiam ser processados ou presos.

Lacerda (2015) destaca que a mobilização de familiares de vítimas, ativistas e religiosos no “caso dos meninos emasculados” de Altamira foi construída por meio de caminhadas, vigílias, atos as violências contra crianças como uma perda pública, de responsabilidade da polícia e dos demais poderes públicos pela sua omissão. A mobilização dos familiares foi fundamental como fonte de informações para o esclarecimento do caso e se deu a partir do contato com outras lideranças. Apesar da inevitabilidade da luta, Lacerda (2015) cita os custos e as dores da militância das mulheres, em decorrência da contrariedade dos maridos e dos filhos, mas também do tratamento humilhante por parte das “autoridades”, que fazem do prolongamento do luto ou da luta por justiça e contra o esquecimento do caso um ato de protesto.

### 2.3 Considerações finais

Detalhamos, neste capítulo, as condições de possibilidade para a emergência e consolidação da militância de três mães de crianças desaparecidas, desde o contexto das mobilizações contra a violência urbana no Rio de Janeiro, nos anos 90, até a construção do problema do desaparecimento como um fenômeno autônomo associado a um drama familiar nos estados de São Paulo e no Paraná. É a partir desse drama familiar e do exercício de papéis tradicionais que essas mães irão se empoderar para construir sua militância e legitimidade no espaço público.

Nas narrativas dessas mães, a construção dessa trajetória de luta foi diretamente influenciada pelo compartilhamento de experiências que deram sentido aos seus casos individuais. Cabe destacar a visibilidade atribuída ao fenômeno do desaparecimento pelos meios de comunicação, especialmente pela repercussão da novela “Explode Coração”, que marca um período fundamental para o reconhecimento e institucionalização de suas lutas.

A construção da vítima do desaparecimento é disputada através de diferentes critérios de legitimidade no espaço público, como o sofrimento, a

maternidade e o gênero, índices de poder no campo da militância. Essas disputas e tensões e fundam novas hierarquias sociais, através das quais o papel do Estado está sendo redefinido e o “político” está sendo disputado como uma fronteira moral, ora como projeto associado à causa, ora como acusação moral pelo interesse individual.

### CAPÍTULO III

## DESAPARECIMENTO DE PESSOAS E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

Neste capítulo, abordaremos como as experiências desencadeadas a partir do evento do desaparecimento suscitam a construção de subjetividades, na formação de uma ética que evoca uma transformação de si (Foucault, 1994). Conforme Foucault (1994), essas exigências ou problematizações morais não são o reflexo das interdições ou determinantes para seu desenvolvimento, mas se instauram justamente nas questões que escapam ao domínio das leis ou mesmo no exercício do seu poder, nas práticas de liberdade<sup>65</sup>. Elas não se referem, portanto, às formas de dominação por outros ou à submissão a sistemas de poder, mas a processos de fabricação de sujeitos (Rose, 2001).

Embora possam estar intimamente articulados com o governo do desaparecimento, as formas de subjetivação guardam certa autonomia com ela, na medida em que os sujeitos se constituem por meio de diferentes moralidades, saberes e técnicas de si. A governamentalidade consiste na intersecção entre as tecnologias de dominação sobre os outros, que determinam a conduta dos indivíduos a certos fins, e as tecnologias de si, que

[...] permitem aos indivíduos efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade (Foucault, 2004b, p. 323)

---

<sup>65</sup> Foucault (1994) argumenta que a liberdade para os gregos também é uma relação do indivíduo para consigo, pois diz respeito à relação do indivíduo para com seus desejos, do poder que se exerce sobre si que é o poder sobre os outros: “No entanto, essa liberdade é mais do que uma não-escravidão, mas do que uma liberação que tornaria o indivíduo independente de qualquer coerção exterior ou interior; na sua forma plena e positiva ela é o poder que se exerce sobre si, no poder que se exerce sobre os outros (Foucault, 1994, p. 75).

Foucault (1994) delinea o surgimento de diferentes problematizações morais a respeito da sexualidade na antiguidade e no cristianismo. Os medos, a prudência, a fidelidade, a homossexualidade e o domínio dos prazeres entram nessa economia moral<sup>66</sup> em que a abstinência sexual não se insinuava como um imperativo legal, mas como expressão do acesso à verdade.

O cuidado de si é uma ética orientada aos outros, uma forma de se conduzir livremente, por meio de esquemas presentes em sua cultura, sociedade ou grupo social (Foucault, 2004a). Assim como a sexualidade foi problematizada por práticas de si, o desaparecimento também opera um “campo de problematização” que transforma a subjetividade, na medida em que o sujeito busca decifrar em si mesmo a continuidade de uma relação - o que eu tenho que aprender com isso? é minha responsabilidade? o que eu deixei passar? – e, ao buscar, construir uma verdade sobre o desaparecimento e sobre o desaparecido. Por outro lado, a experiência também faz da vida privada um espaço à disposição do julgamento moral, a ser desvendado pelos outros, se culpado ou inocente, se vítima ou responsável.

Nesse sentido, a moral<sup>67</sup> aparece como fundamento da prática de liberdade, não como consequência da coerção, mas um modo de estilização da vida, que se traduz em poder e prestígio. Foucault (1994) descreve a história da ética e da ascética ou as formas de subjetivação moral e das práticas de si

---

<sup>66</sup> Para os gregos, a atitude de cuidar de si associava-se ao princípio de autoconhecimento, um estado político ativo de domínio e combate aos prazeres, atrelado menos a uma atitude do que uma atividade real. Cuidar de si denotava também praticar a política. Na tradição do estoicismo esse domínio ou cuidado sobre si se dava pela aquisição da verdade e não por meio da renúncia da realidade. Com a era helênica, o cuidado de si se transforma em uma representação ligada à prática da escrita. Entretanto, a herança da moralidade cristã faz da renúncia de si uma condição para a salvação. O conhecimento sobre si mesmo emerge como fundamental no mundo moderno, mas por meio de severas obrigações de verdade para com a fé, com os dogmas, com a alma (Foucault, 2004b).

<sup>67</sup> Por moral entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostos aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo assim, compromissos ou escapatórias. Porém, por “moral entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores [...]” (Foucault, 1994, p. 26)

que a asseguram. Para os gregos, a moral era uma elaboração da conduta masculina feita do ponto de vista dos homens, sem referências a interdições ou códigos morais prescritos. As práticas morais, ou modos de sujeição moral se referem à constituição de si enquanto sujeito moral, que se define em relação aos preceitos que respeita e estabelece sua conduta “para o conhecimento, o exame, a decifração de si por si mesmo, as transformações que se efetua sobre si mesmo” (Foucault, 1994, p. 29).

A moral comporta os códigos de comportamento e as formas de subjetivação (ética), que não estão dissociados, mas podem se desenvolver com certa autonomia. No primeiro o poder reside na autoridade que faz valer o código. As morais voltadas para a ética foram muito importantes no cristianismo ao lado das morais orientadas para o código, tendo havido justaposições, rivalidade e conflitos. A antiguidade grega ou greco-romana foi muito mais voltada para as práticas de si e como instituem a “soberania de si sobre si mesmo”, sem a preocupação de codificação ou vigilância sobre as condutas. Não havia uma moral unificada, elas se originavam de diferentes movimentos filosóficos e religiosos e em diferentes grupos e propunham livremente estilos de moderação ou rigor.

É assim que Foucault define as artes da existência:

“[...] práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo” (Foucault, 1994, p.15).

São práticas que perderam sua importância e autonomia com o cristianismo, ao serem incorporadas no exercício de um poder pastoral e mais tarde em práticas de tipo educativo, médico ou psicológico.

O desaparecimento produz formas de elaboração e estilização da vida que não têm implicações apenas na trajetória dos sujeitos, mas também diante dos outros. A reflexão sobre a culpa é um efeito desses jogos da verdade a respeito da responsabilidade materna no cuidado dos filhos e no reconhecimento de si como mãe de um desaparecido. Mas também podemos dizer que é da construção de um sujeito ético que os jornais tratam, ao abordar

o sofrimento de uma mãe de um desaparecido e a partir do qual a legitimidade da luta se instaura no espaço público.

As formas de subjetivação são consequência da sujeição do indivíduo a uma ética que individualiza sua ação, de técnicas de si, de um trabalho sobre si mesmo, de “formas técnicas atribuídas à relação consigo mesmo” (Rose, 2001, p.45). As técnicas de si produzidas pela experiência do desaparecimento tratam-se da invocação do zelo pelas relações familiares, com o tempo do parentesco, com a continuidade de um projeto, que é narrado através da linguagem da dor e do sofrimento, mas também pela preocupação com a verdade da busca ao desaparecido.

### 3.1 Sofrimento, tempo e família

Em estabelecimentos, ao passar por jardins infantis, em casa de amigos, Stephen não podia deixar de procurar Kate noutras crianças, nem ignorar nelas as mudanças lentas, as aptidões aumentadas, nem deixar de sentir a potência não fruída de semanas e meses, do tempo que deveria ter sido dela. O crescimento de Kate tornara-se a essência do próprio tempo. O seu crescimento fantasma, produto de uma mágoa obsessiva, era não somente inevitável- nada podia parar o relógio tendinoso -, mas também necessário. Sem a fantasia da existência continuada de Kate, ele estava perdido, o tempo pararia. Era o pai de uma criança invisível (McEwan, 2002, p.8)

Ambientando em Londres, a narrativa ficcional “A criança no tempo”, de Ian McEwan, conta a história de Stephen, que junto com Julie vivem o drama do desaparecimento da filha Kate, então com três anos, na fila de um caixa de supermercado. Stephen é um escritor de livros infantis e membro de um subcomitê governamental que discute a criação de um manual sobre desenvolvimento infantil para pais e educadores, o que dá contornos ainda mais sensíveis a essa narrativa sobre o tempo, infância e sofrimento. A busca incansável e o sofrimento familiar aliados à passagem do tempo vão progressivamente abalando as relações e a saúde física e mental do casal.

Conforme Ferreira (2015), as narrativas de mães de desaparecidos e fundadoras de instituições vão de encontro ao ponto de vista dos gestores do

problema, alegando que o desaparecimento não é uma consequência da falta de proteção de uma família (ou de uma família “desestruturada”), mas o desaparecimento é o responsável pela desestrutura de grupos familiares.

Das (2008b) argumenta que momentos de ruptura afetam a segurança ontológica dos sujeitos. O desaparecimento afeta diretamente a vida dos familiares dos desaparecidos, pois o fenômeno é imprevisível. Através da análise de narrativas de familiares pode-se perceber que eles definem esse momento a partir da ideia de que “perderam o chão” ou foram levados a uma situação de vazio ou incompletude, como se a vida estivesse paralisada. Nas palavras de Sandra Moreno: “É uma parte da gente que tá anestesiada”, ou “O desaparecimento tem um começo, mas não tem um fim”.

Entre essas mães é constante a queixa sobre amigos, conhecidos, por vezes parentes, que as incitam a esquecer o desaparecimento ou mudar o tom de sua luta. É como se a elas fosse negado o direito de se prender à memória dos filhos, uma afronta ao modo como essas habitam o mundo (Das, 2008a), no qual a presença dos filhos se faz viva na memória e na ação política. A mobilização pela busca do desaparecido é por si mesma a demonstração de que o vínculo permanece, que não se desfaz com o desaparecimento e que essa ruptura deve ser marcada através do que significa: um não-lugar simbólico. A luta é uma forma de simbolizar esse não-lugar, mas também de reconhecê-lo. Elas participam de trabalhos relacionais ao sustentar, reparar e remodelar os laços diferenciados com seus filhos desaparecidos (Zelizer, 2011).

Ross (2001) alude à relação entre o discurso e o silêncio a partir de testemunhos de mulheres nos tribunais da verdade e reconciliação na África do Sul a partir de 1995. A autora defende que há uma dificuldade de ouvir e dar atenção a histórias de dor e perda, pois seria necessário reconhecer o significado do silêncio para comunicar certos tipos de experiência. Ross alega que, nas audiências, a comissão responsável em ouvir os testemunhos se amparava em leis que davam ênfase às experiências corporificadas e visíveis de sofrimento, tais como o sequestro, a tortura e o assassinato. Ela alega que as narrativas das mulheres são feitas em termos das rupturas da domesticidade, entendida como metáfora da vida familiar, demonstrando as

dificuldades de manutenção de suas famílias diante da atuação do Estado contra os seus membros masculinos.

O sofrimento está presente não apenas na experiência da dor, que se expressa no adoecimento do corpo, mas também se refere a como os próprios processos que deveriam servir para amenizar o sofrimento, conforme Kleinman & Kleinman<sup>68</sup> (1997), tornam-se potencializadores deste, sobretudo em relação ao tratamento dado ao problema pelo Estado, com destaque para a ausência de normatização jurídica acerca do fenômeno e de políticas públicas integradas e eficazes que atuem na busca de pessoas desaparecidas.

Ivanise, mãe de uma menina desaparecida aos 13 anos, ouviu a recomendação de um delegado para ir para casa e esperar 24 horas, pois provavelmente sua filha voltaria, pois estaria provavelmente em “um motelzinho com o namorado”. Com a insistência da mesma, o delegado a acusou de “abusada” por enfrentá-lo, ameaçando prendê-la por “desacato”. Vendo seu tamanho desespero, trêmula depois de ir a hospitais e no Instituto Médico Legal, um investigador foi até ela e contou que na região do desaparecimento da filha atuava um “maníaco” em uma mata fechada e que já havia violentado quatro mulheres.

Ivanise procurou a filha até às 6h da manhã, sem sucesso, e como não conseguia dormir foi até a mata e entrou sozinha, gritando pela filha. Ela teria ficado em “estado de choque” e passou 53 dias “sem comer e dormir”, indo aos hospitais e ao IML, onde lhe mostravam fotos em um catálogo de pessoas que haviam dado entrada por assassinato, com rostos desfigurados, etc. A suposição de que a filha poderia ser uma daquelas vítimas teria sido muito traumática, pois ela teria visto vítimas de assassinato nas condições mais graves. Ivanise ficava a noite inteira procurando a filha, “só tomava café e

---

<sup>68</sup> Kleinman & Kleinman (1997) argumentam que a abordagem ao sofrimento não pode ter como objetivo a sua naturalização ou essencialização, uma vez que este se inscreve em uma relação complexa entre o indivíduo e a sociedade. Para os autores a contribuição da Antropologia tem sido a de situar a experiência dos sujeitos que sofrem e especificar de maneira mais abrangente possível as situações que produzem o mesmo. Nesse sentido, evita-se a armadilha da apropriação profissional do sofrimento, no qual ou se ignoram as vozes dos sujeitos, descontextualizando sua experiência; ou foca-se em sua subjetividade, exotizando e despolitizando este sofrimento. Na politização do desaparecimento, trata-se de chamar a atenção para o fato de que o sofrimento individual e coletivo é produzido por um problema político complexo ou por “políticas e economias” da vida (Fassin, 2000).

fumava”, até o dia que foi parar no hospital em decorrência de um estado de desnutrição grave.

Vera descreve sua participação em um programa policial, quando a chamaram para reconhecer um corpo parecido com o da filha. Ela foi até o local, mas ao chegar foi impedida de ver o corpo, uma vez que o estado dele era muito grave. Vera insistiu, mas logo de início já percebeu que não se tratava de sua filha. Ela disse que não sabia como alguém era capaz de ter feito aquilo com uma criança, que estaria toda ensanguentada, mas interrompeu a descrição que fazia para mais pessoas e completou o restante no ouvido de Anelise, uma psicóloga que milita na causa.

Para Herzfeld (2016), a retórica é a chave da produção social da indiferença em burocracias estado-nacionais, seja através da forma tautológica dos pronunciamentos burocráticos ou da evasão da responsabilidade, na qual eles investem seu tempo em boicotar ou evitar sua responsabilidade. Nesse sentido, a essencialização ou reificação de estereótipos justificaria a indiferença, fazendo da prática burocrática uma rotulação a serviço do Estado.

Lacerda (2015), ao estudar o “caso dos meninos emasculados” de Altamira demonstra que o enfrentamento entre policiais e familiares tinha como centro do conflito de moralidades o cuidado com os filhos, sendo que os familiares em contexto de vulnerabilidade absoluta ou sem uma rede de relações (intermediários como chefes, militares, parentes advogados) eram os mais propensos ao escrutínio dos policiais.

Coker (2004) analisa como a experiência do trauma e do deslocamento entre refugiados sudaneses no Cairo são expressas através de descrições, narrativas e metáforas de doença. Os refugiados sobrevivem em um contexto de diferenças religiosas, raciais, costumes e linguagem, em um limbo cultural e econômico, uma vez que o Egito é um país de trânsito para refugiados enquanto aguardam a transferência para um terceiro país. O modo como narram ou como o corpo narra a doença por meio de metáforas assinalam como os sudaneses articulam seu sentimento de perda e ruptura – econômica, social, física e política. Na experiência dos refugiados todas as dimensões temporais devem ser reaprendidas, pois o repertório cultural tem de ser recriado a partir do caos. O corpo e suas doenças são partes inseparáveis do

ambiente, por isso a experiência de fragmentação social e geográfica é experimentada a partir de males corporais e dores físicas.

Segundo Dolores<sup>69</sup>, viver a experiência do sofrimento produz uma desvinculação da realidade:

A gente fica fora de órbita vários dias, vários dias, então assim até você voltar para o chão do emocional da tua realidade, o que aconteceu né, administrar essa situação, leva um tempo, leva um tempo e às vezes você pode vir melhor ou pior. Eu sempre falo assim, é um passo da loucura, um passo, o cérebro caminha assim né, entre a loucura e a razão, tem que cuidar da cabeça, saber administrar essa dor, ninguém vai fazer isso por você, psicólogo, amigo, ninguém, só você. Você e deus, porque você tem que procurar essa força dentro de você [...] ninguém entende a dor do outro, jamais. Entrevista, Florianópolis-SC, 04/2017.

Dolores completa que a família se desestruturou completamente com o desaparecimento do filho de três anos, que o ex-marido ficou muito mal e que isso teria desencadeado a sua separação anos depois. No início, o ex-marido é que tomava a iniciativa diante do caso, mas isso o desestabilizava emocionalmente, uma vez que ele se tornava revoltado e deprimido, o que o levou a beber e a ficar agressivo. O casal entrava em conflito porque ele não repassava as informações do caso e ela não se contentava em ficar em casa. Ao contrário do ex-marido, ela buscou apoio na religião católica e na comunidade de fiéis, na qual já frequentava antes, encontrando a ajuda de um padre.

Segundo Oliveira (2012), quando ocorre o desaparecimento a família se vê diante de um esgotamento financeiro e psíquico. Do evento decorrem transformações econômicas<sup>70</sup>, como gastos na busca ou o desamparo pela ausência da renda do desaparecido, quando este era o provedor da família; socioculturais (preocupação com a segurança e vigilância dos espaços) e psicológicas (convivência com a situação do desaparecimento). Oliveira argumenta que do evento podem decorrer a ruptura das relações como os casamentos, desagregação familiar e que o fenômeno atinge a vizinhança e a

---

<sup>69</sup> Nome fictício.

<sup>70</sup> Zelizer (2011) destaca a importância das transações econômicas na manutenção das relações familiares.

comunidade. A falta de recursos torna as pessoas impotentes, dificulta a militância (viagens) e a divulgação dos casos.

Não se trata de um sofrimento individual, embora na maioria das vezes se faça visível como tal, ou de um sofrimento corporal, embora se manifeste, como já argumentado, de forma corporificada. Como uma experiência sociocultural, existe como uma condensação corporificada do tempo histórico, ou seja, o sofrimento social é social não somente porque é gerado por condições sociais, mas porque é, como um todo, um processo social corporificado nos sujeitos históricos (Victora, 2011: p. 3-4).

Se, conforme Vena Das (2008a), o sofrimento é uma condição implícita de habitar o mundo, a ausência do filho é descrita como a interrupção da vida ou fala/denúncia a morte das relações. A narrativa mais comum é a da mãe que deixou de viver a partir do desaparecimento do filho(a). De fato, como mãe ela deixou de existir, pois sem um dos lados da relação ela mesma deixa de existir, senão inteiramente pelo menos como “um pedaço”, como elas comentam. Essa perda pode ser expressa através de conexões que a maternidade jamais poderá produzir, como entre seus filhos mortos e seus possíveis filhos, a “nova geração que podia ser pranteada sem nunca ter nascido” (Vianna, 2011, p. 109).

Dolores reflete sobre a impossibilidade de compreensão da dor do desaparecimento e a compara com a morte:

As pessoas não compreendem, por mais que tu fale, ninguém compreende, só quem passa por isso sabe o que eu tô falando, quem não passa não sabe, não tem ideia, não tem noção, ultrapassa o limite da razão humana. [Pergunto sobre a afirmação de algumas pessoas de que o desaparecimento seria pior do que a morte, uma vez que o seu segundo filho, morreu quando tinha 28 anos em um acidente de trânsito] Eu não concordo muito porque as pessoas acham isso, para mim a morte é morte, morte acabou, morte não tem esperança né? A pessoa desaparecida, por mais que é uma ferida que sangra, né?, mas você tem esperança, a morte não tem esperança, entendeu? É uma dor, é duas dores, é assim, inigualáveis, não tem comparação, sabe? São duas dores distintas, mas cada uma tem um efeito mortal, só quem passa para saber, não é fácil lidar com o desaparecimento e nem com a morte, perder um filho na idade adulta, seja em qualquer idade, mas no meu caso mesmo já vai fazer dez anos [...] da perda do Alex, então assim, não tem, não tem dor maior que a morte, eu falo para ti que não tem, tanto é que eu tô aqui correndo atrás do outro [filho desaparecido], não que um filho substitua o outro, não substitui, mas é uma missão minha, entendeu? Então eu acho que essa é a missão da mãe, né? Por mais que os filhos não compreendam o verdadeiro amor de uma mãe, mas

a mãe sabe, né? O que é sentir esse amor por um filho, independente de como ele é, então é um amor assim incondicional. Cada um é cada um e o amor é igual para todos, não tem distinção, mas a morte, eu vou te falar, essa é de doer, não que o desaparecimento não seja, o desaparecimento é uma doença crônica, é um mal crônico, todos os dias, todos os dias. Tem pessoas que falam assim “nossa, mas você tem o olhar triste”, eu não vejo que eu tenho esse olhar triste, mas as pessoas falam que eu tenho o olhar triste, né? Mas eu não gostaria de ter esse olhar triste, eu gostaria de ter o olhar da esperança [...] Quando fica sabendo da história, né, mas eu não sei passa essa tristeza no olhar, mas é uma ferida ali que não pode mexer, cutucar, né, mas ela não tá estancada não, ela tá ali e a morte é uma ferida que você tem que deixar ela ali e não pode cutucar não (risos), igualzinho, não tem diferença. Entrevista, Florianópolis-SC, 04/2017.

A noção de parentesco e gênero se torna relevante para pensar quem deve e quem tem legitimidade para denunciar e tornar público esse sofrimento que, ao mesmo tempo em que expressa a dor de se encontrar em uma posição socialmente instituída (a de mãe) é também a dor de atualizar a memória do desaparecido. Isso não significa que a família como um todo não sofra com o desaparecimento, mas que existem formas sociais instituídas de reconhecimento deste.

A narrativa de si é um símbolo político, o exercício da maternidade mais do que um fato biológico é o próprio reestabelecimento do mundo social a partir da constatação da continuidade das relações, da resistência à morte dessas relações, o que equivale a não aceitar a morte do próprio desaparecido. Com a ausência interrompe-se a vida da família, mas também do filho que deixa de viver no presente, para reviver na memória, o que nos leva a indagar sobre as concepções de tempo nessas narrativas. Não é a vida do desaparecido que se interrompeu, mas sim as bases da condição de existência da instituição familiar (que irrompe em crises, separações) e a saúde do corpo (doenças “silenciosas” como a depressão).

A mobilização pela busca aos desaparecidos interpela toda a sociedade a se engajar na luta, fazendo seus interlocutores se posicionarem no lugar da família, ao se reconhecerem como mães, pais, irmãos, etc. Em um evento sobre Direitos Humanos, em 2013, havia um grande cartaz estendido para o público com fotos de pessoas desaparecidas, atentando para o problema do desaparecimento. Próximo ao cartaz, algumas mães recepcionavam o público e, ao indicarem nas fotos os seus filhos, causavam bastante comoção nas

peessoas, sobretudo nas mulheres, que as abraçavam ou diziam algumas palavras de conforto. Uma repórter, antes de entrevistar Vera, comentou que na cidade dela existiam três casos de desaparecidos, entre eles uma menina raptada dentro de casa. Quando Vera lhe contou sua história, a repórter disse ao cinegrafista para dar destaque a essa entrevista e não apenas colocar junto com as outras do evento. Ao final da entrevista, Vera já estava chorando e as duas se abraçavam.

A temporalidade está sempre presente nesse discurso, pois embora o tempo do sujeito que sofre tenha se transformado, o lugar que o sujeito desaparecido ocupa se coloca em suspenso. Na experiência dos familiares, o fenômeno do desaparecimento parece menos aleatório do que é, pois ele se torna um aspecto central do cotidiano das famílias, o que costuma gerar queixas de outros filhos, por exemplo.

A relação entre a busca/memória e o esquecimento do desaparecido obedece a critérios de legitimidade que se constituem, ao mesmo tempo, como individuais e sociais. Se para os familiares a lembrança causa dor, esquecer causa culpa. Não cabe aqui distinguir entre a dimensão consciente ou inconsciente da representação desse sofrimento, mas que ela é tanto uma justificativa moral para com o desaparecido, quanto o é para a sociedade como um todo. O sofrimento das mães já estava inscrito socialmente mesmo antes existir como experiência individual. Isso significa que separar o indivíduo de sua dor é o mesmo que cindi-lo como sujeito, pois não se trata de uma competência psicológica, mas sim do modo como essas pessoas passam a habitar o mundo a partir destas rupturas no laço familiar.

A ausência paterna da busca dos filhos desaparecidos é mote para avaliações morais, uma vez que a busca é um critério de demonstração social de afeto e a suposta desistência paterna assinalaria sua negligência. A crença comum, na fala das mães, é que o pai esqueceria mais facilmente o filho desaparecido, o que indicaria na visão delas uma falta de consideração para com os mesmos. Não me proponho avaliar ou generalizar o desmazelo ou indiferença paterna, mas acredito que esse dado revela que a busca é também uma justificativa moral de que o filho ainda é alvo de investimento no tempo.

Dolores<sup>71</sup>, 58 anos, que tem o filho desaparecido há 37 anos no Paraná, quando tinha três anos, comentou a respeito da continuidade do vínculo do parentesco como uma raiz que pode ser reavivada com o tempo, caso um dia o filho descubra a verdade sobre a sua história:

É uma vida que se foi, você perdeu aquela convivência, você perdeu a afinidade, você perdeu a vida, você perdeu tudo, né, mas você não perdeu a esperança [...] Mas se a pessoa é viva, ele tem uma raiz [...] se um dia ele for descoberto ou ele mesmo se descobrir que ele é uma pessoa que ele não é, porque com certeza ele mora em outro país, ele fala outra língua, né, foi totalmente criado em outra situação. A gente sabe disso, a gente imagina, nos primeiros momentos a gente só imagina coisa ruim, teu filho tá passando fome, teu filho tá passando sede, tá passando frio, que ele tá sendo mal tratado, pode ser vítima, pode ter morrido, pode ter sido violentado. Então, você pensa em tudo, tudo, tudo. Tudo passa pela cabeça da gente, não descarta nenhuma possibilidade. Não é pensar “ah meu filho pode tá muito bem lá nos Estados Unidos, muita gente fala assim, sabe “ah, mas teu filho deve tá lá no estrangeiro vivendo muito bem, então isso é revoltante escutar de uma pessoa, porque por mais que você seja humilde, por mais que você seja pobre, ninguém tem o direito de levar o teu filho e dar uma vida melhor para ele sendo contrário a sua vontade. Se você não deu (o filho), se não foi uma adoção legal, então, isso é revoltante de ouvir alguém falar. Revolta as pessoas sem noção que falam coisas sem noção para quem tem um filho desaparecido. Entrevista, Florianópolis-SC, 04/2017.

Ao ser questionada a respeito da passagem do tempo e sua relação com o desaparecimento da filha, Ivanise Esperidião diz:

Com o passar do tempo você fica meio que anestesiado, entendeu? Só que tem dias, que parece que a dor, parece que dói mais. Tem dias que você acorda sentindo o cheiro do seu filho, você sente o cheiro dele, parece que ele tá ali pertinho de você, você sente o cheiro do cabelo, você sente o cheiro da pele, sabe? Parece que você vê ele nas pessoas que estão andando na rua. É uma sensação assim que só quem vive esse tormento é que sabe te explicar. Eu não sei se não é a vontade de ver, ou de saber o que aconteceu, mas tem dias que eu acordo desse jeito. Eu não vou acostumar nunca sem a minha filha, pode se passar, já se passaram vinte anos, pode passar vinte, trinta anos, eu nunca vou acostumar a viver sem a minha filha. Não tem um só dia que eu não lembre da minha filha. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

---

<sup>71</sup> Nome fictício.

Vera Ranu observa que a militância produz um sentimento contraditório a respeito do tempo:

Ah é difícil. Você percebe que por mais que você milite na causa, você encontra alguns, deixa de encontrar outros, tenta fazer a reintegração de alguns que se considerava desaparecido e não era assim tão desaparecido. Quando você fala ‘meu deus do céu, eu ajudo tanta gente, será que não vai chegar o meu dia?’ Então às vezes bate aquela depressão, aquela vontade assim de falar, ‘pô’ mas, aí você sacode a poeira e volta para o trabalho de novo. Mas ter um familiar desaparecido, principalmente quando você também se torna um militante, você começa a ver todas as possibilidades que aparecem, você vê uma nova chance de encontrar, você entendeu? Por exemplo, o governo montou isso, você fala ‘agora talvez eu consiga’. ‘Ah, vamos fazer isso’, aí você vai. ‘Agora eu vou divulgar em outros estados’, aí você vai, participa, você fala, você divulga a imagem e aí quando você não consegue nada, vem sempre a decepção, sempre assim. Não tem como você não se decepcionar. Eu não tenho? Tenho pô, eu sou humana, não tem como. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

Vera expõe seu sentimento de conflito causado pela proximidade de sua militância com o sofrimento, seja pela esperança de ver o encontro de outros, mas também pela decepção de que sua militância não tenha como efeito o encontro de sua filha, questionando quando, afinal, chegaria sua vez, especialmente porque ela ajuda outros familiares. Vera argumenta que se tivesse encontrado sua filha, talvez essa contradição pudesse ser resolvida, já que sua atuação seria mais tranquila, pois menos envolvida com a ansiedade do encontro e conseguiria lidar melhor com as famílias. Por “lidar melhor”, ela entende dar mais esperança e confiança, “passar para ela uma certeza que ela tinha que militar, que ela vai conseguir. Mas como que eu vou passar se eu também não tenho essa certeza? É difícil.”

A fala de Vera, assim como a de Ivanise, suscita uma aproximação com a doutrina da predestinação presente no Puritanismo, conforme o clássico trabalho de Max Weber (2004). Na doutrina da predestinação, o destino está conectado, mas não determinado, pelo controle e domínio ético e racional sobre o mundo. A crença na predestinação surge como princípio de que as chances de salvação são desiguais. A segurança na salvação – não a certeza – repousa na ideia de que o indivíduo se torna um instrumento de deus quando

tem uma relação direta com a vontade divina, por meio do controle racional do mundo (através do trabalho, da ciência, etc.). Vera entende que a segurança investida no resultado da militância é também um risco assumido:

O tempo vai passando, acumulando anos, você entendeu? Então, eu acho que vai ficando cada vez mais difícil você entender que o tempo passou e que não vê uma luz no fundo do túnel, que acabe esse sofrimento. Às vezes eu penso 'oh meu deus, será que eu vou partir dessa vida e não vou chegar a resposta nenhuma?' Fazer o que? É *um risco que eu corro*. Eu faço a minha parte, se eu *merecer* [...] deus, de repente fale 'não, velha, você já trabalhou bastante, agora vai ser sua vez'. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

Como na noção de predestinação, a construção da obra de deus nesse mundo terreno conduz o sujeito a uma expectativa, uma esperança, como destacado por Vera, quando a mesma espera merecer que tudo o que ela fez pelos outros possa ser retribuído com o encontro da filha, sua maior redenção. É o trabalho, sua missão, que poderá trazer sua filha de volta.

A análise de Sennet (2009) sobre a ética do trabalho (Weber, 2004) sugere que a esperança na salvação no protestantismo não induzia tão somente a um controle sobre o tempo por meio do trabalho, mas a uma autodisciplina e automodelação do indivíduo. A crítica weberiana sobre as concepções modernas de caráter se apresenta através da autonegação do sujeito, atestada no permanente adiamento do desejo de realização e satisfação associada ao improvável tempo das recompensas no capitalismo moderno. A saída individualista do protestantismo às indagações sobre a dignidade do eu, tornou o homem responsável pelo desfecho de sua vida, o que ele chama de "ascetismo leigo".

Se o cristão permanecia em dúvida sobre a história de sua vida, o protestante tem uma tarefa ainda mais árdua colocada pela doutrina da predestinação, na qual não é dado ao indivíduo o poder de saber se sua alma será salva ou não pela providência divina, o que o leva a agir, mas vivendo em constante insegurança<sup>72</sup>. Ao invés do conforto dos rituais católicos, a nova

---

<sup>72</sup> Sennet (2009) resume da seguinte forma: "Esmagados pelo peso do pecado, os seres humanos, assim, permanecem num estado de constante insegurança, sem saber se a vida irá levar a uma eternidade de tormentos pelo fogo. Esse é o infeliz destino da humanidade protestante: devemos conquistar nossa posição moral, mas jamais ter a confiante presunção de dizer 'Eu sou bom', e nem mesmo 'Fiz o que é bom'; tudo que se pode dizer é 'Tive boa

fórmula é mais dura e propõe como alternativa o trabalho árduo direcionado para o futuro, que é apenas um sinal de eleição ou de intenções dignas a um juiz divino que já tomou sua decisão. A relação dessa expectativa de salvação produz um homem motivado, disposto a provar seu valor moral pelo trabalho e a recusar o presente.

Ao receber uma progressão de idade da foto da filha, Vera alega que teve um choque, refletindo acerca das transformações advindas da passagem do tempo:

É porque você acha que a pessoa que saiu da sua casa, ela vai voltar daquele jeito, e não vai. E a cabeça, não só minha, mas da maioria das famílias não entendem isso, houve o tempo, houve o crescimento, houve a mudança até de personalidade dela, se um dia ela voltar. E também se tem, de repente, foi porque quis, né? Não quer voltar, não quer contato, só que a gente não vê esse lado não. A gente acha que não, tem que encontrar, tem que voltar [...] a gente acha que vai voltar aquela menininha, morena, de 13, 14 anos, com as mesmas características [...] isso não é assim, nunca vai ser assim. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

E transpondo essas transformações para os reencontros vivenciados por ela:

E quando você às vezes encontra nessa situação de conflito, que fica tempos fora de casa, quando você consegue encontrar, que você apresenta para família, aí ela acha que não, "não, mas é impossível conviver com ele. Nossa, ele pensa de um jeito que não é meu filho". Só que ela esquece que muitas vezes o filho ficou três, quatro, dez, quinze anos longe da família. Ele aprendeu a viver sozinho, ele tem as ideias dele, você entendeu? Sendo boas ou sendo ruins, ele aprendeu outro modo de viver, outro modo de ele se ver na sociedade, mas a família nesse conflito acaba abandonando o filho de novo. O filho ou parente, enfim. Ela acaba abandonando por não aceitar que aquele que voltou, não voltou do jeito que saiu. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

Sandra também revela as contradições produzidas pela passagem do tempo:

---

intenção'. O Deus de Calvino responde: 'Continue tentando. Seja o que for, não basta. '" (Sennet, 2009, p.124)

Quando o delegado fez a progressão da Paulinha [...] aí quando eu fui lá para ver a foto, assim, ficou, ela tem uma foto que meio que lembra a foto que foi feita da progressão, sabe? Mas eu fiquei assim [...] O trabalho deles é um trabalho bem feito, é um trabalho de profissionais de verdade, sabe? Mas eu vim para casa com aquela foto, Edu, e fiquei assim, sabe? Olhava para foto e divulguei algumas vezes, que ele falou assim “Sandra, daqui para frente você tem que divulgar essa imagem, porque essa imagem que possivelmente tá a Paulinha”. E aí passou um tempo e eu comecei a ficar muito nervosa, sabe? Mais do que o meu normal, assim, sabe? Muito, muito nervosa, mas muito mesmo. E eu não conseguia saber o porquê, além de tudo que já acontece, de todos os meus problemas, mas eu sentia que eu estava além. E aí eu fui ao médico, marquei uma consulta e fui ao médico. Aí o médico falou “bom, você tem que voltar, eu vou te dar uma guia e você voltar no psicólogo, vai fazer de novo o acompanhamento”. Aí comecei, aí fui. Fui na primeira sessão, fui na segunda e na terceira sessão o psicólogo descobriu no meio da conversa, eu falei para ele o assunto, ele foi puxando, puxando, puxando, caímos no assunto dela. E aí ele me perguntou como eu imaginava que ela estaria agora, aí eu falei. Quando eu falei da progressão da imagem dela, ele sentiu, foi nítida minha alteração e aí ele descobriu que, de verdade, tudo o que eu tava passando naquele momento, tudo aquilo era uma rejeição da foto. Então ele falou assim “você ainda não aceita não ter visto a tua filha crescer, passar por essa fase, então você não aceita que esse rosto seja o dela, então você ainda não tá preparada para trabalhar com essa imagem, para ver essa imagem, então você não divulga mais”. Ah, foi assim no piloto automático, já liguei para a Taci (voluntária) e falei tira essa foto da rede, nós não vamos mais divulgar. Assim, esporadicamente, em um trabalho ou outro que é preciso falar do trabalho da progressão, aí a gente mostra a foto dela. Mas, no geral, a gente não mostra e eu não falo, e aí eu cheguei à conclusão que, de verdade, eu não aceito. Não que eu não aceite o trabalho deles, que eu não aceito essa foto. Eu não aceito não ter visto ela chegar nesse ponto, nesse estado, se é que ela está igual aquela foto, entendeu? É uma coisa muito complicada [...] Se ela está realmente assim, eu deveria ter visto. Eu não podia ter passado esse tempo todo sem ter visto a minha filha chegar nesse estado, desse jeito, com essa fisionomia, com esses traços. Então, é uma coisa assim, muito. É muito estranho de se explicar, sabe? Mas é uma sensação muito difícil também, muito complicado. Entrevista, São Paulo-SP, 05/2016.

A passagem do tempo, descrito pelo choque da percepção das transformações da filha, teve que ter sido interpretado pelo psicólogo (e seu saber) naquelas regiões do inconsciente invisíveis a ela, desvelando a sua verdade. Como resposta ao seu nervosismo, a interpretação produziu sentido e compreensão desse sentimento de distância em relação à filha. A vinculação religiosa emerge na fala de Sandra como um espaço de aceitação, para a constituição de um sujeito íntegro, não mais difuso ou despedaçado, ao contrário da abordagem “material” do poder público:

Se você não tem a resposta exata que você precisa, você tem no mínimo o respeito, o carinho, o abraço. Quando você chega na delegacia, você tá diante do poder público [...] você já entra quebrada, aí você sai despedaçada, porque eles acabam de rasgar o restinho que sobrou de você. E quando você entra em um lugar de espiritualidade, seja qual for a religião, você é acolhido, então parece que junta um pouquinho aqueles rasgos, sabe? Parece que é colado, aí você sai de lá acreditando. É a fé, não tem outra palavra. A minha vó falava, que em burro cansado não se bate [...] e o que a polícia faz com a gente é isso. Você já vai daquele jeito, você reúne as últimas forças para você ir lá. Você chega lá, as forças que chegam lá eles destroem, aí você fica no chão. É isso que eles fazem com você. Entrevista, São Paulo-SP, 05/2016.

Através do vínculo relacional da família o tempo do desaparecimento vai sendo construído não apenas como experiência subjetiva, mas também (e por que) como uma categoria política. É a denúncia da descontinuidade do sujeito e de suas relações que o tempo produz, a contradição entre a permanência das relações familiares e o distanciamento provocado pelo desaparecimento. Kleinman & Kleinman (1997) alertam para a apropriação autorizada do sofrimento coletivo, ou a redução do sofrimento pela análise profissional. A transformação do problema em casos policiais reduz a compreensão do sofrimento familiar em hipóteses e pré-julgamentos morais sobre as vítimas. Outra dimensão desse sofrimento é que a consequência –intencional ou não– das políticas que deveriam amenizar o sofrimento acabam por potencializá-lo.

O caráter político do tempo evidencia-se a partir da relação com o Estado, quando Sandra reconhece o caráter antinatural da distância familiar, o que produz um sentimento de “revolta”. É uma revolta que nasce da contradição presente nos processos de identificação dos sujeitos desaparecidos. Sandra argumenta, por exemplo, que, apesar da desconsideração de seu ponto de vista na delegacia, quando a mesma encaminhou o processo de morte presumida da filha, o único dado relevante a ser considerado foi justamente sua declaração, uma vez que nenhuma informação que ela não tenha levantado foi adicionada ao caso da filha:

Isso me gera uma revolta tão grande, que eu não sou capaz de explicar para você como eu me sinto, porque, se a polícia não investiga, se a polícia não faz nada, não levanta da cadeira para mover uma palha, para nada. Se o juiz não autorizou a quebra do sigilo telefônico dela porque achou que não era necessário, não tinha

essa necessidade, baseado em que de trabalho deles eles vão determinar a morte da minha filha? [...] Quando você vai na delegacia, muitas vezes, muitas vezes não, sempre, você ouve do delegado, você ouve da polícia assim: “Ah, a mãe pensa que conhece o filho, a mãe acha que sabe, a mãe pensa que sabe, mas não sabe nada”. Ou seja, a nossa palavra lá na delegacia ou no fórum ou em qualquer lugar quando o assunto é desaparecimento, não tem valor, não tem valor nenhum, essa é a grande verdade. Só que para eles darem a morte presumida, a única coisa que conta para eles, a única coisa que leva eles a dar essa documentação é a nossa palavra, é a palavra da mãe. É eu chegar lá a cada seis meses, que eu tenho que ir no fórum de seis em seis meses [...] aí eu chego lá e vou falar com o juiz o que? Tudo o que eu já falei lá atrás e que não mudou nada, e que eu não tô contando nenhuma mentira, que isso é verdade. Aí ele vai ouvir. Daqui seis meses eu vou lá e vou contar a mesma coisa, vai chegar a data ele vai me dar a morte presumida, baseado em que? Na minha palavra. Minha palavra essa que no dia do desaparecimento dela não valia nada na delegacia. E agora vale para o juiz encerrar o trabalho dele? [...] Mataram a minha filha para encerrar a fatura deles. Entrevista, São Paulo-SP, 05/2016.

A pintura era um hábito da filha, por isso Sandra foi buscar o apoio da professora dela para produzir em conjunto intervenções como grafites nos muros da cidade onde mora: “Se para ela o motivo de alegria era pintura e de tristeza também era, então eu acho que assim, a minha dor também tem lugar nessa pintura”. Todas as intervenções tratam de sentimentos associados à dor do desaparecimento, como “vazio”, “varal do descaso”, “metade” e “tempo-dor”. Entre essas exposições, a “tempo-dor” trata da dor como algo que pode ser medida pela passagem do tempo, cumulativa. É um tempo quantificado pela dor, não é espaço vazio, mas preenchido por ela.



Figura 9: Intervenção realizada por Gabriella Ribeiro em um evento organizado pelo Instituto Ímpar, em Carapicuíba-SP, em junho de 2016.

Para falar do desaparecimento devemos nos remeter à construção de uma família, na sua instituição como um sentimento e uma sensibilidade. Ariès (1981) descreve o surgimento da família ocidental moderna<sup>73</sup> no século XVIII. Nesse período a família deixou de ser apenas uma instituição que regulava a transmissão dos bens para ser o lugar da intimidade, da distinção de classe e o terreno de uma nova sensibilidade diante da infância. Zelizer (2011) define família pelo compartilhamento da mesma residência por períodos substanciais,

<sup>73</sup> O autor sublinha que o surgimento de um sistema de ensino potencializou a regulação social das famílias e, através dela, a diferenciação entre a infância e a idade adulta e a separação entre as classes burguesas e populares.

gerando conhecimento, influência, direitos e obrigações que permanecem a despeito da ruptura familiar ou da partida de seus membros.

Um desaparecido só pode nascer no interior de um sentimento familiar configurado por uma comunidade ligada por conexões (Carsten, 2000). Carsten (2000) utiliza o termo “conectividade” (relatedness) para se desvincular da oposição entre biológico e social e pensar o parentesco para além do laço sanguíneo, do sêmen e do leite, incluindo outras formas de produzir o parentesco como a afetividade, a afinidade e “partilha de substâncias” (comida, trabalho, ações cotidianas). A esfera das relações duradouras e profundas dos parentes não é apenas definida pela procriação, mas também pelo cuidado, partilha e coabitação.

A narrativa sobre a estagnação ou ruptura do tempo vivenciadas como um sofrimento familiar ocorrem, sobretudo, porque o vínculo a partir do qual o desaparecido é produzido enquanto tal, a família (Neumann, 2010), só pode ser vivido nas suas relações temporais, em co-presença, no compartilhamento de experiências, laços afetivos e substâncias (Carsten, 2000), de ciclos incluídos nesse espaço compartilhado, portanto, de um tempo em comum. Um tempo que é habitado em co-presença e que em sua ruptura produz transformações na unidade familiar.

Das (2008a) empreende uma relação entre viuvez e vulnerabilidade na Índia depois do período da partição em 1947. A autora conta a história de Aisha, uma viúva no universo do parentesco dos hindus de castas superiores. Ela argumenta que Aisha não era vítima, mas expressava a condição das mulheres neste contexto de ter que conciliar obrigações para com o parentesco em uma situação de disputa por recursos econômicos escassos. Aisha se vê diante de uma situação na qual as regras sociais a impedem de se colocar como sujeito dentro do parentesco. Das observa que o tempo acaba sendo um destruidor das relações, pois o parentesco é pensado como projetivo, o sujeito se pensa no presente a partir de seu lugar social no futuro. Trata-se, pois, do modo como esses sujeitos habitam o mundo a partir das relações rompidas e de como afirmam esse projeto no horizonte de uma sociedade.

Gell (2014) se propõe a pensar o tempo como objeto antropológico, investindo parte de seu empreendimento em analisar criticamente as noções clássicas da antropologia e o que elas nos têm a dizer a respeito das diferentes

culturas, mas também perceber como a exotização do tempo do outro implicava em contradições lógicas implícitas nas narrativas antropológicas.

A partir de Durkheim, o tempo, assim como tudo mais, seria uma construção que tem como origem a sociedade. Em sua inspiração racionalista, identificada com Kant, a sociedade é uma razão impessoal que produz o tempo como uma categoria específica. Para Durkheim, o peso da tradição e da pedagogia são decisivos, a razão deixa de pertencer ao plano da natureza, para figurar no terreno da sociedade, mas em ambos a realidade é fruto de nossas ideias, ignorando os fenômenos naturais, em uma espécie de especulação sociológica próxima da metafísica. Em “Os Nuer”, de Evans-Pritchard, a indissociabilidade de dois tempos, o ecológico (adaptação ao ambiente) e o estrutural (relações entre grupos políticos) fazem da concepção de tempo parte da abstração de uma coordenação genealógica e espacial, em que a estrutura social imutável ou imóvel permanece enquanto as pessoas passam por elas na forma de grupos etários.

Das oposições entre sociedades “quentes” e “frias”, com ou sem história, Lévi-Strauss vai propor uma concepção de tempo pautada por modelos antropológicos abstratos, como a distinção entre diacronia e sincronia. Depois de observar criticamente, a partir da obra de Leach, que um tempo cíclico depende de um tempo que seja linear para sua repetição, Gell revisa sua própria obra sobre o ritual *ida* dos umeda, percebendo que ele não se trata da inversão do tempo, mas da manipulação simbólica de processos, prescrevendo e ordenando a direção dos eventos em uma luta entre as classificações e a realidade.

Gell também critica as diferentes versões do relativismo, sua busca por respostas metafísicas implícitas e sua recusa na possibilidade do compartilhamento do mesmo mundo objetivo, construindo tantas lógicas ou tantos tempos para quantas forem as sociedades estudadas. Da obra de Geertz o autor retira sua análise a respeito do tempo balinês, de que o presente imóvel é um fundamento de que ser uma pessoa é ocupar um cargo ou um símbolo e que todos os balineses seriam, portanto, contemporâneos generalizados, sendo o calendário não um sistema de medida do tempo, uma preocupação ausente, mas um componente de um sistema de ação.

Sem a pretensão de uma incursão aprofundada em uma antropologia do tempo, pode-se dizer, situando etnograficamente essas categorias temporais, que o desaparecido deixa de existir presencialmente na esfera do parentesco, uma das relações de pertencimento social que estruturam os relacionamentos entre os indivíduos em nossa sociedade. Para evidenciar que a narrativa é enunciada de apenas uma perspectiva, reitero que a inexistência para as relações de parentesco não seria o mesmo que afirmar que o desaparecido inexistente para o mundo objetivo, a partir de outras relações, que podem até se tratar de relações de parentesco.

### 3.2 A busca pela verdade

Além de suscitar uma narrativa sobre o tempo, o desaparecimento evoca a continuidade de uma relação familiar. Mesmo que a vida do desaparecido não possa ser alterada pela presença familiar, as ações levadas a cabo na busca pelo mesmo demonstram para o interlocutor aquilo que Ferreira (2016) chama de “bens de cuidado”, conceito emprestado de Vianna (2002).

No capítulo I, Sandra Moreno se refere a essas barreiras como as “portas que eu encontrei fechadas”, uma vez que ao invés da disponibilidade de uma investigação que pudesse chegar a uma verdade sobre o desaparecimento, aquilo que ela encontrou foi a impossibilidade de obter qualquer resposta. A narrativa sobre a busca conforma de diferentes maneiras a militância das três mães que já mencionamos no capítulo II e se constitui em uma prática discursiva que situa o sujeito desaparecido em relações sociais determinadas como uma família, um Estado, uma sociedade. Um dos elementos centrais dessa narrativa são as dificuldades encontradas na relação com a polícia, como no caso de Ivanise Esperidião:

Quando a minha filha desapareceu, eu achava que quando eu chegasse na delegacia eu ia ser atendida e que a polícia ia procurar a minha filha imediatamente. E para minha frustração, não foi nada disso que aconteceu. Eu tive um desentendimento com o delegado naquela madrugada. Ele não fez a ocorrência. No dia seguinte eu tive um outro desentendimento com uma delegada. E depois de muito

tempo ela me fez o boletim de ocorrência, quem fez foi o escrivão, ela assinou e disse para mim: 'a partir de agora a senhora procure a delegacia de desaparecidos, que é a delegacia que vai investigar o desaparecimento da sua filha'. Se, quando eu procurei a delegacia, na madrugada do dia 23 pro dia 24 dezembro, se a polícia tivesse tomado a iniciativa de ter procurado a minha filha, nas primeiras horas do desaparecimento dela, talvez hoje eu tivesse uma resposta, mas nada disso foi feito, já se passaram vinte anos e eu acredito que o que foi feito foi muito pouco porque eu nunca fui chamada, nunca fui notificada de que a delegacia fez alguma coisa, que a delegacia investigou algum fato sobre o paradeiro da minha filha [...] o desaparecimento é tratado com um descaso muito grande, então o que é que falta? Falta força de vontade, falta investigação, que é a principal ferramenta para se encontrar uma pessoa, principalmente se tratando de criança e adolescente. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

Como já mencionado no caso de Sandra, Ivanise também destaca que o papel da investigação caberia muito mais à família do que a polícia, uma vez que elas são inquiridas sobre novas provas a respeito do desaparecimento dos filhos.

E as famílias não se furtam de tomar para si a atribuição de buscar o desaparecido a partir dos seus próprios meios, tanto que a memória do acontecimento emerge como uma cena reiteradamente evocada ou um enigma a ser reinterpretado. Vera Ranu disse que ficava remoendo todas as possíveis pistas que poderiam ajudar a criar indícios para compreender o que aconteceu com a filha: quem poderia ter a levado, se ela tinha motivos para fugir, onde ela errou, que detalhes passaram despercebidos, o que evidencia a tentativa de buscar uma explicação e a esperança em consegui-la antes de morrer.

Vera Ranu já foi até em uma zona de prostituição no porto de Santos-SP e procurou em todos os estabelecimentos, por indicação de um caminhoneiro, há quatro anos atrás. Segundo ela, a dúvida seria uma forma de morte:

*Vera:* Eu sou mãe de três filhos, com ela três filhos. Minha filha que mora em São José do Rio Preto tem 28 anos, já é formada, tem dois filhos, meu filho que mora comigo tem uma filha, você entendeu? Tem uma expectativa de futuro. Aí você fica pensando: e se a Fabiana estivesse aqui, será que ela tinha realizado todos os ideais dela? Será que ela já tinha uma família? Será que eu tinha mais netos? É sempre o "se" na frente da resposta. E isso acaba com a gente, sabe? Porque você acaba se sentido inútil [...] você fala, 'pô, mas onde foi que eu errei? Naquele ponto lá porque que com os outros deu certo e essa não deu? Será que passou alguma coisa que eu não percebi? Ou que naquele momento eu não dei a atenção devida para o que estava acontecendo'. Então você vive cheio de perguntas,

entendeu? Época de festas é uma calamidade pública, fio (gíria, filho), sempre tá faltando alguém.

*Eu:* Mas aí você pensa no momento do desaparecimento ou pensa antes?

*Vera:* Eu penso em tudo, eu penso desde lá de trás, será que eu deixei passar alguma coisa? Será que aconteceu alguma coisa que eu não soube? Será que eu não dei a confiança, a liberdade dela chegar e me contar alguma coisa, você entendeu? Por mais que eu sempre dei a liberdade dos meus filhos falar sobre tudo comigo, será que ela sentiu medo? Será que ela foi ameaçada? [...] você fica perguntando, será que foi alguém que eu conheci? Então, é uma incógnita, você não consegue decifrar, é enigmático mesmo, você não consegue encontrar um fiozinho, para falar: 'não, eu vou seguir isso aqui que eu vou chegar lá naquela ponta e vou saber a verdade, mesmo se eu não encontrar, pelo menos eu vou saber o que aconteceu'. E aí não aparece ponto de nada. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

A construção de desaparecimentos como um enigma, segundo Ferreira (2016), é reforçado e oficializado pela própria imprecisão do desaparecimento de pessoas no Brasil. No caso de Arlete Caramês, Guilherme era seu filho único, o marido dela já tinha outros quatro filhos do primeiro casamento. Guilherme desapareceu com oito anos e meio e, segundo ela, o filho já tinha consciência sobre sua identidade e era uma criança que tinha facilidade em se relacionar com os outros, que era ingênuo, que confiava facilmente nos outros.

Arlete lembra que nos anos 80 havia “quadrilhas” que atuavam no Paraná, como a que era supostamente comandada por Arlete Hilu<sup>74</sup> e que roubava crianças. A quadrilha se utilizava de pessoas que trabalhavam como babás e depois levavam as crianças. Ela mencionou o caso da menina Bruna, levada pela babá para ser adotada em Israel. Ela narrou que viu um vídeo com o pai adotivo da mesma, dizendo que a criança era dele, pois havia efetuado um pagamento de US\$ 12 mil. O delegado que atuou no caso teria encontrado o endereço da criança, mas ninguém se interessou. Somente depois da cobertura do caso pela BBC de Londres o caso foi investigado e Bruna, devolvida. Algumas pessoas chegaram a dizer que em Israel “ela estaria melhor”.

---

<sup>74</sup> Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes, em outubro de 2009, Arlete Caramês conta que Arlete Hilu intermediou a ida de, segundo diziam, aproximadamente mil crianças para Israel. Ela ainda comentou que havia um padre em Curitiba que intermediava a ida de crianças para a Itália.

Arlete lembra que ligou na manhã do desaparecimento, que o filho havia saído dizendo que iria para a casa de duas amigas que moravam na mesma rua, pois assim como elas iria comprar um coelhinho com o dinheiro que ganhou de sua mãe.

A bicicleta de Guilherme nunca foi encontrada, mesmo depois que Arlete ofereceu um prêmio através de uma rádio para quem tivesse uma bicicleta com as mesmas características, mas sem relacionar a mesma ao desaparecimento do filho.

Sobre as causas do desaparecimento do filho Guilherme, Arlete pondera:

Você fica perdido, você não sabe o que pensar, as pessoas me perguntam: o que que a senhora acha que aconteceu? Eu não sei dizer, eu não sei dizer, sabe? Se tá morto, pô, mas tanto tempo sem achar um corpo, tão bem feito, por quê? Não sei, alguém quando mata alguém procura jogar no mato, sabe, não esconde tão escondido. Não só o meu filho, mas todas as crianças. Por que tão bem feito? né? Nós temos um caso aqui no SICRIDE [...] a mãe e a menina foram se encontrar com o suposto pai, para acertar uma pensão para menina. A mãe e a menina sumiram. A mãe foi encontrada dias depois enterrada numa cova e jogaram cal em cima-diz que o corpo decompõe- perto da casa de um comandante, coronel, não sei o que, que o rapaz trabalhava como motorista, o suposto pai, e a menina não foi encontrada até hoje. Pô, mas se eles esconderam a mãe e acharam a mãe, por que não acharam a menina? E vasculharam, nossa, o SICRIDE vasculhou, não encontram a menina até hoje, sabe? Então tem casos assim que a gente não, ele não queria pagar pensão por isso que ele fez isso. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2014.

Em um depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados (2009) sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes, diante da insistência de dois parlamentares para que ela formulasse as principais causas dos desaparecimentos de crianças, se “tráfico de órgãos”, “tráfico de drogas” ou “desagregação familiar”, a mesma afirma: “Não. As crianças, não. As crianças que eu tenho [cadastradas na entidade] parece que foram sugadas. Não tem um indício de nada, nada. O meu filho parece que foi sugado. ” No mesmo depoimento, narra o desaparecimento como uma fatalidade:

[...] O meu caso foi uma fatalidade, porque eu não entrava num mercado se o meu filho não queria entrar junto. Eu deixava de fazer a compra para não deixar o meu filho no carro sozinho. Eu ia a um shopping, eu estava atenta com o Guilherme. Onde eu fosse, eu estava atenta com o Guilherme. Foi aquela manhã [...] E eu digo, do fundo do meu coração, meu filho foi preparado para levar. Alguém conversou meu filho. Meu filho disse, 15 dias antes - nós estávamos construindo uma outra casa -, meu filho falou assim para mim: 'Mãe, eu queria mudar de casa'. Eu disse: 'Nossa, filho, nossa casa é tão bonita, tão boa'. 'Ah, mas eu queria mudar'. Hoje eu digo que alguém trabalhou ele para uma outra casa. E dois dias antes de ele desaparecer ele disse para mim que queria mudar de nome. 'Mas, filho, teu nome é tão bonito'. 'Eu queria mudar, mãe', ele falou para mim. Eu também não [...] Sabe, não trabalhei aquilo, jamais imaginei. Hoje eu digo que alguém estava falando com ele. No sábado, não, no domingo. Sábado eu fui a uma festa caipira no colégio dele, e no domingo [...] Tinha uma pista de patinação lá em Curitiba e eu levei ele para patinar. Não sabiam patinar, mas queriam ir, queriam ir, e eu levei três meninos ali da minha quadra. E quando voltamos, os outros meninos da quadra estavam batendo uma bola e convidaram ele para bater bola, o meu filho. Ele não quis ir. Ele tinha ganhado uns 15 dias antes um gato. Ele estava muito ligado ao gato, ele não queria que os meninos fossem lá em casa para ele não ter que dividir o gato com os meninos. Aí ele entrou, ficou sentadinho no sofá, brincando com o gato. Mas eu vi ele assim, sabe, meio pensativo. Eu olhei para ele, disse: 'Filho, você está com medo de alguma coisa? Por que você não quis brincar com os meninos? [...] Ah, mãe, eu quero ficar brincando com o gatinho'. Então, eu entendi que ele queria ficar com o gatinho. Hoje eu digo que não. Tinha alguma coisa por trás que eu não consegui identificar. Alguma coisa existia. Alguma coisa existia. Alguém estava trabalhando o Guilherme. Eu não sei. (Brasil, 2009, p.13-14)

Além de demonstrar que elas continuam agindo em nome do vínculo familiar, as narrativas sobre o desaparecimento são táticas que operam um posicionamento diante dessa relação, que ora se culpabiliza pelo acontecimento e ora demonstra o caráter aleatório e enigmático desse evento.

Em depoimento na mesma CPI (2009), Arlete disse que não existem números sobre o desaparecimento no Brasil, e que as famílias “não dão baixa” no boletim de ocorrência (não notificam o retorno do desaparecido), mas que a polícia também não acompanha os casos.

Nem a bicicleta do meu filho foi encontrada até hoje. Nem a bicicleta dele. Sumiu. Não deixou um chinelinho, não deixou nada, nada. Nada que pudesse dizer: 'o Guilherme foi para cá', ou 'o Guilherme foi para lá'. Foi de manhã. Minha mãe conversou com ele às 11h da manhã, em frente de casa. Ele estava com a bicicletinha. Ele parou, segurou na grade. A mãe lembrou que estava na hora de ele vir para se arrumar, para ir para a escola e que um amiguinho dele tinha procurado por ele. Ele disse: 'Vó, eu vou dar mais uma voltinha e já

venho'. Nunca mais. Nunca mais se encontrou. Nada, nada, nada que nos levasse ao paradeiro dele (Brasil, 2009, p. 10).

Durante as investigações foram reunidas 24 fitas gravadas de telefonemas de pessoas que diziam ter visto Guilherme, de trotes, boatos sobre sequestros, piadas, que serviam “mais para atrapalhar do que ajudar”. Arlete narrou um episódio em que estava participando da confecção de uma árvore de Natal com fotos de crianças desaparecidas em um shopping e uma mulher apontou para a foto de Guilherme afirmando que ele estava morto. Arlete a abordou e a levou para delegacia: “fiz um escândalo”, disse ela, mas a mesma apenas alegou que seria “coisa que o povo fala”.

Uma mulher ligou<sup>75</sup> durante um ano dizendo que estava com Guilherme. Quando a polícia a localizou, souberam que se tratava de uma pessoa com problemas mentais, de Santa Catarina, grávida do nono filho e que havia visto o caso em um cartaz no hospital. Um homem apelidado por ela de “padre italiano” ligava do Rio Grande do Sul e dizia que estava com o Guilherme, dizia que ele estava bem, mas não exigia dinheiro. Um dia os dois se desentenderam e ele a ameaçou: “Tá bom, amanhã vocês vão receber ele [Guilherme] dentro de um caixão” e não ligou mais. Recentemente uma senhora ligou dizendo que um rapaz que trabalha em uma loja próxima de sua casa seria o Guilherme, embora não acreditasse, Arlete ainda iria averiguar.

Além das pistas falsas, ocorreram muitas formas de julgamento sobre a família:

Eu encontro histórias que a gente nem imagina, cada um conta uma história, tem gente que diz que o meu filho não era meu porque eu tive com 40 anos, que eu adotei meu filho, tem um monte de gente que viu minha gravidez, só não viu o Guilherme nascer na hora, mas cada um inventa uma história. Entrevista, Curitiba-PR, 02/2014.

Arlete também contratou um detetive particular famoso há época, tendo efetuado um pagamento de US\$ 2 mil de seus próprios recursos pelo trabalho dele e contrariando os conselhos do marido. Arlete se disse muito arrependida

---

<sup>75</sup> Ao se referir às dificuldades enfrentadas pela investigação, Arlete conta que à época teve que conseguir autorização judicial para ter acesso a um identificador de chamadas (bina), pois a tecnologia era restrita. Mesmo assim, os contatos só eram acessíveis a cada 15 dias.

pela contratação de Carlos<sup>76</sup>, a quem não queria nem quer encontrar pessoalmente. Carlos teria alegado que Evandro era a criança encontrada um ano depois em Guaratuba, a quem teriam reconhecido como sendo Evandro Ramos Caetano. Arlete teria rompido as relações com o mesmo e ambos fazem uma recíproca troca de acusações. Arlete alegou que teria conhecido pessoalmente os pais de Evandro e que os mesmos teriam garantido que o corpo se tratava do filho deles. Ao contrário do que afirmava Carlos, Arlete nunca se negou a fazer o teste de DNA, apenas não foi convidada.

Durante o período da busca não havia a presença de voluntários na busca, só alguns amigos que a ajudavam. A polícia se instalou em sua casa, tanto que sua tia reclamava que eles deveriam ir para a rua procurar o menino. Arlete e o seu marido também fizeram coleta de sangue para o banco de DNA da Universidade de São Paulo, o projeto “Caminho de Volta”.

Arlete contou que já procurou respostas na religiosidade: “Já fui a tudo, hoje não vou mais”, destacando sua trajetória no espiritismo, na umbanda e na igreja católica. A religião que mais inspirou sua confiança foi um centro espírita em que o médium descobriu uma doença que sua mãe teve em 1972. A mãe de Arlete foi à época a 11 médicos, mas só o médium indicou o exame correto que permitiu a realização do tratamento médico e a cura da doença. Sobre o paradeiro do filho, o médium em questão:

Sempre diz que meu filho tá vivo, que nós vamos escrever um livro a respeito e vamos rir muito a respeito disso [...] não sei onde tá a graça disso [...] Ele não encontra meu filho desencarnado, eu fui a um monte de lugar, Eduardo, tudo que você imaginar que podia, nada, nada, nada, não dá uma resposta, rezo, peço, nada. Entrevista, Curitiba-PR, 02/2014.

Arlete tem esperança que a divulgação do seu caso possa um dia levar ao encontro do filho, embora alegue que “cada caso novo [de desaparecimento] é o da vez, e os outros vão ficando [para trás]”. Arlete mencionou o caso de um menino de mais ou menos 12 anos que se desentendeu com o padrasto e saiu de casa, passou a viver na rua, de “bicos”. Ao ver o folder no chão com sua foto, dois anos depois, ele nem lembrava mais

---

<sup>76</sup> Nome fictício.

como ir para casa. Alguém disse a sua mãe que tinha um menino procurando por ela, dizendo ser filho dela: “Ele nem imaginava o trauma que tinha causado na mãe”.

Arlete também narrou o caso do menino Pedrinho, raptado na maternidade e encontrado 16 anos depois, graças à intensa divulgação do caso, avaliando sua trajetória e apostando na possibilidade que um dia alguém se sensibilizasse:

E eu tô aí, à espera de um milagre, não é fácil, viu Eduardo, não é fácil levar a vida depois, não sei como eu virei política, Nossa Senhora! Como a vida da gente muda, o que que a gente não faz por um filho. Entrevista, Curitiba-PR, 02/2014.

Outro exemplo é o da delegada Ana Claudia Machado, do SICRIDE, que decidiu utilizar ossos de crânio encontrados em um matagal em Campo Mourão, para identificar outro desaparecido, 20 anos depois:

Deixaram a criança deitada num bercinho, estavam colhendo milho. Um mês depois acharam uma ossada, junto com a roupa, mas [na época] não tinha [exame de] DNA, a mãe não reconheceu [o corpo]. Vinte anos depois quando havia o exame conseguiram, a delegada do SICRIDE [...] Na época a polícia achou que era pouco tempo para estar decomposta [...] até eu levei ela, pegamos uma caixinha assim, que tristeza, saímos na rodoviária com os ossos da criança. Entrevista, Curitiba-PR, 02/2014

Arlete mencionou o caso de Rejane, que foi levada por um andarilho, junto com seu irmão. Eles dormiram em um viaduto a 200 metros da casa da família e o irmão bebê foi afogado em uma poça de água para que parasse de chorar, o caso foi retratado no programa “Linha Direta”<sup>77</sup>. A menina teria sido adotada em São Paulo e ao assistir Programa a família a reconheceu. Depois de uma luta na justiça a mãe biológica recuperou a filha.

A narrativa sobre os casos de outras crianças desaparecidas trata-se de práticas reflexivas que dão conta dos possíveis desdobramentos do caso de seu filho Guilherme. A busca insistente está relacionada à probabilidade do encontro, por meio da afetação dos outros:

---

<sup>77</sup> Programa exibido na Rede Globo entre os anos de 1999 e 2007 e que se concentrava especialmente na apresentação de crimes em que os acusados se encontravam na condição de foragidos.

Se você bater em cima, bater em cima, um dia vai bater no coração dessas pessoas que fizeram alguma coisa, um dia alguém vai falar, eu me lembro, eu vi um filme, de uma moça que desapareceu, e o namorado, eles foram numa lanchonete comprar um refrigerante, eles iam fazer um piquenique, coisa assim, enquanto ele entrou lá dentro para comprar isso ela desapareceu. Toda a semana ele passava em um poste e punha a foto dela. Um dia o cara ligou para ele, ele tinha matado a menina, a menina tava enterrada, ele levou no local e tudo. Sabe, eu acho que isso aí um dia bate no coração da pessoa. Esse filme é bem como eu gostaria que a coisa fosse, que a imprensa estivesse em cima, ele diz que toda semana que ele ia lá tava arrancado o cartaz, sabe? Ele punha outro, toda a semana ele fez isso. Entrevista, Curitiba-PR, 02/2014

O filme mencionado por Arlete, “O silêncio do lago<sup>78</sup>”, de 1993, narra a história do casal Jeff e Diane. Em uma viagem de férias, Diane desaparece em um posto de gasolina. A insistência de Jeff na divulgação do caso faz com que o raptor de Diane proponha que, para saber a verdade ele deveria vivenciar tudo o que sua namorada passou, o que implicava também em aceitar sua morte. O filme é baseado no livro do escritor holandês Tim Krabbé, “O ovo de ouro” (Krabbé, 1995), no qual Rex não consegue esquecer Saskia durante os oito anos de busca, período em que divulga insistentemente o caso. A lembrança de Saskia o atormenta até em seus sonhos e nem uma nova relação é capaz de fazê-lo esquecer de Saskia. A metáfora ao “ovo de ouro” remete a um sonho de infância de Saskia, seu medo da solidão. Sonho que se transformará em pesadelo de Rex, mas também uma referência ao que aconteceria com ela. O desfecho de Rex é diferente nessas duas versões, mas permanece a idéia, não por acaso mencionada por Arlete, de que a busca pela verdade é tão importante quanto a própria vida de quem busca.

### 3.2.1 Regimes de verdade nos encontros burocráticos

Além da mobilização ou da militância, a experiência do desaparecimento produz diferentes formas de subjetivação através das diferentes relações que

---

<sup>78</sup> “The Vanishing”, no original em inglês. O filme é um remake do filme franco-holandês de 1988, ambos dirigidos por George Sluize.

os sujeitos experimentam com diferentes saberes, conformando regimes de verdade sobre cada caso que passa ao largo das concepções do Estado ou da construção de uma carreira militante na causa. Através das narrativas de mães de crianças desaparecidas sobre a investigação do caso de seus filhos analisaremos as diferentes articulações entre trajetórias pessoais, experiências de classe, saberes e acusações morais.

Eu conheci a história de Ângela<sup>79</sup> pelos jornais, em uma reportagem a respeito de uma nova pista levantada sobre o caso do desaparecimento do filho Pedro<sup>80</sup>, no final de 2012. Pedro estava desaparecido há 17 anos, quando tinha cinco anos e cinco meses. A casa simples de Ângela divide o terreno com as casas das duas irmãs, na região metropolitana de Porto Alegre. Como em muitos dos casos, a dificuldade em encontrar Ângela por meio das redes sociais foi o primeiro obstáculo, já que seu nome de casado havia mudado. O segundo obstáculo foi a resistência a respeito da entrevista, pois ela não só demorou a aceitar como estava um pouco desconfortável para falar comigo.

Ângela tem 44 anos e trabalha como guarda municipal. Quando Pedro desapareceu Ângela trabalhava como operadora de caixa em um supermercado e estava separada do segundo marido. Na época ela tinha três filhos do primeiro casamento: André, de dez anos, Pedro e um filho do segundo casamento, João, de um ano. Além disso, ela estava grávida de Ana, que Pedro nem chegou a conhecer.

No dia em que Pedro desapareceu, Ângela havia saído para trabalhar e Pedro ficou dormindo com a sua cunhada, irmã de seu ex-marido. Pedro frequentava a creche todos os dias, mas havia ficado em casa porque sua tia iria levá-lo para passar o final de semana na casa do pai, que mora na cidade vizinha, há 15 minutos de ônibus. Ângela se ressentiu de não ter deixado Pedro ir com o irmão de dez anos no dia anterior.

O desaparecimento ocorreu no sábado, mas quando Ângela chegou em casa a cunhada não havia permanecido para informá-la sobre o desaparecimento do filho, por isso que ela só viria a tomar ciência do fato na terça-feira, quando o irmão de Pedro voltara da casa do pai. Ângela alega que teria sido presa se não tivesse a favor dela o fato de não ter um telefone, já que

---

<sup>79</sup> Nome fictício.

<sup>80</sup> Nome fictício.

a tecnologia não era tão acessível quanto hoje, em que a comunicação e a divulgação da informação são instantâneas e acessíveis, antes “era tudo mais demorado”, esclarece ela.

Ângela procurou o Conselho Tutelar e registrou um boletim de ocorrência na delegacia. Quando ela avisou o desaparecimento na creche da criança, a diretora, que era vereadora, ajudou a iniciar uma grande mobilização, pois “a princípio, não é natural” o desaparecimento de uma criança. A polícia revistou várias vezes sua casa e interrogou ela e outros membros da família. Segundo Ângela, “a vida é feita de sinais”, se as roupas de Pedro não estivessem bem cuidadas então Pedro não era bem cuidado na visão dos policiais. Apesar de alegar que a casa era “bem mais pobre”, disse que a mesma estava sempre arrumada. Todas as vezes em que ela era interrogada lhe perguntavam a história do desaparecimento para ver se ela se contradizia: “eu nunca ia me contradizer porque era verdade”, completa ela.

A família teve o apoio da comunidade, da polícia, de amigos, televisão e rádio, o caso contou com uma intensa divulgação. Ângela atribui a repercussão do caso aos inúmeros casos de “roubos de órgãos” denunciados à época no estado, e do desaparecimento de outras duas crianças, no mesmo ano. Mas ela também recebia muitos trotes, ano após ano.

Ângela não tem muitas fotos do filho, porque na época seriam muito caras financeiramente para ela, mas destacou que o filho era uma criança muito bonita, loiro, com os cabelos já escurecendo, de olhos azuis e doce: “Tá um homem agora. Aonde? Não sei, espero que bem. Eu não sinto diferente, eu sinto que ele tá bem. Não sinto nenhuma aflição, sabe? Mas não tá com a gente, né? ”. Ela disse que sobraram poucas coisas do filho porque “eu era muito pobre, hoje eu tô melhor do que na época”.

Todos os anos, diferentes veículos de comunicação a entrevistam e perguntam sempre as mesmas questões: “como foi, como eu me sinto, pistas, o que eu acreditava”, resume ela. Ela acredita que a pressão midiática é importante para a cobrança do papel de investigação da polícia, já que apenas a cobrança dos pais é insuficiente, pois se o caso não está nos meios de comunicação ele “esfria”.

Diferentemente dos familiares que participam ativamente no cenário público, Ângela alega que a exposição lhe causaria ainda mais sofrimento, pois isso seria uma “ferida”, um sofrimento que tem diferentes fases:

Isso é uma ferida que não fecha, cada vez que tu fala tu abre e era um assunto que eu tinha meio que proibido dentro de casa, porque a minha mãe falava muito, e falava e chorava e ficava atormentando a cabeça da gente, ela não se ligava que isso faz a gente sofrer, sabe? Ela tava sofrendo, mas eu tava sofrendo mais porque era o meu filho. Quando eu tava perto dela eu dizia, eu não vou mexer em uma coisa que eu não posso mudar [...] Se tu perguntar para mim se eu gosto de fazer, eu não gosto de fazer esse tipo de entrevista, mas eu tenho que fazer, sempre, porque vá que em uma dessas entrevistas ele se ligue, porque provavelmente não trocaram o nome dele, que ele já era reconhecido como Pedro, podem ter trocado o sobrenome, que eu acredito que não também, porque ele sabia todo o nome dele, sabia onde ele morava, só que era uma criança de cinco anos, entendeu? Na época o meu pátio era aberto. Sabe o que aconteceu? Não tenho a mínima ideia do que aconteceu, ele pode ter saído, a minha cunhada dormindo, ter saído no pátio, ele queria muito ir no pai dele, pode ter ido para faixa (rodovia), alguém pode ter pego. A gente não tem o que fazer, não tem como apontar. Entrevista, Cachoeirinha-RS, 05/2016.

Quando eu indaguei Ângela sobre sua visão resignada diante da investigação do caso, ela argumentou: “eu não tenho pistas, entendeu? eu não tenho onde procurar. É como um cego andando na rua tateando, qualquer direção que tu me der eu vou”. Perguntei então se o trabalho da polícia poderia ter sido melhor: “Acho que sim, mas o que me adianta hoje dizer isso, nem na época não adiantou muito, hoje vai adiantar menos ainda, imagina eu botar desconfiança em cima do trabalho da polícia”.

Mas a sua descrença no trabalho de investigação contrasta com sua esperança a respeito do seu destino. Ângela disse que acreditava que deveria passar pela situação e descreve outro episódio anterior com o filho mais velho, quando uma mulher desconhecida havia se oferecido para cuidar do filho recém-nascido no hospital enquanto ela ia ao banheiro. Ela acredita que a intenção da mulher era levar a criança.

Ângela se considera católica não praticante e simpatizante do espiritismo, encontrando em diferentes vertentes da religiosidade a possibilidade de alguma resposta. A sua postura de resignação diante das respostas da investigação muda quando ela projeta a sua trajetória e seu

destino, como a crença de que teria que passar por essa situação, uma vez que “nada é por acaso”.

Eu tô resignada? Eu tô. Eu sei que eu teria que passar por isso. Porque quando o Pedro sumiu que eu perguntei para o André onde tava o Pedro. Ele disse “mãe, eu não vi o Pedro”. “Não, tem que ter visto, tem que falar com o teu pai, tá lá na tuas tias” – que eles moravam tudo próximo [...] aí que caiu a ficha, sabe? Porque no fim de semana eu tava sentindo alguma coisa estranha, mas nada que provasse, sabe? Quando eu cheguei de noite eu vi aquela bagunça de roupa de criança, eu disse: “a Marcia fez bagunça aqui, escolhendo roupa para levar para o Pedro”. Natural né? Mas tinha um peso dentro de casa, alguma coisa assim me incomodando dentro de casa. Mas eu segui, porque eu não tenho prova de nada. Não sabia o que tava acontecendo. Entrevista, Cachoeirinha-RS, 05/2016.

Quando o Pedro sumiu, uns cinco meses depois, eu fui numa taróloga, por que assim, quando o Pedro sumiu, as minhas irmãs correram para uma casa de [...] para uma cartomante [...] porque aí tu procura tudo que é situação, que possa te ajudar, te dar uma luz, uma esperança. E aí foi nessa época que eles descobriram que eu tava grávida, que a cartomante falou que eu tava grávida- eu não tinha falado ainda. E aí eu me lembro que eles disseram que - tudo eles [as irmãs] que procuraram né? – o Pedro tava muito mal, que estava com pessoas más. Aí a gente fez uma proteção, fizemos lá. Minhas irmãs fizeram um trabalho para proteger ele [...] Aí quando eu fui em abril do ano seguinte, de 2000, eu tava grávida da Ana e eu fui numa taróloga ali em Esteio, muito boa. E aí ela foi colocando – não falei nada para ela- ela foi colocando o tarô lá. Ela disse várias coisas, vai acontecer isso e aquilo outro. Ela disse “tu vai ter uma menina”. Eu já não acreditava, porque eu tinha três guris né? “Não, tu vai ter uma menina, não importa quantos filhos tu tem, uma menina tu vai ter”. Aí nasceu a Ana. Ela disse que o meu filho mais velho, lá pelos 12 anos ia ficar muito revoltado, realmente [...] Ele ficou, teve uma época [...] Ela disse que eu tinha um filho muito inteligente, que era o João, que realmente ele é muito inteligente, tá fazendo faculdade. Aí disse que eu tinha um irmão, assim, assado [...] Falou todos os problemas que eu tinha com a minha mãe. Que a minha mãe a gente brigava muito, a gente se gostava muito, mas a gente brigava muito, tinha pensamentos diferentes e isso desde crianças. E ela disse que o Pedro não foi roubado. Ela disse que ele saiu e alguém pegou ele. Que ele retornaria né? Ela disse que ele está – que na época já tinha passado alguns meses- ele tava com uma família. Ele era a única criança. Que era uma família mais idosa. Eram duas mulheres e um homem. Duas senhoras e um senhor. Que ele estava muito melhor do que se estivesse comigo, e eu acredito, financeiramente né? Financeiramente [...] Financeiramente ele estava muito melhor com eles do que comigo. Como eu já disse, eu era pobre de marré, marré (uma referência a uma cantiga popular). Mas que ele sentia muita falta. Que graças a deus a gente fez aquele trabalho para proteger ele. Que a melhor coisa que a gente fez foi fazer aquele trabalho para proteger ele né? [...] Que senão ele não teria sobrevivido. Que no caso ele realmente estava com pessoas ruins. Ela disse que eu ia fazer uma cirurgia, eu realmente fiz, eu ganhei a Ana e fiz uma ligadura tubária. Depois ela perguntou algumas coisas que eu queria

saber. Aí eu perguntei do Pedrinho. E foi aí que ela disse que o Pedrinho não tinha sido levado. Que eu ia ficar admirada quando eu soubesse quem levou ele, que era uma pessoa super conhecida da família. Que não era quem eu estava pensando [...] Que não era quem eu estava pensando, mas que eu iria ficar abismada quando eu descobrisse. Nunca descobri, desconfiei de várias pessoas, mas não descobri nada. Acredito que vou descobrir ainda. Ela disse que eu ia me casar com 44 anos. E agora, semana passada, eu fiz união estável com meu namorado de 14 anos (juntos há 14 anos). Então a única coisa que não deu ainda que ela tenha falado foi do Pedro. Ela disse que ele ia voltar, com uns 12 anos e ia sumir de novo. Ele não voltou, pelo menos não que eu tivesse visto. Se ele teve aqui na frente e não quis entrar eu não sei, eu não posso dizer. A única coisa que ela falou que não aconteceu ainda foi isso. Entrevista, Cachoeirinha-RS, 05/2016.

Na sequência da narrativa percebemos que apesar de não gostar de falar sobre o desaparecimento do filho, Ângela acredita que essa seria a única maneira de encontrá-lo, sobretudo pela evidência trazida pela cartomante:

[E a cartomante disse] que eu ia descobrir ele pela mídia, que a mídia ia trazer meu filho de volta. Entende? Então eu não posso me negar a fazer entrevista. No teu caso não é uma coisa para televisão nem nada, é um trabalho que tu tá fazendo. Não interessa, é a minha história entende? Eu não vou negar, não vou negar isso. Por que se tu não puder ajudar eu tu vai ajudar outros. Tua história pode lá ajudar outras pessoas, entende? Eu não penso em mim. Se me ajudar ótimo, mas se ajudar outro ótimo também, por que eles passam pela mesma coisa que eu. Aí todo ano eu vou, eu sempre vou vê assim, porque é verdade ou não? Não sei, geralmente acontece tudo que eles falam.

*Eu:* Todo ano você vai?

Não lá, porque é caro lá, eu me lembro que não foi nem eu que paguei, foi uma irmã e uma prima, porque eu não tinha. Eu trabalhava no mercado e ganhava muito pouco. E sempre fui eu que criei meus filhos, então nunca tinha dinheiro sobrando. E aí o ano passado eu fui numa cartomante de novo, que é mãe de uma amiga minha [...] aí eu perguntei do Pedro, aí ela olhou para o Pedro assim, comentei o nome do Pedro, aí ela disse “Eu nem sei se eu te conto, mas não deveria”, aí eu disse “Agora tu conta, né”. Aí ela disse assim “O Pedro, disseram para ele que tu tava morta, que tu tinha morrido”, entendeu? Então ele jamais vai procurar a família dele, não vai procurar a mãe dele, vai procurar uma pessoa morta? [...] Então eu entendo assim, que as pessoas que estavam com ele, falaram que a mãe dele tinha morrido. Então por isso que eu entendo essa falta de informação. Tu não vai procurar uma pessoa que não existe [...] E assim para mim é sempre bom que eu acredite nessas coisas

*Eu:* E tu acredita mais nisso do que a polícia pode fazer no caso?

[risos] Com certeza, né? Eu já não cobro mais, porque, olha só, quantos anos fazem isso? No dia 13 de novembro vai fazer 17 anos. Meu filho vai fazer 22 anos no dia 25 de junho, tá um homem. Casado? Não sei, faz faculdade? Não sei. Hoje eu tenho que agradecer a família que pegou ele, que adotou, comprou, sei lá o que aconteceu, eu tenho que agradecer porque eles criaram o meu filho,

uma coisa que eu não pude fazer, me tiraram esse direito. Se perguntar para mim: “Tu vai botar, chamar a polícia?”, provavelmente eu vou ter que ir na polícia, dizer que já apareceu, aí a polícia, óbvio, vai entrar no caso. Mas eu ir lá e denunciar não, eu não vou entrar com um processo contra eles, porque hoje eles são a família do meu filho, eles são mais família do meu filho do que eu, eu tenho só direito civil, o direito psicológico, de pai, de mãe, de estar presente eu não tenho mais. Eu perdi, me tiraram esse direito. Mas eu tenho todo o direito, todo mundo tem, porque eu sou mãe, porque eu tenho a certidão, eu sei onde eu registrei, onde ele nasceu [...] mas no coração dele eu tenho ainda esse espaço? Eu não tenho esse espaço. Aí como é que eu vou processar os pais dele? Eu não faria isso, porque eu amo demais meu filho para fazer isso, ele não ia passar por isso, de novo. Entrevista, Cachoeirinha-RS, 05/2016.

A percepção gerada pela cartomante de que ela poderia ser uma pessoa morta para o filho, por meio da negação da verdade, vai ao encontro da percepção de que o filho foi criado *por* e, portanto, é de outra família. Apesar da relação materna, Ângela entende que a criação do filho é fundamental para o reconhecimento do vínculo entre ambos, o que a priva até mesmo do direito ao reconhecimento como mãe.

Assim como os oráculos entre os azande (Evans-Pritchard, 1978) a cartomante é uma forma alternativa de explicação para fenômenos inexplicáveis ou inacessíveis (quando o autor do infortúnio é desconhecido) e também uma ação moral que constrói uma relação causal e intervém na realidade. Da mesma maneira, as respostas oferecidas também não podem ser provadas. A contradição entre a experiência e as noções místicas é explicada por meio de outras noções místicas. Apesar do caráter prescritivo da bruxaria, oráculos e magia, Evans-Pritchard (1978) conclui que as crenças não produzem um sistema unívoco para situações semelhantes, mas são exploradas por cada um de acordo com as possíveis vantagens pessoais.

O oráculo produz um tipo de resposta que não pode ser imediatamente comprovada, assim como a afirmação na fala da cartomante: “Um dia seu filho voltará”, sem especificar uma data, ou como vimos a respeito de outras explicações religiosas, “Se você cumprir sua missão a resposta será ou poderá ser revelada”. “Está vivo, muita confusão na cabeça, mente vazia” disseram a uma filha sobre o pai de 60 anos desaparecido no Rio Grande do Sul. Assim como a bruxaria é a explicação zande para os infortúnios, essa forma de

consulta à verdade é um canal prescrito para oferecer respostas e modificar a realidade, seja por meio de uma ação ou de uma expectativa.

Vianna (2011) alude ao papel ativo dos sonhos e premonições relacionadas ao dia da morte dos filhos na gestão do luto e no reordenamento do cotidiano:

O filho, que aparece em sonho para aquietar a mãe dizendo que está bem ou para preveni-la em relação ao que vai acontecer, não é uma imagem vaga, mas um ator ativo nesse processo, que continua a agir no tempo, permitindo-lhe um presente menos pesado e oneroso (Vianna, 2011, p. 107).

Ângela acredita que se o desaparecimento não tivesse ocorrido com ela poderia ter sido com outra mãe e agradece que, em sua família, tenha sido ela a passar pela situação, pois se fosse com uma das suas irmãs elas não aguentariam, pois enlouqueceriam. As suas irmãs, segundo ela, são muito preocupadas e ficariam muito paranóicas a respeito do paradeiro dos outros filhos. Ela, por exemplo, mesmo depois do desaparecimento do filho disse que não prende os filhos em decorrência do desaparecimento de Pedro, pois considera que isso seria condená-los a uma prisão: “Cada um tem a sua história, os irmãos fazem parte da história do Pedro, não vou prender meus filhos porque um desapareceu”. Mas ela adverte que essa atitude não significava abrir mãos dos filhos, porque “Tu não abre mão de teu filho, mesmo que tu saiba que ele vai passar necessidade contigo”, alega.

Ângela argumenta que conhece os “sinais” dentro de sua casa, que está sempre atenta aos filhos, à sua educação, embora lembre que sempre há alguém observando para julgar a vida dos outros. Os “sinais” são metáforas para o conhecimento sobre os filhos e uma demonstração do seu investimento como mãe.

Assim como muitos a julgavam sobre o cumprimento de sua função de mãe, muitos se compadeceram de seu sofrimento. “Eu não sou melhor do que eles, porque eu provavelmente ia fazer a mesma pergunta, por que o responsável quem é? Quem é o responsável principal dentro de casa? É a mãe”.

Os dois irmãos de Pedro hoje fazem faculdade, João, 18 anos, na mesma universidade que a mãe, ambos através de um programa de bolsa de

estudos em uma universidade privada, e o mais velho, 26, arca com os gastos de uma universidade particular. A filha mais nova hoje tem 16 anos. Apesar da ausência, Ângela destaca que Pedro continua fazendo parte da família: “Ela [irmã] fala do Pedro como se tivesse conhecido. O Pedro sempre esteve entre nós, ele nunca foi excluído, não é excluído. Ele não tá presente, mas ele não é excluído”.

A primeira suspeita sobre o desaparecimento do filho era uma senhora que à época era conhecida como parteira e também acusada de “pegar crianças”, sendo que o filho desta namorava com a cunhada de Ângela. Em 2012, um jornal do Rio Grande do Sul noticiava o que seria uma nova esperança para o caso. Uma reportagem em um programa de televisão de grande circulação denunciava a concessão de guarda provisória de quatro crianças de uma família pobre da Bahia a casais paulistas, na qual Carmem K. T. estava sendo acusada pela justiça de intermediar as adoções. Ângela não conhecia Carmem, mas o filho mais velho assistiu ao programa e a reconheceu. No período do desaparecimento, Carmem morava na região da casa do pai e do principal suspeito do rapto de Pedro no Rio Grande do Sul.

Depois da repercussão do caso na imprensa, Carmem e seu marido<sup>81</sup> também foram ouvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil<sup>82</sup>. Quando a imprensa indagava sobre a possibilidade de reabertura do inquérito de Pedro, viu-se diante de uma situação de “descaso público”. Todos os registros do caso haviam se perdido ou extraviado após a extinção<sup>83</sup> da delegacia de desaparecidos em 2001. E o caso de Pedro não foi uma exceção, o arquivo com depoimentos, anotações, testemunhas deveriam ter sido repassados à delegacia local. A polícia reconheceu que apesar de não saber onde estava o arquivo do caso, ele

---

<sup>81</sup> Carmem era casada com um alemão, por isso viajava ao exterior, o que aumentava ainda mais as suspeitas sobre ela.

<sup>82</sup> O depoimento foi prestado em 13/11/2012 na “Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo”. A maioria das suspeitas foi levantada pelos membros da comissão, mas ambos lançaram mão da prerrogativa de permanecer calados durante os questionamentos.

<sup>83</sup> A delegacia era responsável pelos casos da capital, região metropolitana e parte do interior. Em 2001 ocorreu uma divisão entre o departamento responsável pelos casos de crianças (Delegacia para Criança e Adolescente Vítima, na capital) e de adultos (Delegacia de Homicídios e Desaparecidos), descentralizando os casos para as delegacias locais de cada cidade.

provavelmente poderia estar sob sua posse. O jornal destaca que a investigação dependeria da memória do investigador responsável, que apesar de aposentado, ainda não havia desistido do caso.

O caso de Ângela faz lembrar o de Dolores, de 58 anos. Ela tem o ensino fundamental completo e é mãe de Willian<sup>84</sup>, desaparecido há 37 anos em Foz do Iguaçu, aos quatro anos. Eles moravam próximos ao centro de Foz do Iguaçu, uma região comercial da cidade que faz divisa com o Paraguai. A casa não tinha cerca e o filho circulava livremente pela vizinhança. Embora já tivessem residido antes na cidade, naquele período haviam chegado há apenas três meses com os dois filhos, em decorrência da dificuldade de encontrar uma casa devido à grande procura por imóveis, pois correspondia ao auge da construção da usina binacional de Itaipu. O marido trabalhava como eletricista e ela era dona de casa.

No período em questão havia muitos casos de crianças desaparecidas no Paraná (como veremos no capítulo V) e Arlete Hilu estava presa na cidade, a qual muitos atribuíam a intermediação de adoções ilegais. Algumas pessoas sugeriram que a família tentasse conversar com a mesma na prisão, tarefa empreendida pelo seu cunhado, mas Arlete não falou muito, apenas sugeriu uma pista que a deixou intrigada, mas que até hoje não levou a uma informação importante. Dolores mora há mais de 20 anos em Florianópolis, depois de ter vivido no Mato Grosso assim que saíram da cidade em decorrência de um trágico acontecimento desencadeado pela investigação do desaparecimento do filho.

A história “antiga e complicada” inicia com a entrada da Polícia Federal na investigação do caso. Havia muitas pistas falsas e boatos, como a que vinculava o desaparecimento do filho à inauguração de um circo na cidade, atribuindo ao circo o rapto do filho e a utilização de seu corpo como alimento aos leões. Como a Polícia Civil não obtinha uma resposta para o caso, o ex-marido de Dolores entrou em contato com amigos da Polícia Federal, que prontamente atenderam ao pedido. Mas quando dois funcionários do circo foram presos para averiguação um deles foi assassinado durante o interrogatório por um policial. Esse episódio acabou deixando as pessoas

---

<sup>84</sup> Nome fictício.

amedrontadas e Dolores e o marido decidiram sair da cidade por temor a uma represália. O disparo, segundo a polícia, teria sido uma precipitação devido ao despreparo de um policial jovem. Os dois funcionários teriam sido torturados e o circo foi proibido de sair da cidade durante 20 dias. A Polícia Civil acabou intervindo no caso devido à repercussão, oferecendo uma recompensa para quem tivesse mais informações.

Apenas oito anos depois do desaparecimento do filho a delegacia da cidade já não contava mais com os documentos do caso. O caso do filho só passou a ser divulgado pela delegacia especializada do Paraná nos anos 2000. No início, os investigadores do SICRIDE rejeitaram o caso, por se tratar de um período anterior à criação da delegacia, mas com uma nova prova em mãos, Dolores conseguiu que o caso constasse entre os investigados. A prova era uma fita de vídeo em que uma pessoa afirmava que o filho dela teria sido vendido para os Estados Unidos por um advogado “sujo” da cidade, com a ajuda de outros dois advogados, utilizando-se da falsificação de documentos.

Em outro caso semelhante, percebemos o itinerário institucional seguido pelos familiares de pessoas desaparecidas e como essa experiência corrobora não apenas o descaso na resolução dos casos, mas também nas suspeitas sobre o trabalho de investigação.

No início de 2017 viajei a uma cidade no interior de Minas Gerais, de 65 mil habitantes, distante 50 km de Belo Horizonte, para conhecer um caso muito semelhante aos que já havia pesquisado em outros estados. Eu conversei com Márcia<sup>85</sup>, mãe de Alice<sup>86</sup>, desaparecida aos quatro anos. O trajeto de ônibus desde a capital foi de aproximadamente 11 horas em direção ao interior do estado. A paisagem se resumia a grandes plantações de café, soja, milho, cana-de-açúcar, caracterizada como uma agricultura em larga escala, o que explica o empobrecimento da maioria dos trabalhadores rurais dessas cidades, pois eles não são, em sua maioria, proprietários de terras. Não pude ver muito a casa de Márcia, mas me pareceu muito simples, como a maioria das casas da cidade. Conversamos na casa da irmã dela, que também era simples e com poucos cômodos.

---

<sup>85</sup> Nome fictício.

<sup>86</sup> Nome fictício.

A cidade foi formada por trabalhadores locais e imigrantes nordestinos que vinham especialmente para as colheitas de frutas, como a laranja, abacaxi e permaneciam, trazendo posteriormente suas famílias. O município teria construído as casas populares, muito comuns em toda a região, para mães solteiras com crianças, idosos, deficientes.

O marido de Márcia trabalha no plantio de manga, por temporada, depois permanece dois a três meses desempregado, período em que há maiores dificuldades na manutenção da casa, que já seria uma tarefa difícil. Ambos moram com alguns dos cinco filhos em sua casa própria, uma criança, dois homens casados, um adolescente solteiro e uma adolescente com o neto.

Márcia tem 39 anos e estudou até a 3ª série do fundamental, pois o desejo da família era que ela ajudasse em casa. Aos 13 anos ela já trabalhava como babá, casou por volta dos 15 anos e com 16 anos já tinha o primeiro filho. Apenas os sobrinhos nasceram na cidade, mas a família é sergipana (Aracaju). Márcia chegou à cidade em 1977, com 20 anos, depois de ter se separado do primeiro casamento. O pai, dois irmãos e duas cunhadas já moravam na cidade. Márcia tinha dois filhos na época, trouxe um deles e deixou o outro com a mãe e o buscou assim que começou a trabalhar. Márcia era vendedora de roupas, comprava em Goiás e as vendia de bicicleta, de casa em casa. Ela também trabalhou nas atividades rurais durante um tempo com o marido, mas depois do desaparecimento da filha ficou “sem ânimo” para trabalhar.

Um ano antes do desaparecimento da filha, o caso de Leticia, uma criança de seis anos assassinada, havia abalado a cidade, deixando as pessoas em alerta:

Eu tento jogar a culpa para cima de mim mesma, porque você vê muitos casos por aí [...], mas lá no fundo, parece que a mãe se sente culpada, por mais que você olhe, por mais que você esteja em cima, você se sente culpada, sabe? Parece que faltou alguma coisa. E quando as quatro crianças entraram eu corri para fora ligeiro. Foi assim: Sandro chegou lá dentro e me deu o ingresso, em cima assim tinha uma foto do homem-aranha [...] ele disse: “mamãe, me leva no circo para ver o homem-aranha”. Aí eu peguei e falei assim “Sandro”, na hora que eu olhei falei, “Sandro, cadê a Alice?”. “Ela tá lá fora”. Eu já saí para fora. Quando eu saí lá fora ela já não tava mais, só tava a bicicletinha que ela tava brincando lá fora. Aí eu já comecei a gritar “Alice, Alice”. Aí veio na minha cabeça logo a morte da Leticia. Aí eu falei será que alguma pessoa passou e carregou minha filha? E comecei a gritar “Alice, Alice”, daí já foi se juntando gente. “O que foi

Márcia?”. “Carregaram a Alice”. Eu nem pensei assim ela entrou em algum lugar, porque ela não era de entrar na casa de vizinho. Aí já comecei gritando, gritando e arrodiei a rua, já não tinha mais forças para caminhar e gritar. Aí já foi se juntando, já foi juntando adolescentes, senhoras, homens [...] lá para cima da minha casa, lá no final tinha um canavial de cana, só que as canas estavam da altura dessa mesa aqui, umas 15 pessoas correu e entrou no canavial de cana, outras já correram para outro bairro, outros moleques mais novos já pulou na casa abandonada. Então, foi umas 150 pessoas correndo, buscando, você entendeu? Se a Alice tivesse sido levada de pé a gente tinha encontrado ela. Porque eu fiz muito rápido, você entendeu? Eu gritei muito rápido. Então a Alice não foi levada de pé, ela foi levada de carro. Entrevista, Minas Gerais, 01/2017.

Em nossa primeira entrevista, Márcia descreveu efusivamente uma série de eventos que corroboravam a teoria de que a sua filha, Alice, havia sido raptada pelos donos de um circo que estava na cidade no dia do desaparecimento. Inicialmente ela discorreu sobre a semelhança física entre a Alice e uma menina, filha dos donos do circo, que ela teria reconhecido em uma imagem postada em uma rede social. Foi assim que começou um procedimento que teria resultado em um exame de DNA da menina. Márcia desconfiava do resultado do exame (negativo) pela demora (90 dias) e pela possibilidade de que ele possa ter sido forjado, pois “alguém que rapta uma criança pode muito bem forjar o exame de DNA”, disse ela.

Muitas suspeitas foram levantadas por Márcia sobre a mãe da menina em questão, que teria entrado em contato com ela alegando que estaria fazendo uma campanha para tentar ajudar a encontrar Alice, o que foi visto com muita desconfiança por Márcia, pois como alguém que sofre a acusação de roubo de sua filha agiria dessa maneira? Entre os fatos destacados, ela citou que a mãe da menina havia dito que nunca foi à cidade, mas depois admitiu o contrário. Ela citou também as ameaças veladas desta de que tinha um parente que poderia fazer algo a Márcia ou que poderia mover um processo contra a mesma.

A sua investigação pessoal teve resultado depois que ela começou a seguir o circo pelas redes sociais. Um dia o circo postou o anúncio de uma atração. Embora a foto tenha sido tirada de uma grande distância, Márcia achou uma das meninas da foto parecida com a filha, como a perna e os sinais no rosto. Márcia salvou essa imagem, “que nunca saia da cabeça”, assim como

fazia com todas as muitas fotos que recebia nas redes sociais de crianças parecidas com Alice. Um dia ela decidiu mostrar a foto para um amigo que trabalhava como detetive particular. Ambos investigaram nas redes sociais, até chegar em uma foto dessa menina com uma verruga retirada da mão, como Alice. Apesar da verruga não estar localizada exatamente no mesmo local, ela pondera que com o crescimento da filha a verruga poderia ter se deslocado, completando também que a ausência de uma mancha no corpo poderia ter sido o efeito de uma remoção cirúrgica.

Márcia então começou a desconfiar de outras pessoas que poderiam estar envolvidas no rapto e que pudessem espionar suas redes sociais, “Você é amigo de todos, mas você desconfia de todos”. A irmã de Márcia postou a foto da menina suspeita de ser sua filha e vários amigos da irmã reagiram contrariamente, o que demonstra, do seu ponto de vista, que assim como Márcia seguia a família desta menina em suas redes sociais, a referida família também fazia o mesmo. Márcia passou a procurar outras fotos da menina e, apesar de receber fotos antigas dela através desta mãe, ela acreditava que se tratava de fotos das outras irmãs da menina quando pequenas.

Inicialmente a polícia teve muita morosidade na condução do caso, o que ela atribui ao fato de o circo pertencer a um ator famoso. Com a negativa da polícia, ela seguiu na busca: “Tá bom, eu vou dar meus pulo”, ela teria dito ao delegado. Depois de procurar a delegacia da cidade e pedir várias vezes o exame de DNA sem sucesso, um amigo sugeriu que ela ligasse para o “Disque 100”, tendo obtido um rápido retorno. Através do “Disque 100”<sup>87</sup> ela recebeu posteriormente a informação de que havia uma investigação em curso pela polícia na qual eles ouviriam os pais da menina e realizariam o exame de DNA. Em depoimento, a menina teria confirmado que removeu uma verruga da mão recentemente, informação que Márcia contesta, pois na foto que havia sido postada da menina, com oito anos, a verruga já havia sido extraída, mas também cogita que a verruga pode ter voltado, porque “os meninos (sua família) têm o sangue para verruga”.

Mesmo com o exame de DNA confirmando a paternidade da menina, Márcia acreditava que havia alguma coisa errada, pois nem mesmo sabia

---

<sup>87</sup> “Serviço telefônico de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violação de direitos humanos” do Ministério dos Direitos Humanos.

quem respondia pelo número pelo qual se comunicava e tampouco pôde ir buscar o exame no Paraná (onde o exame foi realizado), em decorrência dos gastos financeiros. O teste de DNA é uma prova secundária diante da possibilidade de ser falsificado e pela sua exterioridade, enquanto o conhecimento sobre as características físicas da filha e as relações estabelecidas pelo sangue convocam à continuidade das lutas pela verdade. Depois dessa investigação, Márcia foi ao Fórum para conversar com o juiz da Vara da Infância, mas ele não a atendeu “porque eu sou desafortada, eu falo mesmo, eu sou desafortada, porque eu sou assim, eu confio nas pessoas desconfiando. Eu aprendi isso depois que minha filha desapareceu”, afirmou ela.

Márcia alegou que tinha dificuldade para ir à capital participar das mobilizações sobre o desaparecimento de pessoas devido à distância, mas, sobretudo pela sua condição financeira. Márcia dependia do apoio financeiro das pessoas, em uma ocasião as voluntárias teriam realizado uma “vaquinha” para comprar sua passagem.

Quando começou a participar das mobilizações que ocorriam em Belo Horizonte ela conseguiu que uma amiga enviasse a denúncia para a delegacia especializada, para que fizessem uma comparação entre as fotografias das duas crianças, mas a delegacia teria alegado que não havia mais como fazer nada a respeito do caso uma vez que o exame de DNA já havia sido realizado. Márcia narra indignada tudo o que tem feito, sobre as instâncias que percorreu e do tratamento que recebeu:

Sempre você é jogada, você não tem apoio de ninguém, não tem apoio do prefeito, você não tem apoio de advogado, porque advogado, hoje para ter um advogado, ele cobra os olhos da cara, você não tem dinheiro para pagar um detetive para investigar nada, você é mal recebida no juiz da Vara da Infância e da Juventude, porque no momento em que um secretário, se um juiz tá ali dentro e você viu que ele chegou e que ele não está fazendo bosta de nada, ele pode muito bem te ouvir, você entendeu? Ele manda o secretário ir lá fora no corredor conversar com você, perguntar o que você quer, aí se você tiver umas dez folhas leva lá para dentro tirar xerox (cópias) e fala que vai resolver. E daí você nunca mais recebe nada de notícia. Entrevista. Entrevista, Minas Gerais, 01/2017.

Quando Márcia chega à delegacia com esperança, levando uma foto que possa ser sua filha, o resultado seria sempre desgastante:

Quando você chega lá, em dois minutos você sai chorando, ele te põe tão para baixo, os povo lá te põe tão para baixo que você sai de lá, eles te põe de um jeito assim, para tipo assim “eu vou desistir”, porque não tem mais como correr. É assim que a gente se sente. Você chega em um lugar com esperança e você já quer sair de lá. Entrevista, Minas Gerais, 01/2017.

Ao acompanhar o caso de Lorena (mãe de João Rafael, desaparecido quando tinha dois anos no Paraná, ver capítulo IV), Márcia disse que chorou muito, pois Alice já estava desaparecida há mais de três anos na época. Márcia disse que as pessoas postavam mensagens para que Lorena tivesse paciência, mas ela mesma sofria muito para conseguir confortá-la, dadas as semelhanças entre os dois casos:

Você tem que dar apoio à pessoa, o meu caso foi antes do dela, você tem que dar apoio aquela pessoa, mas no mesmo instante, [voz emocionada] dá vontade de você gritar assim: “desista”, você tem vontade de gritar “pode desistir, você não vai ter notícia”, você entendeu? Porque quando eu converso com ela, ela fala assim “Márcia, até hoje, nada, nada”. Eu, quando aconteceu o caso da Lorena, que passou na televisão, eu passei mais de 15 dias doente. Entrevista, Minas Gerais, 01/2017.

Assim como Lorena, Márcia também sofreu acusações:

Na época aqui em [cita o nome da cidade] eu fui acusada que eu vendi minha filha, que eu tinha comprado móveis. Você vê minha casa hoje, minha casa não tem nada, falta até, bem dizer, o que comer dentro de casa, sabe, então as pessoas às vezes falam as coisas. Eu falo assim que, eu ignoro, eu não dou nem importância, porque eu falo assim que não existe uma pessoa para conhecer melhor você do que deus e deus sabe que eu não fiz isso com minha filha. Entrevista, Minas Gerais, 01/2017.

Mas também admite: “mas a gente mesmo, a gente não sabe de nada”, pois ela mesma por vezes passa a desconfiar das pessoas diante de tantos casos de violência que acompanha nas redes sociais.

Outra história envolvendo o desaparecimento da filha tem relação com um grupo de ciganos que morava na cidade. Os ciganos moravam há quatro ou cinco anos no mesmo lugar e ela passava todos os dias em frente ao

acampamento com os filhos. Márcia suspeita que ou os ciganos foram pagos para raptar Alice ou estavam juntos, uma vez que eles se mudaram da cidade no dia do desaparecimento da filha. Márcia disse que os ciganos não foram investigados, pois ela participou das buscas e a maior parte do tempo foi utilizada na análise das câmeras de vigilância de um condomínio, após uma denúncia. Márcia conversou com outra cigana que era sua amiga e amiga dos ciganos em questão, mas quando perguntou sobre o caso ela teria saído rapidamente de sua casa.

Para corroborar a história, um caminhoneiro disse a uma amiga sua, que divulgava a foto de Alice, que havia visto a menina em um caro Gol branco com uma mulher, que saiu do carro e deixou a criança sozinha enquanto foi pegar um lanche, o que chamou a atenção dele.

Já o circo também saiu da cidade dias depois e o seu dono alegou que havia ido a outra cidade (à 30 km) na mesma tarde do desaparecimento para negociar um aluguel de um terreno para a permanência do circo, mas Márcia não acredita que seja necessário ir antes para fazer essa negociação. No entanto, o circo foi para outra cidade mais distante, ela soube depois, e o dono alegou que não teria ficado na cidade mais próxima porque seus documentos não estavam em dia, mas quando ela solicitou informações na Prefeitura soube que tudo estava em dia com o circo.

Márcia centraliza todas as informações sobre o caso, em uma espécie de especialização do sofrimento no ambiente doméstico. Márcia justifica que o marido fica muito abalado e que ele é o único que trabalha em casa. Ele sai às 5h e volta às 18h e o seu temor é que ele não ficasse mais disposto para trabalhar<sup>88</sup>. Ela sabe que ele sente falta da filha, mas não divide as informações com ele para privá-lo do sofrimento: “Você tem que ser duas pessoas em uma”, disse ela. O marido aceita qualquer trabalho para que não falte comida, especialmente para o neto que ainda é criança, por isso ela não acha justo repassar as notícias para o marido quando ele chega do trabalho, sobretudo

---

<sup>88</sup> Ao chegar na casa de Márcia, o seu marido me atendeu e disse que ela não estava. Perguntei se ele não queria participar da entrevista, ao que o mesmo alegou que quem cuidava desse assunto era sua mulher, mas pareceu triste com a possibilidade de falar sobre o desaparecimento da filha. Ele não havia sido comunicado sobre a entrevista, que acabou ocorrendo na casa do irmão de Márcia.

para evitar a frustração de uma esperança que não se concretiza: “Deixo aquela dor, tudo para mim, eu não passo para ele<sup>89</sup>”.

Márcia já frequentou o espiritismo durante 15 anos e antes do desaparecimento da filha frequentava há seis meses a Igreja Evangélica Brasil para Cristo. Depois do desaparecimento da filha, ela não quis mais voltar, porque não teve o apoio que esperava da comunidade: “Veio gente do mundo inteiro, o povo da igreja mesmo não tava”. Márcia se ressentia porque as pessoas estavam mais preocupadas em dar comida para ela do que ajudar. Ela disse que o que ela buscava não era comida, porque o marido não deixava faltar: “O que eu queria era uma palavra amiga, um abraço”. Agora ela ainda tem fé, mas não frequenta nenhuma religião. Márcia se sentia mal quando voltava da igreja em função dos curiosos: “Muitas pessoas com muitas perguntas e eu sem ter resposta”. As pessoas diziam “Eu vou trazer uma cesta básica para você”, eu falava, chorando “Eu não tô precisando de comida”.

No entanto, Márcia foi ajudada por outra igreja evangélica que ela nem sequer frequentava, quando foi a Cuiabá averiguar se uma menina que havia aparecido em um circo seria sua filha. Ela conseguiu a passagem de ida na prefeitura, mas na volta só a igreja lhe ajudou, além de terem ido a sua casa prestar apoio, dar um abraço, carinho, quando a filha desapareceu. Ela completa:

Se você não tem uma palavra para apoiar uma pessoa, fica lá. Só de você olhar para pessoa você já dá aquele ar de companhia da pessoa [...] o melhor jeito de compreender um ser humano é ficando calado, porque você calado você vê o sentimento da pessoa, você vê como a pessoa realmente tá se sentindo [...] se você falar mais do que quem tá chorando, você não vai ver nada. Entrevista, Minas Gerais, 01/2017.

Márcia disse que uma policial perguntou na vizinhança se não havia chegado um caminhão de móveis para ela. Ela foi então à delegacia indignada: “Se o senhor tiver uma desconfiança de mim, por favor, o senhor me prenda,

---

<sup>89</sup> Márcia comentou que o Natal é sem alegria devido à proximidade da data com o desaparecimento da filha e ela fica trancada dentro de casa chorando, mas as pessoas não compreendem e indagam: “Por que você está triste?”. Nos aniversários da Alice todos lembram, mas os irmãos de Alice assim como ela tentam esconder o sofrimento.

só que o senhor vai ter que ter certeza, se o senhor não tiver certeza eu fico presa, mas quando sair eu boto a boca no trombone”. Márcia analisa que há uma grande repercussão dos casos de violência e pouca repercussão dos casos de desaparecidos nas redes sociais, exceto quando há alguma polêmica.

Márcia descreveu sua família como “muito estourada”, que enfrenta, “A gente não tem estudo, eu assisto televisão, eu sei qual é os direitos que a gente tem”, ou “Se eu botar na rede social rapidinho as pessoas vêm em cima da gente”, como as emissoras de televisão e rádio. A mobilização não teve eco na cidade, mas as redes de mães e voluntárias de Belo Horizonte a ajudaram muito a divulgar os cartazes da filha nas redes sociais e nos espaços públicos da capital.

Antes de vivenciar o drama, Márcia já divulgava fotos de pessoas desaparecidas porque se sensibilizava pelos casos, mas não imaginava o “tamanho da dor”. Para se referir a essa experiência ela utilizou uma imagem interessante, a de que as mães fariam uma “linguagem de bebê”, ou seja, que elas falariam entre iguais que se compreendem, mas também que aqueles que estão fora acreditam que a comunicação não faz sentido. A única maneira de amenizar a dor seria com o compartilhamento das experiências com outros familiares. Márcia tem consciência que só com um “barulho” muito grande conseguiria produzir uma repercussão para os casos, dado o desinteresse dos meios de comunicação e das pessoas.

A filha desaparecida tem 12 anos atualmente e Márcia se ressentia que a mesma tenha completado aniversários e não teve nada do que os outros tiveram: a filha iria gostar do sobrinho, poderia ajudar nas tarefas da casa, será que está parecida com a prima? A ausência é narrada a partir da rotina familiar:

Você tem sonho de crescer e você queria que ela crescesse junto também, você queria que ela visse você comprando uma coisa, que ela participasse “Ah, hoje eu comprei uma televisão”, que ela sentisse a alegria que os irmãos sentem, “Ah, hoje eu vou comprar uma pizza”, você entendeu? Então toda vez que você vai comer uma coisa, “Ah eu vou fazer uma lasanha”, você pega um pedaço, dá para um, dá para o outro, quando você olha para lasanha parece que sempre tem um pedaço dela ali sobrando, você entendeu? Então é uma coisa sem explicação. A gente como família não tem como chegar e explicar isso detalhado para as pessoas, porque a falta que ela nos faz é muito grande. Entrevista, Minas Gerais, 01/2017.

Para ela, a filha não mudou muito, porque ela tirava fotos dela todos os anos e ela não mudava muito o seu rosto: “Eu acredito que a Alice não esqueceu da gente”, mas “ela pode até lembrar da gente, mas não pode comentar por medo”.

Quando a polícia chegou para atender à ocorrência eles sugeriram que a menina poderia ter dado uma volta, por isso ela prontamente acionou o Corpo de Bombeiros. Na saída da cidade existem várias vias como a saída para a capital, mas as rodovias não foram fechadas.

Márcia alegou que não confiava nas autoridades, citando uma reportagem<sup>90</sup> recente sobre tráfico de crianças, no qual Arlete Hilu (acusada de tráfico de crianças, personagem do capítulo V) havia dito que essa seria ainda uma prática recorrente e que envolvia “gente grande”, como pessoas com alto poder aquisitivo e funcionários públicos que se corrompiam. Por isso, alguns de seus amigos nas redes sociais teriam deixado de ajudá-la por medo. Ela cita um filme<sup>91</sup> no qual uma mãe vai atrás da ajuda de “bandidos” para recuperar a filha, uma vez que os funcionários do Estado se eximem dessa tarefa por compactuar com uma rede de tráfico de crianças.

A falta de investigação reproduz tanto a imagem de que além da omissão, ocorre a possibilidade de ocultação deliberada dos casos pela polícia, o que corrobora determinadas hipóteses, pelo modo como a descrença da polícia é encarada, “como se a polícia soubesse alguma coisa e não quisesse ir a fundo”. A narrativa produz um sentimento de injustiça no interlocutor, um duro sentimento de impotência, como se quem ouvisse o relato tivesse todas as evidências de um caso para denunciar, mas também não tivesse os meios. Pensar sobre tais hipóteses também causa temor acerca do desconhecido, pois a necessidade do segredo poderia colocar em risco a segurança de quem denuncia.

O tema da impunidade dos acusados em decorrência do seu poder econômico e do Estado como cúmplice dos “poderosos”, aliada à privação de direitos das famílias pobres também emerge na mobilização dos familiares do “caso dos meninos emasculados” de Altamira (Lacerda, 2015). O “desrespeito”

---

<sup>90</sup> Repórter Record Investigação- tráfico de crianças. Canal Record. 03/03/2016.

<sup>91</sup> “Busca sem Limites”, 2015. Uma mãe solteira, ex-agente especial norte-americana, busca recuperar seu filho sequestrado durante uma viagem de férias ao Marrocos, tendo que enfrentar uma rede internacional de tráfico de crianças.

com que os familiares eram tratados pela polícia os leva a suspeitar da cumplicidade com os criminosos. Na memória dos familiares de Altamira a possibilidade de repetição da violência das emasculações era constante e tinha como alvo o corpo de crianças pobres, até que algo fosse feito para interrompê-la. Apesar de percebidos como vítimas potencialmente desimportantes para o Estado, a politização da violência contra “meninos pobres” dificultava sua banalização.

Como vimos no caso de Ângela e Márcia, as investigações, evidências ou provas não são capazes de refutar a realidade que faz sentido para as mães, sem apelar para suas contradições. Esses “estilos particulares de pensamento” (Rose, 2001, p.40) se aproximam das explicações sobre a bruxaria entre os azande, estudados por Evans-Pritchard (1978), que assevera que ela seria também um modo de comportamento. Os azande também utilizariam formas racionais de controle sobre o infortúnio, mas como se concentram na bruxaria, concebem as condições do infortúnio de maneira diferente. A bruxaria, os oráculos e a magia formam um sistema intelectualmente coerente, reforçados um pelo outro. Como as crenças funcionam em situações diferentes, a contradição não é colocada:

Mas o celeiro é a residência de verão de um grupo doméstico zande; as pessoas sentam à sua sombra nas horas quentes do dia para conversar, jogar ou fazer algum trabalho manual. Portanto, pode acontecer que haja pessoas sentadas debaixo do celeiro quando ele desmorona; e elas se machucam, pois trata-se de uma estrutura pesada, feita de grossas vigas e de barro, que pode além disso estar carregada de eleusina. Mas por que estariam essas pessoas em particular sentadas debaixo desse celeiro em particular, no exato momento em que ele desabou? É facilmente inteligível que ele tenha desmoronado - mas por que ele tinha que desabar exatamente naquele momento, quando aquelas pessoas em particular estavam sentadas ali em baixo? Ele já poderia ter caído há anos – por que, então, tinha que cair justamente quando certas pessoas buscavam seu abrigo acolhedor? Diríamos que o celeiro desmoronou porque os esteios foram devorados pelas térmitas: essa é a causa que explica o desabamento do celeiro. Também diríamos que havia gente ali sentada àquela hora porque era o período mais quente do dia, e acharam que ali seria um bom lugar para conversar e trabalhar. Essa é a causa de haver gente sob o celeiro quando ele desabou. Em nosso modo de ver, a única relação entre esses dois fatos independentemente causados é sua coincidência espaço-temporal. Não somos capazes de explicar por que duas cadeias causais interceptaram-se em determinado momento e determinado ponto do espaço, já que elas não são interdependentes. (Evans-Pritchard, 1978, p.53)

Evans-Pritchard (1978) em seu clássico trabalho sobre os azande já indicava alguns caminhos fundamentais para a compreensão das acusações morais presentes na invocação da bruxaria como causa dos infortúnios. A bruxaria não era compreendida como a única causa dos fenômenos, segundo o pensamento azande, mas como a conexão entre os homens e os eventos que lhe causam dano. Tanto a bruxaria quanto a feitiçaria eram evocadas em situações especiais e apenas por certas pessoas.

O autor observa que não há contradição a respeito do conhecimento sobre causa e efeito, mas apenas a seleção, numa cadeia de eventos, de uma causa socialmente relevante que se sobrepõem ao que se chamaria de “causa real” (explicação científica), conferindo um valor moral aos eventos. Dois eventos que ocorreram no mesmo momento não são explicados como uma coincidência, mas como fruto da ação da bruxaria. A explicação mística é utilizada na explicação das causas de infortúnios, doenças e mortes, mas não para a violação de regras morais ou legais.

Mesmo com as provas materiais do exame de DNA ou de uma nova pista acerca do caso do filho, Márcia e Ângela não descartam sua versão sobre o caso, mas desconfiam das provas ou da competência para a investigação. Em ambos os casos, há uma recorrência de histórias em que os familiares são subjugados por relações de poder nos quais não possuem meios de resolver, dados os interesses envolvidos. Uma característica marcante desses relatos é a referência à condição de classe<sup>92</sup> como mote para a defesa das relações familiares, como um contraponto de dignidade àqueles que acreditam que podem comprar tais relações.

No caso de Ângela nós temos a urgência das demandas familiares como um obstáculo para a militância, uma vez que ela é a única provedora da família, a ausência de informação e a descrença na investigação policial. Para Márcia, a desvinculação do trabalho, os gastos que demandam as formas de

---

<sup>92</sup> A utilização do conceito de classe nesse trabalho emerge por meio das experiências dos sujeitos, denotando especialmente o nível das microrrelações e o aspecto relacional das experiências de classe. Levando em consideração os argumentos de Fonseca (2006) a respeito da pertinência desse conceito para compreender as desigualdades econômicas no Brasil, esperamos demonstrar esse argumento através da etnografia.

mobilização e a situação financeira do grupo familiar também configuram os limites da atuação. Não se trata da denúncia de ausência do Estado, como no capítulo II, mas da desconfiança de que o Estado atue para servir apenas aos interesses de alguns grupos da nossa sociedade.

No caso de Márcia, são as famílias ligadas a pessoas influentes que raptam crianças e que são encobertas por aqueles que deveriam investigá-las. As acusações acerca dos raptadores em contraposição ao cuidado familiar dispensado aos filhos são narrativas morais a respeito da dignidade do vínculo familiar que não pode ser desfeito pelas condições financeiras da família. A família sempre supre as necessidades de seus membros, sempre haverá aquele pedaço da refeição que sobra, um trabalho sobre a educação da filha que a faz não esquecer: “Ela foi se desenvolvendo, a alegria dela, o tanto que ela conversa, de tanto eu perguntar as coisas a ela”. A alimentação, o cuidado e o aprendizado foram investimentos que garantem a continuidade da família, mesmo que a filha esteja distante. A linguagem do parentesco com a filha (Carsten, 2000) se expressa nessas relações.

A atenção aos “sinais”, a presença contínua dos filhos desaparecidos, o investimento na educação são evidências de como ambas cumpriram sua função como mães, complementadas pela percepção distorcida dos filhos sobre a verdade, aquilo que os convenceria a esquecer a família, como a morte dos pais ou o medo de falar.

Zelizer<sup>93</sup> (2011) analisa práticas e disputas judiciais sobre relações econômicas íntimas nos Estados Unidos e demonstra como as relações econômicas são utilizadas para “criar, manter e renegociar laços importantes- especialmente laços íntimos- com os outros” (Zelizer, 2011, p.14). Ela demonstra que apesar das distinções, defesas ou crenças as pessoas costumam negociar a coexistência entre a atividade econômica e as relações

---

<sup>93</sup> Zelizer (2011) argumenta que a relação entre as trocas econômicas e a intimidade suscita diferentes perspectivas entre especialistas e críticos sociais. A primeira diz respeito a existência de “esferas separadas” ou “mundos hostis” em que o relacionamento entre as esferas econômica (cálculo e eficiência) e das relações íntimas (sentimento e solidariedade) seria indesejável, uma vez que as contaminaria moralmente, por isso seria necessário a construção de barreiras para sua proteção. Outro grupo menor crê que esse relacionamento seria “nada além de” uma atividade econômica (reduccionismo econômico, eficiência, racionalidade), uma expressão cultural (reduccionismo cultural, crenças, significado) ou do exercício do poder (reduccionismo políticos, estruturas de poder). A autora se enquadra em outro grupo, ainda mais reduzido, que entende que a mistura dessas duas esferas é fundamental para a participação ativa da construção e negociação das “vidas conexas”.

sociais íntimas. As pessoas vivem vidas conexas na qual “a atividade econômica penetra na criação, definição e sustentação dos laços sociais”. (idem).

Por “vidas conexas” a autora entende que, como partícipes da construção do mundo social, nós negociamos e criamos laços com os outros, diferenciando entre “direitos, obrigações, transações e significados”. Essas diferenças são marcadas com “nomes, símbolos, práticas e meios de trocas distintos”. Nessas relações, as atividades econômicas de “produção, consumo, distribuição e transferências de bens” são fundamentais. Nesse sentido, nenhuma família perdura sem a interação econômica entre seus membros. Em qualquer cenário social, múltiplos laços de diferentes tipos coexistem. As transações econômicas coexistem com as transações sociais íntimas, pois o dinheiro não somente coabita com a intimidade como até mesmo a sustenta.

Zelizer (2011) observa que as pessoas utilizam “práticas de mundos hostis” quando tentam estabelecer limites entre as relações íntimas que podem ser facilmente confundidas e que essas disputas “costumam envolver questões de justiça, desigualdade, poder e exploração” (Zelizer, 2011, p. 42).

No caso de Márcia, outros elementos destoam no cenário de modo a corroborar as teorias: a desconfiança sobre um circo e um acampamento cigano, separadamente ou atuando em conjunto, são suspeitos potenciais devido ao seu nomadismo, por não estabelecerem raízes, por isso podem ser imprevisíveis para aqueles que fixam geograficamente sua vida social.

A mulher como protagonista (apesar da possível participação masculina) do sequestro da filha de Márcia demonstra que somente alguém que subverte o papel de gênero seria capaz de cometer um ato tão bárbaro. O ato convoca à indignação moral (como a que é gerada por Arlete Hilu) por meio das acusações entre ambas e também à ação quando provas são produzidas pelo Estado para garantir a fidedignidade do vínculo biológico. No caso de Ângela, a incômoda suspeita sobre uma mulher da família do marido e a possibilidade do rapto por uma traficante de crianças oculta a possibilidade de uma rede mais ampla de atores. Nessa disputa “materna” ou de gênero os homens emergem como figuras secundárias.

### 3.3 Considerações finais

A experiência do desaparecimento conforma a subjetividade dos seus familiares, por isso o sofrimento individual é vivenciado e produzido socialmente como um fenômeno contínuo no tempo, por meio da família e do tempo. Diante da indiferença com que esse sofrimento é tratado nos encontros entre funcionários e clientes (Herzfeld, 2016), sobretudo quando reportamos às representações sobre o controle estatal no que tange às clivagens de classe social, percebemos que o sofrimento individual e coletivo é produzido por um problema político complexo ou por “políticas e economias” da vida (Fassin, 2000).

A busca ao desaparecido emerge nas narrativas dessas mães como o desvelamento de uma verdade sobre o desaparecido, no qual se remonta o passado por meio dos detalhes inerentes ao próprio exercício da maternidade e das suas implicações para a compreensão sobre o filho. É dessa verdade da busca pessoal e do conhecimento sobre o desfecho de outros casos que parecem depender, quiçá, o encontro do filho desaparecido. Na busca pela verdade, a religiosidade ocupa um lugar importante na subjetivação da experiência do desaparecimento e na constituição de um regime de verdade sobre o mesmo, como fica evidente na relação entre militância e “missão”.

Embora as narrativas das três mães militantes apresentadas se aproximem no que tange ao drama e sofrimento decorrentes do desaparecimento de seus filhos, percebemos que as diferenças de classe ficam muito marcadas na repercussão do caso e na investigação tanto por parte do Estado quanto pela investigação privada. Enquanto Ivanise e Vera eram julgadas pelo desaparecimento das filhas, Arlete contou com todo o aparato da polícia - levando em consideração as especificidades de cada estado - e pôde fazer uso de serviços privados. Arlete tinha recursos para coletar provas, bem como uma rede de contatos para mobilizar, seu capital cultural pôde ser revertido para a militância e para a política e teve como consequência a criação de um movimento estadual, dois mandatos políticos, a criação de uma delegacia especializada e a aprovação de leis para a proteção de crianças desaparecidas.

As narrativas sobre os encontros burocráticos tematizam o desleixo no armazenamento de documentos, a indiferença sobre os casos, acusações e desconfiança sobre as motivações dos funcionários públicos no desempenho de suas funções, o que corrobora a construção simbólica da racionalidade burocrática que reforça “estereótipos” como uma realidade objetiva, apelando “às convenções da autorrepresentação coletiva” (Herzfeld, 2016, p. 74).

Podemos traçar um paralelo com os rumores ou as acusações de bruxaria que, segundo Stewart e Strathern (2008), envolvem não apenas uma atitude cognitiva, não se tratam de irracionalidades, mas produzem uma lógica que orienta a percepção. Mas eles também revelam uma dimensão social, na medida em que refletem e configuram as relações étnicas ou de classe, as ideias de inclusão e exclusão, as relações de exploração e dominação, são uma forma de crítica social.

O que está colocado como acusação é a potencialidade que essa série de eventos faça sentido. Podemos tentar entender qual é o recado por trás dessa potencialidade, sem generalizar para além da etnografia. Família seria um projeto de autonomia e frear esse investimento é o mesmo que destituir de poder as relações vividas de maneira autônoma. Em contextos de desigualdade, o temor, a acusação sobre os de cima diz muito sobre as relações de poder. Nos casos analisados, ocorre a denúncia de que as relações familiares possam ser medidas pelo dinheiro a ponto de poder desfazê-las<sup>94</sup>, um dos espaços de autonomia para o exercício de si e de não assujeitamento aos mecanismos sociais de funcionamento do poder.

---

<sup>94</sup> Fonseca (2013) sugere que as leis sobre a confidencialidade nos processos de adoção levam em conta apenas o interesse dos pais adotivos. Ao afastar os temores acerca da exploração comercial das crianças, as medidas legais objetivam reduzir o papel contaminador do dinheiro nas transações diretas entre pais biológicos e adotivos, mas também impedem outras formas de participação e relacionamento entre pais adotantes e filhos adotados com a família biológica.

**PARTE III:**  
**MEDIADORES**

## **CAPÍTULO IV**

### **RUMORES DO CASO JOÃO RAFAEL**

Neste capítulo, analiso a produtividade das narrativas de um caso de desaparecimento de uma criança, João Rafael Kovalski, ocorrido em agosto de 2013, na cidade de Adrianópolis, no estado do Paraná. Para tanto, utilizo como referência o histórico de um grupo formado em uma rede social na internet denominada de “Todos Juntos por João Rafael Kovalski”. Acompanhei as ações de mobilização nesse grupo e seus efeitos, a entrada de novos personagens e os conflitos que deram origem a outros grupos. Além de postagens dos usuários, também utilizarei as reportagens e vídeos publicados por eles sobre o caso. Depois, contextualizo alguns desses personagens a partir de entrevistas realizadas em 2014 e em 2015.

O Caso João Rafael revela as distintas formas de se fazer o Estado a partir das suas margens, na confluência da reflexão teórica proposta por Das e Poole (2008). As autoras argumentam que a existência de uma dimensão administrativa do Estado nos leva a conceber os seus agentes a partir de uma abstração racionalista e “moderna”, seja para criar o ideal ou subvertê-lo.

Entretanto, podemos mudar o foco para os sujeitos que compõem esse Estado e que produzem novos sentidos e expectativas sobre o mesmo, tanto a partir de suas demandas, quanto suas práticas de legibilidade. Essas distintas formas de regulação emergem em sua legitimidade a partir de outros vínculos com a realidade social que concorrem com as funções do Estado, estendendo-o e transformando-o. Dado o caráter indeterminado e móvel do Estado, as autoras falam de uma “pluralização das autoridades reguladoras” (Das e Poole, 2008, p.23).

A discussão sobre as margens do Estado propõe uma mudança na maneira como ele é produzido, mas também de como ele é construído

metodologicamente na valorização do cotidiano pelo trabalho antropológico. A produção de indícios e rumores é constitutiva da especulação sobre a localização de pessoas desaparecidos, sendo que o engajamento na interpretação produz e transforma a realidade, uma vez que este engajamento também pode modificar seus possíveis desdobramentos. Cada caso de desaparecimento engendra novos atores que buscam desenvolver expertises sobre o mesmo, desde a memória familiar e social até a investigação propriamente dita. O modo como a produção de verdades atua desenhando cenários a partir desse imaginário concorre para a mobilização de distintas formas de governo destes casos.

Cabe destacar que todas as hipóteses sobre o caso e sobre os protagonistas das buscas e da mobilização fazem sentido em seus próprios cenários. Há, portanto, uma limitação no estabelecimento de uma narrativa unívoca sobre o caso, por isso considero não a veracidade, mas sim questiono cada uma dessas hipóteses a partir da contextualização dos lugares que esses sujeitos ocupam, explorando a produtividade dessas supostas contradições.

O problema social do desaparecimento é mobilizado a partir da construção de sensibilidades familiares, que fazem o Estado a partir do acionamento de suas funções administrativas como políticas de identificação (cadastro nacional, banco de perfis genéticos, progressão de idade, etc.) e de busca. As buscas também são realizadas pelas famílias, com seus recursos, com seus meios científicos, religiosos, investigativos, etc. e a partir de seus saberes, que por vezes concorrem com os saberes institucionais. É a partir destas práticas de governo que o problema do desaparecimento é gerido.

Argumento que a busca no caso João Rafael é também um modo de governo sobre todos os possíveis desaparecimentos de crianças, por meio da generalização de uma denúncia pública (Boltanski, 1993). Por isso a busca, mais do que um saber é uma política e uma estratégia de governo sobre o caso João Rafael, explicitando aquilo que Foucault (2008) chama de continuidade ascendente entre as formas de governo e o poder do Estado.

Questiono quais as táticas de governo tornaram o caso João Rafael uma problemática (Foucault, 1984). Analiso todos esses processos arbitrários que envolveram o problema político da busca ao menino João Rafael, que se tornou também uma preocupação moral com filhos, sobre o que significar ter

um filho, ter uma família, ser uma mãe e um pai. Argumento que a busca ao menino João Rafael é produtiva na medida em que a incerteza de seus indícios coloca em jogo ansiedades, representações e imaginários que entram em um embate com saberes constituídos. Isso não significa, de modo algum, menosprezar o sofrimento ou negar a existência de uma ruptura no cotidiano de uma família<sup>95</sup>, mas permite compreender que o que se diz sobre o desaparecido tem muito mais a ver com as formas de governo do desaparecimento.

#### 4.1 Adrianópolis

Adrianópolis possui mais de 6.000 habitantes. A cidade é cortada pelo rio Ribeira e faz divisa, há aproximadamente um (1) km de distância, com a cidade de Ribeira, no estado de São Paulo. A cidade fica há aproximadamente noventa quilômetros de Curitiba. O trajeto de Curitiba a Adrianópolis de ônibus é bastante tortuoso, com uma duração de aproximadamente três horas. Apenas um ônibus ao dia sai de Curitiba em direção a Adrianópolis e dois ônibus fazem o sentido inverso. A estrada, apesar de asfaltada, é bastante estreita e com curvas do início ao fim do percurso, além de grandes subidas e descidas. O caminho é cercado de muita vegetação e bastante montanhoso, o que torna a viagem ainda mais longa, uma vez que a velocidade em muitos pontos é de 40 km e com raros pontos de ultrapassagem.

O relevo montanhoso é composto em grande parte de plantações de *pinus*, nos quais é possível produzir a madeira e aproveitar a resina para a produção de borracha. A agricultura não é muito favorável em decorrência do terreno montanhoso. O município possui minas para a extração de metais, motivo pelo qual apresenta também muitas estradas alternativas abertas. Destacam-se atualmente as minas para a extração de rochas visando a fabricação de cimento, a qual é realizada por uma grande fábrica que se instalou na cidade há mais de um ano. É possível ver durante todo o dia,

---

<sup>95</sup> Isso também não significa desconsiderar qualquer hipótese sobre o caso.

ininterruptamente, caminhões cheios de rochas sendo transportadas pela cidade.

João Rafael Kovalski desapareceu enquanto brincava no quintal de sua casa, entre as 10:30h e 11:00h do dia 24 de agosto de 2013, cinco dias antes de completar dois anos de idade. Na divulgação do caso consta o desespero da mãe, a preocupação com o problema de coração do menino e o comportamento da irmã gêmea, Poliana, que frequentemente pergunta e procura pela casa. Todos esses elementos, da configuração espacial da cidade à ruptura deixada no seio familiar entram na composição das narrativas sobre o desaparecimento do menino João Rafael.

#### 4.2 O movimento “Todos Juntos por João Rafael Kovalski”

Nesta seção, apresento uma análise da comunidade ou, como também se intitulou, o movimento “Todos Juntos por João Rafael Kovalski”, criada em 22 de outubro de 2013 e administrada inicialmente por familiares dos pais de João Rafael e depois por Amanda Boldeke, também administradora do site “Desaparecidos do Brasil”. Além da tônica da participação das pessoas na comunidade, apresentarei seus efeitos, como a produção de programas de televisão que tematizam a mobilização nas redes sociais, os eventos propostos pelo grupo, sobretudo em capitais do Brasil, e os programas locais e nacionais sobre os elementos que compõem o caso João Rafael.

Ao atentar sobre o efeito dessa mobilização na repercussão do caso João Rafael, apresento como a produção de rumores sobre o caso passam a criar uma realidade que estabelece relações de continuidade entre diferentes acontecimentos. Trazendo a discussão proposta por Veena Das<sup>96</sup> (2008b),

---

<sup>96</sup> Das questiona como acontecimentos violentos contra a comunidade dos sijs na Índia puderam ser desencadeados através de rumores após o assassinato de Indira Gandhi, em outubro de 1984 e como essa violência pôde se converter em nome de uma vingança da comunidade hindu, a partir de um processo de inversão no qual os agressores puderam se identificar como vítimas. Essa crise foi marcada por um pânico que impediu a comunicação e animou a memória social por meio de relatos incompletos e da aparição de um rumor de pânico, baseado em imagens sem um autor identificável, mas que remetiam aos discursos da militância.

destaco alguns elementos presentes no rumor: os acontecimentos produzidos pelos rumores são orientados – seletivamente- pelo passado e por fatores locais<sup>97</sup>; a dificuldade de identificação de seus autores e o seu poder de persuasão e de integração. Para Veena Das, a força dos rumores se baseia na incerteza de acontecimentos políticos que mexem com a estabilidade da vida cotidiana, como uma coletividade em perigo ou uma realidade irreconhecível:

La fuerza perlocucionaria del rumor muestra lo fragil que puede ser el mundo que habitamos. Lo virtual es siempre mas incluyente que lo real y, por ello, muestra que las imagenes de desconfianza que pueden haberse experimentado solo en la esfera de lo virtual pueden acabar tomando una forma volatil, donde el orden social se ve amenazado por un acontecimiento critico, y con ello se transforma el mundo de manera tal que lo peor no solo resulta algo posible, sino probable.” (Das, 2008b, p.140)

Mas os rumores não são apenas maneiras de ver o mundo, mas também implicam formas de ação<sup>98</sup>. Para Stewart e Strathern (2008) os rumores se assentam nas redes de comunicação informais que são passíveis de afrontar as antigas e instituir novas relações de poder. Os autores argumentam que os rumores não podem ser comprovados facilmente, devido a sua ambiguidade interpretativa.

Os comentários na rede social buscavam dar força à família, sobretudo a partir da linguagem religiosa e demonstravam indignação sobre a resolução do caso. O grupo muitas vezes propôs momentos de oração como forma de ajuda à família e produziu alguns vídeos com fotos, mensagens, músicas religiosas e depoimentos dos pais de João Rafael. Sua principal ação é o compartilhamento das mensagens sobre o caso, que aparecem sempre com fotos e dados do menino João Rafael Kovalski e telefones para denúncias. O grupo sempre cobra de seus participantes o máximo de compartilhamentos e curtidas, sendo que no início de 2015 a comunidade já havia atingido mais de 300 mil curtidas (fig. 1).

---

<sup>97</sup> Veena Das toma como referência o conceito de Henri Bergson de “rotação” e “tradução”, no qual certos aspectos do passado retornam ao presente, orientando-o, mas que a memória é despertada em ações que dependem de fatores locais.

<sup>98</sup> Schuch, Patrice (comunicação pessoal). Entre fatos e rumores: a produção performativa de direitos. Mesa Redonda 12: Direitos humanos: tecnologias de poder, espaços de diversidade. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal-RN, 2014.



Figura 10: página da Comunidade “Todos Juntos por João Rafael Kovalski”. Acesso em 11/01/2015.

Entre as principais atividades do grupo destaca-se a proposição de campanhas através de mensagens pelo Facebook a pessoas e instituições influentes como artistas, jornalistas e políticos. Entre as ações solicitadas nestas mensagens estão as reportagens a emissoras de televisão e jornalistas, que podem também ser reforçadas pelo contato telefônico. Às pessoas famosas o grupo solicitava a utilização de sua imagem para dar visibilidade ao caso e, aos políticos, cobravam ações efetivas no terreno da investigação. Em alguns períodos do ano o grupo propôs manifestações de divulgação do caso com panfletos, cartazes, camisetas e outros materiais com fotos do menino João e de outros desaparecidos em eventos públicos de grande circulação de pessoas em capitais do Brasil, sob responsabilidade dos membros do grupo que moram nestas cidades. Entre as mensagens desses atos está a estatística de que 200.000 pessoas desaparecem todo ano no Brasil, e de que entre estas, 40.000 são crianças.

Nos cartazes que circulam pela internet, as informações são traduzidas para várias línguas. Várias reportagens foram feitas através dessa mobilização, em emissoras locais e programas nacionais como o “Fantástico” e o “Mais Você”, da Rede Globo e “Repórter Record Investigação”, da Rede Record. Como exemplo dessas ações de divulgação no Facebook havia uma campanha para postar uma foto segurando o cartaz com a frase “Cadê o João

Rafael” ou “Eu não mereço ter o meu filho raptado”, a troca da foto do perfil por uma foto do João Rafael, a promoção de um “tuitaço” e uma campanha para arrecadar fundos para as despesas com viagens, ligações telefônicas e materiais de divulgação.

Em relação à arrecadação, algumas contas bancárias foram abertas para arcar com os custos de Lorena, mãe de João Rafael, mas em novembro de 2013 a campanha começa a ser divulgada diretamente pelo perfil dela, já que quem administra o grupo alega que estaria sofrendo com a desconfiança de algumas pessoas. Em outra nota a administradora alega que a conta só teria sido criada pela insistência das pessoas em ajudar financeiramente.

Através desse meio também foi realizada uma campanha para arrecadar R\$ 60 mil para a contratação de um detetive particular, Carlos<sup>99</sup>, famoso no Paraná por sua atuação em casos de desaparecimento. Essa arrecadação alcançou o valor necessário e gerou descontentamento de alguns membros que solicitavam uma prestação de contas sobre o dinheiro investido. Esse descontentamento deu origem à comunidade fechada “Todos contra a falta de explicações das doações feitas ao grupo de João Rafael”, com 288 membros no início de 2015. Além disso, a arrecadação também gerou acusações de que os pais, além de ganharem dinheiro com o desaparecimento do filho poderiam ser culpados pelo mesmo.

Entre as principais chamadas das campanhas podemos ver as fotos sorridentes do menino João Rafael sozinho, com a irmã gêmea ou com os pais. Essas imagens do menino branco, de olhos azuis e cabelos encaracolados contrastam com as imagens atuais da mãe e do pai abatidos e aos prantos (figuras 11 e 12). Entre as frases que aparecem nessas montagens estão aquelas que tratam da ruptura de um tempo de felicidade, as que buscam colocar o espectador no lugar da família, dos pais e da irmã gêmea (“poderia ser o seu filho”, “a menina acorda pedindo por ele, procura-o pela casa”) ou as que falam em nome da criança (“que saudade da mamãe”, “me ajuda a voltar para a mamãe? ”).

---

<sup>99</sup> Nome fictício. Carlos também será um dos personagens do capítulo V.

**CRIANÇA DESAPARECIDA, AJUDE A COMPARTILHAR (FACEBOOK, TWITTER, INSTAGRAM, ORKUT, JORNAIS)**  
**FAMÍLIA DESESPERADA E DESESTRUTURADA.**



  
**DENUNCIAS**

Obrigada por compartilhar!!!

Figura 11: montagem de fotos de divulgação feita pela comunidade "Todos Juntos por João Rafael Kovalski". Acesso em 25/01/2015.



Figura 12: Montagem de fotos de divulgação feita pela comunidade "Todos Juntos por João Rafael Kovalski". Acesso em 25/01/2015.

Boltanski (1993) analisa representações culturais veiculadas por imagens associadas ao sofrimento, o que ele chama de “sofrimento à distância”. O autor descreve a piedade moderna como uma abstração do sofrimento, que coloca à distância o sofredor e aqueles que se ocupam do seu sofrimento. A legitimidade da política da questão humanitária moderna reside na distância em relação ao sofrimento real, pois permite que este possa ser generalizado ou universalizado. O espectador experimenta o sofrimento a partir da interiorização e do engajamento emocional, através de processos que dessingularizam os casos particulares, legitimando-os como convenções públicas.

A formação de um espaço público demanda um observador desengajado, imparcial, desprendido, desvinculado das relações locais. É através da imaginação que o espectador constrói a representação da experiência dos sofredores e o sofredor se imagina como espectador e ambos se igualam, por meio de um exercício afetivo, emocional e, ao mesmo tempo, cognitivo<sup>100</sup>. A definição de esfera pública pressupõe a constituição de laços entre indivíduos sem quaisquer relações preexistentes em torno de causas, de um ideal de uma objetividade “aperspectiva”. O autor argumenta que a instituição de um espaço público a partir do sofrimento se dá através da “denúncia”, do “sentimento” e da “estetização”.

O caso João Rafael foi construído pela mobilização nas redes sociais e pelos meios de comunicação através de uma série de hipóteses que foram se transformando ao longo do tempo. Atento para o fato de que todas essas hipóteses não são trazidas necessariamente a partir de evidências ou indícios concretos, mas que são produtivos na afirmação de moralidades. Não estabeleço uma separação entre as postagens do grupo e as reportagens do caso, por entender que a construção do caso passa por essas distintas formas de denúncia pública. Argumento que cada uma das hipóteses da busca se

---

<sup>100</sup> A política da piedade se instaura por meio do distanciamento entre sofredores e os que observam o sofrimento e o espetáculo do sofrimento, no qual os últimos observam os primeiros, ao contrário da compaixão, que depende da relação de contato entre os que sofrem e os que não sofrem e se dirige ao local e ao singular. A política da piedade depende da generalização, sem, contudo, perder a referência ao sofrimento efetivo, de casos particulares e singulares que evocam e criam uma comunidade imaginada.

constituem como táticas de governo do caso João Rafael e são constitutivas de alianças e oposições entre indivíduos, saberes e instituições.

### 4.3 João Rafael caiu no rio

A primeira hipótese a ser considerada no caso foi a de que o menino João Rafael tivesse caído no rio Ribeira, que fica muito próximo à residência da família. Esse foi o principal ponto de divergência entre o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas- SICRIDE do Paraná e a família de João Rafael. Embora o SICRIDE oficialmente não descartasse nenhuma hipótese sobre o caso, há uma ruptura da família com o SICRIDE e, por indicação dos membros do grupo na rede social, a entrada de um investigador particular três meses depois do desaparecimento.

Passados 28 dias do desaparecimento de João Rafael, sua mãe, Lorena, que trabalha na área da assistência social da Prefeitura, e o pai, Lucas, segurança de uma empresa de cimento, aparecem no programa “Tribuna da Massa<sup>101</sup>”, afiliada ao SBT, junto com o capitão Daniel, do Corpo de Bombeiros. O capitão disse que é “muito pouco provável” que a criança tenha caído no rio, em decorrência da dificuldade em passar pela cerca da casa da família e que as buscas foram feitas em um período favorável, com o rio baixo e limpo. Daniel acrescenta que se o corpo não estivesse enroscado no fundo do rio ele submerjeria. O apresentador Paulo Roberto Galo solicita ao câmera para focar no rosto da mãe, enquanto uma música de suspense toca ao fundo:

*Apresentador:* Mãe, eu não tô lhe explorando [...] Se, mãe, o seu filho João Rafael estivesse enroscado, o corpinho dele não iria aparecer na superfície, ouvindo essa explicação do capitão [as imagens que aparecem são de João brincando no quintal de casa] o coração de mãe diz o que nesse momento?” *Lorena:* “tá vivo, eu conheço bem o rio lá, eu moro 32 anos lá, ele [o capitão Daniel] viu como que é, é muito baixo [...] ele [João] é pititiquinho [pequeno], não teria como.

---

<sup>101</sup> Tribuna da Massa Curitiba - Onde está João Rafael? Rede Massa. 7'20". Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=qWVMa917NMs>>. Acesso em janeiro de 2015.

O apresentador fala das imagens do menino: “que criança linda” e a mãe começa a chorar [ao fundo uma música triste]. “Não há quem não se emocione, senhoras e senhores”, disse o apresentador, enquanto a mãe chora ainda mais. “Eu não queria provocar as lágrimas da mãe, mas o que provocou as lágrimas na mãe não é a pergunta [do apresentador], mas a lembrança que vem nas fotos”. E aumentando o tom da voz, o apresentador continua: “A mãe quer o João Rafael de volta, a mãe quer o João Rafael, atenção autoridades desse país, atenção Paraná, atenção governador, atenção secretário de segurança, por favor, a mãe diz que o filho está vivo”. A palavra retorna ao capitão Daniel, que reforça que pelo peso da criança, dificilmente ela teria esroscado no fundo do rio.

Todas as hipóteses consideradas pela família irão ser tema de matérias e reportagens locais e nacionais. Apesar da recomendação para que as pessoas façam denúncias diretamente à Polícia Civil do Paraná ou à Polícia Federal, as hipóteses sobre o caso são instigadas por denúncias na rede social.

Em novembro de 2013, uma reportagem da “Gazeta do Povo<sup>102</sup>” informa que o fio de cabelo encontrado no boné que estava no rio e que seria igual ao boné do menino (de um sindicato local) não pôde ter o DNA extraído uma vez que o bulbo capilar não estava intacto e que este não poderia contar como prova.

O jornal divulga uma informação da delegada do SICRIDE de que aproximadamente mil denúncias de todos os estados e do exterior já haviam sido feitas, “mas quase todas sem fundamento” e “vagas”, o que acabaria dificultando a investigação. A delegada Araci solicita que as informações sejam checadas e que, se possível, com fotos da criança. Araci disse que as redes sociais são importantes para a divulgação, mas que existiam muitas fotos do João na internet com traços físicos muito diferentes. A delegada completa que todas as hipóteses estavam sendo consideradas, que os bombeiros já descartaram a possibilidade do menino ter caído no rio, mas que a hipótese do afogamento não é impossível. O jornal lembrou que no início de novembro uma

---

102 NEVES, Rafael. “Fio de cabelo achado em boné de João Rafael é descartado como pista”. *Gazeta do Povo*. 08/11/2013. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1423842>>. Acesso em janeiro de 2015.

criança parecida havia sido vista em Pelotas-RS em um shopping com uma mulher que a criança chamava pelo nome (e não como “mãe”) e que solicitava a permissão dela para brincar. Esta pista foi descartada.

Em dezembro de 2013, uma nota escrita pela irmã de Lorena, intitulada “Agora temos certeza, o João está vivo” conta em tom esperançoso que a sua mãe (avó de João Rafael), a última pessoa a ver o João, foi a uma clínica para fazer hipnose e “regredir” ao dia do desaparecimento:

Lá ela conseguiu rever sua memória e lembrou-se que João realmente atravessou o pequeno portão que divide os dois quintais e minha mãe se recorda claramente que o João estava com o boné na cabeça, segurando as grades do portãozinho, olhando com uma carinha marota com vontade de atravessar o portão. Vocês podem perguntar o que de novo tem nisso? A questão é que minha mãe antes ficou imaginando que ele havia mesmo passado pelo portão indo para a casa de Lorena Cristina e que deu a volta pelo jardim e foi até o rio. MAS AGORA NÃO, ela a avó que teve a última olhadela no neto TEM CERTEZA QUE ELE ESTÁ VIVO, E QUE ELE FOI MESMO RAPTADO! ELE ESTÁ VIVO. A nossa mente nos prega peças e a minha mãe em meio a tanta falação, até chegou a duvidar de sua própria memória, mas depois da hipnose ela recuperou sua confiança e um pouco de paz em seu coração.

Esse momento do caso é fundamental para entender a construção da mobilização, pois todas as próximas hipóteses do caso passam a ocultar a possibilidade do menino ter ido em direção ao rio, considerando apenas que se o menino tivesse caído no rio, ele deveria ter passado pela frente do terreno, que tem uma cerca alta e uma descida muito íngreme e com muitas rochas antes de chegar ao rio. Algumas reportagens e um vídeo produzido pela mãe e uma voluntária refazem todo o trajeto até chegar ao rio, demonstrando as dificuldades que o menino teria em erguer uma cerca, descer em um terreno muito íngreme e com rochas e depois andar até o rio. É a partir dessa constatação que as hipóteses irão se concentrar no rapto como um ponto de partida para o caso, colocando o destino da criança como aquilo que estaria aberto à interpretação.

Lacerda (2015), ao tratar da construção do “caso dos meninos emasculados” de Altamira, no Pará, demonstra como ele emerge como singular pelo seu caráter extraordinário e ao mesmo tempo abrange uma variedade de situações similares. A constituição das vítimas do caso se dá a partir da

excepcionalidade da “emasculação”, recorte decisivo operado pela polícia e pela justiça, tornando os casos de sequestros ou desaparecimentos menos relevantes. A incorporação das vítimas ao caso se dá por meio de disputas entre distintos atores como a polícia, a justiça e os movimentos sociais.

#### 4.4 João Rafael foi raptado

Constatando-se o rapto como uma questão não controversa, a mobilização alcança maior repercussão, já que seria necessário agir, difundindo cada vez mais a imagem da criança, buscando saber o destino da criança e o autor do rapto. Essas ansiedades são o terreno para o surgimento de uma série de rumores sobre o caso.

Em outubro de 2013, Amanda Boldeke esclarece em sua página que recebeu um “excesso de mensagens” de uma criança que aparece no comercial da Ford (fig. 13) que se parece, mas que não seria João Rafael. A partir do contato com a agência de publicidade, a mesma encaminha um comunicado, postado na página, alegando que a criança é contratada desde 2012 e que todos os documentos da mesma foram verificados.



Figura 13: Comparação entre as imagens da criança do comercial da Ford e de João Rafael Kovalski.

Em novembro, há uma solicitação na rede com um pedido para que os membros parem de postar e compartilhar a foto de outro menino parecido com João Rafael, pois a sua família já havia sido investigada pela polícia que constatou não se tratar de João Rafael. A postagem frisa que o pedido já foi feito várias vezes e que a mãe do menino não consegue nem sair de casa em consequência das acusações e que a própria criança estaria superexposta. Ferreira (2015) demonstra que a circulação de fotos de crianças desaparecidas, mais do que apenas a localização dessas crianças, tem como um de seus efeitos a intervenção institucional sobre as outras famílias das crianças identificadas. Em 2014, uma mulher de 33 anos foi espancada até a morte no Guarujá, litoral de São Paulo, acusada de sequestrar crianças. O boato havia se espalhado através de uma rede social a partir da divulgação de uma foto e um retrato falado. A mulher não só não havia praticado qualquer crime como não constava sequer uma denúncia formal sobre a existência de sequestro de crianças na região<sup>103</sup>.

Também em novembro, o programa “Tribuna da Massa”, afiliada do SBT no Paraná, mostra uma mobilização em Curitiba na qual Lorena não comparece em decorrência da “depressão”. O apresentador cobra uma delegacia especializada mais efetiva, os manifestantes falam naturalmente em rapto e tráfico de crianças. O apresentador alega que o Corpo de Bombeiros já fez o seu trabalho e que a família está cobrando a sequência da investigação. No mesmo dia, o Balanço Geral, da Record de Santos-SP, mostra uma mobilização local pela divulgação do caso com mais de 300 pessoas.

Uma reportagem do SBT mostra uma passeata no dia 25 de novembro, reivindicando o anúncio de imagens de crianças desaparecidas na televisão. Uma mãe comenta: “É a pior coisa do mundo, você ter um filho, você gerar nove meses na barriga e vim uma pessoa mau e tirar o seu filho dessa forma que foi tirada”.

No dia 27 de novembro, uma reportagem sobre o caso aparece no programa “Mais Você<sup>104</sup>”, da Rede Globo. O pai de João Rafael comentou a

---

<sup>103</sup> R7, Rede Record 05/05/2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/mulher-foi-espancada-ate-a-morte-no-guaruja-por-cao-de-boato-na-internet-07052014>>. Acesso em 08/2017.

<sup>104</sup> Programa Mais Você. Todos Juntos por João Rafael Kovalski. 4'46". 27/11/2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=fyaqNAW1fCg>>. Acesso em janeiro de 2015.

informação de um parente que viu um carro preto com placa de Tietê-SP e que solicitou informação a respeito de um desvio que dá acesso à BR 476. A mãe de João Rafael fala, aos prantos:

Eu não vivo mais, acabou o sentido de tudo, porque você espera nove meses um filho [enquanto aparecem fotos dela grávida e com os filhos] com o maior carinho, o maior amor, depois vem alguém e tira, você não sabe onde que tá um pedaço seu, dá uma agonia, uma dor, você não dorme, você não come, todo dia é uma expectativa, todo dia eu levanto e peço a Deus uma notícia, me dê uma luz.

O pai, também aos prantos, completa: “A minha vida acabou depois que ele sumiu”. A reportagem termina com o abraço dos dois e com a declaração da delegada de que nenhuma hipótese era descartada.

A intensa divulgação passa também por atores importantes. Um deles é Raquel<sup>105</sup>, uma estilista brasileira que vive há mais de 20 anos na Holanda. Ela trabalha em colaboração com um programa de grande audiência sobre desaparecidos, que também auxilia adultos que foram adotados no Brasil. Raquel mais tarde seria identificada como a principal divulgadora do caso na Holanda e outros países na Europa, porque, segundo ela, teria muitos contatos na imprensa em decorrência de sua profissão. Essa divulgação fez com que surgissem duas denúncias sobre a possibilidade de João Rafael estar naquele país.

Em de janeiro de 2014, uma nota oficial, escrita por Amanda Boldeke, esclarece que a criança vista na Holanda não era João Rafael. A nota também lembra que a divulgação deve ser feita através das fotos e não com possíveis acusações, pois “Não vamos mostrar aos possíveis raptos que estamos no encalço deles. Isso é perigoso para o João Rafael”. Junto ao comunicado há uma reportagem traduzida do holandês do site do programa da televisão holandesa “Vermist” (“Desaparecido”) sobre as denúncias de que João Rafael teria sido visto na Holanda.

A reportagem argumenta que a polícia brasileira acredita que o menino tenha caído no rio, mas que a mãe não acredita nessa hipótese, em decorrência dos obstáculos para o acesso ao mesmo. Além disso, alega-se

---

<sup>105</sup> Nome fictício.

que o desaparecimento deu origem à página que teria na época 260 mil seguidores. A repercussão midiática teria gerado também a denúncia de que uma criança parecida teria sido vista em um voo saindo de São Paulo com um casal gay e que a criança teria a impressão de ter sido drogada. Ambas as denúncias já haviam sido verificadas.

Amanda informa que a partir da emissão da nota, o deputado federal Fernando Francischini, ex-policia federal, teria enviado um comunicado à Polícia Federal do Paraná. No dia dez de janeiro, a pedido da Polícia Federal, a Interpol comunica que também irá investigar o caso.

Em fevereiro, há uma postagem informando que o caso poderia ser arquivado, mas que em função da pressão popular isso não iria mais acontecer, solicitando ainda que se fizesse pressão junto ao Ministério Público do Paraná. Como complemento à informação, no dia 19 de fevereiro um email da ouvidoria do Ministério Público alega que o caso está sendo acompanhado.

#### 4.5 João Rafael foi raptado: a babá e o empresário

Em 25 de julho, o “Tribuna da Massa<sup>106</sup>” mostra uma reportagem realizada em Adrianópolis com uma testemunha que não aparece e com a voz distorcida afirma: “Já sumiu outras crianças sim, só que as outras mães não têm a mesma coragem que esta mãe tem. De ir, divulgar, correr atrás, de pedir ajuda, muitas se calam por medo né.” O repórter questiona: “Mas por que Adrianópolis?” e responde mostrando que a cidade tem muitas saídas, que se localiza próxima de São Paulo e conta com apenas uma viatura da polícia militar.

O repórter disse que a polícia seguia uma linha de investigação aberta por um detetive particular contratado pela família. A mãe então falou do “tráfico de crianças que está acontecendo no Paraná”. O repórter traz então o depoimento de uma testemunha chave que denuncia uma ex-babá de João

---

<sup>106</sup> Tribuna caso João Rafael Kovalski. 15'25". 28/07/2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LsgGXAWU-E4>>. Acesso em janeiro de 2015.

Rafael, Vivian<sup>107</sup>, que teria vindo de São Paulo e ficado pouco tempo na cidade, indo embora depois do desaparecimento da criança. A babá, segundo a reportagem, poderia ter sido paga por uma quadrilha especializada em tráfico de crianças. A palavra volta ao apresentador:

[música de suspense] Agora, produção, se tem uma mulher que é suspeita, por que não dá para mostrar a foto desta vaca? É vaca sim, para mim é uma vaca, como tô louco e vou ser processado, por essa vaca eu quero até ser processado por ela, porque são fortes os indícios de que esta mulher pode ter tudo a ver com o desaparecimento desse menininho e de outras crianças na cidade de Adrianópolis. Então vejamos: Adrianópolis é uma cidade que está entre montanhas, é uma cidade pequenininha, famílias humildes, simples, de repente aparece uma raposa lá e começam as crianças a desaparecer, dizem inclusive que o João Rafael pode estar em Israel, em Israel (gritando), é! [...] a cidade tem muitos acessos e facilitaria a ação de quadrilhas especializadas em sequestro de crianças [aumenta o volume da música], isso fortalece a hipótese sustentada pela família de que o menininho foi levado, mas onde estaria o pequeno João Rafael, senhoras e senhores?

O repórter então reconstitui o caso, dizendo que a mãe estava limpando a calçada e o avô teria ido comprar pão, refaz o itinerário da criança alegando que a primeira hipótese da polícia seria que os sequestradores teriam usado o rio como rota de fuga ou teriam saído pelo portão da frente rumo à estrada em frente a casa da família. Apesar do portão cadeado, o muro seria muito baixo. A mãe alegou que a criança poderia estar em Israel e depois, com uma música triste mostra o avô chorando. O apresentador continua: “Eu não tenho medo de dizer que esse caso do João Rafael não está sendo investigado [...] eu desafio a polícia a dizer qual é o caminho percorrido e o que ela avançou em relação à investigação”.

O repórter aparece novamente entrevistando Lorena. Ela alega que teme pela vida, pois pessoas “grandes” estariam envolvidas no caso: “Eles destruíram a minha vida, da criança também, santo Deus do céu, é mãe, eles têm filhos também”, completa ela. O repórter disse que ela estaria se referindo à ex-babá. Lorena chorou e disse que conseguiria dinheiro para ter o filho de volta. Depois uma música suave e imagens do menino equilibrando uma tampa de panela na cabeça, tomando banho de banheira com a irmã e a própria irmã

---

<sup>107</sup> Nome fictício.

falando, fechando a reportagem com a imagem desta. O apresentador disse que não poderia mostrar o rosto da ex-babá, por uma “questão jurídica” de uma pessoa que é suspeita. Ele prosseguiu cobrando um maior empenho no combate ao tráfico de crianças no Paraná, mas afirma que não compreende a investigação:

Se tem uma suspeita, se tem a mãe declarando que ela, a babá do João Rafael é a principal suspeita de tudo, quando que a Polícia vai por a mão nessa mulher então? E ela pode, inclusive, nesse momento estar fazendo mais vítimas e o detalhe importante: a mãe do João Rafael disse ao repórter [...] que a babá do João Rafael era uma pessoa muito simples, não tinha bens, e hoje tem carro, boas roupas, tem tudo de bom, isso é, no mínimo, suspeito. Ligação com Israel? É como minha vó sempre disse, olha a fumaça lá, pode ir lá que botaram fogo.

E chegando mais perto da câmera:

Autoridades, o assunto é muito sério e a acusação é grave, de tráfico internacional de crianças no interior do Paraná, diz que já teve no passado sete crianças levadas para Israel ou outros países, ou tem negro grosso envolvido aí! [levantando o tom de voz], ou tem dinheiro rolando nessa parada podre aí!

As duas hipóteses apresentadas sobre o “tráfico” de João Rafael, são trazidas, na reportagem, como hipóteses da polícia. Entretanto, não existe nenhum dado que comprove essas hipóteses, o que leva a pensar que elas ou foram levantadas pela família e pelo detetive particular ou são hipóteses não divulgadas pela polícia, por uma questão de sigilo. Entretanto, se foram levantadas pela polícia, por que o apresentador alegou ter certeza que a polícia não estava fazendo nada? Outro dado novo trazido pela mãe é que o menino poderia estar em Israel<sup>108</sup>, pois nos anos 80 crianças paranaenses teriam sido traficadas para este país.

Alguns dias depois, uma postagem na comunidade “Todos Juntos...” alega que uma foto da ex-babá de João Rafael já estava circulando na internet como “procurada” e que isso não era verdade.

---

<sup>108</sup> Esse é um dos temas que serão analisados no capítulo V.

Uma reportagem do programa “Brasil Urgente<sup>109</sup>”, da TV Bandeirantes, postada em agosto, fala de uma informação do avô paterno, que um conhecido para o qual ele havia trabalhado no passado solicitou uma criança parecida com o João Rafael: “Eu trabalhava para um senhor aí e ele me pedia uma criança parecida com ele, com olhos azuis claro, que fosse de gente conhecida, que fosse de gente assim de família boa, é isso que ele me pedia sempre, por cinco vezes ele me pediu essa criança”.

A nova delegada do SICRIDE pronuncia-se sobre essa suspeita, alegando que tem essa informação, mas que não há nada de concreto, que eles estariam investigando para ver se há algum fundamento ou não. O repórter fala também de uma investigação “extraoficial” de que a ex-babá poderia estar envolvida no caso e que a polícia não confirma a informação. A delegada lara diz:

[Há informações de que] ela teria sido a negociadora, ela que teria raptado essa criança, ela que teria pego essa criança e entregue para outra pessoa, isso também nós estamos investigando, já ouvimos várias pessoas, algumas confirmaram, outras não falam, falam que talvez possa ser, e nós não trabalhamos com talvez né? Nós temos que trabalhar com a verdade e é um caso difícil de se apurar e nós temos que ter cuidado com tudo isso.

Lorena complementa a informação de que se não fosse João Rafael, uma criança muito parecida com ele teria sido raptada, segundo o investigador contratado por ela. Nesta reportagem é possível especular que a hipótese da ex-babá foi levantada não pela polícia, mas sim pelo detetive particular.

Em 15 de agosto, uma reportagem do “Repórter Record Investigação<sup>110</sup>”, da Rede Record, iria cristalizar uma realidade quase definitiva ao caso. Em tom de denúncia e demonstrando o desespero e medo da família, um novo cenário ainda mais preocupante iria se desenhar.

João Rafael estaria nos Estados Unidos, tendo sido levado para uma irmã de um grande empresário local. Ao rapto pela ex-babá, à relação do avô paterno no desaparecimento do neto e aos valores monetários da transação de

---

<sup>109</sup> João Rafael: novas suspeitas podem ajudar a localizar o menino? 5'29". 04/08/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SLMSvX78qOw>>. Acesso em janeiro de 2015.

<sup>110</sup> Reportagem Completa - Caso do menino João Rafael Kovalski. 52'44". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IEXVkGOJc7M>>. Acesso em janeiro de 2015.

tráfico, somou-se um dado mais preocupante: a família estaria sendo ameaçada. Na reportagem, a repórter é abordada com curiosidade por funcionários do empresário, suposto raptor, e a família alega ser vítima de ameaças por telefone. Durante uma das entrevistas, Lorena se vira para o portão da frente, inquieta com o carro que “vigia” sua casa diariamente. O temor da família é tanto com a ameaça de rapto da irmã de João (feita por telefone) que a menina agora passa a ser exposta, para que nada aconteça a ela.

A reportagem mostra o cenário sombrio de insegurança da família e sentimo-nos de mãos atadas diante de tanto sofrimento e fragilidade que uma família simples vivencia diante do poder econômico. Novos depoimentos de testemunhas ocultas fecham os últimos detalhes do caso e ficamos sabendo sobre os atores principais pelo seu nome. Logo iria circular na internet uma montagem (figura 14) com um resumo de todos os indícios do caso, com imagens da reportagem da Record e uma foto escurecida e maléfica da ex-babá.



Figura 14: Montagem com as peças da investigação publicada pelos voluntários na comunidade “Todos Juntos por João Rafael Kovalski”.

Em 18 de agosto, a Câmara Notícias<sup>111</sup>, da Câmara dos Deputados, apresenta uma reportagem na qual o deputado Fernando Francischini (SD-PR) pede providências à Polícia Federal junto à Interpol para solucionar o caso João Rafael, já que haveria uma suspeita de que o menino tivesse sido enviado aos Estados Unidos. Na reportagem afirmou-se que “Sem recursos nem advogados, a mãe, Lorena Kovalski, disse que o filho foi sequestrado por um empresário”. Manifestações estariam sendo marcadas para lembrar um ano do desaparecimento do menino e “cobrar empenho das autoridades nas investigações”. A reportagem citou uma reunião prevista para setembro na Câmara dos Deputados, da Comissão Especial de Repressão ao Tráfico de Pessoas (PL 7370/14) para votar uma proposta de regulação do tema (tráfico de seres humanos) no país.

Em 21 de agosto de 2014, uma publicação de um membro do grupo alega que Lorena não está tendo apoio da Polícia do Paraná e que a delegada (do SICRIDE) quer que a mesma afirme que o filho está morto, demonstrando indignação pela mesma não ter trazido os envolvidos no caso para depor. E ao final, pergunta: “O que está acontecendo? Querem nos calar? Protegem a acusada e nos deixam sem resposta? Queremos nosso menino e não vamos desistir...”.

Em sete de outubro de 2014 a própria Lorena posta a informação de que um novo advogado está ajudando e orientando sua família. O advogado anterior era o filho do detetive particular Carlos e a sua troca marca a ruptura deste com a investigação do caso. Mais tarde, segundo um investigador particular que passou a ajudar no caso, o detetive Carlos teria afirmado na rede social que Lorena teria vendido o seu filho...

O caso João Rafael evidencia aquilo que Veena Das (2008b) vai definir como “rumores” na medida em que, embora se valham de um contexto preexistente - o tráfico de pessoas- eles acabam por selecionar e esquecer alguns elementos devido às ansiedades produzidas. A verdade do caso traduz

---

<sup>111</sup> CÂMARA NOTÍCIAS. Deputado quer intervenção da Interpol no caso do desaparecimento de João Rafael. 18/08/2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/ULTIMAS-NOTICIAS/473072-DEPUTADO-QUER-INTERVENCAO-DA-INTERPOL-NO-CASO-DO-DESAPARECIMENTO-DE-JOAO-RAFAEL.html>>. Acesso em janeiro de 2015.

o temor pelo rapto de crianças e de quadrilhas especializadas, corroborado pelos casos ocorridos nos anos 80, terreno sobre o qual um rumor se torna um indício, como na possibilidade de João Rafael estar em Israel ou também em transformá-lo em um acontecimento do passado, como o depoimento sobre crianças que já teriam sido sequestradas na cidade.

Um dos elementos que enquadram esses rumores é o fato do menino ter as características desejadas por esse comércio de crianças. Os rumores vão consolidando certezas e apagando elementos indesejados e ao final temos uma imagem que se cristaliza na consciência pública que incita à ação. Os rumores se desenvolvem nas margens do Estado na medida em que não há o reconhecimento oficial destes e os meios dessa denúncia podem mesmo ser ilegais, uma vez que a ação coletiva de avaliação dos envolvidos não leva em conta suas prerrogativas legais.

Para Stewart e Strathern (2008), os rumores dependem de contextos ideológicos e históricos propensos a aceitá-los, pois eles se adaptam aos temores e predisposição das pessoas e suas condições emocionais. Ao mobilizar a opinião pública, os rumores apelam para as predileções e sensibilidades das pessoas, produzindo as bases para sua verificação. Ou seja, o que está em jogo na mobilização é uma ação moral sobre o mundo no qual se reafirmam valores fundamentais.

A reflexividade na comunicação do sofrimento se dá a partir de um estilo emotivo, uma relação com um critério de verdade, de uma afirmação, não de uma opinião, mas de uma afirmação por meio de termos avaliativos e emotivos, que implicam julgamento sobre o sofrimento testemunhado. A imaginação deve ser nutrida pela relação entre a realidade do universo primário e um universo da narrativa, da coordenação e simetria entre esses universos. A partir de sensibilidades comuns são produzidos acordos pré-reflexivos entre pessoas que compartilham valores éticos ou reações e os projetam em um espaço público. Os rumores nascem desse terreno de incertezas nutridos pela realidade (Stewart; Strathern, 2008).

A busca ao menino João Rafael é utilizada como uma reafirmação de formas de governo sobre a infância. Ao mesmo tempo em que constituem uma comunidade, reafirma-se ansiedades diante da possibilidade do rapto de crianças, demonstrando sua forte oposição e denúncia àqueles que se valem

do poder econômico para literalmente “comprar” pessoas humildes. Os rumores são também a arma dos despossuídos contra os poderosos e vice-versa, uma vez que a imaginação moral se nutre das estruturas locais de poder, como a classe ou a etnicidade (Stewart; Strathern, 2008).

#### 4.6 Indícios de um caso

Ginzburg (1989) faz referência ao surgimento, ao final do Século XIX, do que ele denomina de um “paradigma indiciário” que tem suas bases na semiótica, mas que remonta à decifração do tipo venatória ou divinatória ligadas à decifração de pistas. Esse paradigma influenciou o surgimento de várias disciplinas como as ciências humanas, mas se contrapunha ao modelo matemático galileano e tomava a parte pelo todo e o efeito pela causa. O paradigma pressupunha a possibilidade de, a partir de casos individuais, remontar uma realidade complexa que não poderia ser diretamente experimentável: “Quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos” (Ginzburg, 1989, p.169).

Esse paradigma se desenvolve com a medicina, literatura e com o trabalho do médico Moreli, de Freud e de autores ficcionais como Conan Doyle. Mas o paradigma se estabelece no século XIX, com os grandes sistemas de identificação, aliados à necessidade de controle pelo Estado da sua população, sobretudo na Europa. A tendência à criminalização da luta de classes, que veio acompanhada de um sistema carcerário, gerou o problema da identificação dos reincidentes, solucionada pelo registro policial e pelo método das impressões digitais.

O caso João Rafael pode ser “resolvido” por diferentes caminhos interpretativos. Para tanto, várias hipóteses e realidades são construídas e exploradas através dos indícios disponíveis. Entretanto, não se trata de uma ciência matemática: apesar de excludentes, todas essas realidades são possíveis e cada nova evidência pode desfazer a realidade anterior.

Para contrastar com o ponto de vista do SICRIDE, apresento outra forma de leitura sobre os indícios. Em uma entrevista em um canal no “Youtube”, em novembro de 2014, o detetive particular destaca o que considera “a verdade”,

título que ele dá ao vídeo em seu site, sobre o caso João Rafael. Carlos foi entrevistado por um jornalista da revista “Detetive Alerta Total”, que é do próprio Carlos.

Carlos disse que a linha de investigação seguida pelo SICRIDE teria sido a de que o menino teria caído no rio, o que ele acha difícil dado que o acesso ao mesmo passa por um terreno com muitas rochas. Os cães farejadores do BOPE, que fazem um “farejamento preciso”, não foram em direção ao rio, mas saíram pelo portão da frente e atravessaram a rua e perderam o faro (quando o animal levanta a cabeça e fica procurando no ar) quando chegaram em frente a casa de um familiar de Lorena.

Investigando esse familiar, Carlos disse que descobriu o seu envolvimento com o tráfico de drogas, que ela seria “usuária” e que esteve presa. Além disso, ela seria muito amiga da ex-babá de João Rafael, que também teria envolvimento com drogas em São Paulo. Carlos fez amizade com a irmã dessa familiar, que também desconfiava da irmã em função da relação suspeita com Vivian. Essa irmã também teria ouvido Vivian mencionar que um empresário gaúcho, dono de uma mineradora na cidade, daria qualquer valor por um menino, pois ele queria doar a um familiar. Carlos comentou que a babá, apesar de não cuidar mais de João, vinha muitas vezes a casa da família e o levava para passear, mas não fazia o mesmo com a menina Poliana, sua irmã gêmea.

O próprio avô paterno de João havia falado sobre a abordagem do empresário que queria uma criança com as características de João e ele confirmou essa informação ao SICRIDE. Carlos disse então que o próprio avô havia estado com o neto no dia do desaparecimento e que teria deixado o portão aberto quando saiu. No mesmo horário do desaparecimento o empresário havia ligado para o avô em sua casa, ao que Carlos complementa: “esses detalhes foram se somando e formando indícios”.

Depois de muita insistência, a testemunha conversou com Carlos na casa dele. Ela teria confessado então a participação de Vivian no sequestro, que a mesma esteve em sua casa e que “entre uma cerveja e outra” confessou que a criança havia sido sequestrada com a ajuda de mais dois homens, que

saíram com o menino pelo mato até chegar à casa de Vivian. Paula<sup>112</sup> não havia contado à Lorena porque teria ficado com a consciência pesada por não revelar antes a história. Segundo Carlos, a mãe de Paula que estava com câncer e sabia da história teria morrido “de desgosto” com a filha. Paula então concordou em ir ao SICRIDE depor, “patrocinada pelo Interbureau” (do próprio Carlos).

Carlos alegou que houve muita pressão no Facebook de voluntários e até sobre o governador para prender a ex-babá, Vivian. Ele disse que Vivian tem o marido preso pelo latrocínio do ex-patrão dela em São Paulo e que as investigações feitas por ele mostram que ela era cúmplice, pois teria repassado informações sobre os dias de pagamento dos funcionários da empresa. Esse fato novo teria sido repassado à Polícia de São Paulo, mas nenhuma providência teria sido tomada.

Em função da pressão social, segundo Carlos, Vivian foi ouvida pelo SICRIDE, que fez uma acareação com Paula. A amiga teria sido “desmoralizada” e Vivian saiu de lá “dando risada”. A nova delegada teria defendido Vivian, dizendo que era inocente. Carlos queixa-se da nova delegada dizendo que nunca foi recebido por ela e que houve uma grande demora na entrega da cópia do inquérito ao advogado da família (o filho de Carlos).

Carlos disse que a delegada na época, Araci, se empenhava nas investigações e que se mantinha em diálogo e trocando informações com ele, mas que sua substituição teria praticamente “enterrado o caso”. O detetive alegou que no inquérito havia 6.000 páginas com denúncias, mas que não constava nada de efetivo da investigação.

Ao final ele alerta que:

As quadrilhas continuam operando no Paraná há mais de 20 anos e ninguém foi preso por isso, temos só na década de 90, ou melhor de 90 a 93, nós temos mais de 15 desaparecimentos insolúveis e centenas de outros desaparecimentos que o Estado e que o SICRIDE não conseguem solucionar.

---

<sup>112</sup> Nome fictício.

Além disso, Carlos alegou que havia uma confissão, um testemunho e que por muito menos outros delegados já teriam pedido a prisão preventiva, alegando que se tratava de “incompetência, falta de ação”. Ele também argumenta sobre as limitações legais do seu trabalho de detetive, que não pode ir além de obter provas e repassar para a autoridade competente.

Carlos também se queixou da família de João Rafael, pois a mesma publicava todas as informações no Facebook, não mantendo sigilo contratual sobre o que ele confidenciava. Ele completa que se ele fosse o delegado “teria resolvido [o caso] com os pés nas costas”. Carlos disse que em razão da rivalidade da polícia para com ele, isso pode ter suscitado um desinteresse pelo caso, o que não aconteceu na relação com a delegada anterior, complementando que “alguém, por interesses escudos a retirou quando o time estava a ganhar”.

Os rumores nascem na incerteza, temor e perigo e, no seu esforço por encontrar ou criar uma verdade, eles “funcionam como ‘notícias improvisadas’ e conversações em ‘busca da verdade’”. (Stewart; Strathern, 2008, p.166). Os rumores estão em constante construção e denotam um esforço por chegar a um consenso sobre a verdade.

Os limites institucionais colocados na investigação não impediram que o caso se deslocasse em outras direções, mobilizando a opinião pública ou outros representantes do Estado, como a Polícia Federal. Podemos perceber que os indícios mobilizados entre as várias realidades possíveis são igualmente válidos, embora contrastantes. Cabe então perguntar: como essas realidades podem ser tão diferentes se baseadas nos mesmos indícios? Como saber se os indícios não são apenas rumores? (Das, 2008b)

Esses indícios envolvem perícia, formação, mas também certo exercício de imaginação. Ginzburg (1989) adverte que os indícios não podem ser propriamente definidos por uma racionalidade, mas envolvem formas “mudas”, pois se constituem em um saber que não pode ser formalizado ou dito como “faro, golpe de vista, intuição”. Esses cenários também envolvem uma luta política de definição que situam indivíduos em diferentes posições nas táticas de governo do caso.

#### 4.7 Verdade e sigilo

No final de janeiro de 2015 estive em Adrianópolis para conversar pessoalmente com a família de João Rafael. Inicialmente me apresentei com um cartão de visitas. Quando perguntei sobre a recente reportagem da Record, Lorena solicitou que eu desligasse o gravador. Ela explicou que não poderia falar nada sobre o caso especificamente, de acordo com a orientação da Polícia Federal, que segundo ela, continuava na investigação. Nesse intervalo também já havia chegado Lucas, seu marido. Lorena então me pediu licença para ligar para Paulo, suposto policial federal. O marido de Lorena também falou reservadamente. Lorena solicitou então que eu conversasse com ele. Havia certo clima de desconfiança no ar. Eu fiz questão então de falar com o policial que minha preocupação não era saber informações da investigação, mas tentar entender o ponto de vista da família a partir de suas relações. Marcamos um dia para conversar em Curitiba.

Os pais de João Rafael então começaram a me explicar que já haviam comprometido as investigações no início do caso ao divulgarem as informações na imprensa e nas redes sociais e Paulo teria dito que toda vez que a informação era divulgada eles ficavam “mais distantes do João”. A própria Lorena disse que sentia dificuldade em não falar, mas que sentia raiva quando era perguntada e acabava falando demais. Ambos solicitaram que eu me identificasse e que eles pudessem tirar fotos dos documentos e do meu rosto. Eu prontamente ofereci meus documentos em cima da mesa para fotografar. Lucas tirou fotos com o celular e depois tirou também do meu rosto. Segundo ele, essas precauções evitariam o uso do caso por pessoas com outros interesses. No dia posterior, ela me disse que desconfiavam de mim porque, assim como o principal suspeito no caso, eu era do Rio Grande do Sul e poderia ter algum envolvimento com este.

Lorena comentou que antes do desaparecimento de João Rafael ela costumava colocar fotos de seus filhos no Facebook e que isso poderia ter facilitado o desaparecimento do filho. Ela diz que hoje não faz mais isso e completou que sempre alerta às mães que não deixem que seus filhos sejam fotografados por estranhos, pois conhecia histórias de pessoas que tiravam

fotos e ofereciam a compra aos pais, mas também que visitavam escolas e as fotografavam. Lucas disse que essa exposição seria um “catálogo para o crime”.

Lucas comentou que a região tem muitas saídas, em função das estradas abertas para a mineração, sem contar a proximidade com São Paulo, o que torna a cidade mais vulnerável ao crime, como a explosão de caixas eletrônicos em Adrianópolis e Ribeira-SP na semana de minha estadia na cidade.

Chamou minha atenção o fato de Lorena não conhecer nenhum dos voluntários antes do Rafael desaparecer e o fato de a mobilização ter sido realizada por eles, de maneira independente, o que inclui a divulgação do caso. Lorena afirmou que o detetive recebeu 60 mil, dinheiro que teria sido arrecadado por esses voluntários. Ela diz que o mesmo não entregou nenhum retorno do caso a ela, simplesmente saiu divulgando o resultado de suas investigações na rede social. Ela disse que não sabia muito o que fazer e que diante da postura do SICRIDE foi influenciada pelos militantes a contratar o detetive particular, que seria “o melhor do Paraná”.

Lorena também falou da conversa com o secretário de segurança do Paraná, ex-deputado federal, Fernando Francischini, que recentemente alegou que iria criar uma força-tarefa no caso e refazer as buscas na água. Esse dado foi mal interpretado pelo grupo no Facebook, pois eles acreditavam que a polícia deveria partir da última evidência. Lorena disse que pessoalmente o secretário alegou que iria esgotar todas as possibilidades, o que teria a concordância dela, mesmo que o chefe dos bombeiros houvesse dito que a probabilidade dele não estar na água seria de 95%.

Em tom de reflexão, Lorena disse que nunca pensou sobre a direção do movimento, que as coisas foram acontecendo, dando a entender que ela não tinha o controle sobre ele. Ela disse que acredita que “é uma coisa de Deus mesmo”, pois acha que um caso como esse em uma cidade tão pequena com uma repercussão como essas é algo para chamar a atenção das pessoas para o problema, que pode ser uma “missão de Deus”. Lorena contou que muitas pessoas ligavam para ela, muitas vezes chorando. No período que ela teria ficado em São Paulo, em função de ameaças que sofreu, muitas pessoas a reconheceram lá, dada a projeção do caso. Ela disse que no dia do

desaparecimento do João até os Bombeiros ficaram impressionados com o tamanho alvoroço das pessoas, boa parte delas se empenhando na busca no rio. Sintomático disso é que as redes sociais foram se ampliando e se multiplicando, tanto em sua integração quanto em seus conflitos.

No outro dia, depois de participar de um almoço na casa da mãe de Lorena, ela me comentou a respeito de um programa do apresentador Celso Portioli, do SBT, uma espécie de competição entre paranormais, que adivinhavam/interpretavam/intuíam as características de pessoas vivas, mas, sobretudo, sobre crimes que aconteceram em determinados cenários que não conhecem previamente. Ela disse que ficou muito impressionada, alegando que um dos casos era sobre o desaparecimento de uma criança e que o “paranormal” havia descrito fielmente sem ver como eram as roupas dentro de uma caixa, sugerindo à mãe que se desfizesse delas, pois seu filho estaria morto. Instaurou-se então uma polêmica porque a mãe dizia que o filho estava vivo.

Lorena disse que pensou muito em trazer aqueles “paranormais”, mas que achava que em função do programa todo mundo estava solicitando seus serviços e que poderiam ser caros. Eu comentei que nos Estados Unidos as polícias também utilizam dessas pessoas para desvendar casos e ela disse que sabia, tanto que perguntou a um policial federal se ele acreditava, ao que ele teria respondido que era da Igreja Batista e que a bíblia dizia que os mortos não podem voltar. Eu comentei então que eu imaginava que ele iria justificar sua descrença em termos científicos e não religiosos. Ela disse que tem duas irmãs que moram nos EUA e que elas levaram a foto do João para o FBI (Departamento Federal de Investigação) e que, com a ajuda de uma paranormal, disseram que ele havia sido raptado.

A mãe de Lorena disse que uma mulher havia procurado ela, porque o seu filho seria paranormal e sabia indicar o lugar onde o João estava. “Parecia um cachorrinho farejando”, disse ela, ao que Lorena complementa “Me fez passar uma vergonha”, pois ela teria solicitado a presença da polícia que teve que entrar no mato, mas que não achou nada.

Lorena disse que no início não sabia nada das diferenças entre as polícias, mas que foi ligando para todas as delegacias de vários estados próximos, todos os conselhos tutelares, anotando o nome das pessoas e que a

internet também facilitou muito o trabalho, pois uma pessoa ia indicando para a outra. Lorena disse que a primeira comunidade “Todos juntos por João Rafael” teria na época 300 mil seguidores e que havia mais duas comunidades ainda<sup>113</sup>. Lorena recebia fotos de pessoas de todos os lugares que a ajudavam a espalhar cartazes, sem contar os que ela própria distribuiu. Outras pessoas confeccionavam materiais como camisetas, mas ela não aceitava que vendessem. Mais uma vez ela alegou que sempre recomendava que as pessoas não dessem dinheiro, mas que ajudassem na divulgação.

Em outro momento, Lorena se queixava que todos a julgavam, que não poderia rir e brincar, não poderia engordar. Ela disse que no início não quis mais fazer os atos em outras cidades porque se ela fosse em um dos atos e não fosse no outro, eles a questionavam. Então ela resolveu que não iria mais em nenhuma das mobilizações porque senão iria enlouquecer, dizendo: “você viu como é para sair daqui”, pois mesmo que pagassem as passagens dela, Lorena não conseguiria ir porque também tem uma vida, trabalho, outros filhos, etc.

Alguns dias depois, eu fui conhecer Paulo, descrito como o policial federal responsável pela investigação. Chegando ao endereço indicado, deparei-me com um condomínio aparentemente abandonado e sem identificação na fachada. Diante desse cenário e movido pelo clima de desconfiança que presenciei em Adrianópolis, inicialmente tive um pouco de receio em entrar. A parte interna de um dos apartamentos era mais moderna e cuidada que a externa. Entretanto, fiquei sabendo que Paulo não era da Polícia Federal, mas que trabalhava em conjunto com Robson<sup>114</sup>, policial federal que é representante da Interpol no Paraná. A empresa de Paulo trabalha na assessoria de segurança, sobretudo com segurança para executivos e atua na investigação de casos como o do João Rafael gratuitamente<sup>115</sup>. Perguntei

---

<sup>113</sup> No mesmo dia Lorena recebeu uma ligação de Raquel, a já citada brasileira que reside na Holanda. Ela também conversou comigo e se disse muito chateada com o “roubo” da comunidade “Todos Juntos...” por outra administradora, que é a comunidade com mais seguidores. Ela explicou que na época os familiares de Lorena não estavam conseguindo administrar sozinhos a comunidade.

<sup>114</sup> Nome fictício.

<sup>115</sup> Arlete Caramês me disse, dias depois, que conhecia Paulo há muitos anos, que ele atuava em casos de desaparecimento há muito tempo, elogiando-o como uma pessoa séria. Ela também disse que ele estava trabalhando para/com o advogado de Lorena, um famoso advogado do Paraná, que talvez pela projeção do caso tenha aceitado defender gratuitamente Lorena.

sobre os objetivos deles nesses casos, já que não recebem e trabalham com outros voluntários e amigos. Paulo explicou que eles desejam criar ou mostrar uma expertise para que se consolidem como prestadores de serviço público, para serem remunerados pelo Estado.

Paulo disse que tem acesso a todas as informações do caso levantadas pela Polícia Federal. Ele comentou que eles só trabalham em casos de desaparecimentos de crianças, sobretudo tráfico, que seria o terceiro tipo de crime que mais mobiliza recursos financeiros. Paulo disse que o tráfico de crianças envolve a adoção, o trabalho escravo, a prostituição, o tráfico de órgãos e a pedofilia.

Paulo explicou sua visão sobre o lugar das redes sociais no caso como uma necessidade que as pessoas têm de participar, que elas contribuem com ajuda financeira ou não, dizem que vão rezar, passam a ser íntimas, mas depois querem cobrar explicações, saber o que está acontecendo. Paulo disse que mesmo nos casos de segredo de justiça os interessados têm acesso à investigação, mas outras pessoas não. Ele preferia dizer que fazia estudos e pesquisas e não ser visto como detetive particular, em razão do perfil dos detetives no Brasil. Ele disse que pela repercussão do caso João Rafael no Facebook há a impressão de que a investigação estava parada, mas que isso também seria intencional para não despertar a atenção.

Comentei sobre o exemplo de uma amiga de Lorena, do grupo na rede social, que conversou com ela ao telefone e depois repetiu tudo pelo Facebook, dizendo que os acusados, citando os nomes, ainda estavam sendo investigados. Ele disse que essas pessoas até podem ser bem-intencionadas, mas “devem saber que pessoas bem-intencionadas não podem agir dessa forma”, uma vez que se sentem “no direito de fazer cobranças” por apoiarem, rezarem, etc., e se não estão recebendo notícias, viram dissidentes e criam outro grupo. Paulo disse, por exemplo, que identificou nove grupos sobre o João no Facebook.

Paulo disse à família que seria um caso muito difícil e que entrou muito tarde, em outubro de 2014, que muito tempo já havia passado e que seria um caso longo. Paulo disse que sua empresa não queria ser identificada, nem na rede social, nem como investigadores, pois seria importante ficar nos bastidores. Mais tarde ele me falaria da importância de não se envolver

emocionalmente para não atrapalhar o caso, pois “o envolvimento pessoal é perigoso”, por isso ele prefere ser o “antipático, o frio”.

Paulo fez uma distinção entre o trabalho do Estado e o de sua empresa, pois ele teve que providenciar o contato com a Polícia Federal e o atendimento psicológico para Lorena, pois era necessário que ela ficasse mais “centrada” para dar prosseguimento ao caso. Paulo complementa que “se você quer ver a coisa bem-feita, você tem que fazer [...] essa é a diferença entre o Estado e o privado”.

Paulo comentou que o tráfico de crianças pode acontecer por um ato “descuidista”, ou seja, uma pessoa se aproveitar de uma distração para levar a criança, mas que em regra a família é observada às vezes por semanas, por vezes a criança é uma “encomenda”. Segundo ele, é mais fácil encontrar a criança pelo caminho inverso, quando ela procura a família, pois a família vai aumentando, mantém certa localização, um sobrenome em comum, já para encontrar a criança seria uma criança “no mundo todo”.

A busca está em disputa, às vezes através de indícios e às vezes através de rumores. Mesmo que seja importante para a não interferência nas investigações que as pessoas acreditem que as investigações estão paradas, isso acaba aprofundando as ansiedades em relação à resolução do caso e a propagação de rumores sobre o mesmo.

Esses modos de fazer Estado também criam limitações ao controle institucional, não só com relação aos familiares, mas também na própria composição da investigação institucional, como na ação de consultoria da empresa de Paulo.

A política da busca parece repetir em muitos casos a trajetória de familiares que buscam a expertise da investigação para saber o que aconteceu com seus filhos. Seria possível supor que essa política não seria possível em um contexto no qual o Estado tenha um papel definido. Ora, o caso João Rafael surge em um contexto “modelo” – e também uma exceção- no atendimento e investigação a casos de crianças desaparecidas no país, o que não impediu o surgimento de novas formas de mobilização ou táticas de governo sobre a busca do desaparecido. Além disso, há uma concorrência no protagonismo da causa, nos conhecimentos sobre o cotidiano e o ofício de ser uma mãe ou pai de um desaparecido, bem como na expertise da investigação.

Cabe ainda traçar um paralelo na relação entre sigilo e verdade na produção de indícios entre policiais, detetives, familiares e outros atores. Ao mesmo tempo em que a propagação de informações pode prejudicar as investigações do caso, ou mesmo impossibilitar a resolução do mesmo, a Polícia pode se valer dessa prerrogativa para não investigar efetivamente cada caso. Seria necessário que a família pudesse ficar segura com o andamento das investigações. O sigilo também corrobora um clima de suspeita recorrente entre todos esses atores, sendo que uma pessoa pode passar de um ator na busca para um suposto envolvido com o desaparecimento sejam eles pais, parentes, vizinhos, policiais ou apenas pesquisadores...

#### 4.8 Considerações finais

É na problematização sobre o caso João Rafael que se instituem formas de governo do desaparecimento. Essa problematização atenta sobre cuidado das crianças, do que significa perder um filho e, inversamente, do que é ter um filho, a partir do sofrimento e da luta dos pais, sendo estes ao mesmo tempo definidos por esse jogo. Essa problematização sobre o caso institui uma ética e uma política sobre o valor da vida, de que ela não deve ser roubada e coloca a família nas relações de governo do desaparecimento, na medida em que ela é definida como espaço naturalizado e em continuidade com o poder do Estado.

Nesse embate entre familiares, bombeiros (de maneira indireta), voluntários e detetive particular de um lado, e delegacia especializada de outro, o que está em jogo – nesse jogo de verdade- é a negligência dos pais ou a insegurança dos filhos. A pergunta o que é perder um filho é o mesmo que perguntar o que é ter um filho, uma relação pensada em sua natureza, sua pureza, sua naturalidade, sua cotidianidade.

Cada caso específico produz sua própria mobilização, podendo ou não ser integrada a demandas mais abrangentes. Embora a mobilização no caso João Rafael emergja de seu desaparecimento, ele pode também se ampliar em uma causa comum, como a estatística do alto índice de crianças

desaparecidas no país que apareceram durante as manifestações em diferentes capitais. A atenção ao caso, inclusive, suscita críticas de outros familiares e agentes envolvidos na causa, já que a demanda pela priorização do caso confronta com a espera de tantos outros não resolvidos. Mas é a partir das ansiedades produzidas com o caso que a mobilização se propaga e é estimulada.

A capacidade de generalização alcançada pelo caso pode ser explicada pelos elementos presentes na denúncia que ele evoca, como os interesses de um empresário local, principal provedor de empregos na cidade. Assim como a narrativa sobre famílias rompidas diz muito sobre hierarquias de classe e sobre a mercantilização das relações familiares, especialmente quando a referência se desloca para o passado e reafirma o presente: o tráfico de crianças para adoção internacional, aliados aos escândalos de crianças desaparecidas no Paraná nos anos 80.

Essa especificidade nos leva a pensar em processos de “identificação diferencial” da infância, nas quais a categorização pública das diferenças entre as crianças tem efeitos sobre sua vida diária e dependem também de uma série de atores interessados como os porta-vozes legítimos (pais), autoridades e especialistas (Lignier, Lomba e Renahy, 2012).

O caso João Rafael permite refletir sobre o governo dos desaparecidos uma vez que as incertezas sobre a possibilidade de produzir indícios sobre o desaparecimento fazem deste um caso potencial para a proliferação de rumores. Assim como na investigação dos processos de denúncia (Boltanski, 1993), na qual se dá o deslocamento do sofrimento para a procura do acusado (da piedade para a indignação), os rumores reúnem esses elementos emocionais, reflexivos e estratégicos. Obviamente, não é possível descartar qualquer hipótese, mas cabe perguntar: Por que um desfecho tem mais força? E se os rumores estiverem corretos? Isso também oculta outro questionamento e suas consequências: E se os rumores não estiverem corretos?

As redes sociais permitem, por um lado, a possibilidade de formas de justificação que antes só poderiam ser alcançadas pelos meios de comunicação tradicionais, embora estes também potencializem e reforcem o poder de mobilização das redes sociais. Boltanski (1993) destaca que, no espetáculo do sofrimento, a relevância não está na distinção entre realidade e

ficção, pois o espectador é separado do que vê, mas no engajamento moral e ativo do espectador invisível em um discurso público. No sofrimento à distância o espectador é como um espião, sem compromisso, vago, imparcial, que passa da observação para uma exigência afetiva, emocional que leve à ação moral.

Conforme Boltanski (1993), podemos dizer que o caso João Rafael se trata de um caso de denúncia, por meio da generalização do sofrimento de uma família rompida. Com um efeito muito mais poderoso do que outros meios de comunicação como a televisão, as redes sociais potencializam um engajamento moral mais criativo dos espectadores, uma vez que se eliminam as oposições entre produtores e receptores de conteúdo acerca do sofrimento, pois o espectador também é parte e construtor dessa narrativa.

Mais do que observar e testemunhar, o espectador das redes sociais se posiciona estrategicamente na construção da realidade através da identificação com o sofrimento, mas também na construção de acusações, rumores, especulações. Assim como os caçadores de bruxas ou os líderes políticos se utilizam das acusações de bruxaria para aumentar seu poder e/ou sua riqueza (Stewart; Strathern, 2008), o engajamento moral nas comunidades do caso João Rafael é uma maneira de converter a luta contra o mal em prestígio simbólico, ao reafirmar valores tradicionais como a defesa do bem, da família e da proteção às crianças. O “voluntário” do caso tanto não é um sujeito passivo da denúncia pública que pode exercer a posição de acusador ou levantar a suspeita sobre o sofrimento da vítima.

## **CAPÍTULO V**

### **O ESTATUTO DA VERDADE NO GOVERNO DAS CRIANÇAS DESAPARECIDAS**

Quando eu acompanhava o caso João Rafael (capítulo IV) uma série de outros casos, teorias e personagens eram evocados para justificar diferentes hipóteses sobre o destino da criança. Todas essas hipóteses vinham à tona através de diferentes sujeitos em campo e, como vimos, por meio de atores não circunscritos ao estado do Paraná. Muitos dos acontecimentos invocados haviam ocorrido há pelo menos 30 anos, mas ainda tinham a capacidade de produzir ações no presente, por meio de sujeitos que os atualizavam e disseminavam.

A partir das narrativas acerca desse e de outros casos de desaparecimento na região sul do país e, em conexão com as hipóteses e rumores diariamente difundidos sobre o caso João Rafael, busquei fazer o caminho inverso e perguntar: quais são as condições de possibilidade dos rumores acerca do desaparecimento de crianças no estado do Paraná? Esse recorte é uma estratégia para dar conta das narrativas desses sujeitos, na tentativa de explicar os rumores sobre o destino do menino João Rafael à luz da história local. Olhadas a partir dessa perspectiva, as histórias sobre raptos, “tráfico de crianças” para adoções internacionais, sacrifícios e rituais de magia negra se confundem com outros regimes de verdade. Este capítulo foi construído de modo a dialogar com e complementar, desde diferentes pontos de vista, os capítulos IV e VI.

A primeira realidade apresentada sobre as histórias retratadas aqui começa em 2014 com a entrevista de um detetive particular especializado em desaparecimento de crianças no Paraná, no período em que ele se aproximava do caso João Rafael como investigador contratado pela família. Durante o

desenrolar do caso pude perceber que essas histórias também informavam as hipóteses sobre o destino da criança, sobre os acontecimentos que envolviam a família de João Rafael, as comunidades que se formavam nas redes sociais e a imprensa.

## 5.1 O detetive

Depois de encaminhar meus dados pessoais e certificar-se dos meus objetivos, Carlos escolheu o local de nossa entrevista, uma lancheria de um supermercado em Curitiba. Carlos é um senhor de 61 anos, com bigode e voz imponente. Durante a entrevista, no início de 2014, ele não tirou os óculos escuros e deixou em cima da mesa sua carteira com o brasão do seu “bureau” de investigação de crianças desaparecidas, criado por ele. Carlos atuou em casos de desaparecimento de crianças no Paraná, como o de Guilherme Caramês. Nas suas fotos sempre há uma referência às vestes tradicionais do detetive, como a capa, brasão e lupa, bem como seu vínculo com a maçonaria e com as forças armadas.

Carlos contou que já trabalhou no setor de inteligência da Polícia Civil e foi delegado durante 27 anos. Para ele, nos casos de desaparecimento em que atuam detetives particulares existem mais chances de encontro com a pessoa desaparecida, pois o detetive teria dedicação exclusiva à investigação. Carlos disse que os detetives vivem hoje uma situação de desmoralização em função de sua formação ruim e de uma baixa escolarização, sendo que a maioria realiza cursos rápidos e são subestimados pela polícia. Um detetive tem que “ter autoridade, se impor, discutir em pé de igualdade com os policiais”, afirmou ele.

Carlos começou a atuar em casos de desaparecimento em decorrência do desaparecimento de sua filha de dois anos e meio. À época ele tinha 21 anos e já havia se separado da mulher há seis meses. Sua mulher morava com suas duas filhas, uma de quatro anos e a outra de dois anos, no interior do Rio Grande do Sul. O desaparecimento ocorreu em 1977 e ele demorou 24 anos para encontrá-la. Segundo ele, o desaparecimento deu-se a partir de um fato

recorrente: uma mãe que perde um filho e subtrai outro para “substituí-lo”. A autora do rapto teria sido a vizinha que morava ao lado da casa de sua ex-mulher. Na época, nenhuma suspeita teria recaído sobre ela, uma vez que a mesma havia se mudado do local 15 dias antes.

Carlos descobriu o paradeiro da filha quando voltou à cena do crime com a outra filha e a ex-mulher e procurou pelos vizinhos que moravam em ambos os lados da casa, embora eles já tivessem se mudado do local. Carlos foi até a empresa de energia e depois de muitos apelos conseguiu o acesso aos nomes dos vizinhos. A partir dos nomes ele conseguiu chegar até a filha, que estava morando em Porto Alegre com a vizinha em questão.

Ao encontrar a filha, Carlos descobriu que sua mãe “de criação” havia dito a ela que sua família biológica a maltratava muito e que por isso ela teria ficado com ela. A filha de Carlos teria aceitado a visão da mãe e por isso tinha muito rancor dos pais biológicos, impedindo inclusive que ele processasse sua mãe pelo rapto. Carlos disse que hoje tem uma relação muito fria com a filha, que ainda mora com a mãe “de criação” em Porto Alegre: “encontrei, mas não recuperei”, disse ele.

Carlos relatou que entre os anos de 1984 e 1993 muitas crianças desapareceram no Paraná, levadas por “quadrilhas” de adoção ilegal. Carlos disse que teria conhecimento de pelo menos 160 casais judeus, alemães, americanos que vinham para o Paraná. As “quadrilhas” ofereciam pacotes com estadias em hotéis e documentação legal e o esquema contaria com a participação de juizes, promotores e assistentes sociais. As crianças já saíam do Brasil com documentos legais, muitas eram regularizadas no Paraguai. Segundo ele, as investigações sobre as “quadrilhas” foram insuficientes, pois costumavam prender apenas um de seus membros e encerrar os casos. Para ele, seria necessário investigar não só a pessoa que pegou a criança, mas quem a encomendou, o intermediário e o destino dela.

Depois a atuação das “quadrilhas” cessou, mas a partir de 2005 em diante o fenômeno teria voltado a se repetir, sobretudo em SC, PR, SP, RS, MG e nos estados do Nordeste. “Sempre estão levando crianças para adoção, pedofilia, etc.”, afirmou ele, sendo que algumas das crianças seriam vendidas para a extração de órgãos.

Carlos alegou que muitas mães foram aliciadas para a venda das crianças, mas que em muitos casos ocorreu sequestro ou “subtração de incapaz”, com a ajuda de hospitais e enfermeiras. Carlos disse que cada caso é um caso, que os perfis dos desaparecimentos não podem ser reduzidos.

Carlos alegou que já arcou com as despesas de muitas investigações, mas que hoje isso não seria mais possível, atuando apenas com remuneração em decorrência de seus gastos. Para ele, o próprio Estado deveria criar essa política e passar a voltar aos casos antigos e trabalhar efetivamente nos casos novos, através de uma divisão especial da Polícia Federal.

Através de uma narrativa detalhada e performática, ouvi dele pela primeira vez a história de Evandro Ramos Caetano, desaparecido aos seis anos de idade em Guaratuba, litoral do estado do Paraná. Esse caso veio à tona quando eu o questionava a respeito do desaparecimento de Guilherme Caramês, filho de Arlete Caramês (ver capítulo II). Carlos dizia que o desaparecimento de Guilherme teve muita repercussão porque o pai era empresário e a mãe bancária. Houve uma busca imediata e intensa.

A sua hipótese é que Guilherme tenha sido levado, junto com sua bicicleta, às 11h da manhã, por uma pessoa conhecida. Para ele, a repercussão do caso, o intenso apelo e comoção fizeram com que algo que provavelmente fosse para “dar um susto” tivesse um fim trágico. Somente com o desaparecimento de Evandro é que o corpo foi “desovado<sup>116</sup>”, depois de ser mantido congelado. O corpo encontrado como sendo atribuído a Evandro, seria, portanto, de Guilherme Caramês.

Carlos disse que o corpo encontrado dias depois do desaparecimento de Evandro havia passado por um processo de descongelamento: além das mãos e pés amputados havia também um corte cirúrgico no corpo e ele estava sem as vísceras. Entretanto, Carlos alega que o corpo era maior do que o desaparecido e que havia passado um ano até ser “desovado”. Carlos desconfiava que essa era uma evidência de um caso de tráfico de órgãos e que a amputação das mãos e pés tinha por finalidade impedir a identificação do corpo.

---

<sup>116</sup> Abandonado, despachado, largado.

Segundo Carlos, o primeiro exame de DNA para saber se o corpo era de Evandro havia dado negativo (custou R\$ 9 mil) e o segundo parcialmente positivo (custou R\$ 27 mil), o que confortou a família. Entretanto, ele acreditava que o exame fora forjado, justamente porque anos mais tarde o médico responsável foi condenado em outros casos judiciais. Carlos também contestou o laudo do diretor do Instituto Médico Legal em relação ao caso Evandro.

Quando Carlos contou à Arlete Caramês que o corpo encontrado era do seu filho, ela ficou furiosa e eles romperam suas relações. Ela mesma me confirmou alguns dias depois que a hipótese de Carlos era infundada.

Um ano depois, ocorreu o desaparecimento de Leandro Bossi. Segundo ele, Leandro e Evandro teriam sido adotados ilegalmente com a ajuda de uma juíza que teria acobertado a repercussão desses casos, tanto que Carlos teria ficado sabendo, através de um funcionário do Fórum, que o registro de adoção deles havia sido queimado. A adoção teria sido patrocinada pela suposta juíza, que hospedou um casal de amigos americanos à época.

Sobre o caso de Leandro Bossi, Carlos disse que a repercussão do caso Evandro teria gerado um esquecimento sobre o caso Leandro, sendo que a primeira vez que a polícia apresentou uma criança que supostamente seria o menino, ele desmentiu publicamente o caso através da imprensa. Carlos afirmava em nota na imprensa que as características físicas e comportamentais do menino encontrado seriam de uma criança de, no máximo, oito anos.

Em 1996, o pai de Leandro havia reconhecido o menino como seu filho. No entanto, antes do primeiro exame, Carlos foi até Manaus e trouxe Ângela Regina Moreira, que seria a verdadeira mãe biológica do menino. O exame demonstrou que o menino não era Leandro Bossi e outro exame confirmou que Ângela era mãe biológica de Diogo Rodrigo Moreira, dez anos, separados pelo pai há cinco anos. O pátrio poder foi dado à Ângela e o menino voltou a viver com ela em Manaus. Carlos afirmou que o erro policial foi induzido pelo pai de Leandro Bossi.

O pai de Diogo Moreira o entregou a um casal, mas ele fugiu de casa por maus-tratos. Depois que o encontrou perambulando pelas ruas de Manaus, Socorro Auxiliadora Araújo passou a criar o menino. Ao assistir uma reportagem, o menino disse que era Leandro e depois teria sido convencido

disso. Socorro procurou o Juizado quando notou a semelhança entre Leandro e Diogo.

Carlos disse que a repercussão de sua atuação na mídia quando ele era jovem o envaidecia, mas que hoje ele vê tudo com muita tristeza, por não ter conseguido solucionar mais casos. Sua exposição pública teria lhe custado muito, pois hoje ele tem diabetes e hipertensão e esteve um período afastado dos casos de desaparecimento. Passemos então a examinar os casos relatados por Carlos a partir de outras narrativas.

## 5.2 As “quadrilhas” de adoção internacional

Muitos de meus interlocutores, familiares e mediadores militantes na causa do desaparecimento já mencionavam a existência de “quadrilhas de traficantes de crianças” nos anos 80 na região sul do país para fins de adoção internacional, especialmente no Paraná e em Santa Catarina. Parte dessa história de adoções ilegais vem sendo reconstruída a partir da busca dos filhos adotivos por suas famílias biológicas no Brasil.

Tudo começou com o aumento das adoções internacionais no Brasil. Com o estímulo e a demanda pela formação de famílias que a prosperidade no pós-guerra produziu, casais de primeiro mundo que não poderiam ter filhos passaram a buscar adoções entre populações “pobres e minoritárias” da própria sociedade e depois, devido a críticas e mudanças legais, dirigiram-se para países de terceiro mundo, tendo como ápice as décadas de 70 e 80 (Fonseca, 2006).

As práticas de adoção estrangeiras no Brasil eram facilitadas pelos mecanismos informais da “adoção à brasileira” (Abreu, 2002), prática que consistia no registro de um filho adotivo como filho biológico. Essa prática era possível porque a adoção poderia ser realizada no cartório apenas com a exigência do registro do nascimento do hospital, da presença da parteira ou mesmo de testemunhas, o que facilitava o procedimento. Estimava-se que essa prática ocorresse entre 80 a 90% dos casos de adoção. E não sendo legal, a adoção não poderia ser documentada. Entre os fatores que figuravam

como justificativas para a adoção “à brasileira” estavam a morosidade da justiça nos trâmites legais e a suspeita legal sobre a origem da criança, pois na adoção “à brasileira” havia uma relação direta entre pais adotivos e biológicos.

Fonseca (2006) argumenta que até o final dos anos 1970 a adoção era regulamentada pelo Código Civil de 1916, na qual a negociação privada entre pais brasileiros ou estrangeiros era permitida, por meio de um registro em um cartório local. Mesmo que o Código de Menores de 1979 estipulasse que apenas as crianças “abandonadas” poderiam ser adotadas por estrangeiros e apenas através da adoção “simples”, em que a identidade adotiva era acrescida à biológica, muitos juristas consideravam válida a adoção plena, negociada entre pais biológicos e adotivos, uma vez que o Código de Menores de 1979 não havia revogado o Código Civil de 1916.

Para resolver essas discrepâncias legais, muitas vezes os casos eram decididos pela justiça ou por meio de decreto estadual, atrelando a adoção ao Juizado de Menores. Esta última medida foi aplicada no Paraná após as denúncias de “quadrilhas de traficantes”.

Entretanto, a prática da adoção plena era corriqueira e contava com a cumplicidade de advogados, juízes e técnicos do judiciário (assistentes sociais, psicólogos). Essa cumplicidade incluía, por exemplo, a destruição de documentos sobre a origem da criança, a entrega da guarda da criança para pais não cadastrados ou o arquivamento de denúncias contra pais adotivos. A prática agilizava a adoção e era interpretado como um ato nobre por “salvar a criança” da pobreza.

E os mesmos intermediários das adoções no Brasil serão os protagonistas das primeiras adoções internacionais, em um período em que o procedimento passa obrigatoriamente pela presença de um representante do Estado, o juiz:

A ausência de trâmites legais para a transferência de crianças de um lar para outro (antes do *Código de Menores*), uma lei que permitia que se retirasse a criança da família porque esta vivia na pobreza (durante o *Código de Menores*) e sobretudo a ilegalidade como regra no espaço adotivo (coroadas pela tolerância da lei com os que a transgrediam, apresentando-se o argumento “causa nobre” – tanto antes como depois do *ECA*), foram os marcos estruturais que enquadraram a origem das adoções internacionais. (Abreu, 2002, p. 51)

O Código de Menores permitia que a criança fosse retirada de seus pais simplesmente pela situação “irregular” de pobreza, por vezes os juízes concediam a guarda a adotantes estrangeiros em detrimento dos pais biológicos brasileiros, como também já ocorria nas adoções “à brasileira”.

Embora essa prática fosse amplamente empregada no Brasil, os ataques às ilegalidades na adoção foram dirigidos à adoção internacional, atendo-se aos que comercializavam essas adoções. Essas adoções deixarão de ser vistas como “nobres” para ser vistas como “tráfico” ou “venda de crianças”, em razão do envolvimento de diversos intermediários. Entre os principais intermediários estão as “cegonhas”, mulheres das classes média e alta que localizavam crianças adotáveis e pais dispostos a adotar.

Abreu (2002) recusa a redução desse mercado à transação de bens puramente econômicos, uma vez que as “cegonhas” também gozavam de prestígio simbólico, buscando “salvar” as crianças por meio de sua “missão” espontânea e criando laços de afetividade com as famílias. No Brasil, muitas das cegonhas eram ligadas a grupos religiosos e orfanatos particulares que foram responsáveis pela maioria das adoções no início dos anos 80.

Dessa experiência surge a percepção sobre o racismo e discriminação de crianças com problemas de saúde por parte dos pais adotantes brasileiros em detrimento dos estrangeiros, o que motivaria o discurso salvacionista, em que a adoção surgia como uma alternativa de resolução dos problemas sociais. A posição de muitos juízes era de que a adoção internacional seria uma possibilidade de vida nova para as crianças pobres.

Diferentemente da adoção “à brasileira”, para os estrangeiros era necessário que as adoções fossem legais para que os pais adotivos pudessem sair do Brasil e entrar no seu país. Nesse momento surge a figura do advogado, que irá buscar nas adoções internacionais a oportunidade de ganhos financeiros por meio de honorários. Os críticos da adoção ilegal vão questionar a produção desses documentos, sobretudo a origem das crianças “abandonadas” que eram apresentadas pelos advogados por meio das adoções “prontas”, ou seja, quando não constava a origem da criança.

A relação dos advogados com as cegonhas ocorria pelas suas redes de profissionais da saúde, mulheres de camadas populares (como empregadas

domésticas, diaristas, etc.) e suas amigas pessoais. As “cegonhas” atuavam em uma linha tênue entre as práticas da doação/coação ou o ajuda/venda e as denúncias sobre o tráfico acabaram por desestimular a mediação delas.

A relação entre advogados e as creches privadas tornava a adoção menos burocrática e mais pessoalizada, assim como a atuação do próprio advogado como cegonha. As crianças eram apresentadas diante do juiz, pelo advogado, como “abandonadas” em casas ou espaços públicos, para que o processo fosse agilizado no Juizado. Essa prática teve como auge os anos de 1987 a 1995 (Abreu, 2002).

Fonseca (2006) se pergunta sobre o que teria causado, a partir dos anos 90, o que ela chama de o fim da adoção internacional. A partir dos dados da adoção internacional, ela observa uma drástica redução do número de crianças adotadas entre 1990 e 2000. A autora trata a adoção plena como um fenômeno recente na história das legislações ocidentais, instituindo o “segredo das origens”.

A autora analisa os argumentos de seus informantes como a existência de países com maior oferta de crianças adotáveis, mas alude ao papel da legislação (Estatuto da Criança e do Adolescente), da opinião pública e do desmantelamento de “quadrilhas” formadas por advogados e servidores públicos que lucravam com a adoção internacional.

A opinião pública foi sacudida por rumores de que a adoção internacional pudesse estar associada ao tráfico de órgãos, pois uma parte dessas crianças teria problemas físicos. A autora argumenta que esses rumores não foram provados. O discurso nacionalista teria sido motivado pela ideia da extrema desigualdade econômica entre o Brasil e os demais países, o que retratava a desigualdade presente no país, no qual as crianças poderiam ser facilmente destituídas de seus familiares biológicos em decorrência de sua situação financeira. Veremos que, no caso pesquisado, as condições de pobreza familiar das famílias biológicas comparadas às boas condições financeiras das famílias adotivas serviam para justificar as adoções estrangeiras.

Fonseca (2006) argumenta que o clima salvacionista da adoção vai sendo transformado na imprensa em denúncia ao comércio de crianças ou tráfico o que também gerou uma maior fiscalização e punição aos

intermediários como juízes, funcionários públicos, advogados. Essas denúncias motivaram a Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Crianças, de 1988. Fonseca cita como exemplo o “escândalo” de um juiz em Jundiaí, em 1998, o qual enviou mais de 200 crianças, em tempo recorde, sem o consentimento das mães, para a adoção internacional, ao declarar as crianças como abandonadas. Embora não houvesse provas, os rumores na imprensa ligavam a adoção internacional à prostituição, ao tráfico de órgãos e a escravidão e acabaram por selar quase totalmente o fim da adoção internacional no país.

Cardarello (2012) faz referência a esse “escândalo” de tráfico de crianças ocorrido em uma cidade no interior de São Paulo entre os anos 1992 e 1998. Em 1998, um grupo de 20 famílias de classes populares se organizou em um movimento pela revisão dos processos de adoção de seus filhos, por iniciativa de um advogado, contestando as adoções de aproximadamente 480 crianças, e destas, 240 para famílias estrangeiras. Os responsáveis por essas adoções foram um juiz e uma promotora do Ministério Público. Entre os discursos acalorados nesse embate estavam aqueles que viam a adoção como uma salvação e os nacionalistas, que condenavam o “tráfico” e a “exportação” de crianças.

Mas a autora dispensa atenção especial às condições em que as crianças pobres eram retiradas de suas famílias. No final dos anos 90, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo e uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal denunciaram irregularidades nos processos de destituição do pátrio poder e adoção de muitas das crianças a casais brasileiros e estrangeiros. Entre as irregularidades estavam adoções em prazos muito curtos, arranjos entre advogados e juízes, cerceamento da defesa das famílias, desaparecimento e falsificação dos processos, ausência de embasamento para as denúncias apresentadas contra os pais<sup>117</sup> e citação da família apenas por editais.

Na argumentação da destituição do pátrio poder era utilizado o melhor interesse da criança sobre o interesse dos pais, como se a criança fosse um

---

<sup>117</sup> Como maus-tratos ou abandono, nos casos em que a criança era criada por outro membro da família ou em decorrência da falta de registro de nascimento, desconsiderando a prática da subnotificação e o registro tardio.

indivíduo sem história e sem pertencimentos. Esse argumento cerceava a liberdade de defesa dos pais na retirada de seus filhos, transformando a condição de pobreza em responsabilização familiar pela falta moral ou “negligência”.

Jornalistas e políticos levantaram a suspeita sobre o juiz e a promotora uma vez que ambos faziam parte de uma ONG identificada com a assistência a crianças e adolescentes pobres, quando esta recebeu doações de uma entidade estrangeira que promovia a adoção de crianças. Apesar dos inquéritos e da ampla comoção promovida pelo escândalo, o juiz foi absolvido pelas adoções internacionais pelo Tribunal de Justiça, em 2001. A justificativa para a decisão teria sido embasada no fato de se tratarem apenas de crianças que não seriam adotadas por brasileiros, ao contrário do que desmentiam informalmente advogados e jornalistas. O discurso de denúncia sobre os casos de adoção internacional se deu a favor dos pais biológicos por uma visão nacionalista, porém não havia o mesmo movimento contra as adoções de crianças pobres nas mesmas condições por famílias de classe média e alta brasileiras.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a preocupação com a origem da criança passou a ser colocada em jogo, sobretudo com a denúncia contra advogados em comissões parlamentares de inquérito e denúncias na imprensa, especialmente no final dos anos 80 e início dos anos 90. No cenário da denúncia das quadrilhas destaca-se a atuação de uma personagem muito conhecida: Arlete Hilu.

### 5.3 A intermediária

Jaffe (1991) observa que, com estabelecimento do Estado de Israel e o progressivo aumento populacional, as adoções no país começaram a aumentar. Nos anos 1960, a maioria dos casais adotantes era de origem ashkenazi (judeus oriundos da Europa central e oriental) ou europeia-americana. A imigração de um grande contingente de sefarditas (judeus oriundos da península ibérica) e as condições em que muitos deles se

encontraram ao chegar ao país fez com que a oferta de crianças para adoção fosse maior do que a demanda. O autor atribui o aumento das adoções a uma relação entre necessidade e conveniência, uma vez que a ideologia sionista de um único povo judaico teria naturalizado essas adoções como um empreendimento nacionalista e, progressivamente, a diversidade étnica e racial foi sendo integrada em um único projeto de nação.

Com a maior assistência e estabelecimento da população de imigrantes, observa-se um declínio na oferta de crianças adotáveis, estimuladas entre outros fatores pela urbanização, ocidentalização, problemas de infertilidade e a influência religiosa pela construção de um projeto familiar.

Como a maioria dos casais tinha interesse por recém-nascidos, as crianças mais velhas e deficientes acabavam sendo preteridas, o que tornava ainda mais demorado o processo de adoção. A rigidez dos processos de adoção e o monopólio estatal exclusivo sobre as adoções (proibição de adoções privadas, dependência de decisões de assistentes sociais do Estado, ausência da possibilidade de apelação) produziram uma situação em que os casais israelenses que não conseguiam obter crianças para adoção eram deixados à própria sorte, sob alegação do “melhor interesse da criança”.

Era natural que as famílias interessadas na adoção fossem buscar crianças no exterior, escreve Jaffe (1991), embora sem a intermediação do Estado, com destaque para o protagonismo dos movimentos *kibutz*, responsáveis pela maioria das adoções. A criança era adotada em tribunais estrangeiros e entrava em Israel com seu próprio passaporte.

Esses fatores são os principais responsáveis pelo florescimento, nos anos 1980, de um mercado sul-americano de adoções privadas. Embora vários personagens frequentassem as páginas dos jornais como intermediários da adoção, poucos ficaram tão conhecidos como Arlete Hilu, reiteradamente lembrada pela maioria de meus informantes.

A partir da década de 2010, o “Diário Catarinense” narra, com o auxílio de mediadores como Amanda Boldeke (capítulo V), a procura dessas crianças – hoje adultas- pelos seus pais biológicos<sup>118</sup>. Esse fato tornou ainda mais

---

<sup>118</sup> Reportagem “Órfãos do Brasil”, do Diário Catarinense, de Mônica Foltran. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/pagina/orfaos-do-brasil.html>>. Acesso em 03/2017. A série foi publicada em 08/2012.

evidente a multiplicidade das situações que envolviam as adoções nos estados do sul do país, especialmente no Paraná e em Santa Catarina. A busca por informações dos brasileiros adotados ilegalmente por casais israelenses produziu uma grande demanda para a ONG “Desaparecidos do Brasil”, presidida por Amanda. Amanda alegou que tem conhecimento de mais de 5.000 bebês enviados por “quadrilhas” para fora do país, que nem existiriam de acordo com os dados do governo brasileiro.

Tudo começou quando Amanda conheceu a história do israelense Lior Vilck, em 2008, repassado por sua amiga que a iniciou no ofício, uma vez que ele tinha dificuldades para se comunicar em português. Apesar de ter seu registro de nascimento lavrado no Rio de Janeiro, nada constava a respeito de seu nome e o número de sua certidão pertencia a outra pessoa. Lior disse que tinha muitos amigos que também foram adotados no Brasil e repassou mais documentos de outros casos. Amanda descobriu que se tratava de casos semelhantes e tentou publicar as histórias nos jornais, mas não havia interesse.

Amanda realizou uma pesquisa em reportagens dos anos 80 e percebeu como essa prática era corriqueira e passou a inserir essas informações em seu site, fazendo o resumo com foto de cada caso que chegava até ela. A filha de Amanda, Mônica Foltran, é jornalista, por isso Amanda propôs que a mesma fizesse uma reportagem para dar visibilidade a esses casos, o que demorou certo tempo e, depois de aprovada, demandou uma pesquisa em cartórios.

A série de reportagens ganhou um prêmio de jornalismo<sup>119</sup> e ajudou na divulgação dos casos e na solução de alguns deles. Uma mulher no interior de SC, por exemplo, ao ver a imagem no jornal de bebês em uma maternidade nos anos 80 reconheceu o bebê retirado dela sem o seu consentimento. Tratava-se de uma situação em que os médicos assinavam o atestado de óbito, mas os pais não tinham acesso ao corpo da criança.

Preservando as características da narrativa jornalística do Jornal do Brasil na década de 80, apresento a personagem Arlete Hilu, frequentemente associada à época, e lembrada por meus interlocutores no presente, como

---

<sup>119</sup> Prêmio RBS de Jornalismo e Entretenimento, em 2012”, além da indicação para prêmios nacionais como Esso, Embratel e Libero Badaró em 2013.

responsável pelo “tráfico de crianças” para a adoção ilegal. A narrativa jornalística reitera determinados acontecimentos sobre os envolvidos nas adoções ilegais e por vezes apresenta informações pouco precisas, reproduzindo as informações apresentadas pela polícia.

As adoções para Israel eram amplamente noticiadas pelos jornais como um comércio rentável que burlava a legislação ao não dar preferência a casais brasileiros, condenando as “quadrilhas” formadas por advogados particulares com a participação de servidores públicos. Os casais israelenses e de outras nacionalidades ficavam hospedados no Brasil à espera da criança, que era registrada como filho biológico, ou seja, através da adoção plena. Em muitos dos casos constava a denúncia de que a “falsificação<sup>120</sup>” do registro era feita no Rio de Janeiro e a criança enviada através do Paraguai.

A presença de descendentes europeus (como alemães, poloneses, holandeses e russos) no Paraná e demais estados do sul, fruto da imigração estrangeira nesses estados, emerge como uma das principais justificativas, segundo os jornais e também meus informantes, para que eles se estabelecessem como “exportadores de crianças”, em decorrência das características físicas das crianças (brancas e de olhos claros).

Entre os opositores das adoções internacionais estava a advogada Lia Junqueira, ex-presidente do Movimento de Defesa do Menor<sup>121</sup>, que atribuía à legislação a permissividade quanto o número de adoções por estrangeiros. Lia alegava que apenas 50% das crianças em instituições estatais estava disponível para adoção e que a prioridade legal dos casais brasileiros sobre os estrangeiros não era levada em conta, sendo estas adoções muito mais rápidas e menos burocráticas. Lia alegava ainda que o número de casais brasileiros na lista de espera para a adoção chegava aos 3.000.

Embora o Código de 1979 previsse a adoção estrangeira com o propósito de salvar a vida de crianças que dependiam de um tratamento no exterior ou que não fossem adotadas por casais brasileiros, Lia denunciava que

---

<sup>120</sup> Pelas questões legais já referidas, embora fossem condenados moralmente, esses registros não eram necessariamente criminalizados, uma vez que se embasavam em interpretações de alguns juízes. Assim como afirma Fonseca (2006), o prestígio dos intermediários era questionável na opinião pública, como veremos no caso Bruna, em que a justificativa da pobreza naturalizava a ideia de que uma criança poderia ser raptada.

<sup>121</sup> Movimento criado por ela em 1979 e que defendia os direitos humanos de crianças e adolescentes, denunciando a violência praticada pela polícia e em instituições como as FEBEM's.

o que ocorria, na prática, era a entrega de nossas crianças “mais bonitas” [saudáveis], assim como já havíamos entregado nossas riquezas como “o ouro e o petróleo” (Jornal do Brasil, 17/1/88).

Na mesma reportagem, o Juiz de Menores Antônio Augusto de Souza, defendia as adoções internacionais, sobretudo porque os casais adotivos, segundo ele, não escolhiam o perfil da criança, como a idade e a cor da pele. O juiz mantinha contato com as mais de 60 famílias de crianças brasileiras adotadas por estrangeiros e realizadas por ele no período de dois anos, assim como as respectivas entidades internacionais especializadas em adoção.

Ao contrário das críticas dirigidas aos casais candidatos à adoção no Brasil, Jaffe (1991) mostra que em Israel, a maioria dos casais adotivos não desejavam crianças com deficiência ou maiores, sendo que a maioria havia adotado crianças recém-nascidas ou com até um ano de idade<sup>122</sup>.

A primeira adoção de um casal israelense no Brasil aconteceu em 1977. Diferentemente das adoções no Camboja, a cor da pele e as semelhanças faciais europeias produziram um interesse em larga escala dos casais israelenses pelas crianças brasileiras em alguns estados. Uma estimativa de 1988 apresentava o número de 3 mil bebês brasileiros adotados, chegando a aproximadamente 30 bebês a cada mês (Jaffe, 1991). Nas reportagens do Jornal do Brasil, uma das razões para a escolha de Arlete Hilu para a atuação na cidade de Curitiba seria a ascendência europeia das crianças, de pele clara e muito desejadas pelos casais israelenses.

Jaffe (1991) justifica que os intermediários poderiam reduzir o tempo de espera pela adoção, alegando aos pais que os valores cobrados se referiam aos trâmites legais. Dos casais entrevistados pelo autor, a maioria alegou que pôde ver as crianças antes da adoção, mas não teve contato com os pais biológicos ou verificou os documentos das crianças. Como a ilegalidade era norma no Brasil, a metade dos casais não estava convencida de que o procedimento era legal.

Arlete Hilu era frequentemente identificada nos jornais como contadora, administradora de empresas ou advogada, ou por “passar por advogada”. As informações sobre o início de Arlete no “tráfico de crianças” divergem entre os

---

<sup>122</sup> Embora as entrevistas tenham sido realizadas com apenas 56 casais e pessoas solteiras.

anos 1968, 1975 e 1983, quando a mesma atuava como curadora especial de menores no Juizado de Menores em Curitiba. A “venda” era intermediada por assistentes sociais, advogados, juízes e outros funcionários públicos que falsificavam registros de nascimento, o que dificultaria a localização da origem das mesmas.

A partir das denúncias na imprensa, a Polícia Federal iniciou uma investigação, que posteriormente foi arquivada por falta de lei sobre o tema. Arlete chegou a ser presa no Rio Grande do Sul por contrabando e falsidade ideológica, mas somente com a lei de adoção de 1984 a polícia pôde voltar ao caso, instaurando inquéritos contra ela. Em 1985 ela se mudou do Paraná em decorrência do cerco policial, mas manteve parentes no sul do Brasil para arrecadar crianças. Com a divulgação dos casos na imprensa, Arlete passaria a ter muita dificuldade em “comprar crianças” e sua “quadrilha” teria começado a sequestrar bebês, como teria dito um delegado em 1986.

A própria Arlete declarou a uma rede de televisão de Tel Aviv, em 1984, que havia intermediado a adoção de 35 crianças em sete meses para Israel, Itália França e Suécia. A partir da reportagem, a Polícia Federal passa a investigar o caso. Um canal de televisão de Curitiba, dez dias depois, flagra dois casais estrangeiros na casa de Arlete. Com as denúncias de comércio de crianças, o Juizado suspende por tempo indeterminado a adoção de crianças por casais estrangeiros, a despeito da presença de muitos deles em hotéis da cidade.

O corregedor Geral de Justiça determinou que, a partir daquela data (1984), todas as adoções deveriam passar pelo Juizado, exigindo a permanência no país dos pais adotivos durante o período de adaptação familiar, conforme previsto no Código de Menores de 1979. Arlete afirmou à polícia que ela atuava não só na busca de crianças como também na preparação da documentação. O procedimento utilizado pela “quadrilha” era procurar mães solteiras ou pobres em bairros humildes, oferecendo dinheiro e assistência ao parto (Jornal do Brasil, 28/03/84).

O caso mais conhecido de Arlete seria o das sete crianças resgatadas antes de serem enviadas ao exterior, em 22/02/1986, sendo cinco crianças com menos de dois meses e um casal de gêmeos de dois anos que seriam “traficadas” para o exterior. As crianças foram localizadas na casa de duas

mulheres indiciadas por tráfico de crianças em Curitiba. Arlete era a principal acusada, e já tinha uma prisão preventiva decretada desde o ano anterior por intermediar a “venda de crianças”, seu paradeiro na ocasião era desconhecido.

A polícia chegou até as crianças porque a mãe de uma delas fez a denúncia depois de ter se arrependido de entregar o filho. O jornal destaca que em um ano a polícia já havia evitado a transferência de mais de 13 crianças para o exterior, sobretudo para casais israelenses que procuravam a ajuda de Arlete. Pela intermediação, Arlete ficaria com US\$ 3 mil, enquanto seus contatos ficariam com US\$ 2 mil.

Um mês depois, o jornal denuncia o conteúdo de três cartas recebidas pela redação de maneira anônima. As cartas são de um escritório de advocacia endereçadas à Arlete nas quais um advogado relata a intenção de vir ao Brasil no início de 1985 para intermediar a adoção de cinco a dez crianças de pele clara. Um material também teria sido encontrado com tradutores contratados por agências americanas de adoção. O jornal dizia que a própria Arlete já havia admitido à polícia ter intermediado a adoção de 70 crianças para Israel. Arlete era indiciada em três inquéritos na Polícia Federal por contrabando, falsificação de registros de nascimento e tráfico de crianças, dois deles arquivados. A prisão preventiva de Arlete havia sido solicitada através de um inquérito da Polícia de Curitiba. Além dela, havia mais sete pessoas envolvidas.

Treze dias depois, um bebê, Iaron Katarivas, de uma família do Rio de Janeiro foi trazido de volta ao Brasil de New York, de onde um casal adotivo tinha a intenção de levá-lo a Israel. Arlete, um advogado israelense e o advogado argentino Hector Daniel Rosenberg eram investigados como os responsáveis pelo “tráfico”. Arlete, agora com duas prisões preventivas decretadas, estava morando naquele período no Rio de Janeiro de onde intermediava o “tráfico”. Os policiais não sabiam se o bebê havia sido doado ou vendido à Arlete, mas mesmo assim o jornal afirmava que a criança teria sido comprada por US\$ 7 mil.

A desconfiança veio da polícia americana, pois o casal israelense entrou no país com um passaporte israelense, enquanto a criança tinha um passaporte brasileiro, que à época ainda não se sabia se era legal, e sem o visto, mas o processo de adoção não havia passado pelo Juizado de Menores. Desconfiava-se que a adoção havia sido realizada diretamente em um cartório.

Segundo a matéria, Arlete tinha um escritório em Israel e contava com outros intermediários estrangeiros. Arlete era responsável pela parte operacional de busca de crianças através de seus agentes, depois, através da Justiça, conseguia uma escritura pública de adoção e passaporte para as crianças. O próprio delegado afirmava que as adoções não eram irregulares, que não poderiam ser questionadas, mas sim os meios utilizados: “através de compra ou sequestro de bebês e aliciamento de mães” (Jornal do Brasil, 03/04/1986, p.5).

Quinze dias depois, Arlete Hilu, então com 37 anos, é presa (prisão domiciliar) com um passaporte falso ao chegar na cidade de Tel Aviv. O jornal citou a acusação de transferência ilegal de bebês através da falsificação de documentos. Em Israel, dezenas de casais que a consideravam uma “benfeitora” e “mártir” foram prestar apoio a ela em seu julgamento. Nos 8 meses que permaneceu em Tel Aviv, Arlete teria sido sustentada por casais israelenses. Jaffe (1991) faz referência à surpresa de muitos observadores a respeito do grande número de casais que adotavam crianças brasileiras e que estavam dando apoio à Arlete.

O advogado de Arlete afirmou na época que ela deveria ser condecorada pelo governo de Israel, pois ela levou “mais de mil bebês que amanhã serão cidadãos israelenses”. Arlete alegava que sua atuação sempre foi humanitária, salvando bebês da miséria. Em 1987, o jornal *Iediot Ajronot* mencionou a existência de 400 crianças brasileiras adotadas. Jaffe (1991) apresenta uma estimativa de 1.350 crianças brasileiras adotadas por intermédio de Arlete Hilu.

Em 25/04/1986, dez dias depois, dois integrantes da “quadrilha” de Arlete são presos fugindo para Santa Catarina, Waldemar Reinert e sua namorada, Regina Paulista Fernandes, ao atravessar a Ponte da Amizade com uma criança de dez dias que seria vendida no Paraguai. Acusados de rapto e comércio de bebês, ambos constavam em uma lista de oito integrantes da “quadrilha” com prisões preventivas decretadas pela justiça do PR.

A primeira prisão de Arlete ocorreria em dezembro de 1986, em Foz do Iguaçu, por falsidade ideológica. Arlete já era procurada há três anos no Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Paraguai. Na época, Arlete lideraria “comprovadamente” a “quadrilha” há cinco anos e a maioria dos inquiridos de

sequestro de crianças teria ela como suspeita, segundo o delegado responsável pela sua prisão. Arlete teria à época sete pedidos de prisão em Curitiba por envolvimento com a “quadrilha de tráfico de crianças” e dois por “tráfico de crianças” e respondia a 20 inquéritos.

Quando Arlete foi presa, ela já tinha prisão decretada em Brasília e Rio de Janeiro. Em Foz do Iguaçu, ela estava hospedada em um hotel com o nome de Maria das Graças Duarte. A polícia encontrou documentos de identidade de Olga dos Santos e certidões de registro de nascimento em branco. A dificuldade em prendê-la devia-se ao fato dela possuir diferentes nomes e documentos falsos e viajar para o exterior (Israel e EUA) e interior dos estados onde agia.

Na prisão, Arlete solicitou um panetone que trazia consigo para comer, no qual foram encontrados seis passaportes em branco. Além disso, a polícia encontrou em sua bagagem fraldas, chupetas, mamadeiras e registros de nascimento em branco, além de biscoitos e roupas de bebê. Segundo a polícia, ela estaria envolvida na comercialização, sequestro e tráfico de 2 mil crianças nos últimos dez anos. Naquele ano, as crianças estariam sendo vendidas a US\$ 18 mil. Em 1987, Arlete é transferida de Foz do Iguaçu para Curitiba. À polícia ela admitiu ter intermediado 81 adoções legais, principalmente a casais israelenses, mas negou envolvimento no “tráfico de crianças” para o exterior.

Paralelamente, outros casos de irregularidade em adoções internacionais eram investigados e noticiados, como a adoção de 430 crianças em Feira de Santana- BA para casais italianos, americanos e outras nacionalidades, ou a desconfiança acerca do aumento do número de adoções na cidade de Fortaleza em 1986<sup>123</sup>. Outro personagem recorrente era o advogado Carlos Cesário, que apesar da acusação de tráfico, não utilizava da falsificação de documentos.

Em junho de 1988, a menina Juliana Lisboa, de um ano e oito meses, que havia sido sequestrada em sua casa em Colombo foi devolvida em uma toaleta de um supermercado em Curitiba. Junto à criança havia etiquetas escritas em hebraico e fraldas fabricadas no Chile, o que leva a crer que a

---

<sup>123</sup> Na reportagem um Juiz de menores explica que os casais estrangeiros não tinham ressalva quanto à raça e problemas mentais dos adotados, como os casais brasileiros.

criança havia saído do país. A criança tinha identificação e uma orientação de ser entregue à polícia. A criança foi entregue à lavradora Teresa Lisboa, que tinha mais oito filhos e era viúva há cinco meses. Claudete Tomazi Elísio se apresentou à polícia e negou envolvimento no caso. Claudete também foi indiciada no caso Bruna (veremos adiante) e em outros três casos de tráfico.

O casal Felícia Fagundes e Oriel Pontes acusaram Claudete de solicitar o rapto de três crianças na cidade. O casal preso afirmou que trabalhava para Claudete e que o destino da criança era Assunção, no Paraguai, onde morava Maribel da Rosa Pereira, que seria responsável pelo envio de crianças para Israel depois da prisão de Arlete Hilu. A prisão de Claudete já havia sido solicitada e o delegado atribuiu a devolução da menina à pressão da polícia. Pelo rapto de Juliana, Luci Anita Lenz foi presa. Luci denunciou duas mulheres que trabalhariam no Rio de Janeiro na falsificação de documentos de crianças raptadas no Paraná. As crianças seriam levadas do Paraná ao Rio de Janeiro, onde seus documentos seriam falsificados, e depois para Assunção, no Paraguai.

Arlete ficou em regime fechado de março de 87 a dezembro de 88, período no qual teria contato com sua “quadilha”. Arlete foi presa novamente em janeiro de 1992, depois de dois anos de liberdade condicional, quando intermediava a venda de duas crianças recém-nascidas. Com ela foram encontradas fotos de crianças recém-nascidas, entre elas a de Rodrigo Novick de Oliveira<sup>124</sup>, sequestrado aos três anos, na frente da casa dos pais, em 1987<sup>125</sup>.

Nos dados oficiais apresentados por Fonseca (2006) os estados do sul nem figuravam como principais fornecedores de crianças para adoções internacionais, tampouco Israel aparece como destino destas. Em um

---

<sup>124</sup> Rodrigo permanece desaparecido até hoje. Ouvi de um dos investigadores do SICRIDE a hipótese de que Rodrigo poderia ter sido encontrado em Israel. O Serviço realizou um exame prosopográfico (de comparação fisionômica) no qual se cogitou que ele pudesse ser um soldado localizado em Israel. Mas, segundo ele, o caso era muito complexo, pois seria necessário o deslocamento para Israel para a extração do sangue do mesmo. A Interpol, o exército e até o próprio governador do estado se envolveram no caso buscando uma solução, que durou aproximadamente 26 anos. Entretanto, o soldado em questão morreu em um acidente de moto. Houve uma tentativa de exumação do corpo, mas os judeus não permitem o procedimento e, embora os soldados geralmente tenham o perfil sanguíneo armazenado, tanto os soldados americanos como os israelenses são uma exceção a essa regra.

<sup>125</sup> Em uma reportagem especial da Record, em 2016, Arlete alegou que o tráfico continuaria acontecendo até hoje.

levantamento da Polícia Federal apresentado no Jornal do Brasil (17/01/88) sobre crianças brasileiras adotadas entre 1985 a setembro de 1987, não há sequer menção ao estado do Paraná, enquanto o Rio Grande do Sul e Santa Catarina aparecem com 93 e 66 casos, respectivamente. Isso permite colocar em dúvida a fidedignidade desses levantamentos oficiais e a autenticidade dos registros.

O jornal do Brasil (17/01/1988) estimava que a cada três adoções estrangeiras, apenas uma seguia a lei, já que a Polícia Federal estimava em 6 mil adoções nos últimos dois anos, embora apenas 2.129 estivessem registradas oficialmente. Das adoções ilegais, ou as crianças saíam clandestinamente pelas fronteiras do sul ou eram registradas como filhas de estrangeiros nascidos no Brasil. Entre os dados oficiais, o estado que mais exportava legalmente era Pernambuco com 344 casos em dois anos, seguida de Bahia com 311 (ver figura 15).



Figura 15: Mapa do tráfico internacional de crianças, da série “Órfãos do Brasil”<sup>126</sup>

Nesse levantamento, Israel constava como o primeiro destino, de maneira legal ou ilegal, das crianças, com cerca da metade do número total de adoções em dois anos (3 mil casos). Os demais destinos principais eram os países europeus como Itália, França, Suíça e Alemanha Oriental. Entre as várias cidades em que a prática da adoção internacional era generalizada e por isso investigada, a matéria destaca que em Barbacena-MG o número de casos gerava um clima de temor sobre o sequestro de crianças.

Com a orientação da Justiça paranaense pelo cumprimento do Código de Menores de 1979, em 1984, e posteriormente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, o papel desses intermediários na adoção internacional ficou dificultado, uma vez que as adoções internacionais deveriam

<sup>126</sup> Diário Catarinense, 06/08/2012. Disponível em <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2012/08/israel-e-o-pais-para-onde-foi-leuada-a-maioria-dos-bebes-brasileiros-vendidos-nos-anos-1980-3844541.html>> Acesso em 03/2017.

ser plenas, excepcionais e sancionadas por um Juizado da Infância. Vedava-se ainda a adoção por procuração, exigindo a permanência dos pais adotivos entre 15 e 30 dias no país e a aprovação por uma comissão estadual ligada ao judiciário e de agências credenciadas no país de origem. Essa orientação se enquadrava na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989.

A narrativa sobre a “quadrilha de tráfico de crianças” dá especial relevância ao protagonismo de Arlete Hilu, em detrimento de todos os demais intermediários. Mesmo que as adoções pudessem ser consideradas imorais, elas não eram necessariamente ilegais antes de 1984, o que atesta a importância da opinião pública na regulamentação da prática.

A partir de 1984 as adoções ilegais teriam sido dificultadas em decorrência da necessidade da intermediação do Juizado de Menores, o que teria motivado, segundo os argumentos apresentados pelo jornal, o sequestro de crianças, o que podemos interpretar como a tentativa de eliminação da negociação privada dos intermediários com os pais biológicos. Embora possamos apresentar apenas alguns casos de crianças adotadas ilegalmente através do sequestro e não por uma negociação privada<sup>127</sup> entre pais biológicos e intermediários, isso não significa desconsiderar essa prática.

Entretanto, não há como fazer afirmações a respeito do alcance desta prática em decorrência da ausência de resolução desses casos, mas podemos considerar que a incógnita a respeito do paradeiro de crianças desaparecidas nesse período ou recentemente, aliado ao argumento da descendência europeia das crianças, produzem um terreno favorável à especulação e aos rumores, como vimos no capítulo IV. Um desses casos se tornou tão emblemático que mudou a forma como as adoções passaram a ocorrer em Israel, o caso Bruna.

---

<sup>127</sup> Isso não significa naturalizar a “venda”, pois o aliciamento das famílias biológicas não era evidente a respeito do destino da criança, sobre o tipo de relacionamento entre pais biológicos e seus filhos adotados ou sobre o significado da “ajuda” monetária.

## 5.4 O caso Bruna

Bruna Aparecida Veloso foi sequestrada em Curitiba no dia 13 de outubro de 1986, pela babá Marisa Vieira. Marisa estava em seu segundo dia de trabalho e mandou o irmão de Bruna, de 11 anos, à padaria, e entregou a criança ao modelo Rodolfo Jaime Garcia, através de Claudete Tomázi Elisio e João Antonio Elísio, que encaminharam a criança para Maribel Pereira, em Assunção, no Paraguai. No Paraguai, os pais adotivos pagaram US\$ 10 mil pela menina. Marisa foi presa três dias depois, tendo cumprido quatro anos em regime fechado.

Quando foi presa, Marisa entregou cinco nomes de envolvidos à polícia, entre eles o de Arlete Hilu. Entre os citados, Claudete Tomázio Elisio trazia consigo o número de telefone dos pais adotivos. Em dezembro de 1987, a polícia localiza a menina Bruna, com um ano e meio, em Israel. A Polícia Civil repassou o caso à Polícia Federal. No início de 1988, a mãe de Bruna, Rosilda Vasconcelos, apela ao ministro da Justiça do Brasil para recuperar a filha. Rosilda era manicure, estava casada com um eletricista e era mãe de mais três filhos.

A *Central Television Incorporated*, canal privado inglês, convidou a mãe de Bruna para um encontro em Israel, depois de gravar uma reportagem com ela em Curitiba e com Arlete Hilu, que estava presa. O caso teve uma repercussão internacional através da denúncia de sequestro internacional de crianças brasileiras pela televisão britânica. Segundo o programa, que entrevistou os pais adotivos e biológicos de Bruna, existiam 2 mil crianças levadas a Israel por “quadrilhas”. A *Central* teria gasto US\$ 500 mil para trazer Bruna de Israel. Além de levar Rosilda para Israel, a reportagem teria conseguido os telefones dos pais adotivos de Bruna com os policiais do Paraná. Depois, um detetive em Israel foi contratado para localizar os pais adotivos de Bruna. A rede de televisão também contratou um advogado e Rosilda foi à justiça para recuperar a filha.

O caso estaria aguardando uma solução diplomática pelo Ministério da Justiça brasileiro. Um mês depois, o Movimento de Ação Ecológica do Paraná protesta nas ruas solicitando a intervenção do governador Álvaro Dias no caso

Bruna. Rosilda havia viajado pela segunda vez a Israel, mas o governo brasileiro não demonstrava empenho em ajudá-la.

Um mês depois, a liberação de Bruna dependia apenas de um parecer final da Justiça de Israel. A declaração de um juiz israelense fez com que o Brasil interpelasse diretamente o governo de Israel por meio de seu embaixador no Brasil. Em uma entrevista a um jornal local, o juiz israelense alegou que a família israelense daria melhores condições à Bruna do que a família brasileira. O embaixador no Brasil disse ter-se tratado de um boato e que o comércio de crianças carentes seria um bom negócio que renderia até US\$ 8 mil, que as adoções ilegais contavam com advogados que atuavam como procuradores e Juizados de Menores.

Em junho de 1988, a Justiça israelense confirmou que a criança sequestrada e encontrada em Israel era mesmo Bruna, filha de Rosilda e Luís Américo Vasconcelos através de exames de paternidade e da comprovação da falsidade dos documentos apresentados pelo pai adotivo. A sentença final sairia em sete dias. O secretário federal de Justiça de Israel temia que a decisão pudesse ser desfavorável, levando em consideração a situação dos 2 mil casais que adotaram crianças brasileiras em Israel. O secretário afirmava que o país não iria aceitar uma decisão que não fosse jurídica, pois Bruna foi retirada do Brasil por meios criminosos.

O Supremo Tribunal Superior de Israel decidiu que Bruna ficaria com seus pais biológicos. Bruna convivia há dois anos com os pais adotivos e teria que passar por um acompanhamento psicológico antes de retornar ao Brasil. A criança deveria ficar mais um mês em Israel, recebendo visitas dos pais biológicos e acompanhamento psicológico, para amenizar o “trauma”, assunto dos repórteres ao entrevistar Rosilda e a mãe adotiva.

Rosilda não demonstrou interesse em visitar o casal em Israel, porque acreditava que isso somente aumentaria o drama. Rosilda não quis ficar na casa dos pais adotivos, mas na casa do embaixador brasileiro em Israel. Como exigência judicial, os pais deveriam visitar a menina na casa dos pais adotivos durante quatro horas todos os dias. O pai adotivo lamentou “a tragédia indescritível que se abaterá sobre Caroline (Bruna), cujas consequências são inimagináveis e surgirão com o tempo”.

Ao chegar a Curitiba, Bruna é recebida com festa, com uma carreata de mais de 100 carros do aeroporto até o Palácio Iguazu. Mais de 500 pessoas a receberam no aeroporto junto com a mãe de 32 anos e o pai de 34 anos. No Palácio, todos foram recebidos pelo governador e pelo secretário de segurança. O jornal frisa o episódio em que o governador tentou pegar a criança no colo, sem sucesso (figura 16). Rosilda recebeu um cheque de 82 mil Cz\$, referente a doações feitas em uma conta do Banco do Estado do Paraná.

O governador alegou que não iria utilizar o episódio politicamente. Rosilda participou de uma entrevista coletiva tumultuada com aglomeração de pessoas e depois conheceu os pais de Rodrigo Novick, raptado em 1987. Rosilda alegava que foi muito cobrada no período em que ficou em Israel pelo fato de ser uma mulher pobre e insistir em trazer de volta sua filha.



Figura 16: Reportagem sobre o retorno de Bruna, Jornal do Brasil, 01/07/1988.

Um ano depois do caso Bruna, com a cobertura diária e tratamento de celebridade, o jornal advertia para a recomendação do acompanhamento

psicológico da menina tanto por especialistas no Brasil, quanto de Israel. A reportagem se refere à Bruna como uma menina extrovertida.

Jaffe (1991) trata o caso Bruna/Carolin<sup>128</sup> como uma causa célebre, um problema nacional que envolvia questões éticas, emocionais e científicas. A decisão judicial trazia temor aos casais adotivos, já que poderia significar a anulação de suas adoções, sobretudo para os que haviam contratado os serviços de Arlete Hillu e do advogado Carlos Pereira, pois temiam que sua documentação fosse falsa ou que seus bebês tivessem sido sequestrados. No entanto, nenhum outro pedido de retorno de bebês foi realizado, tampouco as autoridades brasileiras prosseguiram com o tema.

Em 2008, a cineasta israelense Nili Tal lança o documentário “Bruna”, no qual recupera imagens do caso e apresenta as condições de vida atuais de Bruna, passados mais de 20 anos de seu retorno ao Brasil. A narrativa sugere que Bruna poderia estar em melhores condições de vida, pois sua condição financeira não era boa, uma vez que ela criava os dois filhos sozinha, ficando grávida do primeiro filho aos 14 anos. A abordagem dá relevância para as diferentes condições financeiras entre as duas famílias, a israelense e a brasileira, sem destacar as condições nas quais Bruna foi adotada. O rapto seria justificado para salvar as crianças brasileiras da pobreza.

Regueiro (2015) argumenta que a expropriação dos filhos dos detidos/desaparecidos pelos militares durante a ditadura argentina era justificada por um discurso salvacionista, que temia a vingança e a contaminação da nação por ideologias “subversivas”, influenciadas pela expansão de ideologias eugenistas e higienistas no século XIX.

## 5.5 As bruxas de Guaratuba

A partir do relato do detetive Carlos acerca da relação entre três casos de desaparecimento ocorridos em um pequeno intervalo de tempo no Paraná, exploro, por meio do “caso Evandro”, as diferentes disputas entre saberes e

---

<sup>128</sup> Nome adotivo.

moralidades na construção de distintos desfechos para um corpo encontrado no dia 11 de abril de 1992. Seria o corpo de um desaparecido? Teria ele relação com magia negra, bruxaria, tráfico de órgãos? A partir da contextualização do caso, tentarei elencar as razões para que um evento traumático para pequena cidade de Guaratuba, as disputas políticas e o pânico moral decorrente da morte brutal de uma criança se transformassem em desfechos tão distintos do “caso Evandro”. Minhas principais fontes são a narrativa de Carlos, um livro escrito pelo primo do pai de Evandro Ramos Caetano (Santos Filho, 2012), assim como reportagens da época e decisões judiciais.

Segundo Carlos, a relação do caso à “bruxaria”, conforme o delegado teria dito à época, teria sido fruto do oportunismo político, tendo como acusados a filha e a mulher do prefeito de Guaratuba e mais cinco pessoas, entre elas dois pais de santo. Celina Abagge teria confessado sob tortura, por um grupo da Polícia Militar chamado Águia, que costumava se utilizar dessas práticas para obter confissões e Beatriz Abagge teria sido violentada na frente de sua mãe.

Segundo o Jornal do Brasil, os pais de santo Osvaldo Marceneiro, Vicente de Paula Ferreira, o artesão Davi dos Santos Soares (pintor Sergio Cristofolini e o contador Airton Bardeli) confessaram ter sequestrado Evandro a pedido de Celina Abagge, além de Leandro Bossi, por US\$ 2 mil, para um ritual de sacrifício em uma seita de “gringos” que a polícia acreditava ser de Valentina de Andrade. A relação entre Celina e Beatriz Abagge com Valentina não foi provada e nem ela, nem José Terrugi, seu marido, foram condenados no caso Evandro.

A “seita” Lineamento Universal Superior-LUS, foi fundada em 1984, em La Plata, Argentina, por Valentina de Andrade, 61 anos, e seu companheiro argentino José Terrugi, de 38 anos. Entre as ideias da seita estão a crença em discos voadores e verdades universais. Ambos também residiam em uma mansão em Londrina, mas viajavam seguidamente para a Argentina. O casal foi acusado do envolvimento no assassinato de Evandro Ramos Caetano, seis anos, e no sequestro de Leandro Bossi, oito anos. Eles estavam sendo procurados na Argentina pela acusação de praticar sacrifícios de crianças e magia negra, mas não haviam se apresentando para depor.

Na época do desaparecimento de Leandro Bossi, 40 fiéis e os líderes do LUS estavam hospedados no mesmo hotel em Guaratuba onde a mãe de Leandro Bossi trabalhava como camareira e teria visto o filho conversando com Valentina no dia de seu desaparecimento. Os seguidores também estavam no Paraná em abril, período em que Evandro havia desaparecido e foram mencionados como cúmplices no depoimento dos acusados de assassinato de Evandro.

Os jornais denunciavam através da opinião de “especialistas”, a partir das obras de Valentina, que o grupo se constituía em uma “seita satânica e fanática” que alegava que “Deus é um ser nefasto, uma farsa” e que pregava o ódio às crianças nascidas depois de 1981. Valentina teria recebido mensagens cósmicas alertando sobre o cuidado em relação aos meninos, pois estes seriam “instrumentos inconscientes da grande farsa denominada Deus para confundir, subjugar e perturbar as pessoas através do sentimentalismo” (Jornal do Brasil, 17/07/1992, p. 8). Entre os objetivos do grupo de aproximadamente 300 seguidores de “classe média alta da Argentina estava o trabalho para o LUS e a arrecadação de dinheiro para uma viagem ao Paraná quando chegasse o fim do mundo, local onde passariam os discos voadores para salvá-los” (Jornal do Brasil, 17/07/1992, p. 8).

Seis malas foram encontradas em um guarda volumes do casal em Londrina, além de armas e os trajes da seita havia fitas de vídeo e fitas cassete. Em uma gravação de vídeo Terrugi solicita à Valentina, “incorporado por um espírito”, “Mate la criancinha que jo le pedi” (Jornal do Brasil, 24/07/1992, p.7), quatro dias antes do desaparecimento de Leandro Bossi.

A partir do livro “A Verdadeira História do Caso Evandro”, de Diógenes Caetano dos Santos Filho (Santos Filho, 2012), primo do pai de Evandro, pude ter acesso ao argumentos que condenaram “a bruxa de Guaratuba”, Beatriz Abagge, a 21 anos de prisão em 2011.

O texto inicia com acontecimentos traumáticos que eclodiram em Guaratuba, como uma grande enchente que varreu a cidade em 1968 e um prédio que desabou em 1995, matando aproximadamente 28 pessoas e, entre estes, um desastre que envolveu diretamente o autor, a morte de Evandro Ramos Caetano, cinco dias depois do seu desaparecimento, em seis de abril de 1992. Diógenes argumenta que o seu livro tem por objetivo demonstrar a

verdade, uma vez que ele considerava que a mídia estaria produzindo à época “violentas campanhas” para inocentar “os assassinos”. Diógenes alegava que o livro seria um alerta para evitar novos casos, citando a aliança de políticos, delegados e de uma rede de televisão na defesa dos acusados.

Diógenes explicou que naquele período já havia desaparecido mais de 20 crianças no Paraná, quando no dia 15 de fevereiro de 1992, Leandro Bossi desapareceu. Aldo Abagge já estava em seu quarto mandato como prefeito e sua mulher, Celina Abagge, teria muito poder sobre as ações do prefeito, o que permitiu que ela proibisse a divulgação do caso à imprensa e se utilizasse da sua influência para reprimir manifestações<sup>129</sup> de funcionários públicos (a mãe de Evandro era professora de uma escola municipal), bem como a participação no enterro do menino e o cerceamento de testemunhas.

O texto inicia com a condição do corpo de Evandro Ramos Caetano: “as mãos amputadas, escalpelado, com os dedos dos pés cortados, sem os olhos, sem as orelhas, sem o osso externo do tórax, e não havendo nada em seu interior” (Santos Filho, 2012, p.1), alegando que não restava dúvida sobre a ação humana, ao contrário da primeira hipótese apontada por uma reportagem, de que a criança teria sido atacada por um animal. Diógenes lembrou a atitude suspeita do pai de santo que anunciava uma semana antes que um evento iria trazer pavor à cidade, sendo que após o surgimento do corpo ele teria aumentado o valor de suas consultas em cinco vezes. Diógenes também citou casos envolvendo o sumiço de crianças no Paraná, de 1985 a 1992, alegando uma identidade entre elas:

Crianças com idade em torno de sete anos, com sete letras no nome, desapareceram, a predominância era de loiros, com olhos azuis. Outro fato a considerar é que procediam de classe média, oriundas de lares ajustados, o que destoava completamente dos sumiços anteriores. A maioria dessas crianças jamais foi vista, mesmo com poderosas e longas campanhas levadas a cabo, tanto pela imprensa local como nacional. Esses desaparecimentos ocorridos no Paraná eram inicialmente distantes um do outro. Contudo, vindo o ano de 1992, a frequência aumentou. Desapareceu uma criança em janeiro, duas em fevereiro, três em março, e Evandro Ramos Caetano, dia 6 de abril de 1992. Depois dessa criança, os desaparecimentos já não possuíam as mesmas características, voltando a ser como antes,

---

<sup>129</sup> Segundo Diógenes, um destes incidentes de repressão teria sido retratado em uma edição da “Folha de Londrina”, a qual não obtive acesso.

quase sempre solucionados. Parecia haver um propósito. (Santos Filho, 2012, p. 17)

O grupo Tigre, da elite da Polícia Civil, chegou no dia seguinte ao desaparecimento, mas com o tempo passou a ter muita proximidade em relação ao prefeito e sua mulher, que pagavam suas despesas e acompanhavam sua rotina. Os familiares de Evandro passam então a se reunir em sua casa para discutir e tomar decisões sobre o caso.

Diógenes era ex-policial civil e depôs algumas vezes apresentando todas as suas provas: a relação dos pais de santo com Celina Abagge, os conflitos políticos entre os partidos locais e sua atuação contra a administração do prefeito, e depois sua candidatura a vereador, também como forma de se preservar diante de argumentos da defesa. Outro fato foi esclarecido por ele: Diógenes é filho de um ex-prefeito que teria tido um caso com Celina Abagge, motivo pelo qual o seu pai se separou de sua mãe, o que, segundo a defesa, explicaria o seu “desejo de vingança” pela mesma.

Com o aparecimento do corpo de Evandro e a inconclusão do caso, Diógenes faz uma denúncia, através de “pessoas influentes” na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília. Chega então à cidade, o grupo de elite da Polícia Militar, o grupo Águia. O grupo averigua as informações de Diógenes e levanta novas provas, mas uma disputa entre as duas polícias é iniciada.

Um novo delegado é enviado para Guaratuba, Luís Carlos de Oliveira, que seria o responsável pela vinda, de Manaus, do menino Diogo Moreira Alves, que ele afirmava ser Leandro Bossi (conforme já referido no subcapítulo 5.1). Diógenes acreditava que a vinda do menino seria uma tentativa de abafar o caso Evandro. Diógenes descreve as relações políticas do delegado. Conforme Diógenes argumenta, Luís Carlos de Oliveira durante muito tempo defendeu em reportagens na imprensa que o caso seria uma farsa criada por Diógenes, que as Abagge seriam inocentes e que o corpo enterrado não era de Evandro. Além do delegado, a jornalista Vania Mara Welte<sup>130</sup>, que venceu o

---

<sup>130</sup> Essas reportagens foram veiculadas antes do julgamento de Beatriz Abagge. Muitas destas reportagens utilizam o nome de Vania como um argumento de autoridade, endossando parte dos argumentos contrastantes do caso, pois a mesma é citada como forma de desqualificar o

prêmio Esso Regional Sul de Jornalismo, com reportagens que inocentavam as Abagge, também foi criticada por Diógenes.

Diógenes alegou que a vinda de Diogo Moreira teria sido uma grande farsa noticiada pela imprensa do Paraná e que se tratava de uma estratégia de defesa. Se o pai de santo havia confessado a morte de Leandro e Evandro e eles provassem que uma das mortes não havia acontecido, a outra também supostamente não teria acontecido, por isso a vinda do suposto Leandro Bossi. Apesar de muitas pessoas afirmarem não se tratar de Leandro, essas reportagens não foram ao ar, uma “farsa” para culpar uma das principais testemunhas do caso Evandro pelo rapto do menino. Então a verdadeira mãe apareceu e a farsa foi provada pelo DNA. Diógenes argumentou ainda que saberia localizar o corpo de Leandro Bossi, a partir da descrição do pai de santo.

No dia dois de julho de 1992, sete pessoas foram presas, entre elas a filha e a esposa do prefeito, após todos terem confessado que sacrificaram a criança em um ritual de magia negra realizado na serraria do prefeito. Além disso, peritos encontraram sangue humano na serraria de Aldo Abagge, prefeito de Guaratuba, a primeira prova contra os sete acusados que passaram a negar suas confissões. Após a prisão, a população se revoltou e apedrejou a Prefeitura e a Câmara de Vereadores. O prefeito saiu e não pôde mais retornar à cidade, em função de seu *impeachment*.

Cabe atentar para as relações decorrentes para cada realidade proposta na interpretação do desaparecimento de Evandro e no aparecimento de um corpo. Posteriormente, três dos acusados já haviam sido condenados e dois absolvidos em julgamentos separados. O julgamento de Celina e Beatriz foi o mais longo já realizado no Brasil, tendo durado 34 dias. Apesar de terem sido absolvidas, o julgamento foi invalidado pelo Superior Tribunal Federal, uma vez que a defesa foi contra as provas materiais sobre a identidade do corpo e os jurados decidiram que o corpo não era de Evandro, apesar do exame da arcada dentária e do DNA, que teria ficado em uma probabilidade de 99,997%.

---

argumento de magia negra. Vania também foi mencionada pelo detetive Carlos como uma jornalista séria que noticiou o caso em que ele “provou” que Diogo não era Leandro Bossi.

Ao chegar ao Superior Tribunal Federal, o júri do caso<sup>131</sup> foi anulado, remetendo à qualificação dos especialistas na produção de provas científicas “incontestáveis”. No relatório da decisão do STF (14/04/2009) constam os seguintes trechos (grifos meus) do acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná:

[...] com o devido respeito à ilustrada defesa das apeladas, não podem ser levadas em linha de conta as afirmações de que os jurados apenas adoram uma das teses abordadas, e muito menos as considerações tecidas sobre os exames técnicos (mormente o exame de necropsia e o exame de DNA), tachando-os de inseguros e de relativos resultados, pois, como asseverado no brilhante parecer da douta Procuradoria-Geral de Justiça, é absurda a pretensão de levantar-se uma dúvida salvadora quanto à materialidade do crime, com esteio tão-somente em dois pareceres de encomenda, elaborados teoricamente, alguns anos depois dos fatos, sem o necessário exame de qualquer material, humano ou não, apreendido (fl.8298).

[...] A materialidade do homicídio, insistimos, está comprovada através de perícias oficiais (laudo de exame e levantamento do local de achado do cadáver, laudo de necropsia, laudo de exame odontológico de identificação e laudo de avaliação técnica comparativa), sendo que os trabalhos de investigação genética pelo DNA, através **de tecnologia sofisticadas e moderna**, servem para respaldar aquelas conclusões. É claro que o homicídio do menor Evandro Ramos Caetano já estava comprovado pelos laudos oficiais. Os laudos de investigação genética pelo DNA vieram apenas confirmar aquelas conclusões, eliminar com a sua precisão tecnológica qualquer dúvida que pudesse ser lançada.

Óbvio que os jurados poderiam livremente aprovar ou rejeitar qualquer laudo pericial existente nos autos, não apenas aquele elaborado no Núcleo de Genética Médica de Minas Gerais Ltda. Porém, rejeitando-o, agrediram o conjunto probatório, **desprezaram a justiça** e provocaram a realização de novo julgamento.

**Aliás, seria exagerada petulância, digna de riso, que nós, leigos, com pálidos e insipientes argumentos, contestássemos ou pudéssemos em dúvida as conclusões científicas da moderna e complexa tecnologia, que poucos conseguem dominar** (8278/8298) (BRASIL, 2009, p. 890-891)

A decisão do júri, mesmo que legítima, “despreza” a justiça, afirmou o STF. Percebemos através do posicionamento do tribunal, que o conjunto de provas apresentado não poderia ser contestado, dada a infalibilidade dos métodos de investigação empregados. Entretanto, Costa (2002) demonstra a falibilidade das condições de emprego da identificação de perfis de DNA nas decisões judiciais. A autora lembra que o emprego da tecnologia tem servido

---

<sup>131</sup> Entre tantos outros detalhes, o caso ainda conta com o suicídio de uma testemunha de acusação, o médico perito que atestou a inexistência de sinais de tortura em Beatriz e Celina Abagge.

para o acirramento de um debate na Inglaterra e nos Estados Unidos acerca da vulnerabilidade de seus usos locais, o que colocaria em risco a suposta universalidade da ciência, dadas as condições de construção no laboratório, mas também do mundo social em que a tecnologia emerge. A autora evidencia as tensões que se estabelecem nas relações entre uma ciência que se globaliza e um direito que permanece localizado, demonstrando que o avanço da técnica não satisfaz necessariamente a expectativa da incerteza e de avanço democrático.

Dando o exemplo de Portugal, Costa (2002) identifica problemas que envolvem a prática policial, a investigação forense e o funcionamento do sistema judicial. Ela alude às deficiências na formação da polícia judiciária e seus meios para a recolha e conservação dos vestígios forenses, atentando para a possibilidade de contaminação dos vestígios, sobretudo em casos criminais. No que concerne aos laboratórios, a autora identifica diferenças dos procedimentos entre os laboratórios, da formação de seus profissionais, dos recursos financeiros e dos equipamentos e outras contingências ligadas a erros ou omissões. Além disso, dada a falta de formação dos juízes, dificilmente a prova seria contestada, uma vez que a interpretação destes no tribunal acaba se revelando através de uma retórica do rigor, da imparcialidade e da objetividade.

Também sobre o contexto português, Machado (2011) demonstra a retórica na criação de uma base de dados de perfis de DNA, na qual está presente a crença de que os genes poderiam revelar a verdade sobre a essência ou a conduta humana. A autora aponta o predomínio das promessas tecnológicas, mais do que uma reflexão sobre seus possíveis riscos, unindo a ciência e a justiça por meio de um “dispositivo da universalidade” que consiste na “afirmação da autonomia e da neutralidade, tanto do sistema científico como do sistema jurídico” e do “distanciamento do conhecimento e ação dos peritos relativamente a agentes periciais dotados de menos recursos no campo da investigação criminal – nomeadamente polícias– e a leigos ou cidadãos comuns” (Machado, 2011, p.156).

O próprio sistema jurídico passa a utilizar a “verdade” científica para dar credibilidade à decisão judicial e ao aparelho de justiça. Os juízes, através da seleção de quem integrará o banco de perfis, e os peritos, reservam para si,

através do uso da universalidade da ciência e da justiça o papel de servidores do interesse geral, fazendo uso político da tecnologia para consolidar sua posição social, investindo de neutralidade e objetividade processos fundados em avaliações morais.

O julgamento de Beatriz e Celina Abagge só viria a ser realizado em 2011, quando Celina completou 70 anos e não poderia mais ser condenada pelo crime, uma vez que já havia passado mais de dez anos, tempo pelo qual o crime prescreve para maiores de 70 anos no Brasil. Beatriz Abagge foi condenada a 21 anos de prisão em um júri dividido. O “caso Evandro” pode ser entendido como paradigmático das lutas estratégicas entre os diversos agentes que compõem o sistema judiciário, familiares, jornalistas, policiais, detetives, provas materiais, saberes, outros casos de desaparecimento, rituais de magia negra, etc.

No quadro 1, elenco três desfechos comparativos para o corpo encontrado:

<b>Desfechos dos eventos</b>	<b>Detetive particular</b>	<b>Diógenes Caetano</b>	<b>Defesa</b>
<b>Desaparecimento de Evandro</b>	Tráfico de crianças para adoção internacional.	Morto em um ritual de magia negra, a sétima criança sequestrada para esse fim no Paraná e a segunda em Guaratuba.	Foi sequestrado, ainda estaria desaparecido.
<b>Corpo encontrado</b>	Era de Guilherme Caramês, desaparecido um ano antes.	Era de Evandro Ramos Caetano.	O corpo encontrado não era de Evandro Ramos (relativização do teste de DNA e do exame da arcada dentária). O corpo também poderia ter sido devorado por animais.
<b>Desaparecimento de Leandro Bossi</b>	Foi raptado para fins de adoção ilegal, junto com Evandro. O menino encontrado	Foi vítima de magia negra, estava enterrado em local conhecido em Guaratuba. O menino encontrado não era Leandro.	O menino encontrado em Manaus era Leandro Bossi (Diogo Moreira Alves) o que revela que os casos não têm

	não era Leandro.		relação com magia negra e incriminam uma testemunha de acusação do caso Evandro. Tese descartada.
<b>Celina e Beatriz Abagge no caso Evandro</b>	São inocentes, confissão forjada sob tortura pelo grupo Àguia.	São culpadas, assim como os seis indiciados que mataram Evandro e Leandro em um ritual de magia negra.	São inocentes, confessaram mediante tortura. A hipótese apresentada por Diógenes é fruto de uma disputa política com o prefeito e uma vingança contra Celina Abagge.

Quadro 1: Comparação entre os desfechos para o corpo encontrado em Guaratuba em 1992.

No quadro 2, apresento os casos de crianças desaparecidas no Paraná que, segundo a imprensa, levantaram a suspeita de ligação com sacrifícios rituais no Paraná<sup>132</sup>, a partir do depoimento dos acusados no caso Evandro. Destes, apenas dois desaparecidos foram encontrados até hoje. Os demais casos são de crianças ainda desaparecidas que constam nos arquivos do SICRIDE.

<b>Data do desaparecimento</b>	<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Cidade</b>	<b>Observação</b>
29/03/1982	Ednilton Palma*	10 anos	Maringá	desaparecido
18/07/1986	Adriano Marques da Silva*	8 anos	Cascavel	desaparecido
11/10/1987	Rodrigo Novick de Oliveira	1 ano e 8 meses	Curitiba	desaparecido
05/1988	Maristela Bernardes <sup>133</sup>	4 anos	Colombo	encontrada

<sup>132</sup> “Quadrilha de fanáticos religiosos envolvidos com o culto ao diabo”. 19/07/1992. Jornal do Brasil, p.4

<sup>133</sup> Maristela Bernardes foi encontrada em 2005. A israelense Ayelet Zamir procurou ajuda do jornal “O Estado” para buscar sua família biológica e foi reconhecida pela irmã. Em 2007 ela realizou o exame de DNA que confirmou sua filiação. O caso de Leandro Correia, três anos, de Roncador, não foi incorporado aqui. Leandro desapareceu em 22/05/1990. Vinte anos depois, a delegada do SICRIDE, Ana Claudia Machado, decidiu analisar o DNA de ossos encontrados em uma lavoura, no local do desaparecimento. O SICRIDE não existia à época e a análise de DNA não era prática comum no trabalho da polícia. O exame confirmou a identidade do menino.

23/12/1988	Ewerton de Lima Gonçalves	4 anos	Curitiba	desaparecido
17/06/1991	Guilherme Caramês Tiburtius	8 anos	Curitiba	desaparecido
24/12/1991	Alex Anderson da Silva Rosa	11 anos	Piraquara	sem informação
15/02/1992	Leandro Bossi	8 anos	Guaratuba	desaparecido
03/03/1992	José Carlos dos Santos*	11 anos	Maringá	desaparecido
05/04/1992	Edson Rodrigo Batista da Silva	6 anos	Londrina	desaparecido
07/04/1992	Evandro Ramos Caetano	6 anos	Guaratuba	corpo encontrado
20/04/1992	Lucinéia Silveira da Silva	4 anos	Araucária	desaparecida
11/11/1992	Gislaine Aparecida Ferreira*	6 anos	Colombo	desaparecida
09/08/1995	Leticia Moraes de Oliveira*	3 anos	Iporã	desaparecida
07/03/1997	Osnei Ranea*	11 anos	Curitiba	desaparecido
09/12/1997	Kelly Cristina da Silva*	6 anos	Curitiba	desaparecido

Quadro 2: Crianças desaparecidas no Paraná, 1982 a 1997.

\*Casos não mencionados pela imprensa, embora se refiram ao mesmo período. Esses casos ainda estão registrados no SICRIDE como desaparecidos.

Podemos perceber que as teorias acerca da prática de magia negra, tanto as mencionadas por Diógenes quanto pelas suspeitas dos jornais, podem ignorar a existência de outros casos, ou não se encaixarem exatamente em todos os critérios estipulados<sup>134</sup>. Entretanto, a adequação dessas teorias não é uma condição para a existência ou não da prática de magia negra, tampouco o caso Evandro atesta a relação com a “bruxaria”.

Ao analisar o “caso dos meninos emasculados” de Altamira, Lacerda (2015) argumenta que esses crimes eram vividos como um “evento crítico”, uma vez que há uma distinção temporal entre o passado e o presente. A magia negra ao mesmo tempo em que explicava o poder dos poderosos demonstrava aquilo que elas estavam dispostas a fazer em nome dele, a exemplo dos supostos rituais para atrair prosperidade para a família Abagge.

A bruxaria é mais um dos elementos que atuam juntamente com outras causas. Em 1993, Valentina Andrade foi incluída no processo que apurava os casos dos meninos emasculados de Altamira, em decorrência de sua ligação

<sup>134</sup> Devemos considerar também que aqui podem não constar todos os casos de crianças que tenham desaparecido no período e posteriormente sido encontradas, com ou sem vida.

com a prática de magia negra e na tentativa de ligação entre o caso de Guaratuba e Altamira. A hipótese da relação de uma seita com os crimes fôra aceita pelos familiares de Altamira pela possibilidade de tornar inteligíveis informações, dados e circunstâncias até então desconexos.

As suspeitas de bruxaria não emergem apenas como um crime a ser combatido, mas como maneiras de intervir moralmente no mundo (Evans-Pritchard, 1978). Por isso as mulheres são suspeitas em potencial e ocupam um lugar de protagonismo nas denúncias pelo caráter transgressor de suas condutas, uma vez que só alguém que fugisse tanto de sua “natureza” de proteção e cuidado poderia cometer tais atrocidades com crianças, o que torna suas ações ainda mais repugnantes. Evans-Pritchard (1978) argumenta que a bruxaria envolve ações e juízos morais de correção sobre o mundo social, de modo a reestabelecer o que está fora de lugar. Os bruxos acabam sendo aqueles cujo comportamento afasta-se de exigências sociais, assim como entre os Azande não eram incluídos os membros mais poderosos e ricos.

Stewart e Strathern (2008) entendem a bruxaria não apenas como um “conjunto de símbolos culturais que expressam uma forma de ver o mundo” (p.5), mas como um fenômeno intimamente arraigado em “sequências de ação”. Ao mesmo tempo em que esses fenômenos são produzidos por processos de criação e resolução de conflito eles também têm a capacidade de transformá-los. Mesmo que a realidade construída pelos processos de acusação não se institua como uma verdade, ela evidencia processos históricos de relações de poder que são expressos em uma forma prática.

A bruxaria e a feitiçaria emergem a partir de acontecimentos difíceis de explicar e suportar, como a perseguição às bruxas pela teologia cristã no século XIV, na Europa continental, fruto da sistematização de crenças populares informais preexistentes. A perseguição atingia especialmente as mulheres, como representantes de uma anti-imagem da sociedade, pois a bruxa além da maldade possui poderes mágicos, o que explicita as hierarquias sociais (Stewart e Strathern, 2008).

## 5.6 Considerações finais

Scheper-Hughes e Biehl (2000) analisam os rumores acerca do tráfico de órgãos entre a população pobre de Pernambuco, nos anos 80. Estórias de rapto e mutilação de crianças floresciam em um contexto de extrema insegurança ontológica e física da população, corroboradas pelo mercado negro de bebês para a adoção internacional (nem sempre consentida pelos pais). A autora então percebeu que estas estórias eram pelos menos metaforicamente verdadeiras, na medida em que refletiam a violência cotidiana e maus tratos médicos vivenciados pela população pobre. Foi também nos anos 80 que esses boatos e os relatos científicos em revistas médicas especializadas começaram a confluir em casos em países como a Índia, China ou África do Sul.

Stewart e Strathern (2008) relacionam os debates sobre bruxaria, feitiçaria, rumores e fofocas através de uma análise processual e histórica. Os rumores e fofocas nascem das incertezas e especulações e os conflitos decorrentes deles podem se converter em acusações de bruxaria.

Lacerda (2017) analisa diferentes casos nos quais a magia negra emerge como justificativa para a prática de crimes violentos contra crianças. Ao mesmo tempo que se constituía como uma linha de incriminação para diferentes casos e em diferentes contextos, a magia negra também se tratava de uma estratégia arriscada nos quais os casos eram disputados, mas também embasados por diferentes profissionais.

Nessas disputas a prática da magia negra era explicada como uma forma de produção de vantagens para seus praticantes (salvação, poder, dinheiro). A autora argumenta que a magia negra pode servir como uma maneira de comunicar e compreender o excesso de violência perpetrada contra crianças pobres, tematizando a desigualdade e a desconfiança no poder e naqueles que o detém.

Longe de tomar parte nessa luta pela verdade, ou nesses jogos estratégicos entre liberdades (Foucault, 2004), percebemos que a construção dessas distintas realidade se constituem como universos morais que buscam restituir a estabilidade do mundo social por meio de ações ao dar uma

resolução para a ruptura do cotidiano representada pelo desaparecimento de uma criança ou de um corpo de uma criança mutilada: seja produzindo distintas verdades, livrando pessoas inocentes da prisão, condenando assassinos ou oferecendo indícios para a resolução de outros casos. Essas realidades tendem a reviver acontecimentos recorrentes, projetados desde o passado.

O modo como todas essas teorias podem ser deslocadas para outros casos através de ações no presente nos faz refletir acerca do limite tênue entre categorias como crime, provas científicas, rumores, magia negra e bruxaria.

## CAPÍTULO VI

### TECNOLOGIAS DE BUSCA E IDENTIFICAÇÃO: EXPERTISE COMO TECNOLOGIA DE GOVERNO

Nas diferentes formas de governo do desaparecimento de pessoas podemos perceber a existência de uma rede de atores muito mais complexa daquela que envolve apenas os familiares de pessoas desaparecidas. Neste capítulo atentarei às práticas de reconhecimento e busca de pessoas desaparecidas e de como elas mobilizam distintas formas de ação. As narrativas desses sujeitos desconstróem aquelas práticas ou “híbridos” que habitualmente são colocados como as mais modernas tecnologias de identificação ou de busca, ao dar especial atenção às redes que dão sentido ao funcionamento de tais tecnologias. Além disso, as narrativas iluminam um aspecto fundamental das formas de governo das pessoas desaparecidas: como elas atuam indistintamente entre os espaços públicos e privados e como produzem o Estado desde as suas margens (Das; Poole, 2008).

Funcionários públicos, voluntários, detetives particulares que se utilizam de bancos de dados construídos para fins de políticas públicas, programas sociais, registros de identificação, cadastros de crédito comercial embaralham nossa percepção sobre como a investigação deixa de ser um atributo essencial de sujeitos especializados e mobiliza uma rede de relações pessoais nos limites da legalidade para alcançar um único objetivo: a localização de uma pessoa desaparecida.

No capítulo V, esses mediadores emergiam desde um campo de disputas e estratégias de definição e ação em um contexto histórico específico. Neste capítulo, esses personagens emergem das redes de familiares de pessoas desaparecidas.

Embora sejam apresentadas narrativas pertinentes para compreender a rotina da busca a pessoas desaparecidas, não aprofundo ou específico as diferentes formas de acesso aos dados de pessoas desaparecidas, em decorrência das questões éticas envolvidas, uma vez que nem todas essas ações empreendidas por esses sujeitos são amparadas legalmente, embora possam ser moralmente justificadas pelos mesmos. Mesmo que os sujeitos não fossem identificados pelos nomes, dar acesso ao que foi confidenciado na situação da entrevista poderia prejudicá-los, uma vez que poderiam ser reconhecidos por seus pares.

Levando em consideração o amplo universo da investigação específica do desaparecimento como as delegacias especializadas e a ação de investigadores privados, “voluntários” ou “pesquisadores” antecipo algumas questões que não serão aprofundadas no texto. Adoto como estratégia a generalização acerca dessa questão e, embora essa generalização diga respeito a sujeitos específicos, estes podem ou não aparecer como personagens no presente capítulo.

O acesso a quaisquer informações depende de redes de relações estabelecidas pelos sujeitos, uma vez que a maioria dos bancos de dados não é acessível aos cidadãos. De maneira geral, os principais bancos de dados citados (admitindo a possibilidade da existência de outros, obviamente) sem discriminar os sujeitos que fazem uso deles são: cadastro de crédito civil, cadastro do Sistema Único de Saúde- SUS, Institutos Médicos Legais- IMLS, hospitais, dados do Tribunal Superior Eleitoral- TRE, registros policiais como o INFOSEG, registros telefônicos, registros da atividade na internet. O acesso a esses bancos e recursos é facilitado para sujeitos que atuam em órgãos públicos, mas também depende da realização de parcerias ou da autorização judicial, o que nem sempre é possível ou célere.

A troca dessas informações pode envolver a relação entre funcionários públicos e investigadores/pesquisadores/voluntários privados (admitindo as distintas formas de contrato estabelecido entre eles e seus demandantes), ou seja, tanto os últimos solicitam os dados disponíveis para os agentes do Estado, quanto os primeiros buscam informações que não estão disponíveis a eles. Além disso, existem outras formas de obtenção da informação que são

específicas da formação de alguns desses sujeitos como o interrogatório policial, que tem sua legitimidade/legalidade restrita aos agentes do Estado.

Nesse capítulo, além de contextualizar a trajetória, as motivações e as relações estabelecidas pelos mediadores, exploro como eles definem os sujeitos que são alvos de suas buscas, ou seja, como eles imaginam e estabelecem o universo do desaparecimento de pessoas por meio de suas práticas. Como corolário dessa definição, destacarei suas práticas de busca a pessoas desaparecidas explorando as interações entre tecnologias, saberes e expertises.

Rose (1988) utiliza o termo “expertise da subjetividade” para descrever o lugar de uma gama de profissionais como psicólogos e assistentes sociais que reivindicam a autoridade e legitimidade para se ocupar do eu, classificando, diagnosticando e prescrevendo remédios. Nesse sentido, o exame emerge como um modelo para os dispositivos psicológicos de inscrição, através dos quais os indivíduos podem ser documentados, comparados, avaliados e julgados. A expertise passa a produzir novos regimes de verdade ao mesmo tempo em que define novas autoridades e os que estão sujeitos a ela, reconfigurando, portanto, as formas de governo da sociedade. As ciências passam a ter um papel fundamental na relação entre a vida subjetiva e intersubjetiva e o poder político:

Em primeiro lugar, o governo depende do conhecimento. Para se governar uma população é necessário isolá-la como um setor da realidade, identificar certas características e processos próprios dela, fazer com que seus traços se tornem observáveis, dizíveis, escrevíveis, explicá-los de acordo com certos esquemas explicativos. O governo depende, pois, de verdades que encarnam aquilo que deve ser governado, que o tornam pensável, calculável e praticável. Em segundo lugar, governar uma população exige conhecimento de um tipo diferente. Para se fazer cálculos sobre uma população é necessário enfatizar certos traços daquela população como o material bruto do cálculo, e exige informação sobre eles. O conhecimento aqui adquire uma forma bem física; exige a transformação de certos fenômenos - tais como um nascimento, uma morte, um casamento, uma doença, o número de pessoas que vivem nesta ou naquela casa, seus tipos de trabalho, sua dieta, riqueza ou pobreza - em materiais sobre os quais o cálculo político possa trabalhar. Isto é, o cálculo depende de processos de "inscrição", que traduzem o mundo em traços materiais: relatórios escritos, mapas, gráficos e, de forma proeminente, números. (Rose, 1988, p.36-37).

Os objetivos do governo da população passam a se articular com os pressupostos do conhecimento humano, inscrevendo os indivíduos em “redes de governo”, que incluem não apenas o poder do Estado, mas de outras forças e alianças como filantropos, membros do clero, profissionais liberais, pesquisadores, chefes, pais, etc., incidindo mesmo na maneira como os próprios fenômenos podem ser imaginados (produzindo-os) na realidade. Assim como se dá no “governo da alma”, a busca ao desaparecido coloca a autoridade de diferentes formas do conhecimento no centro da administração dos desaparecidos, obtendo sua atração nas verdades que eles revelam.

### 6.1 Expertise nas margens do Estado

O quadro “Reencontro” do programa “Eliana”, do SBT, divulga casos de pessoas desaparecidas e promove reencontros entre familiares. O espectador vivencia aos domingos, uma experiência que explora suas emoções em rede nacional através das cenas da família reunida. No auge dessa dramatização, a pessoa que procura seu familiar narra a sua história diante da câmera, mas não espera que ali, muito próximo, seu familiar está prestes a lhe encontrar. Ao final do quadro, a pessoa que busca seu familiar cai em uma armadilha: em um momento de surpresa ela é colocada diante do filho, da mãe, de um irmão. Eliminam-se os pormenores sobre o passado e sobre o futuro, o objetivo do reencontro foi alcançado.

Walter é a peça chave no encontro da pessoa desaparecida, uma vez que o quadro segue os passos de sua investigação. Walter é fundador da ONG “Goodangels” e em seu site ele destaca o seu pioneirismo no encontro de milhares de pessoas em sua trajetória de dez anos. Apesar da advertência ao caráter gratuito dos serviços oferecidos, para suprir a “demanda de serviços mais rápidos”, com a mesma “segurança e confiabilidade”, ele também oferece o serviço de “localização expressa de pessoas”, desde janeiro de 2017. O serviço só é cobrado com o sucesso da localização, que inclui a constatação de que o CPF está suspenso ou que a pessoa está em óbito e com a certeza

do seu endereço. Sua equipe estaria disponível para realizar o serviço de forma “rápida, eficiente e segura”, pelo custo de R\$ 800 da “pesquisa”, podendo ser parcelada em quatro vezes, com uma resposta em, no máximo, dois dias.

Em uma entrevista ao programa “De frente com Gabi” ele é descrito como “o homem que encontra pessoas”. Walter argumentou que sempre trabalhou gratuitamente para as pessoas e que “dilapidou seu patrimônio”, por isso ele costuma se preocupar com a questão financeira e hoje tem um contrato com uma rádio na qual apresenta o quadro “Te encontrei”, além do já referido quadro “Reencontro” e o “Amor antigo” no SBT. O “Amor antigo” é uma busca a uma pessoa que “marcou” a vida, no qual há uma especificidade: se a pessoa a ser encontrada estiver casada, nenhuma das duas ficará sabendo do encontro da pessoa procurada, ao contrário dos casos do quadro “Reencontro”, nos quais ele respeita a decisão de uma pessoa que não quer ser encontrada, mas não deixa de repassar a informação de que ela foi localizada, o que acontece frequentemente nos casos de filhos procurando pais.

Sobre seu método, ele não é revelado, mas descrito como uma “super técnica artesanal”. Em um dos programas em que Walter precisa buscar um irmão de uma mulher, ele utiliza os dados do Cartório Eleitoral para localizar a zona de votação de TSE e depois sai às ruas da região procurando a pessoa. O seu trabalho parece se nutrir de um imaginário de mistério, perícia e complexidade que envolve o trabalho de investigação, o que poderíamos chamar de uma “caixa preta” (Latour, 2011<sup>135</sup>) ou da confiança nos “sistemas peritos<sup>136</sup>” (Giddens, 1991).

O início de seu trabalho se assemelha a de outros dois personagens que veremos nesse capítulo, com uma história de encontro com a filha. Nesse caso, quem obteve sucesso na busca foi a filha israelense, através de um

---

<sup>135</sup> A metáfora diz respeito à ignorância sobre os processos de produção de fatos como verdades.

<sup>136</sup> Anthony Giddens (1991) caracteriza a modernidade pela reflexividade, na qual a crença no destino determinado pelos deuses ou pela tradição é reduzida à confiança nos sistemas peritos. Para Giddens (1991), as instituições modernas desencaixam as relações sociais dos seus contextos tradicionais de interação e as reorganizam através de distâncias indefinidas de tempo e espaço. Entre os mecanismos de desencaixe estão as fichas simbólicas (dinheiro) e os sistemas peritos. Por sistemas peritos, Giddens entende o conjunto de conhecimentos produzidos por especialistas, notadamente os cientistas, que detêm o conhecimento acerca das possibilidades de ocorrência dos eventos, apartando o conhecimento das relações sociais que lhe servem de contexto.

programa de rádio que localizou o pai em São Paulo. O reencontro com a filha marca o início do “Goodangels”. Walter havia visto a filha pela última vez quando a mesma tinha quatro meses de idade, em Israel, quando se separou da mulher e voltou ao Brasil.

A referência religiosa é evocada tanto no nome da ONG quanto em sua narrativa que destaca que quando ele encontra alguém apenas solicita como retribuição que a pessoa reze por ele, não atribuindo somente a si a responsabilidade pelo encontro: “Minha mão é guiada por uma força bem maior”, completa ele. Walter alegou que trabalha muito por telefone e que isso tem um custo operacional que não lhe permitiria encontrar mais do que, no mínimo, dez pessoas por dia. Walter não intermedia o reencontro, apenas repassa o contato, caso ambos os lados desejem o mesmo. Walter ainda revelou a dificuldade de encontro de crianças, uma vez que a legislação é uma barreira para o acesso aos dados, bem como a divulgação de imagens.

#### 6.1.1 Pela promessa e pela ajuda

Foi através das redes sociais que eu conheci Lindalva, quando a mesma divulgava diariamente os casos de pessoas que ela havia localizado, às vezes descrevendo a história ou mostrando a foto da família novamente reunida, às vezes desabafando a respeito da relação conflituosa com as pessoas que demandavam seu trabalho. Quando eu a entrevistei, ela já havia participado de programas de televisão contando sua história, reconhecendo publicamente, como fez em uma rede social, que havia dado uma filha em adoção quando jovem e que a havia localizado.

Na primeira vez que eu entrei em contato com ela perguntei se ela preferia que eu enviasse meus documentos de identificação e vinculação institucional, uma vez que eu sugeria fazê-lo para facilitar a aceitação da entrevista, dissipando possíveis temores sobre os objetivos da pesquisa. No entanto, ela disse que não era necessário porque já sabia tudo sobre mim, mostrando alguns de meus dados pessoais, desculpando-se por ter que se precaver. Durante a entrevista ela alegou que só precisou de cinco minutos

para ter acesso aos meus dados e descreveu alguns passos que eu poderia seguir caso não quisesse ser localizado.

Nesse sentido, Lindalva me aconselhou a suprimir alguns de meus dados na rede social, “trancar tudo”, caso não desejasse ser localizado, como meu nome e data de nascimento, pois seria uma “porta de entrada para cavocar tua vida inteira”. Quando cadastrasse meu email em lojas, ela me ensinou, eu não deveria mencionar emails que estejam ligados a endereços pessoais ou utilizar um chip de telefone apenas para divulgação. Eu não deveria postar a placa do carro em redes sociais, não dar CEP ou dar um endereço errado ou desvinculado do meu nome. Ela conclui: “Se eu tivesse que me esconder, nossa, eu ia me esconder muito bem”.

Lindalva tem 57 anos e os pais migraram de Alagoas para São Paulo em busca de trabalho quando ela tinha três anos de idade. Lindalva cresceu em “favelas” de São Paulo e começou a trabalhar com 14 anos como auxiliar de fábrica. Depois ela trabalhou como secretária, babá, diarista e governanta, tendo pagado duas faculdades da filha fazendo faxina, período em que já atuava como voluntária durante a noite. Lindalva mora com seu marido e uma das filhas há 12 anos em sua casa em São Paulo e chegou a cursar o primeiro ano de Psicologia, mas não teve condições financeiras para continuar.

Segundo ela, sua família ficou em choque com a revelação de que ela já havia tido outra filha há mais de 30 anos e que a havia doado quando solteira por medo do pai e porque não tinha condições de criá-la. Sua busca durou 12 anos até que ela conseguiu localizar a filha. Com o seu trabalho ela também conseguiu localizar suas tias desaparecidas há mais de 60 anos, mas apenas uma delas ainda estava viva.

Sua trajetória na localização de pessoas começou quando ela conheceu Sandrinha Chialastri, uma pessoa que realizava buscas de famílias biológicas. Sandrinha iniciou seu trabalho da mesma forma, pois sua filha adotiva aos 14 anos manifestou o desejo de conhecer a mãe biológica. Foi então que ela prometeu à filha que até os 18 anos a localizaria, o que ocorreu antes e a motivou para que ela ajudasse outras pessoas.

Logo que Lindalva conheceu Sandrinha elas estabeleceram uma relação de afinidade e Lindalva se ofereceu para ajudar a mesma, uma parceria que durou dez anos, até o falecimento de Sandrinha. Quando procurou Sandrinha,

Lindalva não queria que as pessoas soubessem sobre ela ou que seu nome aparecesse, pois a maioria das pessoas desconhecia sua história. Por esse mesmo motivo, Lindalva não gostava de trabalhar com casos de busca de famílias biológicas porque achava dolorido, pois não sabia quem poderia encontrar, ela então repassava esses casos para Sandrinha. Quando Lindalva assumiu a função de Sandrinha (em 2009) ela acabou tendo mais dificuldade com esses casos, pois demorou muito para compreender as questões legais que os envolviam.

Com o tempo, Lindalva começou a encontrar as pessoas, a ter “feeling” e não parou mais, tornou-se uma “investigadora”. Lindalva comentou que desenvolveu ao longo do tempo certa intuição para a investigação, pois ouve a história e já sabe como proceder, qual informação e em que lugar a encontrar para cada caso específico, mas que o início foi difícil em decorrência do desconhecimento da legislação.

Para ela, essa função tem uma ética, pois não se trata apenas de encontrar a pessoa e repassar os dados para o/a solicitante, uma vez que seria necessário conversar com a pessoa encontrada antes, em decorrência do sigilo para com os outros familiares. Por exemplo, ela já presenciou o encontro de uma filha com a mãe biológica, uma de Recife e outra de São Paulo, sem que nenhuma das famílias soubesse.

Todo esse processo produziria aflição e nem todos aceitam o encontro, pois algumas mães, por exemplo, têm medo que a família saiba, “mas o filho quer conhecer, é um direito dele né? ”, completa ela. Além disso, há a necessidade de averiguar as pessoas que a procuram porque a busca poderia ter diferentes motivações.

Lindalva disse que consegue encontrar de cinco a seis famílias por dia e já cansou de postar todos eles, contabilizando mais de 5.000 casos resolvidos em 14 anos de trabalho, segundo ela. Lindalva recebe de 70 a 100 mensagens por dia, destes, aproximadamente 30 seriam casos, “a maioria é fácil”, em outros os dados estão incompletos. Pelas suas contas, ela tem aproximadamente 2.000 casos aguardando o seu retorno, sobretudo porque ela não repassa os casos para outras pessoas, mas conta com a ajuda de algumas pessoas, como a filha de 38 anos que irá lhe suceder no ofício.

Lindalva estabelece relações de parceria com jornalistas, o que lhe permite divulgar os casos, mas também promover reencontros. No dia em que foi ao ar um programa de televisão com a sua entrevista, tão logo iniciou a exibição da mesma ela já havia recebido mais de 75 solicitações de amizade na rede social. Como uma pessoa a recomenda para outra, isso aumenta significativamente o número de solicitações, o que fez com que ela criasse outros perfis. Lindalva comentou que ainda tem mensagens de cinco meses atrás que não havia visto e que por vezes precisa desligar o telefone para conseguir descansar.

Lindalva demonstra uma paixão pela investigação e com um estilo transparente costuma desabafar nas redes sociais quando se sente desrespeitada pelas cobranças das famílias que a procuram, por isso ela argumenta que é necessário muito “jogo de cintura”. As críticas se dirigem às pessoas que acham que ela tem que fazer todo o trabalho, que deveria entregar o caso resolvido e que não compreendem que ela tem despesas como o telefone, por exemplo. Por vezes a família se frustra com o resultado da busca, por não ser exatamente aquilo que esperava.

O seu marido apoia o seu trabalho, mas os seus familiares costumam dizer que ela largou tudo para “cuidar de estranhos” e que ela “só pensa e fala em desaparecido”. Entretanto, ela também recebe a ajuda de alguns deles para o seu trabalho, assim como outros amigos que confiam na sua atuação, mas apenas os mais íntimos, pois a cobrança financeira de pessoas de fora de seu círculo de intimidade seria muito mal vista, já que o seu trabalho não dependeria de remuneração, uma justificativa para separar as relações solidárias, das relações financeiras (Zelizer, 2011), o que caracteriza a abnegação pela causa, mais do que pelo retorno financeiro. Mais do que o retorno financeiro, a motivação do seu trabalho seria uma promessa de continuidade do trabalho de Sandrinha Chialastri, uma promessa que pode ser entendida também como um destino:

No final de tudo, você vê como são as coisas, se eu não tivesse feito isso eu não estaria fazendo esse trabalho hoje, tudo tem um por que, né? São resultados de suas escolhas lá atrás, não sei te explicar se isso é destino ou o que quer que seja, mas tem um por que, talvez hoje eu não fizesse esse trabalho que eu faço. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

Apesar do contato com muitas religiões, Lindalva não se considera religiosa, mas espiritualista, pois acredita que tudo tem um motivo, que o seu trabalho seria uma forma de deixar sua marca no mundo, apesar de se dizer bastante estressada e repreendida pelos outros em decorrência de seu estilo transparente de se expressar usando palavrões. Lindalva posta seus casos nas redes sociais apenas quando as famílias aceitam, para dar mais esperança às outras e porque as pessoas querem saber sobre os casos e ver as famílias reunidas.

Lindalva disse que tem que arcar com as despesas das suas buscas, aproximadamente R\$ 2 mil por mês, mas como não está trabalhando tem que contar com a ajuda do marido. Ela recorrentemente menciona que não ganha dinheiro com a investigação, que para seus deslocamentos utiliza muito seus contatos para não ter custos com a hospedagem, mas alega que hoje em dia cobra ao menos a passagem de ônibus se tiver que se deslocar.

Apesar de buscar pessoas desaparecidas, em geral seus casos não envolvem o registro formal de desaparecimento, por se tratarem de “desencontros” entre familiares ou de uma busca pela família biológica por filhos que não conheceram seus pais. Em situações mais simples em que alguém procura a família, como quando a pessoa casou e não viu mais a família, ela repassa o endereço da pessoa encontrada diretamente para quem está procurando, por vezes os próprios familiares procurados estão procurando também, o que ela chama de “busca reversa”. Seus principais demandantes são familiares que perderam o contato há 30, 40, 50 anos.

Segundo Lindalva, os casos de crianças desaparecidas são mais difíceis porque envolvem questões “mais sérias”, ela mesma disse que já entrou em uma dessas investigações e saiu, “é muito pesado”, completou ela. Entre os motivos estariam o envolvimento de pessoas influentes e poderosas, o que lhe suscita temor: “eu faço o meu trabalho até onde dá”. Além disso, o encontro de crianças muitas vezes envolve a falsificação de documentos, o que impede a localização de marcas de identificação.

Lindalva comentou que através das histórias contadas pelos familiares é possível verificar a omissão ou apagamento dos sujeitos. Como exemplo, ela

conta a história de uma senhora de 50 anos que buscava o pai e Lindalva encontrou o seu pai e sua mãe, mas não entendia porque ela não havia mencionado a sua mãe. Ela disse que não sabia que a mãe estava viva, pois cresceu ouvindo do pai que a sua mãe havia morrido no parto.

Parte da nossa entrevista foi pautada pelo tema do sigilo das informações. Lindalva citou o tráfico de pessoas, que envolve pessoas com muito dinheiro, mas que envolve certo limite em suas investigações, porque tem muito medo, pois sabe que correria riscos. O seu trabalho envolve a confidencialidade sobre seus procedimentos e dados, por isso ela não leva o seu computador para o conserto.

Lindalva se ressentia quando há poucos compartilhamentos e curtidas em suas publicações nas redes sociais e pelo fato de não ser convidada para falar sobre o tema do desaparecimento, apesar do seu conhecimento. O reconhecimento do Estado seria importante para ela se pudesse contar com mais espaço e dinheiro, para que ela tivesse mais tempo e pessoas para ajudar e investigar menos casos.

Para ela, a principal forma de resolução do problema seriam buscas mais rápidas, argumentando que a polícia poderia fazer um bom trabalho se tivesse uma equipe mais humanista, o que aliviaria um pouco o trabalho dos voluntários como ela: “Se eu, um ser humano normal consigo, imagina a polícia com tudo o que ela tem, o governo em si, não vamos colocar a culpa na polícia, a polícia tem muito trabalho”. E completa:

Nossa, se eu tivesse tudo o que eles têm, na minha mão, eu já teria achado milhões, com as ideias que eu tenho, com o segmento que eu tenho. Como sempre eu falo, o meu segmento é único, eu não sei te explicar o que é, eu sei, eu olho, por exemplo, eu olho para esse caso aqui, eu falo, “esse aqui eu já achei”, só vi o nome [...] o caminho é esse, o caminho é assim, o caminho é assim, eu já resolvi desse jeito [...] E eu realmente chego no caso, eu já tenho certeza absoluta de que eu vou achar, sabe, eu já entro assim sabendo o que eu vou encontrar. Às vezes eu até falo para a pessoa, me aguarda cinco minutos que eu já passo o endereço e às vezes eu só vi o nome, só pelo que eu li eu já tenho certeza, tá facinho. Entrevista, São Paulo-SP, 02/2016.

Ao mesmo tempo em que cria uma expertise através do conhecimento da legislação, das possibilidades de investigação associadas às recorrências

presentes nos casos investigados, Lindalva paulatinamente estabelece uma posição privilegiada na rede de familiares que buscam pessoas desaparecidas. Mesmo que sua atuação não dependa do reconhecimento do Estado, percebemos uma articulação entre esta e as funções que poderiam ser desempenhadas por outras instituições.

### 6.1.2 Anônimos que dão o sangue

Para explicitar outras formas de atuação nesse cenário, passaremos à trajetória de Amanda Boldeke, que atua desde a divulgação e prevenção até a produção de informações na interlocução com os familiares de desaparecidos, mas também na militância do problema do desaparecimento de pessoas no Brasil.

Amanda tem 64 anos, quatro filhos adultos e trabalha com artes gráficas de maneira autônoma em sua casa, local onde também concilia, em seus horários livres e com a ajuda de voluntários pelo Brasil, as buscas e a divulgação de desaparecidos. Amanda fez parte do grupo que pediu uma audiência com a presidenta em 2013, depois da onda de manifestações no país, administrou a comunidade no Facebook no caso João Rafael (capítulo IV) e também intermediou as demandas dos brasileiros “traficados” para Israel (capítulo V).

Amanda destaca a figura de seu pai como uma referência importante, pois a ensinava que as mulheres deveriam estudar, o que se refletiu em sua trajetória no domínio de tecnologias que aprendeu sozinha no seu trabalho.

Os pais de Amanda morreram cedo e ela teve que aprender muita coisa sozinha: “De repente a vida te joga em uma coisa que você nunca imaginou, daí você tem que aprender sozinho”. Amanda comentou que o seu trabalho não foi algo que ela planejou para sua vida: “As pessoas falam de destino. Tem duas teorias: uma que você faz o teu destino, você é dono do que você quer ser, mas eu conheço histórias onde o destino tomou conta da pessoa”.

Além de não ganhar nada financeiramente com o seu trabalho com os familiares de pessoas desaparecidas, Amanda destaca que dedica seu tempo,

seus finais de semana e suas relações familiares. Amanda caracteriza seu trabalho como uma ponte entre as famílias, que muitas vezes não compreendem as leis ou sequer conseguem acessar os dados disponíveis na internet e o Estado:

A maioria das pessoas não tem assim conhecimento de lei, dos seus direitos, nada. Elas são pessoas que às vezes não sabem nem lidar com a internet, são pessoas simples. E mesmo as que têm mais conhecimento, eu sei porque eu passei por isso né? Você não tá preparado. Aí que tá, não tem preparo para essa situação. Entrevista, Florianópolis-SC, 2014.

Amanda tenta não generalizar quando se refere ao tratamento dispensado aos familiares de pessoas desaparecidas nas delegacias, argumentando que esse tratamento depende muito das características pessoais dos sujeitos que atendem. Entretanto, ela observa que alguns casos têm mais relevância do que outros, como o caso de um engenheiro desaparecido, que contou com todos os recursos disponíveis para sua busca:

Nós tivemos um engenheiro [...] Então ele teve todo o acesso à polícia, à mídia, helicóptero e tal, né. Geralmente as pessoas simples, tem mães que elas são escorraçadas da delegacia [...] Elas são tratadas como se elas fossem as culpadas. Entrevista, Florianópolis-SP, 2014.

Amanda iniciou o seu trabalho a partir da busca pessoal ao seu irmão, que ficou desaparecido durante dez anos, quando o pai faleceu, em 1997 e ela mudou de cidade e perdeu o contato com o mesmo. Como o irmão havia saído do emprego e mudado de cidade, ela procurou inicialmente em São Paulo onde tinha outros parentes e depois no Paraná e em Santa Catarina. Como à época as dificuldades de comunicação eram maiores, em 2007 ela criou uma das primeiras comunidades sobre desaparecidos na rede social “Orkut”, intitulada “Onde está você Jorge Gustavo? ”. A comunidade foi aumentando com a progressiva entrada de pessoas buscando parentes e voluntários que ajudavam a divulgar ou a fazer pesquisas.

Amanda descobriu que os documentos do irmão estavam cancelados. As pessoas diziam que ela não deveria mais procurar porque ele provavelmente estaria morto, mas Amanda alega que a sua família já seria

muito reduzida, praticamente os dois irmãos e os seus filhos, sendo que um dos irmãos morava longe dela e que perder esse último seria como perder tudo: “As pessoas falam com desdém de irmãos, as pessoas não entendiam porque esse envolvimento todo”.

Diante das dificuldades de encontrar o irmão, ela seguiu se ocupando de outros casos e a comunidade foi crescendo, sem nenhum planejamento e encontrando outras famílias à medida que tomava conhecimento a respeito dos casos e aprendendo com a rede de amigos que formou. O “Orkut” não tinha um sistema para recuperar as informações antigas, o que dificultava a criação de um histórico sobre cada caso. Amanda então criou um site sem custo intitulado “Desaparecidos do Brasil”, no qual pôde construir um histórico sobre cada caso para controlar e concentrar as informações, pois ela era muito cobrada a respeito de dados sobre o desaparecimento, “as pessoas só querem saber de estatística”, o que o site veio a aprimorar.

Amanda lembra que no mês de aniversário do irmão, em 2007, ela estava triste e fez uma oração desesperada pedindo uma luz, uma orientação sobre o paradeiro do irmão, 20 dias depois ligaram para ela do Mato Grosso do Sul, era um vendedor de peixes que havia encontrado o seu irmão. O irmão entrou em depressão e passou a andar de cidade em cidade. Ao procurar um mosteiro que dava abrigo a pessoas doentes - pois ele estava com um problema de visão grave - seu irmão sentou para descansar próximo a um estabelecimento comercial. Esse vendedor lhe ofereceu uma refeição e parou para conversar com ele, quando o mesmo percebeu que se tratava de “uma pessoa esclarecida” que lhe contou sua história.

O vendedor então o ajudou procurando em uma lista telefônica o contato da irmã, em Santa Catarina. Além disso, o senhor o ajudou com um banho, roupas, passagem de volta com o auxílio da Prefeitura local, além de colocá-lo no ônibus. O irmão de Amanda demorou três dias para chegar e ao final houve uma grande celebração na rede social, pois o reencontro seria inspirador para aqueles que também buscam seus familiares.

Hoje o seu irmão está aposentado e mora com ela em sua casa e, apesar de encontrar o que procurava, ela continuou seu trabalho para ajudar outras pessoas. Ela vê o irmão como responsável pelo seu trabalho e pela multiplicação dessas iniciativas de divulgação de desaparecidos e da

participação de voluntários, que para ela são necessários em qualquer área, pois os mesmos “se doam” 24 horas por dia, anônimos que “dão o sangue”. Embora não tenha sido planejado, hoje a ONG possui um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ, mas carece de tempo e pessoal para fazer a captação de recursos. Como o site ficou muito grande, ela criou um segundo site somente para o cadastramento de desaparecidos pelos familiares.

Da mesma maneira que Lindalva, ela também iniciou o trabalho ao se aproximar de outra pessoa que fazia buscas. Embora haja um clima de intensa cooperação entre os atores, ela destacou que existem disputas entre pessoas que fazem buscas e também entre familiares que reivindicam como seu o privilégio de divulgar determinados desaparecidos. Outra semelhança com Lindalva é a reclamação de que as pessoas fazem muitas solicitações, como se fosse uma obrigação dela encontrar o familiar.

Amanda argumenta que a estrutura física da ONG é insuficiente, pois se resume apenas a um pequeno espaço de sua casa, porém conta com centenas de voluntários espalhados pelo Brasil. Amanda lamenta o fato de muitos detetives particulares contatarem diretamente os familiares que buscam a ajuda da ONG, fazendo promessas que não podem cumprir e explorando economicamente uma função que seria obrigação do Estado. Ela teria conhecimento até mesmo de voluntários que usam banco de dados para explorar os familiares.

A maioria dos casos que chegam até a ONG “não seria de desaparecimento”, pois ela considera o termo muito genérico tal como é utilizado, sobretudo porque para a polícia o desaparecimento é definido pelo boletim de ocorrência, que por sua vez serve de base para estatísticas: “Eu não gosto de números porque eles são uma fantasia, não representam o que é”, argumenta. Amanda define como foco por excelência do seu trabalho as crianças desaparecidas, pois mesmo com uma lei de busca imediata o principal instrumento que é o alerta não funciona efetivamente. Seu público também é formado de familiares que buscam outros parentes dos quais não há ciência sobre o seu paradeiro, mas isso não significaria que eles sejam desaparecidos, pois podem levar sua vida em outro lugar, tem o CPF ativo, etc.

Amanda também fez referência à Arlete Hilu e sua rede de médicos, policiais, cartórios, advogados e assistentes sociais. Ela argumenta que até

1984 Arlete saía do país por Foz do Iguaçu, mas quando a Polícia Federal começou a investigar mais ela alterou a rota para o Rio de Janeiro. Arlete ia ao cartório e solicitava documentos em branco, ao chegar no Rio de Janeiro os preenchia com a ajuda de alguma autoridade. Por isso parte desses adotados tem documentos que não existem, que não estão registrados em nenhum lugar.

Em Santa Catarina atuavam pelo menos três “quadrilhas”, uma delas é a do advogado Carlos Cesário, que não falsificava os documentos, que fazia as adoções através do processo legal, utilizando uma ONG que oferecia “falsa assistência ao parto” para ludibriar mães pobres da periferia. O destino de suas crianças seria, sobretudo, Israel, enquanto Arlete enviava para os mais diversos países como Israel, França, Alemanha. Tanto Arlete quanto Cesário foram presos e, embora os casos de Cesário sejam mais fáceis de encontrar, hoje ele não demonstra interesse em ajudar.

Amanda ressentia-se por ver que muitas das informações pesquisadas e produzidas pela ONG são apropriadas por terceiros ou pela mídia, sem dar crédito ao seu trabalho ou direcionar as famílias para o trabalho da ONG. Ao saber que Glória Perez iria abordar o tráfico de pessoas em sua novela (“Salve Jorge”, entre 2012 e 2013), ela entrou em contato com a diretora para que seus casos fossem divulgados<sup>137</sup>. Embora a tônica da novela fosse o tráfico de mulheres para a exploração sexual, uma das personagens descobre que foi adotada ilegalmente na Turquia e passa a se corresponder com outros adultos adotados ilegalmente através da internet.

A introdução desse personagem foi uma alternativa para abordar o tema e divulgar os casos ainda não resolvidos, pois se tratavam de brasileiros “traficados” para Israel. Seus relatos contribuíram para o encontro da família biológica de alguns deles. Isso gerou ainda mais repercussão nos jornais, a ponto de alguns de seus casos figurarem na CPI sobre o tráfico de pessoas (Brasil, 2014), por intermédio de um deputado federal.

---

<sup>137</sup> A autora da novela menciona o auxílio de Amanda em uma entrevista para o jornal Diário Catarinense: “Em entrevista, Glória Perez fala sobre como a série Órfãos do Brasil a ajudou a construir trama de Salve Jorge. Diário Catarinense. 19/10/2012. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2012/10/em-entrevista-gloria-perez-fala-sobre-como-a-serie-orfaos-do-brasil-a-ajudou-a-construir-trama-de-salve-jorge-3924411.html>>. Acesso em 01/07/2017.

Amanda recebe muitos convites, mas alegou que não tem tempo e recursos financeiros para arcar com as viagens para discutir sobre o tema e não pode enviar um representante, pois apenas ela acumula as informações. Ela argumenta que no Rio de Janeiro e em São Paulo o apoio é mais fácil às iniciativas na área, bem como aos gastos com o deslocamento.

Amanda se disse bastante decepcionada porque percebe que muitas das iniciativas visam à promoção e projeção de alguns sujeitos na causa e não necessariamente o apoio às famílias das pessoas desaparecidas. Desde o desaparecimento do irmão ela percebe que pouco foi feito pela causa. Como a instalação de CPIs, ela considera que essas iniciativas são úteis, mas que deveriam ter continuidade e buscar soluções para o problema.

Lindalva e Amanda costumam definir suas práticas como “investigação privada”, “pesquisas” e se definir como “voluntárias”, aludindo ao caráter não comercial de suas buscas. Nas trajetórias delas podemos perceber algumas recorrências como a experiência de ter um familiar desaparecido e justificar seu trabalho como uma promessa ou retribuição pelo encontro destes. É a promessa que permite a continuidade do trabalho de Sandrinha por meio de Lindalva e, no futuro, da filha que lhe sucederá.

Ao se deparar com poucas informações sobre o desaparecimento, Amanda potencializou e multiplicou sua expertise por meio das relações estabelecidas através da internet, dando visibilidade à causa e aos casos de pessoas desaparecidas. Não se pode negligenciar a importância de mediadores como Lindalva e Amanda na construção do problema do desaparecimento no Brasil, uma vez que as relações estabelecidas entre elas e os familiares de desaparecidos, servidores públicos, meios de comunicação são peças fundamentais para a compreensão da inteligibilidade das redes formadas em campo.

## 6.2 Nas tramas do Estado

Ao percorrer diferentes instituições públicas ou as redes de relações de familiares de pessoas desaparecidas podemos perceber a existência de

sujeitos que destoam muito da crítica realizada por familiares aos funcionários do Estado no que concerne ao desaparecimento de pessoas. Muitos desses sujeitos buscam enfrentar os obstáculos institucionais e produzir arranjos com o conhecimento que possuem da realidade. Nesse subcapítulo conheceremos três personagens que tecem críticas a partir do Estado acerca da lógica burocrática da atuação dos funcionários, destacando também o caráter social e político das tecnologias de identificação e busca a pessoas desaparecidas.

Nos encontros entre burocratas e seus clientes, as fronteiras entre as formas legais e as aplicações práticas são negociáveis, uma vez que eles operam “tanto dentro quanto por cima do sistema” (Herzfeld, 2016, p. 60). A retórica da centralização funcional serve por vezes apenas para mascarar a intensificação dos laços políticos dependentes das relações pessoais, como nos contatos privilegiados entre clientes e burocratas.

Apesar de promissoras, as tecnologias de identificação e busca não falam por si mesmas, pois dependem de uma rede de atores humanos e não-humanos para funcionar. Veremos que os principais obstáculos que esses sujeitos enfrentam como funcionários do Estado envolvem não só o acesso à tecnologia, mas também de relações sociais e políticas necessárias para sua implementação.

### 6.2.1 Fazendo mais do que a função

Conheci Marcus, policial militar, em 2013, durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos em Brasília, por intermédio de Sandra, uma das minhas principais interlocutoras à época. Marcus foi promovido a tenente-coronel nos últimos anos e coordena um setor de desaparecidos, o “SOS Desaparecidos”, da Polícia Militar de Florianópolis-SC e também integra o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar.

Seu envolvimento com o tema surge a partir de um trabalho de especialização sobre o tema, sendo que em 2014 ele chegou a publicar o livro “Mortos sem sepultura: o desaparecimento de pessoas e seus desdobramentos” (Claudino, 2013), cuja venda é revertida em favor da

associação de familiares de pessoas desaparecidas, no qual ele auxiliou a criação em 2011, o Grupo de Apoio aos Familiares de Desaparecidos (GAFAD). O livro é parte de uma demonstração, através de dados, da necessidade de mudanças institucionais na investigação a pessoas desaparecidas, na interlocução com seus superiores.

Sua atuação e militância na causa tiveram um papel fundamental na criação do “SOS” e na estruturação do GAFAD. O SOS participa de um programa semanal na Rede Brasil Sul de Televisão (RBS) de Santa Catarina. Filmado na praça central de Florianópolis, o programa exhibe os familiares de pessoas desaparecidas segurando cartazes e explicando o perfil e as circunstâncias dos desaparecimentos de seus parentes.

Marcus certa vez comentou que os colegas viam sua opção pela criação de um serviço de atendimento a familiares de desaparecidos como algo bastante destoante dos espaços de prestígios na instituição, uma vez que ele estava acostumado a atuar em operações especiais da Polícia Militar. Durante a entrega de uma premiação em Porto Alegre, um colega do Rio Grande do Sul comentou que ele “poderia estar subindo nos morros” em operações com o BOPE e, no entanto, estava ajudando as pessoas. Embora me parecesse muito mais seguro não subir em “morros”, obviamente o comentário estava relacionado a uma disposição em abrir mão de determinados “privilégios” concernentes ao seu status. Entretanto, em sua narrativa ele coloca o trabalho de ajuda aos familiares como algo que o ajuda a lidar com as situações difíceis de violência vivenciadas na sua trajetória na instituição.

Em relação à estrutura das delegacias para realizar o cadastramento e a busca, Marcus alegou que existem deficiências na estrutura da instituição, a começar pelo registro de desaparecimento que “é chato de se fazer [...] por preguiça às vezes o policial coloca ‘abandono de lar’”, atentando para o problema do acompanhamento dos casos pela Polícia Civil, defendendo a exclusividade deste tipo de investigação.

Para Marcus não há uma padronização em relação aos procedimentos de cadastramento (categorização), de cruzamentos de dados (busca em hospitais, bancos de dados, etc.) e tampouco na condução da investigação. Além dos casos de desaparecimento que dependem do registro do boletim de ocorrência nas delegacias da Polícia Civil, o serviço coordenado por Marcus

também tem como uma de suas frentes a localização de familiares, o “procurador familiar”, recebendo solicitações do mundo todo. Entre as estratégias de “averiguação” do serviço está a abordagem e cadastramento de moradores de rua, o que teria aumentado significativamente o número de pessoas localizadas.

O serviço também media as situações envolvendo pessoas que não querem ser localizadas da seguinte maneira: se a pessoa não tiver interesse no reencontro eles solicitam apenas um retorno sobre sua condição atual, uma vez que não há como “obrigar” um adulto a ser encontrado, mas ele acredita que os adultos que desaparecem por conta própria têm sim responsabilidade em relação às relações familiares que deixam, independente do seu direito à liberdade.

Marcus é bastante crítico acerca da política sobre a quebra de sigilo telefônico e bancário, pois estes dependem de mandato judicial, tanto para casos de desaparecimento, quanto para suspeitas de crimes em geral. Entretanto, como o “SOS Desaparecidos” é um serviço da Polícia Militar e esta não teria prerrogativa de investigação, apenas para a realização de “pesquisas”, não há a possibilidade de quebra destes sigilos.

Entre suas críticas está a comparação entre a facilidade com que empresas com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ têm acesso a dados pessoais de clientes, através da compra de banco de dados civis, enquanto o INFOSEG, uma rede que reúne informações sobre a segurança pública é de difícil acesso e liberação. Embora as empresas telefônicas aleguem a preservação do direito à privacidade de seus clientes adultos, Marcus alega que os adultos têm direitos, mas também possuem deveres com a família.

A despeito de preocupações estratégicas como a segurança das informações, Marcus ressalta que a quebra de sigilo telefônico era realizada no Brasil por uma empresa israelense de Florianópolis, que é terceirizada. Além disso, mesmo em relação ao cadastro nacional de desaparecidos não havia controle nenhum, pois além do baixo número de cadastrados, seria possível colocar uma informação falsa, como ocorreu com a criação por um usuário de um perfil (cadastro) para “Michael Jackson”.

A respeito da rotina de busca, Marcus costuma mencionar a importância da existência de “protocolos”, que se constituem em uma série de procedimentos regulamentados sobre como proceder nos casos de desaparecimento. Os protocolos seriam uma maneira de garantir que esse trabalho seja desempenhado de maneira obrigatória e uniforme pelos órgãos de segurança. Uma vez garantidos os procedimentos institucionais, não seria mais necessário o “convencimento” de seus subordinados acerca do seu papel nestes casos, dando mais autonomia ao serviço.

### 6.2.2 Preenchendo as lacunas e os espaços vazios

Foi por meio da rede de familiares que também tive acesso ao Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos- PLID de São Paulo, que tem mais de dois anos de funcionamento, mas nasceu no Rio de Janeiro em 2011 como demanda pela identificação de pessoas desaparecidas no desabamento de encostas devido a chuvas intensas na região serrana do estado. Entrevistei Eliana, que trabalha há 19 anos no Ministério Público e é assessora da Procuradoria Geral. Ela foi chamada para atuar no PLID em decorrência de sua experiência de quase dez anos no combate ao tráfico organizado de pessoas. Em decorrência das características institucionais, no Rio de Janeiro, o PLID trabalha mais diretamente com a perícia, na identificação de corpos, enquanto em São Paulo o projeto trabalha mais com a polícia (dados dos boletins de ocorrência).

Uma das iniciativas que renderam ao projeto o prêmio *Innovare*<sup>138</sup> foi a criação de um banco de dados único e nacional para os estados, via Ministérios Públicos que tivessem interesse em aderir, o que ocorreu com os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pará e Amazonas. O banco permite visualizar onde, como e por que desaparecem pessoas, em tempo real, no Brasil. Cada PLID possui sua especificidade, devido às características locais,

---

<sup>138</sup> O prêmio *Innovare* é organizado por um grupo de entidades ligadas ao Poder Judiciário e tem como objetivo a identificação, a divulgação e difusão de boas práticas de justiça no Brasil.

mas também pode desenvolver metodologias e práticas que possam ser replicadas para outros estados.

Em São Paulo, o PLID teve acesso aos dados de 10 mil boletins de ocorrência em aberto, de 2013 a 2015. O objetivo do projeto com esses dados é a transformação das informações em linguagem digital para o sistema. Com os dados em mãos, seria possível direcionar a ação da segurança e de outras políticas públicas para essas regiões.

Eliana argumentou que a maior dificuldade para cobrar o trabalho da polícia era a ausência de dados a respeito do fenômeno, então eles passaram a se concentrar na tentativa de compreensão do problema. O Projeto tem trabalhado na análise das principais causas e regiões em que mais ocorrem desaparecimentos. A primeira preocupação foi saber quem mais desaparecia e, segundo os dados, seriam os “jovens adultos masculinos, com pico aos 15 e uma queda satisfatória aos 19”, resume ela. O dado corrobora com os mapas da violência e exclusão urbana, associadas à violência juvenil, o perfil que segundo ela congregava uma série de vulnerabilidades, como “periférico, preto e pobre”.

Entre as impressões e conclusões parciais, Eliana argumentou que a divulgação da imagem não seria muito eficiente na resolução dos casos e os casos mais difíceis seriam os de crianças. Em São Paulo, nos dez anos de análise, havia 7.501 crianças desaparecidas, sendo casos de difícil solução, ao contrário de adultos e adolescentes.

Ao iniciar o seu trabalho no PLID, Eliana buscou conhecer e se aproximar da realidade do desaparecimento, inicialmente através de um projeto piloto com os familiares vinculados à ONG Mães da Sé:

Peguei 100 casos do Mães da Sé (cadastros) e falei: “quero ler”. Comecei a ler, naquela narrativa, que foi bem empírico o conhecimento mesmo, coisas em comum, por exemplo, “estranho, toda mãe de criança fala que a polícia não fez nada, que a polícia não ligou. Estranho, a pessoa era esquizofrênica, ninguém procurou”. A literatura que é parca, nós temos uns quatro livros na área e os quatro não são de direito penal, abordavam isso que se chama de um, um limbo legislativo, mas não é legislativo. E aí a primeira coisa que a gente foi trabalhar, com a polícia. [Ela questionou] “Doutor, explica para a gente porque vocês não investigam desaparecimento de criança? ”. [o representante da Polícia Civil respondeu] “Desaparecer não é crime”, é o que todo mundo fala. “Tem que ter a notícia de um

crime se é cobrança do CPP (Código de Processo Penal), por isso que a gente não investiga”. Peraí, se uma criança sumiu há indícios de crime. Qual? Qualquer um, porque ela não pode anuir com o desaparecimento. Então seja lá quem esteja com ela, está cometendo algum delito ou de não notificação pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. *Eu: No ECA já está previsto?* Já está previsto. Ou de sequestro, ou de qualquer coisa pior como a gente já tem prova de casos como tráfico de crianças para trabalho escravo. “Não, mas isso você está supondo”. Não, são indícios, se o consentimento não é válido, é crime. Fomos lá na delegacia geral. Isso já é portaria em São Paulo, em nenhum outro estado. Saiu portaria 21 do DGP, delegado geral de polícia do estado de São Paulo mandando investigar desaparecimento de criança formalmente, inquérito policial. Mas você podia me dizer: “não, mas antes já se fazia BO (boletim de ocorrência)”. Primeiro, que não se faz BO para aquilo que não é crime. Só criou-se isso no desaparecimento. Então de uma certa forma você ilude a população, porque se você vai em um balcão fazer o BO, o que você imagina, como qualquer ser humano normal? Que vai ter investigação. Já não era avisado isso. “Ah não, a gente faz BO porque é uma prestação de serviço público, a gente bloqueia o RG e a gente também bloqueia a placa do carro”. Eu falei “nossa, mas isso é balcão de atendimento de desaparecimento, não delegacia”. “Ah não, porque a gente tem um banco de dados”. O banco de dados não é usado, a gente provou também [...] Então assim, nos casos em que não haverá mais investigação, porque a gente só conseguiu progredir em relação a crianças, doentes mentais, portaria 21, porque também não tem consentimento válido. E ficamos num hiato em relação aos adolescentes, que são vulneráveis, princípio da proteção integral [...] Eles justificam que o adolescente é incômodo porque ele quer namorar, porque ele quer ir para a balada, porque ele vai voltar, porque vai dar muita demanda, por que quem mais desaparece? Jovem adulto masculino com pico aos 15. “Ah, mas ele vai voltar”. O problema não é que volta, que bom que voltou, o problema é quem não volta e são muitos. E outra, ou a gente muda a constituição do poder revolucionário para o poder constituinte, ou a gente passa a investigar desaparecimento de adolescente [...] Mas, não chegamos a um consenso nisso aqui e quanto a isso tem inquérito civil, que é uma investigação para proteção de direitos coletivos via Ministério Público. Provavelmente isso vai ser judicializado. Entrevista, São Paulo-SP, 01/2016.

A fala de Eliana coloca em evidência as disputas e negociações entre as interpretações jurídicas na prática do atendimento às pessoas desaparecidas. No seu papel de fiscalização sobre o trabalho policial, Eliana se utiliza de diferentes saberes para compreender, “provar” e cobrar uma atuação mais consistente da polícia, utilizando mesmo de recursos institucionais como a judicialização.

Eliana fez sua formação na área da criminologia, atribuindo a ela sua crença na interdisciplinaridade, por isso justifica a necessidade da psicóloga que integra o projeto atuando no apoio às famílias e discorre sobre o seu

interesse em outras áreas do conhecimento. Eliana disse que seu interesse não era “fazer peça jurídica”, mas atender o público, almejando um atendimento humanizado, em que pudesse ouvir para conhecer as “dores e amores da pessoa”.

Sensível às demandas dos familiares de desaparecidos, Eliana explicou um recado deixado em seu quadro branco, pela sobrinha, de cinco anos, de um senhor que fugiu de uma instituição para doentes mentais. A menina escreveu e ela fez questão de não apagar o recado: “não esquece do meu tio”.

Conforme destacado em sua fala e de acordo com sua formação no direito penal, Eliana não acredita na efetivação dos direitos humanos sem a sua inscrição legal, o que ela designa como “direitos humanos penais”. Ela utiliza como exemplo o tráfico de pessoas, que, como formulado pelos operadores do direito se constitui como uma “lenda”, porque poucas causas do tráfico estão inscritas na legislação penal, excetuando o crime organizado para fins de exploração da prostituição. Essa definição não abrangeria outras condutas criminalizadas que poderiam ser enquadradas nesse tipo penal<sup>139</sup>, como a subtração de incapaz (tráfico para fins de adoção ilegal), a condição análoga à escravidão (tráfico para fins de trabalho escravo), o tráfico de órgãos ou o casamento servil.

A ausência da tipificação torna um crime como o tráfico de pessoas uma “lenda”, pois as condutas a que ele se refere não existem efetivamente, o que impossibilita sua inscrição como prática. Eliana argumenta que a dificuldade de pesquisa<sup>140</sup> e criminalização do tráfico para fins de adoção ilegal que ocorriam nos anos 80 (envolvendo Arlete Hilu) pode ser constatada pela ausência de tipos penais para enquadrá-lo à época.

Outros aspectos seriam equivocados na interpretação da lei, como ignorar a configuração de formação de quadrilha inerente ao crime, ou considerar o consentimento da vítima de tráfico como algo que impede seu

---

<sup>139</sup> As mudanças introduzidas na legislação ocorreram meses depois da entrevista. LEI 13.344/2016. 06/10/2016. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

<sup>140</sup> Para suprir essa lacuna, o PLID do Rio de Janeiro vem desenvolvendo uma metodologia que sirva de roteiro para buscar e ao mesmo tempo produzir essa tipificação como uma realidade analisável.

enquadramento, o que ela considera absurdo uma vez que não leva em consideração a vulnerabilidade da vítima e procedendo dessa forma o Estado a culpabiliza, institucionalizando “falácias jurídicas”.

Para Eliana, o desaparecimento deve ser encarado como um problema público, pois são comuns as queixas de familiares sobre a culpabilização em decorrência da condição econômica, utilizando preconceitos, o que Herzfeld (2016) chama de “estereótipos”, para aliviar os serviços, como a fala de um policial a uma mãe de desaparecido, no qual o mesmo afirmou que se ela fosse rica ele iria abrir um boletim de ocorrência na hora, mas como não era, ele exigiu que ela esperasse porque provavelmente seu filho estaria usando drogas.

Eliana incorpora a atitude de cobrança e fiscalização do Ministério Público por meio de dados e interpretações legais que pode produzir, demonstrando a necessidade de investigação em todos os casos. Ela argumenta que nada é investigado em relação ao desaparecimento, nem informalmente, sobretudo porque há uma carência de protocolos mínimos para o tema. Ela atribuiu a morosidade da polícia à falta de autonomia das delegacias e às implicações que poderiam acarretar, dada a implicação do próprio Estado nesses crimes, escancarando a “ferida do Estado” na gestão de problemas como o tráfico de pessoas, a violência policial, tráfico de drogas.

Em 2015, uma denúncia nos jornais<sup>141</sup> de São Paulo mostrou que o Instituto Médico Legal – IML de São Paulo realizava autopsias e enterros de pessoas nominadas, sem o conhecimento das famílias (Gennari; Carneiro, 2016a, 2016b). Além disso, tampouco o banco de dados da polícia era consultado, apesar de ambos pertencerem à área da segurança pública. Isso significa que qualquer pessoa que viesse a falecer em via pública poderia ser enterrada como indigente. Depois das denúncias, o IML e a polícia, via acordo, iriam promover a integração dos dados. Eliana explicou que o MP, ao perceber falhas de procedimentos no trabalho no IML, passou a se munir de artigos com exemplos reais, laudos antropológicos (forenses), fiscalizando do início ao fim do processo.

---

<sup>141</sup> Pessoas com identificação são enterradas como indigentes em SP. G1. 01/09/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/09/pessoas-com-identificacao-sao-enterradas-como-indigentes-em-sp.html>>. Acesso em 09/2017.

O PLID sempre buscou ampliar o número de parcerias, como o cadastramento de moradores de rua e a relação com os CRAS e CRES, dados da saúde, imóveis, certidões de óbito. Entre as várias frentes do trabalho está o cadastramento de todos os centros de apoio do idoso e seus internos. Eliana utiliza o exemplo do encontro da família de três idosos sem identificação, entre elas uma senhora que queria o contato com a família. Ao encontrar uma das filhas, a mesma teria se recusado alegando que não era filha dela, mas que havia sido adotada, “não é minha mãe”. Logo depois ela teria ligado novamente perguntando: “onde tá minha mãe”, situação que levou ao choro os membros da equipe.

Para Eliana, o desaparecimento está relacionado com diversas demandas e temas como o combate ao crime, família, idoso, educação e tem como causas a violência policial, o tráfico de drogas, tráfico de pessoas e, sobretudo, a violência doméstica. Quando da localização das vítimas de violência doméstica em abrigos, por exemplo, caso não se possa dar a localização da pessoa, o PLID comunica à família que a pessoa está bem. Eliana contesta a desqualificação da violência doméstica como desaparecimento por se tratar muitas vezes de um ato voluntário:

As pessoas têm o direito de desaparecer se a causa privada tiver preponderância sobre a causa pública [...] eu já vi especialistas afirmando que todo desaparecimento tem preponderância pública porque tudo é entre a família e a sociedade, eu ponho uma vírgula, com exceções, porque se é para você fugir do perigo da morte, você tem direito a desaparecer. Entrevista, São Paulo, 01/2016.

Os bancos sobre desaparecidos podem abranger várias dimensões, em São Paulo a ênfase é a população dos moradores de rua em decorrência da migração e dos inumados. No Rio de Janeiro, a ênfase é a investigação pericial, enquanto no Pará e no Amazonas, o tráfico de pessoas, na atuação com a Secretária de Direitos Humanos e com a população indígena, respectivamente.

Existem muitas dificuldades a respeito da integração de dados de diferentes instituições, pois não existem acordos, investimentos, tampouco alimentação dos dados, o que impede a realização de cruzamentos sobre os distintos dados dessas instituições. Eliana justifica, no entanto, que a estrutura

da Polícia de São Paulo é muito pequena para os casos de desaparecidos do estado, com a investigação centralizada na capital e contando com apenas 11 investigadores.

Eliana também faz referência ao projeto do governo federal, o código *codis*, um banco de dados de DNA, que já está sendo utilizado em São Paulo para a inserção em um banco de dados, sobretudo de vítimas desconhecidas. Ela argumenta que o banco não é para criminosos, mas para “envolvidos em investigação criminal” e que “foi vendido como o mal<sup>142</sup>”, mas explica que o interesse público é maior porque se tratam especialmente de vítimas de crimes.

O PLID também terá um banco de DNA que, de acordo com a extensão do programa poderá ser nacional, com a integração dos dados do Ministério Público e da Polícia Civil, já que é uma exigência de uma lei estadual de 2014, mas não cumprida, razão pela qual foi instaurado um inquérito na promotoria de Direitos Humanos.

A crítica de Eliana ao trabalho das instituições que poderiam subsidiar as práticas de identificação e localização de pessoas desaparecidas coloca em relevo o que Herzfeld (2016) vai chamar de “fobia da responsabilidade”, no qual os burocratas investem o seu tempo para boicotar ou evitar sua responsabilidade, manipulando a linguagem através de classificações como uma autoridade superior ou “o sistema” ou da delegação da responsabilidade, o que ele vai designar como “a passagem da batata quente”.

Eliana não fala como uma cliente dos serviços do Estado, mas a partir de uma posição em que pode direcionar o escopo da lei como uma tecnologia de identificação e localização de pessoas. Para tanto, é necessário que suas interpretações legais sejam legitimadas por tecnologias como estatísticas ou bancos de dados.

Sua crítica à resistência nas negociações com as instituições demonstra que essas tecnologias podem comprometer a própria responsabilidade do Estado na resolução ou culpabilização pelo desaparecimento de pessoas. Mas essas disputas entre funcionários do Estado também ocorrem em outros contextos e envolvem tecnologias que são socialmente reconhecidas, mas que

---

<sup>142</sup> Richter (2015) descreve o debate a respeito da criação da lei sobre bancos de perfis genéticos para fins criminais no Brasil (lei 12.654/12). Os críticos à lei acionam a categoria direitos humanos para denunciar os aspectos éticos da coleta, armazenamento e da seletividade a respeito das populações presentes nos bancos de dados.

também dependem não apenas de objetos, mas de determinadas relações sociais e políticas para funcionar.

### 6.2.3 Um banco sem dados

Um dos projetos mais importantes em relação ao reconhecimento de DNA de pessoas desaparecidas é o “Caminho de Volta”, composto por uma equipe multidisciplinar sediado no Departamento de Medicina Legal da Universidade de São Paulo. O projeto Caminho de Volta iniciou em 2003, a partir do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). A metodologia envolve as áreas da Psicologia (psicanálise), da Biologia Molecular, Genética e da Bioinformática. Para tanto, o projeto conta com um laboratório de biologia molecular onde são realizados os processos de sequenciamento e a inserção dos perfis nos bancos de DNA para a comparação dos perfis dos pais com o das crianças encontradas.

O Caminho de Volta também integra uma comissão no governo de São Paulo sobre crianças desaparecidas, desenvolve projetos de pesquisa<sup>143</sup>, elabora campanhas de prevenção e promove capacitações de outros agentes para a ampliação de sua rede, mantendo-se também por meio de doações de empresas privadas.

O Departamento já trabalhava com perícias cíveis e criminais por meio da análise de DNA na identificação de cadáveres e pessoas vivas. Quem me apresentou o projeto foi a psicóloga Cláudia, que atuava em outro departamento atendendo casos de violência sexual e desenvolveu em sua tese a metodologia do projeto.

Cláudia destacou que a necessidade de utilização de bancos de DNA no reconhecimento de ossadas começa na Espanha com a demanda de familiares pela identificação de seus parentes desaparecidos durante a guerra civil. A

---

<sup>143</sup> Em outro projeto do departamento de Medicina foi realizada uma pesquisa na baixada santista e com os casos de uma ONG sobre os desaparecidos com deficiência. Através dele foi possível encontrar, três a quatro anos depois, a família de um menino surdo que não sabia sinalizar a língua de sinais e que na ocasião da pesquisa teve seu sangue coletado.

demanda das *madres e abuelas* da Praça de Mayo na Argentina foi uma iniciativa pioneira na América Latina na utilização de um banco de dados de DNA para fins de reconhecimento dos netos apropriados durante a ditadura, utilizando o perfil genético das avós<sup>144</sup>.

O projeto inicia quando o departamento de Medicina é solicitado para atuar na identificação de cadáveres no cemitério clandestino de Perus. A partir dessa experiência eles perceberam que também poderiam direcionar a tecnologia para a identificação de pessoas vivas, como as crianças e adolescentes desaparecidos, que em decorrência do envelhecimento natural poderiam ser mais seguramente identificáveis através da utilização da tecnologia do DNA. A justificativa para atender crianças se deve ao fato de que se trata de uma fase a partir da qual as mudanças antropométricas e fisionômicas são maiores e no qual o emprego do reconhecimento através do DNA seria mais adequado.

O Caminho de Volta existe há 13 anos e já atendeu 1140 casos somente em São Paulo. Mas o projeto não se esgota no banco de DNA, uma vez que ele não permite compreender todas as causas do desaparecimento. Por isso, foi desenvolvida uma metodologia para compreender e prevenir o desaparecimento através de entrevistas com as famílias, antes e depois (com as crianças) do encontro das crianças desaparecidas. O projeto é fruto de um convênio com a Secretaria de Segurança Pública e com a delegacia especializada vinculada ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa de São Paulo-DHPP, que atende desaparecidos de todas as idades em todo o estado de São Paulo. Além do convênio com o DHPP, o projeto também mantém um convênio com o Tribunal de Justiça de São Paulo, através das Varas de Infância e da Juventude no qual realiza a coleta de material biológico de crianças e adolescentes abrigados.

Gattás (2007) caracteriza o problema do desaparecimento de crianças e adolescentes como invisível tanto por parte da sociedade quanto do governo, o

---

<sup>144</sup> Regueiro (2010) analisa como a biotecnologia permitiu a construção política, científica e jurídica do parentesco quando as “Abuelas de Plaza de Mayo” incitaram a comunidade científica a desenvolver ferramentas de identificação dos netos apropriados durante a ditadura militar argentina (1976-1983). Embora os exames de paternidade já existissem desde os anos 70, o desafio colocado pelas abuelas era identificar seus netos na ausência da geração dos pais, um “índice de abuelidad”. O relato sobre esse processo pode ser encontrado em (Abuelas de Plaza de Mayo, 2009).

que fica explícito na fragmentação das políticas sociais na área, que tratam o fenômeno como um problema de segurança pública, quando ele também seria um problema de saúde (física, psíquica e social) e de assistência social.

Uma equipe de psicólogos formados (psicanalistas) atende as famílias de crianças e adolescentes com boletim de ocorrência na própria delegacia, a convite do investigador, sendo a adesão ao atendimento voluntária e as informações sigilosas, ou seja, não são utilizadas na investigação<sup>145</sup>. Não se trata de um atendimento psicológico, caso haja uma informação que possa ser importante, a psicóloga sugere que a própria pessoa repasse para os investigadores, caso seja de seu interesse. O atendimento do psicólogo visa identificar demandas e encaminhar para serviços como o próprio atendimento psicológico.

A rotina do programa consiste nos seguintes passos: a família registra o boletim de ocorrência na delegacia, o psicólogo treinado coleta uma gota de sangue dos pais ou familiares consanguíneos em um “banco de referência” através de um furo na ponta do dedo com a caneta coletora. A amostra é então armazenada no papel de filtro FTA e depois de seca, colocada em um envelope e encaminhada ao laboratório do Departamento de Medicina Legal da FMUSP, que poderá ficar durante aproximadamente 20 anos em temperatura ambiente.

Além do sangue, uma amostra da mucosa oral também é coletada, caso a amostra de sangue não funcione. As informações do banco DNA de referência são cruzadas com outro banco chamado de “questionável”, no qual são adicionadas amostras de DNA de cadáveres, restos humanos, ossadas, de crianças abrigadas sem identificação, adultos adotados por estrangeiros, etc. A realização de coleta de crianças sem identificação em abrigos, como é mais sistemática, torna o encontro de crianças mais recorrente. Quando uma identificação é realizada, o perfil é retirado do banco. O resultado não será o DNA, mas sim o confronto dos perfis, pois o perfil é gerado na forma de gráficos e números. O banco de dados contém informações administrativas, biométricas e genéticas de familiares diretos dos desaparecidos e das pessoas

---

<sup>145</sup> Diferentemente da função exercida por psicólogos em algumas delegacias especializadas.

encontradas, sendo que banco de dados questionável depende da regulamentação por autoridades competentes (Gattás, 2007).

Depois são realizadas pelo menos três entrevistas com a família em um intervalo de 15 a 20 dias e, caso a criança seja encontrada, uma nova entrevista é realizada com a criança através de um questionário específico. O trabalho não consiste em encontrar o desaparecido, mas compreender os motivos do desaparecimento para preveni-lo. Depois de seis meses o projeto entra em contato com a família para acompanhar o caso. Uma vez por semana Cláudia supervisiona o trabalho junto com a equipe de psicólogos voluntários, pois o projeto não conta recursos para remunerá-los, o que explica a intensa rotatividade desses profissionais.

Segundo os dados do programa, os adolescentes na puberdade são os que mais desaparecem, especialmente as meninas. Cláudia acredita que isso se deve às mudanças ocorridas nessa fase, como a sexualidade, mas também no desejo de mais autonomia em relação aos pais. Esses casos se tratam de fugas<sup>146</sup> de casa, mas que podem envolver riscos que o adolescente não dimensiona. Ela observa que os casos são, sobretudo, de famílias mais pobres, não porque não existam desaparecimentos em outras classes sociais, mas porque não chegam até o projeto, pois estas famílias não desejam a publicidade ou exposição. Outro fator que ela observa é que os adolescentes

---

<sup>146</sup> Gattás (2007) aponta que a maioria dos casos de desaparecimento cadastrados no projeto é de “fugas”, motivadas por conflitos familiares, desejo de quebrar regras em relação aos pais e conhecer outros locais, mas pondera que estas frequentemente levam as crianças e adolescentes a situações de risco ou vulnerabilidade. Entre as motivações mais graves está a violência doméstica, o alcoolismo e adição no ambiente familiar, a participação no tráfico, miserabilidade e até alguma forma de deficiência. Sobre a origem das crianças e adolescentes, a maioria são de regiões periféricas da cidade de São Paulo, vivem em moradias irregulares em áreas de risco, no quais os serviços públicos básicos são precários ou inexistentes e as taxas de mortalidade infanto-juvenil e criminalidade são altas, como a zona leste (22,8%) e sul (16%). O projeto entrevistou 200 famílias de referência e destaca que os locais de origem dessas famílias apresentam sinais de exclusão social, política, cultural e econômica (também denominadas de “lares disfuncionais”). Entre os dados apresentados pelo projeto, destaca-se que depois de 18 meses do projeto 57,3% (173) das crianças e adolescentes foram localizados ou voltaram espontaneamente. Entre os localizados, sete (4%) estavam mortos (três meninos e quatro meninas). Verificou um número significativo de pessoas desconhecidas que acolhem as crianças sem comunicar à polícia ou outra autoridade, sobretudo entre meninos. As meninas foram mais abrigadas por amigos ou familiares do que por estranhos. 56,5% dos meninos permaneceram nas ruas, ao contrário das 15% das meninas. Nessa primeira avaliação não foi necessário a coleta de material das crianças encontradas ou que voltaram espontaneamente, pois houve fácil reconhecimento. A partir de 2005 foram inseridos materiais biológicos de crianças abrigadas e de cadáveres desconhecidos. 52,3% das crianças e adolescentes nunca reincidiram, dos que reincidiram, 28,5% reincidiram uma vez; 15,3, duas vezes; 18,7, três vezes; 9,7%, quatro vezes; 13,2%, de cinco a dez vezes.

provenientes de bairros mais pobres possuem mais autonomia para “desafiar a autoridade paterna”.

Cláudia observa pouca aderência dos pais ao projeto, o que, em sua interpretação, refletiria a visão de que eles não se sentem responsáveis pelo desaparecimento dos filhos, o que por sua vez diz muito sobre o seu ponto de vista acerca da relação entre desaparecimento e responsabilidade. Em 2008, o projeto ganhou uma verba do projeto “Criança Esperança” (projeto da Rede Globo em parceria com a UNESCO) para a realização de atendimento psicológico às famílias, mas de um total de 200 pais apenas 11 aderiram ao atendimento.

Além das dificuldades enfrentadas pela falta do repasse de recursos, uma mais grave se refere à cadeia de custódia, pois o IML não encaminha as amostras de sangue para comparação dos perfis genéticos, apesar das críticas em reuniões com a direção da instituição, que por sua vez muda seguidamente. Apesar de o projeto ter capacitado equipes de todos os IML do interior do estado, as mudanças de governo estadual e dos delegados lotados nessas delegacias fazem com que as amostras de sangue para o banco de DNA não sejam enviadas.

Cláudia explica que se não há uma exigência formal ou uma parceria o trabalho não é realizado, mesmo depois dos escândalos e das denúncias do Ministério Público a respeito dos cadáveres enterrados com a identificação: “É a ideia do funcionalismo público, quer dizer, eu tô lá para identificar aquele cadáver, se você me mandar coletar uma gota [de sangue], o trabalho não funciona”, analisa. Apesar da existência de um banco de DNA, o cruzamento dos dados acaba sendo prejudicado porque ele não é alimentado pelas instituições, que se recusam a coletar o sangue de um cadáver, por exemplo.

Cláudia argumenta que nos casos mais antigos de crianças desaparecidas a alimentação do banco de DNA seria fundamental para o encontro destas, mas por vezes nem as próprias mães têm interesse em participar do projeto, através do banco de referência.

Apesar da insistência do projeto em efetuar as parcerias, estas não ocorrem. Ela destaca que mesmo sem o banco de DNA o projeto funcionaria, mas reitera que a secretaria de segurança não investe na manutenção do

convênio, o que demonstra o descaso com o desaparecimento em todos os níveis, desde o policial que não deseja trabalhar com esses casos, por não se tratar de um crime e que se recusa a fazer o boletim de ocorrência por pressupor que o desaparecimento é uma fuga ou envolvimento com drogas. Apesar da crítica, ela argumenta que a estrutura da polícia seria insuficiente para atuar com esses casos paralelamente a outras demandas.

Podemos perceber a importância de tecnologias como banco de dados, perfis de DNA, interpretações legais, estatísticas na interação e negociação entre os próprios funcionários do Estado, na medida em que devem justificar suas ações, “provar” para seus superiores e subordinados a necessidade de suas práticas.

Durão (2011) também argumenta que a estatística teria se tornado uma paixão recente nas políticas de policiamento em Portugal, embasada não mais no crime em si mesmo, mas na justificativa para o caráter anticriminal da polícia, que ela chama de uma “indústria de medição do crime”. O uso da estatística passa a ser uma forma de governo inteiramente controlado pelo Estado, na qual as polícias são obrigadas a não apenas produzir como analisá-las, o que se traduz em seu caráter policial, mas também político, já que há pouco espaço para a participação da sociedade no debate. Trata-se de uma política informativa, na interseção entre a racionalidade e o utilitarismo político, sem a propagada proximidade com os cidadãos.

Os perfis de dados genéticos que poderiam figurar como tecnologias de governo no desaparecimento de pessoas são esvaziados pela ausência das relações sociais e políticas necessárias para seu funcionamento. Um banco de DNA que carece de todas essas exigências humanas (sociopolíticas como financiamento, adesão, alianças entre instituições) e não-humanas (amostras de sangue) confirma a premissa dos teóricos da coprodução, como Jasanoff (2004) e Latour (1994) de que o poder da ciência ou técnica não reside especificamente nas ordens natural ou social, mas na cadeia de elementos, uma vez que ambos são coproduzidos.

Destituída dessas associações, um banco de dados genético não pode efetivamente figurar como uma verdade sobre o desaparecimento de pessoas. O uso de tecnologias como o DNA não aponta necessariamente para a

falibilidade e imprecisão, mas reflete o tratamento dispensado ao problema do desaparecimento como política de Estado (Ferreira, 2015).

### 6.3 Considerações finais

Levando em consideração as práticas de identificação e busca a pessoas desaparecidas, percebemos a diversidade das estratégias e relações necessárias para o encontro de pessoas desaparecidas. Nessa multiplicidade de abordagens os desaparecidos podem ser adotados ilegalmente, migrantes, moradores de rua, abrigados, vítimas da violência doméstica, corpos não identificados, parentes biológicos separados ou “desencontrados”, com ou sem registro policial, etc.

A abertura das formas de governo nas margens do Estado permite perceber a multiplicidade dos atores que, uma vez implicados pela experiência do desaparecimento e confrontados com a necessidade da investigação e busca, tornam-se também experts, “pesquisadores”, investigadores, agindo para mediar a relação e as formas de conhecimento entre os que buscam e os que são desaparecidos.

Rose (1988) caracteriza a expertise como uma das racionalidades de governo tipicamente liberais na qual a dimensão política opera por referência a autoridades e aparatos considerados não políticos (Rose, 1988). A expertise atua na administração das subjetividades, uma vez que produzem os contextos possíveis para os desfechos de casos de desaparecidos, como vimos na mediação de Amanda e Lindalva.

Apesar de intensamente propaladas, as tecnologias de identificação e busca não podem existir sem a expertise dos profissionais que realizam as mediações necessárias para que estas façam sentido. A exemplo de uma explicação de um artista forense de uma delegacia especializada em crianças desaparecidas no Paraná, de que, a despeito da intensa divulgação da técnica de envelhecimento digital, a maioria dos trabalhos de progressão de idade eram realizados por meio do método artístico, que ele mesmo considerava mais preciso.

O envelhecimento digital é realizado através da computação gráfica, sobretudo das crianças que tem várias fotos, mas quando há poucas fotos o melhor seria o método artístico, manual, mais abstrato do que fotográfico, por isso ele caracterizava a técnica de envelhecimento como “científico, técnico e artístico”. Segundo ele, “toda imagem abstrata é melhor”, ou seja, aquela que é fruto do trabalho manual, pois leva em conta uma série de critérios e ajustes que não acontecem com o digital, pois “nada substitui o ser humano”.

A técnica do desenho artístico dependeria mais da perícia de quem realiza, pois são investigadas as fotos dos pais, avós, propensão à calvície, obesidade, o ambiente, o uso de substâncias, doenças, etc. A precisão da técnica seria de até 85%, mas entre as crianças encontradas, algumas são semelhantes ao envelhecimento e outras não. Além disso, mesmo com a intensa divulgação da técnica do envelhecimento de imagens, ele alegou que nunca ocorreu nenhuma localização de criança através da técnica de envelhecimento, apenas que receberam muitas denúncias através deles.

A expertise é uma tecnologia de governo referenciada, autorizada e legitimada por distintos saberes, assim como uma forma de justificação para o trabalho burocrático, através dos quais os funcionários – entre diferentes níveis hierárquicos e entre distintas instituições- negociam e disputam por meio de diferentes formas de ação.

A narrativa dos funcionários públicos coloca em relevo não só a indisponibilidade de acesso às tecnologias de identificação e busca, mas também a ausência das redes que lhes dão suporte: decisões judiciais, rotinas administrativas, acesso e cruzamento de dados, cooperação entre servidores públicos, participação dos familiares, desconstruindo aqueles aspectos já reiterados pelos teóricos da coprodução, de que essas tecnologias são “híbridos”, nas quais os objetos não-humanos não funcionam sem o suporte das relações sociais.

## CAPÍTULO VII

### CONCLUSÃO

Neste trabalho busquei dar relevância ao amplo universo das formas de governo do desaparecimento de pessoas no Brasil como as narrativas, casos, saberes e expertises, subjetividades, táticas, acusações morais, rumores, bancos de dados, fotografias, programas de televisão, novelas, estatísticas. Mesmo sem pressupor a centralidade do Estado ou da militância, este trabalho enfoca as relações que dão suporte às formas de governo do desaparecimento de pessoas, sem deixar de considerar esses atores fundamentais nas práticas de reconhecimento e legibilidade do fenômeno.

O desaparecimento de pessoas é um fenômeno eminentemente social e depende de condições históricas, saberes, tecnologias, expertises para sua emergência. Seguindo os sujeitos e suas formas de classificar, definir, construir fronteiras, percebemos que o fenômeno é muito mais heterogêneo, complexo e polissêmico que uma definição precisa poderia abarcar.

Analisando as trajetórias de três mães de pessoas desaparecidas percebemos que as condições para a construção do desaparecimento como um fenômeno autônomo, a partir do qual os seus dramas poderiam ser narrados no espaço público, deu-se a partir dos anos 1990, a partir das mobilizações contra a violência na cidade do Rio de Janeiro.

A mudança da luta contra a violência do Estado para a busca de seus filhos desaparecidos no contexto do estado de São Paulo, a partir de outros atores, fez com que se neutralizasse a importância dos aspectos de classe e se investisse na maternidade como um símbolo de identidade e poder. Nesse sentido, a responsabilização pelo cuidado dos filhos se constituiu como uma estratégia legítima e produtiva para narrar o sofrimento familiar no espaço público.

Para responder ao questionamento proposto no início deste trabalho sublinhamos que as formas de governo não podem ser compreendidas sem fazer referência aos processos históricos e as relações de poder e definição a partir dos quais o fenômeno do desaparecimento emerge. Embora a militância e o trabalho das instituições do Estado sejam fundamentais para o estabelecimento das relações de governo do desaparecimento, outros atores humanos e não-humanos são potencialmente aptos a se engajar e definir novos sentidos, táticas ou problematizações.

Ao sublinhar diferentes modos de subjetivação da experiência do desaparecimento, destaca-se a centralidade da organização familiar na construção de marcos sociais a partir dos quais o desaparecimento é vivido como uma experiência social no tempo, através do sofrimento, da experiência religiosa, das relações de gênero, de classe e da busca à verdade.

A verdade sobre o desaparecimento pode ser respondida, na experiência dos familiares de pessoas desaparecidas, através da busca, em algo que pode estar escondido em si mesmo e nas relações para com o desaparecido, mas também em outros casos e histórias de desaparecidos.

O que as acusações sobre tráfico de pessoas, rapto de crianças ou rituais de magia negra evidenciam é que embora não possamos obter uma verdade primordial sobre esses acontecimentos, invariavelmente eles evidenciam temores recorrentes acerca das relações de classe em nossa sociedade. Inversamente, essas acusações também evidenciam a centralidade das relações de gênero, o que pode ser vislumbrado no fato de que em uma rede composta por vários homens, destaca-se a ação das mulheres como perpetradoras de violências contra crianças. Esse argumento vale para a ex-babá de João Rafael, no capítulo IV, Arlete Hilu, as Abagge e Valentina, no capítulo V e a suposta raptora de Alice, no capítulo III.

A expertise explicita a produção de conhecimento sobre o desaparecimento, no qual os mediadores produzem uma verdade, reinscrevendo eventos do passado no presente e permitindo que os sujeitos sejam construídos a partir dessa realidade. As hipóteses sobre o passado só podem emergir por meio da mediação desses sujeitos, na relação estabelecida com os familiares de pessoas desaparecidas.

Os eventos do passado são trazidos por Carlos nos rumores do caso João Rafael (capítulo IV), na relação com a família, com o movimento nas redes sociais e os meios de comunicação. Quando os investigadores do Estado pareciam descartar tanto a hipótese do rapto ou a possibilidade da existência do tráfico de pessoas na atualidade, algumas condições para a proliferação de rumores estavam colocadas. Do mesmo modo, os casos de adoção internacional inscritos na internet por Amanda e através dos meios de comunicação e de produções televisivas, a partir da busca das crianças adotadas, passam a direcionam o olhar dos familiares na produção de seus desaparecidos.

A expertise também funciona como tecnologia de governo nas práticas de funcionários do Estado que, ao produzirem o desaparecido por meios de técnicas (estatísticas, banco de dados, interpretações legais, procedimentos) legitimam ou justificam as transformações nas relações de poder de gestão do Estado sobre o problema do desaparecimento.

A dúvida através da qual o desaparecido se constitui é nutrida pela imaterialidade do fenômeno do desaparecimento. Essa imaterialidade é narrada, vivenciada pela experiência e transformada em ações, autoridades, saberes pelo trabalho do tempo. Por fim, a dúvida tem o poder de animar as formas de governo do desaparecimento de pessoas, tanto quanto as verdades ou realidades que propõe sejam imateriais, suspensas, inatingíveis.

São tantas as autoridades nas formas de governo do desaparecimento quanto nossa capacidade de perceber a especificidade e complexidade das relações estabelecidas entre as redes de humanos e não-humanos. E quanto mais o tempo persiste, mais a materialidade que falta ao desaparecido vai sendo preenchida pela presença da família, do Estado e do contexto histórico-social.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Domingos. **No bico da cegonha**: Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. **Las abuelas y la genética**. El aporte de la ciencia en la búsqueda de los chicos desaparecidos. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2009.
- ABU-LUGHOD, Lila. Melodrama egípcio: uma tecnologia do sujeito moderno?. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 21, p. 75-102, 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332003000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200005&lng=en&nrm=iso)>. access on 23 July 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332003000200005>.
- ARAÚJO, Fábio. “Falta Alguém na Minha Casa”: desaparecimento, luto, maternidade e política. In: KANT DE LIMA, Roberto. **Antropologia e Direitos Humanos 5**. Brasília: Booklink: ABA : Fundação Ford, 2008.
- \_\_\_\_\_. Morte sem Corpo e sem Sepultura: notas sobre desaparecimento forçado hoje. In: VIII Reunión de Antropología del Mercosur, 2009, Buenos Aires. **Anais da VIII RAM**. Buenos Aires, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Das “Técnicas” de Fazer Desaparecer Corpos**: desaparecimentos, violência, sofrimento e política. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- \_\_\_\_\_. “Não tem corpo, não tem crime”: notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 37-64, dez. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832016000200037&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832016000200037&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 18 jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832016000200002>.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ASAD, Talal. ¿Dónde están los márgenes del estado?. **Cuad. antropol. soc.**, Buenos Aires, n. 27, jul. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1850-275X2008000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2008000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 01 fev. 2015.
- BARROS, Manuel de. **Ensaio Fotográfico**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- BIRMAN, Patricia. Movimentos Cívico-religiosos no Rio de Janeiro e alguns de seus impasses: o caso do mural da dor. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. P. (Orgs.). **Um mural para a dor**: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BOLTANSKI, Luc; DARRÉ, Yann, SCHILTZ; Marie-Ange. La dénonciation. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Vol. 51, mars 1984. La dénonciation. pp. 3-40.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 94.052-8 Paraná. Relator min. Eros Grau. 14/04/2009. p. 890-891

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as consequências e responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, no período de 2005 a 2007. Transcrição *ipsis verbis* do depoimento de Arlete Ivone Caramês. 2009. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/53a-legislatura-encerradas/cpidesa/notas/notas/NT131009.pdf> >. Acesso em 10/03/2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo. Relatório Final. 2014. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/54a-legislatura/cpi-traffic-de-pessoas-no-brasil/relatorio-final-aprovado-e-parecer-da-comissao/relatorio-final-aprovado-e-parecer-da-comissao>>. Acesso em 01/03/2017.

BRITES, Jurema; FONSECA, Cláudia. As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil. **Análise Social**, 209, XLVIII (4.º), 2013, p. 858-877.

CARDARELLO, Andréa. O interesse da criança e o interesse das elites: “Escândalos de tráfico de crianças”, adoção e paternidade no Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de marzo de 2012, vol. XVI, nº 395 (10). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-395/sn-395-10.htm>>. Acesso em 01/03/2017.

CARNEIRO, Eliana Faleiros Vendramini; GENNARI, Patrícia Visnardi. O Ministério Público em busca de desaparecidos: a função social dos ossários perpétuos em cemitérios públicos. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**, v. 1, p. 223, 2016a.

CARNEIRO, Eliana Faleiros Vendramini; GENNARI, Patrícia Visnardi. O Ministério Público em Busca de Desaparecidos: desaparecimentos forçados por omissão do Estado. **Revista Liberdades** , v. 22, p. 01-15, 2016b.

CARSTEN, Janet. Introduction: cultures of relatedness. In: Culture of relatedness: new approaches to the study of kinship. Cambridge University Press, 2000.

CARTA DE BRASÍLIA. I Encontro da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Brasília/DF, 23 a 26 de novembro de 2006.

CARTA DE RORAIMA. III Encontro da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Boa Vista/RR, 3 a 5 de novembro de 2010.

CHAUMONT, Jean-Michel. **La Concurrence des Victimes**. Génocide, identité, reconnaissance. Paris : La Découverte, 1997.

CLAUDINO, Marcus Roberto. **Mortos sem sepultura**: o desaparecimento de pessoas e seus desdobramentos. Florianópolis: Palavracom Editora, 2013.

COKER, Elizabeth Marie. "Traveling Pains": Embodied Metaphors of Suffering Among Southern Sudanese Refugees in Cairo. **Culture Medicine and Psychiatry**, Vol.28:1, p15-39, 2004.

COSTA, Susana. A justiça em laboratório. **Aná. Psicológica** [online]. 2002, vol.20, n.3, pp. 311-329.

DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DAS, Veena. En la región del rumor. **Sujetos del Dolor, Agentes de Dignidad**. Francisco A. Ortega (ed.). Bogotá : Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008, p.95-144.

\_\_\_\_\_. El acto de presenciar. Violencia, conocimiento envenenado y subjetividad. **Sujetos del Dolor, Agentes de Dignidad**. Francisco A. Ortega (ed.). Bogotá : Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008, p. 217-250.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. "El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas" en *Anthropology in the Margins of the State*, School of American Research Press, Santa Fe (NM), 2004. **Relaciones Internacionales**, [S.I.], n. 8, jun. 2008. ISSN 16993950. Disponible en: <[http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/index.php?journal=Relaciones\\_Internacionales&page=article&op=view&path%5B%5D=112](http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/index.php?journal=Relaciones_Internacionales&page=article&op=view&path%5B%5D=112)>. Acceso: 01 feb. 2015.

DURÃO, Suzana. Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes. **Etnográfica** [Online], vol. 15 (1) | 2011, Online desde 25 Outubro 2011. Acesso em 30 Maio 2015. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/850>> ; DOI : 10.4000/etnografica.850.

ESPINHEIRA, Gey. **Desaparecimento e desaparecidos: um estudo de violência urbana**. Salvador: CEFIJ, 1999.

- EVANS-PRITCHARD, Edward. E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- EVANS-PRITCHARD, Edward. E. **Os Nuer**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.
- FASSIN, Didier. Entre Politiques de la Vie et Politiques du Vivant. Pour une anthropologie de la santé. **Anthropologie et Sociétés**, 24, 1, 2000, p.95-116.
- \_\_\_\_\_. Governar por lós Cuerpos, Políticas de Reconocimiento Hacia los Pobres y los Imigrantes. **Educação**, v.28, n.2 (56), Maio/Ago. 2005, p.201-226.
- \_\_\_\_\_. **The Empire of Trauma**. An Enquire Into de Condition of Victimhood. Princeton University Press, 2009.
- FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. **Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não identificados no IML-RJ, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Finep/E-Papers, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Uma Etnografia para Muitas Ausências: O Desaparecimento de Pessoas como Ocorrência Policial e Problema Social**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2011. 308 f.
- \_\_\_\_\_. "Apenas preencher papel": reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 1, p. 39-68, Apr. 2013a . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132013000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132013000100002&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132013000100002>.
- \_\_\_\_\_. De problema de família a problema social: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil contemporâneo. **Anuário Antropológico** [Online], I | 2013b. Consultado em 30 Setembro 2016. URL : [http:// aa.revues.org/426](http://aa.revues.org/426)
- \_\_\_\_\_. **Pessoas desaparecidas: uma etnografia para muitas ausências**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.
- FONSECA, Claudia. Classe e a recusa etnográfica. In Claudia Fonseca, Jurema Brites (orgs.) **Etnografias da Participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- \_\_\_\_\_. Uma Virada Imprevista: O "Fim" da Adoção Internacional no Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, vol.49, num. 1, 2006, p.41-66.
- FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena. Apresentação. In: **Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo**. Claudia Fonseca e Helena Machado (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p. 9-18.

FONSECA, Claudia et al . Apresentação. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 22, n. 46, p. 9-34, dez. 2016 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832016000200009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832016000200009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 17 jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832016000200001>

FOUCAULT, Michel. Polêmica, política e problematizações. In: **Ditos e Escritos V**. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984, p.225-234.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II** — o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos & Escritos V** - Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. Tecnologias de si. **Verve**, 6: 321-360, 2004b. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5017/3559>>. Acesso em 01/03/2017.

\_\_\_\_\_. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. Aula de 8 de fevereiro de 1978. **Segurança, Território, População**: Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 155-180.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Famílias e Violência: Reflexões sobre as Mães de Acari. **Psicologia USP**. V.13. No. 2. São Paulo: 2002.

GATTÁS, Gilka J. Figaro. **Caminho de volta**: tecnologia na busca de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado de São Paulo. Gilka J. Figaro Gattás, Cláudia Figaro-Garcia. São Paulo: Secretaria Especial de Direitos Humanos: CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2007.

GATTI, Gabriel. De un continente al otro: el desaparecido transnacional, la cultura humanitaria y las víctimas totales en tiempos de guerra global. **Política y Sociedad**, 2011, Vol. 48 Núm. 3: 519- 536

GELL, Alfred. **A antropologia do tempo**: construções culturais de mapas e imagens temporais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo, Editora UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Sinais**: Raízes de um paradigma indiciário. Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp.143-179.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONG's e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11–40, jan./ jun. 2000.

GONÇALVES, Renata. De antigas e velhas loucas: Madres e Mães de maio contra a violência de Estado. **Lutas Sociais**, [S.l.], n. 29, p. 130-143, dez. 2012. ISSN 2526-3706. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18502/13695>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

HACKING, Ian. Construindo tipos: o caso de abusos contra crianças. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 40, p. 7-66, jun. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332013000100001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332013000100001&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 24 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332013000100001>.

HAMBURGER, Esther. Telenovelas e interpretações do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 61-86, 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452011000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100004&lng=en&nrm=iso)>. access on 23 July 2017.

HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença**: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

JASANOFF, S. (Ed.). **States of knowledge**: the co-production of science and social order. New York: Routledge, 2004.

KLEINMAN, Arthur; KLEINMAN, Joan. Suffering and its Professional Transformation: Toward an Ethnography of Interpersonal Experience. **Culture, Medicine and Psychiatry**, v.15, n.3, p. 275-301, 1991.

KLEINMAN, Arthur; KLEINMAN, Joan. The Appeal fo Experience; The Dismay of Images; Cultural Appropriations of Suffering in Our Times. In: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK. M. **Social Suffering**. University of California Press. Berkely, 1997.

KRABBÉ, Tim. **O Ovo de Ouro**; tradução Ângela Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

LACERDA, Paula Mendes. **Meninos de Altamira**: violência, “luta” política e administração pública. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LACERDA, Paula Mendes. LEI, VIOLÊNCIA E ACUSAÇÕES DE “MAGIA NEGRA” EM CRIMES CONTRA CRIANÇAS. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 371-400, ago. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132017000200371&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132017000200371&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 27 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442017v23n2p371>.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 1ª ed., Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.

\_\_\_\_\_. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 15, n. 44, 2000, p. 73-90.

\_\_\_\_\_. As mães em movimento. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. P. (Orgs.). **Um mural para a dor**: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

LIGNIER, Wilfried; LOMBA, Cédric ; RENAHY, Nicolas. La différenciation sociale des enfants, **Politix**, vol. 99, no. 3, 2012, pp. 9-21.

MACCAFANI, Ana Paula Moraes da Silva. ONGs: a Sociedade Civil Faz Política. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2, p. 023-045, jan. 2007. ISSN 2175-8034. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/6358/14942>>. Acesso em: 04 nov. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/%x>.

MACHADO, Helena. Construtores da bio(in)segurança na base de dados de perfis de ADN. **Etnográfica** [Online], vol. 15 (1) | 2011, Online desde 25 Outubro 2011. Acesso em 31 Maio 2015. Disponível em <<http://etnografica.revues.org/859>>; DOI : 10.4000/etnografica.859.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica**, Lisboa , v. 10, n. 1, p. 121-158, maio 2006 . Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65612006000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612006000100007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 23 jun. 2017.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso (org.). **Mauss**. Antropologia. São Paulo: Ática, 1979. p. 147-53.

NEUMANN, M.M. O desaparecimento de crianças e adolescentes. Tese de doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=193267](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=193267)>

NEVES, Delma Pessanha. Políticas de ‘vitimização’ e direitos sociais seletivos. In.: **Direitos e Ajuda Humanitária**: perspectivas sobre família, gênero e saúde. Organizado por Jaqueline Ferreira e Patrice Schuch. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.p.77-103.

OLIVEIRA, Dijaci David de. **Desaparecidos Civis**: conflitos familiares, institucionais e segurança pública. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2007, 317 f.

\_\_\_\_\_. **O Desaparecimento de Pessoas no Brasil**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012.

PEREIRA, Amanda Gomes. Projetos político-religiosos de construção de uma Cultura da Paz em um contexto de violência urbana. In: XI Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), 2015, Montevideu, Uruguai. **Actas de la XI Reunión de Antropología del Mercosur**. Diálogos, prácticas y visiones desde el Sur. 30 de noviembre-4 de diciembre 2015. Montevideo, Uruguay. Compiladores: Guigou, Lelio Nicolás et al ISBN 978-9974- 0-1385- 8, 2015.

PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 67, n. 2, June 2015 . Available from <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252015000200012](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200012) &lng=en&nrm=iso>. access on 28 Jan. 2017.

REGUEIRO, Sabina Amantze. Análisis genético para la identificación de niños apropiados: construcción política y científica de la "naturaleza" y el parentesco. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 18, n. 1, p. 11-32, Apr. 2010 .Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2010000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000100002)&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Sept. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100002>.

\_\_\_\_\_. "Subversivas": "Malas madres" y familias "desnaturalizadas". **Cad. Pagu**, Campinas , n. 44, p. 423-452, jun. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332015000100423](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332015000100423)&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440423>.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Governo dos adultos, governo das crianças: Agentes, práticas e discursos a partir da « lei da palmada. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 292-308, jan. 2014. ISSN 1984-7289. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/15480>>. Acesso em: 04 set. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2013.2.15480>.

RICHTER, Vitor. Bancos de Perfis Genéticos para fins Criminais no Brasil: um debate incipiente. In: **Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo**. Claudia Fonseca e Helena Machado (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p. 170-194.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: Silva, Tomas Tadeu da (org.). **Liberdades reguladas**. Petrópolis: Vozes, 1988, p.30-45.

\_\_\_\_\_. Como se deve fazer a história do Eu? **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.26, n.1, p.5-210, jun./jul. 2001. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/41313>. Acesso em 03/2017.

ROSS, Fiona. Speech and silence: Women's Testimony in the First Five Weeks of Public Hearings of the south african Truth and Reconciliation Comisión. In: In: DAS, V.; KLEINMAN, A.; LOCK, M.; RAMPHELE, M.; REYNOLDS, P. (Org). **Remaking a world: violence, social suffering and recovery**. Berkeley, Los Angeles e Londres. University of California Press, 2001.

SANTOS FILHO, Diógenes Caetano. **A Verdadeira História do Caso Evandro**. São Paulo, Publica Livros: 2012.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCHEPER-HUGHES Nancy e BIEHL, João. O Fim do Corpo: Comércio de Órgãos para Transplantes Cirúrgicos". In: DEBERT, Guita e GOLDSTEIN, Donna. **Políticas do Corpo e o Curso da Vida**. SP, Editora Sumaré, 2000. p. 49-81.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre, Editora da UFRGS: 2009.

\_\_\_\_\_. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: **Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo**. Claudia Fonseca e Helena Machado (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p. 121-144.

SENNET, Richard. **A Corrosão do Caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SORJ, Bernardo; MARTUCCELLI, Danilo. **O desafio latino-americano: coesão social e democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

STEWART, Pamela J.; STRATHERN, Andrew. Brujería, Hechicería, Rumores y Habladurías. Madrid: Ediciones Akal, S. A, 2008.

TROUILLOT, Michel-Rolp. **Transformaciones Globales: la antropología y el mundo moderno**. Popayán/Bogotá: Universidad del Cauca/Universidad de los Andes, 2011.

VIANNA, Adriana. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: Vianna, A, (org.). **O Fazer e o Desfazer dos Direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades**. Rio de Janeiro: E-papers; 2013. p. 15-35.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 37, p. 79-116, Dec. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332011000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200004&lng=en&nrm=iso)>. access on 08 May 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>.

VECCHIOLI, Virginia. “La nación como familia”. Metáforas políticas en el movimiento argentino por los derechos humanos. In: Frederic, Sabina y Germán Soprano (comp.) **Cultural y Política en Etnografías sobre la Argentina**. Buenos Aires. Ed. UNQ/Prometeo. 2005.

VICTORA, Ceres. Sofrimento Social e a Corporificação do Mundo: Contribuições a Partir da Antropologia. – **R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v5, n.4, p.3-13, Dez., 2011.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. Antônio Flávio Pierucci (Ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WIEVIORKA, Michel . L’émergence des victimes. **Sphera publica**, 3, 2003, p. 19-38

ZELIZER, Viviana. **Pricing the priceless child: the changing social values of children**. New York: Basic Books, 1994.

\_\_\_\_\_. **A negociação da intimidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ZENOBI, Diego. **Massacre, familia y política: un análisis etnográfico de la lucha de los familiares y sobrevivientes de Cromañón**. Tese de doutorado. Facultad Filosofía y Letras. UBA. 2011.

## ANEXOS:

### 1. ROTEIRO DE ENTREVISTA (FAMILIARES E MEDIADORES)

Nome

Raça-cor:

Religiosidade:

Idade

Renda familiar

Sobre o desaparecimento:

**Antes da militância:**

Formação escolar, trajetória profissional

Vinculação política, religiosa, vida associativa, etc.

**Durante a militância:**

Motivação para a entrada na luta

Principais vítimas do desaparecimento

Atividades desempenhadas durante a militância, papel na renda familiar, recursos para se manter na luta

Diferença com as demais militantes - familiares

Como entende o problema do desaparecimento- causas, formas de resolução, vivência direta com o problema

Alianças e conflitos com outros atores- familiares, militantes, servidores públicos

Formas de atuação na resolução do seu caso e de outros casos

Lugar do Estado na militância

**Familiares:**

Momento crucial para a entrada na luta

Como o desaparecimento transformou sua rotina

Quais as principais dificuldades enfrentadas para a luta e para a resolução do caso

Quais as alianças e conflitos com outros atores- familiares, militantes, servidores públicos

Ganhos com a causa

Qual o lugar do desaparecido na memória da família, quais as transformações ocorreram na percepção sobre o desaparecimento e o desaparecido, como o resto da família lida ou lidou com o desaparecimento.